



Revista do

INSTITUTO HISTÓRICO

e GEOGRÁFICO do

RIO GRANDE DO SUL

NÚMERO 157 ESPECIAL

**DOSSIÊ PATRIMÔNIO
HISTÓRICO**

ISSN 1678-3484

REVISTA DO

INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

157

NÚMERO ESPECIAL

DOSSIÊ PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 100, n.157 especial, 2020.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 157 especial (2020)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

284p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Castelo Simões Lopes, Pelotas-RS, Brasil.

Autor Bertoncetto.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2018-2020

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Financeiro: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivallet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernaini Gertz, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Alexandre Pena Matos, Alexandre Veiga, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Roberto Winckler, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniela Marzola Fialho, Doris Bittencourt Almeida, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Henrique Montagner Fernandes, Hilda Jaqueline Fraga, Homero

Dornelles, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, Jorge Stocker Junior, José Daniel Craidy Simões, José Newton Cardoso Marchiori, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Gransotto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Câncio da Silva, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Ronaldo Marcos Bastos, Sergio Augusto Pereira de Borja, Simone Steigleder Botelho, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Earle Diniz Macarthy Moreira, Raphael Copstein, Sérgio da Costa Franco.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizadores do Número Especial Dossiê Patrimônio Histórico

Patrícia Trunfo (AGU), Paulo Edi Rivero Martins (UFRGS),
Verônica Di Benedetti (AVFV).

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), Márcia Piva Radtke (UFRGS),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (UFRGS), Lucas Graeff (La Salle),
Marcelo Schenk Duque (UFRGS), Maturino Salvador Santos da Luz (PUCRS),
Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG), Nelson Nemo Franchini
Marisco (UNIRITTER), Paulo Edi Rivero Martins (UFRGS),
Rudimar Baldissera (UFRGS), Vanessi Reis (UFRGS)

PREFÁCIO

O espaço destinado ao estudo e divulgação de trabalhos desenvolvidos em prol da preservação do patrimônio pelo I Seminário Internacional Sobre Patrimônio Histórico se amplia e complementa nesta edição, dando oportunidade ao universo de leitores, interessados pela cultura de nosso país, de conhecer alguns dos trabalhos de referência apresentado no Evento.

Em uma sociedade onde os bens culturais são pouco valorizados, edificações de valor histórico e arquitetônico não são preservadas e monumentos são pichados e vandalizados, há de se questionar que atitudes podem ser tomadas para reverter esse quadro.

O reconhecimento da sociedade quanto ao seu patrimônio cultural é o primeiro passo para a apropriação e posterior zelo e manutenção deste legado. E esta atitude passa pelo questionamento do quê é patrimônio cultural e pelo desafio de compreendê-lo, reconhecê-lo e conservá-lo, tornando-o economicamente sustentável, ou seja, passa pelo exercício da nossa cidadania.

A cidade é um organismo vivo sempre em mutação. Ela reflete os pensamentos e os sentimentos das gerações que a construíram. Sua paisagem urbana é o verbo que se concretiza e que nos denuncia. Ali estão materializados nossos valores, desejos, erros e acertos que ao se somarem deixam como legado a experiência vivida por àqueles que nos precederam. E como forma de herança cultural estas experiências se fazem registrar por bens materiais e imateriais que muitas vezes passam despercebidos por nós. Ao nos debruçarmos sobre seu conhecimento trabalhamos um presente mais rico e edificante. **Proteger é salvaguardar estes ensinamentos.**

Não se pode esperar apenas ações governamentais, muitas vezes tardias e ineficientes, é importante a conscientização dos cidadãos e atitudes concretas da comunidade que sirvam de exemplo para atingir o objetivo de proteção e preservação do Patrimônio.

Em setembro de 2019 a Associação Victorino Fabião Vieira-AVFV, entidade voltada para o resgate do nosso patrimônio histórico, promoveu o I Seminário Internacional sobre o tema, reunindo pessoas de várias cidades do Brasil e do mundo para uma abordagem interdisciplinar. A AVFV foi criada com o objetivo maior de preservação da história e patrimônio cultural, como fator essencial para a compreensão do presente e preparação do futuro de uma sociedade. Sua primeira conquista foi a criação de lei que permitiu o tombamento e restauração do histórico Castelo Simões Lopes, na cidade de Pelotas-RS. O passo seguinte foi a realização de Seminários

sobre Preservação do Patrimônio que motivaram a participação da população em geral e de inúmeros estudantes e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Desde então a entidade promoveu seminários anuais temáticos, sendo a princípio regionais, passando a ser nacionais e culminando em 2019 com a realização do *I Seminário Internacional Sobre Patrimônio Histórico*. O evento internacional foi viabilizado com o apoio da Assembléia Legislativa do RS, ESAPERGS, UFRGS, IPHAN, Escola da AGU e CMS, com espaço para publicação de artigos selecionados nas revistas da ESDM-Escola Superior de Direito Municipal e do IHGRGS-Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,

O evento trouxe profissionais das áreas da ciência da conservação, restauração, educação patrimonial, legislação e turismo cultural objetivando assim, abordar não só a temática da conservação, mas também trazer a reflexão sobre a sustentabilidade deste patrimônio através de estudos de caso realizados na América do Sul e Europa. Possibilitou ainda conhecer um pouco mais do que se está produzindo, a nível internacional, nessa área. A participação de profissionais de países da Europa e América Latina fortaleceu o diálogo nas áreas Educação e Legislação Patrimonial, Restauração e Preservação e Turismo Cultural, quatro eixos temáticos adotados para a seleção dos trabalhos e que atendem aos objetivos da AVFV.

As palestras e a apresentação dos inúmeros artigos estendeu a discussão interdisciplinar sobre esse tema ouvindo e conhecendo sobre as ações desenvolvidas na preservação do patrimônio histórico e cultural em vários estados do Brasil e exterior, em importante mobilização da sociedade em prol deste legado e do exercício da sua cidadania.

Não se pode negar a importância do legado deixado, como herança entre as gerações, pelos nossos antepassados. O significado de patrimônio cultural diz respeito a bens comuns compartilhados entre os cidadãos e que são característicos da identidade da coletividade, sendo parte indissociável da nossa história e de nossa cultura. A preservação do Patrimônio Histórico é indiscutível, é determinação constitucional e legal e deve ser levada a sério não apenas pelo Estado e pelos governantes, mas pela sociedade em geral e seus cidadãos

É necessário lutar, não apenas pela preservação, mas igualmente pela valorização e divulgação do que temos de valor, mantendo nosso patrimônio e também construindo para as gerações futuras. É história e referência da cultura que caracterizam a identidade de uma região. Assim se estará contribuindo com a memória e identidade urbana, fazendo de nossas cidades conscientes do valor do seu passado.

Os artigos que compõe esta edição fizeram parte dos inúmeros trabalhos desenvolvidos em várias cidades do país e apresentados no Seminário Internacional. Por certo dever servir como estímulo as ações dos que realmente defendem a causa da preservação do nosso Patrimônio.

Boa leitura.

Porto Alegre, 13 de abril de 2020.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Me. Patrícia Trunfo
Dr. Paulo Edi Rivero Martins
Me. Verônica Di Benedetti
Organizadores do Número Especial Dossiê Patrimônio Histórico

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Bel^a. Márcia Piva Radtke
Bel^a. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 17 **Biodeterioração de arenitos na redução jesuítica de São Miguel Arcanjo: relato de experiência**
Biodeterioration of sandstones in the jesuit reduction of São Miguel Arcanjo: report of experience
Inaê Carolina Sfalcin
Verônica Di Benedetti
- 33 **Aplicação da termografia na detecção de patologias em edificações históricas**
Application of thermography in the detection of pathologies in historical buildings
Danieli Faccin Bernardi
Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
- 47 **A preservação do patrimônio cultural e o ensino-aprendizagem da disciplina nas universidades de Curitiba e Ferrara**
The cultural heritage preservation and the teaching-learning process of Curitiba and Ferrara universities
Fernanda Cé Bogucheski
Leticia Gutierrez Prochmann
Moara Zuccherelli
- 63 **Realidade aumentada aplicada ao patrimônio histórico-arquitetônico: projeto de aplicativo para visualização dos prédios históricos da UFRGS**
Augmented reality applied to historical-architectural heritage: software project for viewing UFRGS historic buildings
Gilberto Balbela Consoni
Paulo Edi Rivero Martins
Léa Maria Dornelles Japur
- 79 **O patrimônio em cidades novas: discussões memoriais e de desenvolvimento regional**
Heritage in new cities: discussions about memory and regional development
Maira Eveline Schmitz

- 97 **Um olhar sobre o patrimônio cultural de Ribeirão Preto: a casa da memória italiana**
A look at the cultural heritage of Ribeirão Preto: the italian memory house
 Nainôra Maria Barbosa de Freitas
 Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth
- 115 **Os caminhos da extensão universitária: preservando a memória e o patrimônio cultural no Vale do Taquari/RS**
The paths of the university extension: preserving the memory and cultural heritage in the Taquari Valley/RS
 Jamile Maria da Silva Weizenmann
 Jauri dos Santos Sá
 Caroline Nichel
 Luíze França da Rocha
- 133 **Memória e patrimônio: a gestão da educação patrimonial na área de isolamento da obra de restauro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Florianópolis/SC**
Memory and heritage: the management of heritage education in the isolation area of the restoration work of the Church of the Third Order of São Francisco da Penitência in Florianópolis/SC
 Laís Soares Pereira Simon
- 151 **Experiência de mediação museal: interpretação patrimonial e percepção do Museu da Vila por empreendedores da comunidade do Coqueiro da Praia - PI**
Museal mediation experience: heritage interpretation and perception of the Vila Museum by entrepreneurs of the community of Coqueiro da Praia - PI
 Mariana L. B. Sampaio
 Rayla F. de Marques
 Hanna de D. Alvez
 Laline de A. Mendes
 Jéssica C. Santiago
- 169 **Patrimônio cultural natalense: uma proposta de roteirização turística**
Natal cultural patrimony: a proposal for tourism routing
 Almir Félix Batista de Oliveira

- 193 **Habitação como forma de preservação patrimonial e resgate dos centros históricos: proposta para o Edifício Cauduro em Santa Maria - RS**
Housing as a form of property preservation and rescue of historic centers: proposal for the Cauduro Building in Santa Maria - RS
Renata Dalla Porta Fraga
Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
- 209 **Direito do patrimônio cultural na era da informação: bens digitais e a tutela jurídica**
Cultural heritage law in the information age: digital property and legal protection
Adrian Gabriel Fideles Paixão
Bruna Teixeira Kai
- 231 **Oficina de percussão no bairro Coqueiro da Praia: diálogos e possibilidades musicais inseridos no patrimônio natural**
Percussion workshop in the Coqueiro da Praia neighborhood: dialogues and musical possibilities placed into the natural heritage
Sandro David Bezerra do Nascimento
- 245 **Os impactos das descaracterizações na apreensão dos valores de um bem patrimonial: o caso do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís/MA**
Disfigurements impacts in the perception of capital asset's values: the case of São Luís architectural and landscape complex in Maranhão
Ellis Monteiro dos Santos Pacheco
Danielle Faccin
- 267 **Educação patrimonial: reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a comunidade São Vicente de Paula Parnaíba - Piauí - Brasil**
Patrimonial education: reflections on the importance of the Lagoa do Bebedouro for community of São Vicente de Paula Parnaíba - Piauí - Brazil
Suzana Maria Araújo Veras
Áurea da Paz Pinheiro

ARTIGOS

BIODETERIORAÇÃO DE ARENITOS NA REDUÇÃO JESUÍTICA DE SÃO MIGUEL ARCANJO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

BIODETERIORATION OF SANDSTONES IN THE JESUIT REDUCTION OF SÃO MIGUEL ARCANJO: REPORT OF EXPERIENCE

Inaê Carolina Sfalcin¹

Verônica Di Benedetti²

RESUMO

Face ao processo de biodeterioração que se estende nos arenitos da Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo, caracterizado pela degradação dos mesmos sob ação de microrganismos, a implementação de medidas de controle mostra-se fundamental para a conservação do patrimônio jesuítico-guarani. Neste contexto, o trabalho apresenta um relato de experiência de uma graduanda do curso bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, o qual aborda sobre o Workshop de Biodeterioração de Arenitos oferecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em dezembro de 2018, no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo em São Miguel das Missões/RS. O objetivo foi contribuir para a conservação do acervo pétreo no sítio arqueológico acerca dos agentes degradadores previamente observados. A metodologia adotada foi de explanações teóricas e atividades práticas envolvendo artífices e restauradores locais. Por conclusão, identificou-se visualmente briófitas (musgos) e líquens dos tipos folioso, crostoso e fruticososo como sendo os principais agentes biológicos causadores da biodeterioração e definiu-se procedimentos de conservação a serem testados durante o prazo mínimo de um (01) ano a fim de determinar uma metodologia de trabalho a ser utilizada na preservação das estruturas em arenito.

Palavras-Chave: Biodeterioração. Patrimônio Jesuítico-Guarani. Conservação.

ABSTRACT

In view of the biodeterioration process that extends in the sandstones of the São Miguel Arcanjo Jesuit Reduction, characterized by the degradation of the same ones under the action of microorganisms, the implementation of control measures is fundamental for the conservation of the Jesuit-Guarani heritage. In this context, the paper presents an experience report

1 Graduanda em Ciências Biológicas - Bacharelado, Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões/URI - Santo Ângelo, RS – inaesfalcin@gmail.com

2 Arquiteta Urbanista (UMC), Mestre em Geociências (UFRGS) - veronicadibene@gmail.com

of a graduate of the baccalaureate course in Biological Sciences of the Integrated Regional University of Upper Uruguay and the Missions, which addresses the Workshop on Biodeterioration of Sandstone offered by IPHAN (Institute of Historical and Artistic Heritage National) in December 2018, at the Archaeological Site of São Miguel Arcanjo, in São Miguel das Missões / RS. The objective was to contribute to the conservation of the stone collection in the archaeological site about the degradation agents previously observed. The methodology adopted was theoretical explanations and practical activities involving local artisans and restorers. By conclusion, bryophytes (mosses) and lichens of the folios, crusty and fruiting types were identified as being the main biological agents causing biodeterioration and conservation procedures were defined to be tested during the minimum period of one (01) year to order to determine a working methodology to be used for the preservation of sandstone structures.

Keywords: Biodeterioration. Jesuit-Guarani Patrimony. Conservation.

INTRODUÇÃO

A preservação arquitetônica dos bens culturais que constituem patrimônio é essencialmente importante para o testemunho do decorrer da história. No Sítio Histórico São Miguel Arcanjo, os trabalhos de conservação tiveram início na década de 1920, impulsionados pela evidente deterioração ocorrida em seu período de abandono (1828 - 1920) (LEAL, 1984; CUSTÓDIO, 1994 *apud* STELLO, 2005).

O sítio constitui os remanescentes arqueológicos da antiga nação jesuítico-guarani, promovida pela Companhia de Jesus nas Colônias da Coroa Espanhola na América nos séculos XVII e XVIII (MUMBACH, 2018). Localizado no município de São Miguel das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul - BR, o sítio faz parte do Patrimônio Nacional, declarado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desde 1983 (RODRIGUES, 2013).

Segundo Pereira (2012) a degradação das edificações históricas tem como principais responsáveis os agentes climáticos, biológicos e a ação do homem. Em São Miguel, pedras de arenito foram utilizadas como alvenaria de paredes portantes da igreja, como cantaria nos umbrais, vergas e soleiras e como pisos em alguns locais de maior importância como no transepto, capela-mor e alpendres das casas dos padres (STELLO, 2005). Tais rochas encontram-se, portanto, susceptíveis ao processo de deterioração que, segundo Lama (2006), é natural e não pode ser detido, mas retardado por medidas de combate aos agentes de intemperismo.

Deste modo, os arenitos passam a exigir um tratamento de superfícies, considerado que o patrimônio cultural atua como portador de referências para a sociedade (MEIRA, 2008). Justifica-se, assim, a necessária preocupação com a conservação desses monumentos, fomentando estudos

que buscam conhecer os agentes causais da deterioração e as medidas de manutenção aplicáveis para estes problemas.

1 Contexto Histórico das Missões Jesuítico-Guarani

São Miguel Arcanjo foi uma redução jesuítico-guarani, construída a partir de 1687, pertencente à segunda fase reducional dos conhecidos hoje, Sete Povos das Missões (MUMBACH, 2018), que no período integraram aos trinta povos missioneiros da Província Jesuítica do Paraguai (PESAVENTO, 2014).

A fundação efetiva da Redução de São Miguel Arcanjo data de 1632, em Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuí, no rincão de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul). Mas, em razão das investidas dos bandeirantes paulistas, em 1637 o povoado cruzou para a margem ocidental do rio Uruguai, estabelecendo-se próximo à redução de Nossa Senhora da Concepcion. Mais tarde, os missioneiros decidiram pela necessidade de retornar à banda oriental do rio Uruguai, fixando-se então, em 1687 no sítio definitivo ao norte do rio Piratini, entre os arroios Piratinizinho e Santa Bárbara (PORTO, 1954; GUTIERREZ, 1987; LEAL, 1984 *apud* STELLO, 2005). Custódio (2002, p. 50) descreve que:

Dessa forma, durante mais de cento e cinquenta anos, os missionários evangelizaram os Guarani, em diferentes regiões, estruturando um sistema reducional que, em seu apogeu, foi constituído por trinta povoados, articulados por uma rede de estradas, portos e ligações pluviais, entre estâncias de gado, lavouras e ervais, chegando a envolver cerca de 150 mil índios e 457 jesuítas.

O povoado de São Miguel viveu seu apogeu até que, em 1750 a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri, acertado entre Portugal e Espanha (PESAVENTO, 2014). De acordo com Custódio (2002, p. 51):

O Tratado de Madri determinou, entre outras coisas, que os povoados dos Sete Povos fossem abandonados e que as terras da Banda Oriental passassem ao domínio português, em troca da Colônia do Sacramento. Houve reação dos guaranis, que, após muitas demarches decidiram resistir, provocando a Guerra Guaranítica.

Segundo o mesmo autor, a Guerra Guaranítica (1754-1756) uniu as cortes portuguesa e espanhola contra a reação dos missioneiros e foi

classificada por muitos autores como um genocídio. Posteriormente, os jesuítas acabaram sendo expulsos de Portugal (1759), Espanha (1767) e América (1768), efetivando-se o confisco de suas propriedades (PESAVENTO, 1984) e os índios, que eram apoiados por alguns padres, foram derrotados (STELLO, 2005).

Em virtude da Guerra Guaranítica em 1756, os índios revoltados abandonaram a redução, atearam fogo nas suas residências e no colégio, atingindo também parte da igreja (LEAL, 1984 *apud* STELLO, 2005). A partir daí, o sistema missioneiro passou a entrar em colapso (CUSTÓDIO, 2002) e a região dos povoados sofreu com o abandono e a depredação por parte dos novos povoadores (MUMBACH, 2018).

Durante as duas primeiras décadas do século XX os remanescentes da redução de São Miguel seguiram se deteriorando (STELLO, 2005). As primeiras ações buscando a preservação e limpeza da redução ocorreram na década de 1920, e foram empreendidas por parte do governo estadual (MUMBACH, 2018) e a partir de 1938, com o Governo Federal através do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diversas outras obras foram realizadas pelo órgão federal de preservação até que a partir de 1982 iniciou-se um trabalho permanente de salvaguarda do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (STELLO et al, 2003)

Por fim, o tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo em nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na época, SPHAN, ocorreu em 16 de maio de 1938 (MUMBACH, 2018) e foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1983 (CUSTÓDIO, 2002).

1.1 Proveniência dos arenitos do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo

As construções antigas tinham como uma de suas premissas, o uso de materiais construtivos que a natureza lhes oferecia em um perímetro o mais próximo possível do local onde iria se erigir a edificação. Essa metodologia não foi diferente daquela usada pelos jesuítas da Companhia de Jesus, no recém descoberto continente Americano. Entre os critérios de valoração da Redução de São Miguel Arcanjo, explicitado pela UNESCO está a autenticidade física que é assegurada pelo materiais e técnicas empregadas na sua construção. Conservar seus materiais é preservar seu valor e sua integridade.

O arenito utilizado na construção da redução de São Miguel foi extraído em uma região próxima ao assentamento, aproximadamente 14 km (NOVATZKI, 2001). É classificado como um arenito silicificado proveniente

da Formação Serra Geral (NOVATZKI, 2002) e é “... resultado de intercalações de intraderrames de lentes de arenito” (SANTOS et al., 1989 *apud* NOVATZKI, 2001).

1.1.1 Arenito Silicificado: Bacia do Paraná - Grupo Serra Geral

A região onde estão localizadas as Reduções Jesuíticas pertence à Bacia Geológica do Paraná. A Bacia do Paraná é uma ampla bacia sedimentar com 1.500.000 Km² ocorrendo no porção centro-oeste da América do Sul sendo que desta área 1.100.000 Km² se encontra principalmente na porção centro-sul do Brasil. Abrange também o nordeste da Argentina, leste do Paraguai e oeste do Uruguai. Sua origem está relacionada a Teoria da Deriva dos Continentes de 1915 por Alfred Wegener, que mais tarde foi defendida pelo sul-africano Alexander Du Toit e o alemão radicado no Brasil Reinhard Maack, cada qual localizado em um continente, respectivamente África e América do Sul. A teoria baseou-se em evidências geomorfológicas, paleontológicas e paleoclimáticas entre vários pontos dos continentes, que segundo a Teoria formavam um supercontinente denominado Pangea, que através de fenômenos naturais veio a se dividir posteriormente em duas grandes porções continentais: ao norte o supercontinente Laurásia e ao sul Gondwana do qual fazia parte o atual continente africano, a América do Sul, a Austrália, a Antártida e ainda a Nova Zelândia e Madagascar (TEIXEIRA et al., 2009). A origem da Bacia do Paraná está ligada à relação de convergência entre a margem sudoeste do antigo supercontinente Gondwana e litosfera oceânica Panthalassa (MILANI, 2009) (MORELATTO, 2017). Sua evolução estratigráfica é representada por seis supersequências deposicionais decorrentes de eventos erosivos separados por grandes hiatus deposicionais (MILANI et al., 2007). São elas: Rio Ivaí, Paraná, Gondwana I, Gondwana II, Gondwana III e Bauru. É na supersequência Gondwana III que ocorre a formação Grupo Serra Geral identificado como sendo originário do arenito utilizado na construção da Redução de São Miguel Arcanjo (NOVATZKI et al., 2001).

A supersequência Gondwana III formou-se por sucessivas deposições de areia no período Jurássico superior até o Cretáceo superior. Inicialmente, estes depósitos eólicos formaram o deserto Botucatu com extensão superior a um milhão de km². Esta vasta área deu origem a Formação Botucatu, constituída por arenitos de granulometria fina a média que juntamente com outras formações geológicas na região, constituem o Aquífero Guarani. Com a ruptura do paleocontinente Gondwana e a ascensão do oceano Atlântico, devido a reativação de processos de vulcanismo e rifteamento de grandes proporções, os campos de dunas foram cobertos por

injeções de lavas que formaram vários derrames de basaltos (MILANI et al.; 2007). Os diques de arenitos silicificados do Grupo Serra Geral são resultantes de processos hidrotermais onde por aquecimento da água existente no aquífero Guarani, sobem a alta pressão levando areia fluidizada que por sua vez interage com as rochas basálticas localizadas no primeiro derrame até o topo da coluna estratigráfica no depocentro da Bacia do Paraná (HARTMANN et al., 2014). Seu registro estratigráfico revela um pacote sedimentar-magmático de 7.000 metros de espessura máxima (MILANI, 2007). Este grupo é formado por mais de 100 derrames basálticos dispostos em seções verticais e estão interdigitados a longa distância. (HARTMANN et al., 2014). Deste contingente apenas 2,5% são rochas silicáticas classificadas como riodacitos que ocorrem intercalados aos basaltos.

1.2 Biodeterioração dos arenitos do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo

O intemperismo biológico, ou biodeterioração, é considerado um mecanismo secundário de degradação das superfícies rochosas (BECKER, 1994 apud DOURADO et al., 2016), gerado pela atividade vital de organismos sobre os materiais, provocando alteração indesejável nas propriedades dos mesmos (PEREIRA, 2012):

Ocorre em meios distintos e inicia pela fixação dos microrganismos sobre o material, fornecendo suporte para o desenvolvimento do biofilme, onde este proporciona à superfície uma aparência esteticamente indesejável, além de causar danos físicos e químicos.

Os principais microrganismos formadores de biofilmes em superfícies externas de edifícios históricos são algas, cianobactérias, bactérias e fungos. Seu crescimento causa descoloração e degradação (CRISPIM, GAYLARDE & GAYLARDE, 2003). Barrionuevo (2004, p. 23) explica que:

Tendo em conta a “bioreceptividade” da superfície pétrea e os fatores meso-ambientais, existe uma ampla distribuição espacial dos organismos que se desenvolvem na superfície rochosa, principalmente embebidos numa matriz polimérica de exopolissacarídeos (biofilme EPS) gerada pelos próprios organismos, cumprindo funções de suporte e adesão à superfície, além de proteção contra a dessecação, iluminação excessiva, danos mecânicos e efeitos erosivos (entre outros mais específicos).

Vários tipos de microrganismos podem ser encontrados colonizando pedras de monumentos. Os líquens, associações simbióticas entre um organismo micobionte (fúngico) com um ou mais parceiros fotobiontes (algas) que resultam em um talo (FERNANDES, 2018) são considerados colonizadores primários e agentes muito agressivos na biodeterioração (DE LOS RÍOS & ASCASO, 2005). Os fungos filamentosos são os principais agentes envolvidos nesse processo, em decorrência de sua ampla capacidade de dispersão pelo ar (RIBEIRO, 2013, p. 18):

Cinco fatores são essenciais para a proliferação de fungos em qualquer substrato: fonte do inóculo, substrato ideal, água, oxigênio e temperatura adequada. Além desses, devem ser considerados também os níveis de CO₂, o pH e, em alguns casos, pressão, luz, e outras formas de radiação.

A forte presença de colonização microbiológica causa a biodeterioração da rocha constituinte por meio da produção de ácidos por esses microrganismos (TASCA, TIZO e RIBEIRO, 2018). Os líquens atuam fisicamente através da penetração das rizinas nas rochas, e quimicamente, através da quelação (BARBOSA, 2009). A rizinas, estruturas que permitem a ligação entre um líquen e o substrato, são as mais responsáveis pelo intemperismo físico e, juntamente com os fatores ambientais, degradam a rocha (AHMADJIAN & HALE, 1973 apud BARBOSA, 2009). Além disso, Barrionuevo (2004, p. 16) enfatiza que:

Os colonizadores primários (bactérias autotróficas, seguidas de bactérias heterotróficas, actinomicetos e fungos) darão posteriormente suporte mecânico e nutricional a outros organismos maiores tais como briófitas e plantas superiores, servindo como nutrientes para miniherbívoros tais como gasterópodos; microherbívoros como vermes, ácaros; e protozoários predatórios como rotíferos.

Nota-se que a dominância de “colonizadores primários” sobre as superfícies rochosas abre caminho para o crescimento de organismos maiores e mais complexos, caracterizando, segundo Barrionuevo (2004) um estado avançado de deterioração devido ao avanço da mata silvestre por sobre as edificações e pisos. No entanto, os microrganismos envolvidos na deterioração dos monumentos de rochas não são apenas aqueles que podemos reconhecer externamente na rocha-monumento (epilítico), mas também aqueles presentes no interior da rocha (endolítico) (DE LOS RÍOS & ASCASO, 2005, p. 181):

Com o desenvolvimento da técnica de microscopia eletrônica de varredura em modo back-scattered (SEM-BSE), que as interações entre microorganismos e substratos líticos foram precisamente examinadas. [...] Nos últimos anos, o MEV ambiental (ESEM) também tem sido usado para analisar os processos de biodeterioração. [...] A resolução aumentada permite que microrganismos epilíticos e endolíticos, bem como minerais próximos, sejam visualizados simultaneamente.

Fica evidente assim, que apenas uma parte dos organismos podem ser identificados pela observação direta da superfície da rocha, fazendo-se necessária a utilização da técnica de microscopia eletrônica de varredura para a obtenção precisa dos seres vivos que constituem o biofilme.

Por fim, Becker (1994) citado em Dourado et. al. (2016) coloca que, além da biocorrosão dos monumentos, as modificações causadas por microrganismos também incluem a alteração do diâmetro do poro das rochas bem como a possibilidade do aumento e propagação das trincas já existentes no material, além de alterações estéticas das fachadas. Isto resulta inúmeras manifestações patológicas, como formação de manchas ferruginosas e crostas, descoloração, descamação superficial e produção de cavidades, buracos e fragmentação, causando assim uma perda irreparável do patrimônio cultural (DE LOS RÍOS e ASCASO, 2005). A partir disto, acabam resultando custos financeiros referentes a reparação de danos, limpeza e restauração (SOUZA, 2018).

Deste modo, se faz necessária a busca por mecanismos eficientes no tratamento da biodeterioração dos arenitos que compõem o acervo pétreo do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo, sendo o objetivo deste trabalho contribuir para a conservação do acervo pétreo do sítio acerca dos agentes degradadores previamente observados.

2 Método

A metodologia adotada foi de explanações teóricas sobre a constituição das rochas e os possíveis agentes causais da biodeterioração, seguido de atividades práticas envolvendo artífices e restauradores locais, orientados pela arquiteta e restauradora Verônica Di Benedetti. As atividades foram realizadas através do Workshop de Biodeterioração de Arenitos oferecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em dezembro de 2018, no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo em São Miguel das Missões/RS.

Para o levantamento dos principais agentes degradadores dos are-

nitos, abordou-se a observação externa das rochas, não realizando identificação a nível de família, gênero e/ou espécie. Foram encontrados musgos e líquens em grande parte dos arenitos.

Para testagem de método de conservação, realizou-se a higienização com o biocida Sal Quaternário de Amônio à 3% em duas fontes, na Cruz Missioneira e em um relógio de sol, todos esculpidos em arenito e mantidos ao ar livre nos arredores do Museu das Missões, no Sítio Histórico São Miguel Arcanjo. A higienização foi realizada seguindo os procedimentos descritos abaixo:

Etapa	Procedimento	Material utilizado	Objetivo
1	Escovação a seco dos arenitos.	Escova oval multiuso de cerdas plásticas macias.	Remoção mecânica inicial dos talos de líquens e musgos;
2	Aplicação de sal quaternário de amônio à 3% seguida de escovação e enxágue com água.	Sal quaternário de amônio 3% e escova oval multiuso de cerdas plásticas macias.	Remoção das estruturas não eliminadas na etapa anterior com ação biocida ¹ .
3	Colocação de compressas embebidas em sal quaternário de amônio à 3% sobre resquícios de talos de líquens e de musgos.	Compressas de algodão hidrófilo; sal quaternário de amônio à 3%.	Prolongamento da ação biocida.
4	Cobertura e isolamento das compressas.	Papel alumínio.	Evitar a volatilização do sal quaternário de amônio à 3%.
5	Reaplicação de Sal Quaternário de Amônio 3% sob escovação, seguido de enxágue, até a remoção completa das estruturas visíveis.	Sal Quaternário de Amônio 3%, escova oval multiuso de cerdas plásticas macias e água.	Remoção completa dos resquícios de talos de líquens e musgos.

Quadro 1: Procedimentos realizados em arenitos de duas fontes, da cruz missioneira e de um relógio do sol no Sítio Histórico São Miguel Arcanjo.



Figura 1: Procedimento de escovação da fonte em arenito, utilizando sal quaternário de amônio à 3%.

Foto: Arquivo próprio.



Figura 2: Fonte em arenito após o procedimento de conservação, contrastando com a parede ao fundo, a qual não recebeu tratamento.

Foto: Arquivo próprio.

3 Resultados e discussão

Por meio da observação externa das rochas, foi identificado o domínio de líquens e musgos em grande parte das estruturas. Os tipos morfológicos de talos de líquens encontrados foram foliosos, crostosos e fruticulosos, conforme suas definições em (HALE, 1979; WEBSTER & WEBER, 2007; AP-TROOT & SCHUMM 2008; CARLILE et al. 2001; apud LIMA, 2013):

O talo folioso apresenta camadas bem definidas. Sua estrutura é formada pelo córtex superior que funciona como uma superfície de proteção, por uma camada de fotobionte e pela medula, com hifas frouxamente organizadas e poucas algas dispersas, e por uma camada inferior denominada córtex inferior, o qual pode apresentar estruturas chamadas rizinas e/ou tomento, que proporcionam a aderência do talo ao substrato. [...]. O talo fruticoso pode assemelhar-se a pequenos arbustos, podendo ser prostrado, ereto, pendente, com simetria radial; em corte transversal são cilíndricos e achatados. Como exemplo têm-se os gêneros *Usnea* e *Ramalina*. [...] O talo crostoso apresenta-se intimamente ligado ao substrato pela medula e pode estar ou não bem delimitado no substrato. Neste tipo não há córtex inferior.

Os procedimentos de conservação abordados durante o workshop sobre biodeterioração de arenitos mostraram-se eficientes na remoção dos talos liquênicos e das briófitas que viam-se aderidas à superfície dos arenitos, embora isto não sirva como evidência de que microrganismos microscópicos formadores de biofilmes tenham sido afetados internamente na rocha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 3: Talo liquênico do tipo crostoso (em branco) em bloco de arenito no Sítio Histórico São Miguel Arcanjo.

Foto: Arquivo próprio.



Figura 4: Talo liquênico do tipo folioso em bloco de arenito no Sítio Histórico São Miguel Arcanjo.

Foto: Arquivo próprio.



Figura 5: Talo liquênico do tipo fruticoso em bloco de arenito no Sítio Histórico São Miguel Arcanjo.

Foto: Arquivo próprio.



Figura 6: Musgos em paredes de arenito no Sítio Histórico São Miguel Arcanjo.

Foto: Arquivo próprio.

A infestação de micro e macrorganismos nos remanescentes arquitetônicos da Redução de São Miguel Arcanjo faz parte de um processo natural dentro do ciclo de vida dos materiais. Diante disto, procedimentos de conservação se fazem necessários como rotina diária de preservação. A infestação biológica ataca os minerais constituintes da rocha, desencadeando processos de degradação o que abrevia seu testemunho cultural. O conceito de ruína adotado na preservação dos remanescentes arquitetônicos da Redução de São Miguel não contribui para a conservação do arenito. Sua superfície em contato direto com agentes de intemperismo promove a aceleração dos processos de decaimento natural da rocha. Embora sua composição mineralógica contribua para sua resistência aos processos naturais de alteração de seus minerais, o arenito é suscetível de degradação. Conhecer os mecanismos no arenito das ruínas da Redução de São Miguel Arcanjo é vital para que as ações conservativas sejam efetivamente dirigidas a preservar um Patrimônio da Humanidade.

Foram identificados, como principais agentes da biodeterioração dos arenitos, os líquens (associação simbiótica entre fungos e algas) de talos crostosos, fruticosos e foliosos e os musgos (briófitas), os quais podem ser removidos através da escovação manual e tratamento com Sal Quaternário de Amônio à 3%.

Como conclusão do curso foi criado um plano de ação, especificando locais, material e procedimentos para a realização de testes de desinfestação biológica pelo período mínimo de um (01) ano, o qual deve ser documentado através de fotos e relatórios semanais, ao fim do qual deverão ser realizados ensaios tecnológicos para corroborar impressões visuais coletadas durante o período.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, H. M. S. *Influência do nitrogênio na produção de substâncias degradadoras do milonito por cladonia substellata (líquen)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- BARRIONUEVO, M. R. E. *Biodeterioração produzida por biofilmes de fungos e cianobactérias nas ruínas jesuíticas das Missões e avaliação do seu controle*. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Microbiologia Agrícola e do Ambiente - Biodegradação, Biocorrosão e Biodeterioração) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BELLO, D. P. P.; et. al. Uso de biocidas y mecanismos de respuesta bacteriana. *Revista Cubana de Investigaciones Biomédicas*, Colombia, v. 37, n.3, 2018.
- CRISPIM, C. A.; GAYLARDE, P. M. GAYLARDE, C. C. Algal and Cyanobacterial Biofilms on Calcareous Historic Buildings. *Current Microbiology*, v. 46, p. 79–82, 2003.
- CUSTÓDIO, L. A. B. *A Redução de São Miguel Arcanjo: Contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira*. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- DOURADO, M. L. et al. Avaliação da biodeterioração das rochas gnáissicas do Mosteiro de São Bento. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24, 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2016.
- FERNANDES, R. F. *Caracterização espectroscópica de líquens do Brasil e da Antártida*. 2018. 159 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2018.
- HARTMANN, Léo A.; BAGGIO, Sérgio B. (Org.) *Metalogenia e Exploração Mineral no Grupo Serra Geral*. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2014.
- LAMA, E. A. Geologia e herança cultural. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 36, n. 2, p. 379-381, 2006.
- LIMA, E. L. *Riqueza e composição de líquens corticícolos crostosos em área de Caatinga no Estado de Pernambuco*. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- MEIRA, A. L. G. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Arquitetura, 2008.

- MORELATTO, Rodrigo. *Bacia do Paraná*. Sumário Geológico e Setores em Oferta. Rodada Brasil 15 - Concessões de Petróleo e Gás. [S.l.: s.n.], 2017.
- PEREIRA, L. M. *Avaliação das patologias e da biodeterioração na biblioteca central da UFSM*. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Santa Maria, 2012.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 9 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.
- RIBEIRO, E. Fungos na biodeterioração de livros em ambientes bibliotecários nos últimos 35 anos (1977 – 2012). *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.9, n.1, p. 17-27, jan./dez. 2013.
- RÍOS, A. de L.; ASCASO, C. Contributions of in situ microscopy to the current understanding of stone biodeterioration. *International Microbiology*. Madrid, v.8, p. 181-188, 2005.
- RODRIGUES, P. N. *Caracterização das Argamassas Históricas da Ruína de São Miguel Arcanjo/RS*. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Santa Maria, 2013.
- SOUZA, M. L. R. *Análise das manifestações patológicas e suas respectivas terapias em fachadas com aplicação de revestimentos de rochas ornamentais*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2018.
- STELLO, V. F. *Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- STELLO, V. F.; SILVA, L. C.; VILLEGAS, M. M. Conservação e Valorização do Patrimônio Missioneiro – Caso de São Miguel Arcanjo. *ARQUITEC*, Cruz Alta, n. 1, p. 23-38, set. 2003.
- TASCA, B. N. S., RIZZO, A. C. L., RIBEIRO, R. C. C. Biodeterioração da fachada do Real Gabinete Português de Leitura. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 26, 2018, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2018.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 06/08/2019

APLICAÇÃO DA TERMOGRAFIA NA DETECÇÃO DE PATOLOGIAS EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

APPLICATION OF THERMOGRAPHY IN THE DETECTION OF PATHOLOGIES IN HISTORICAL BUILDINGS

Danieli Faccin Bernardi¹
Caryl Eduardo Jovanovich Lopes²

RESUMO

Preservar a arquitetura histórica brasileira ainda constitui um assunto complexo e amplo, cujas barreiras vêm sendo rompidas à medida que a sociedade é educada para compreender o significado e a memória associados a tais monumentos. Surge assim a necessidade de prolongar a vida útil das construções antigas, e neste contexto estudos acadêmicos aliados ao uso de tecnologias podem oferecer análises estruturais e patológicas precisas e completas. A falta de manutenção das edificações históricas é responsável pela degradação das mesmas. Processos patológicos como lesões físicas podem ocasionar umidade, uma das patologias mais recorrentes, porém nem sempre visível. Neste sentido, a termografia infravermelha constitui-se de um ensaio não-destrutivo, proporcionando o levantamento de eventos patológicos não visíveis através de sinais elétricos que captam a mudança de temperatura de um corpo por intermédio de imagens térmicas, a heterogeneidade obtida determina causas e consequências. A termografia não implica em contato físico e é realizado em tempo real, entretanto ainda se faz pouco presente em estudos de restauração e afins devido ao custo do equipamento e a falta de profissionais capazes de analisar os resultados obtidos. Este trabalho tem um intuito de elucidar métodos de verificação desta tecnologia aplicada ao levantamento de danos em edificações históricas.

Palavras-chave: Edificações Históricas. Patologia. Termografia.

ABSTRACT

Preserving brazilian historical architecture is still a complex and broad subject, whose barriers have been broken as society is educated to understand the meaning and memory associated with such monuments. Thus, the need to extend the useful life of the old constructions arises, and in this context academic studies allied to the use of technologies can offer precise and complete structural and pathological analyzes. The lack of maintenance of historical buildings is

1 Universidade Federal de Santa Maria-RS. Centro de Tecnologia. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: Rua Franklin Bittencourt Filho, nº 160, apto 201, Bairro Camobi, Santa Maria-RS, CEP:97.105-150. E-mail: danielifaccin@hotmail.com

2 Universidade Federal de Santa Maria-RS. Centro de Tecnologia. Docente no Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: Av. Roraima, Prédio 30, Sala 214, Bairro Camobi, Santa Maria-RS, CEP: 97.105-900. E-mail:arqcaryl@gmail.com

responsible for their degradation. Pathological processes like physical injuries can cause humidity, one of the most recurrent pathologies, but not always visible. In this sense, infrared thermography consists of a non-destructive test, providing the survey of pathological events not visible through electrical signals that capture the temperature change of a body through the thermal image, the obtained heterogeneity can determine causes and consequences. The thermography does not imply physical contact and is performed in real time, however it is still little present in restoration and related studies due to the cost of the equipment and the lack of professionals able to analyze the results obtained. This work has the purpose of elucidating methods of verification of this technology applied to the survey of damages in historical buildings.

Keywords: Historical Buildings. Pathology. Thermography.

INTRODUÇÃO

Edificações históricas constituem a marca, a memória e a identidade cultural de um grupo ou uma sociedade, é através da memória que as pessoas se identificam entre si e com sua própria cultura (BATISTA, 2005, p. 29), promovendo a sensação de pertencimento a um local. Relacionar a história contada aos elementos palpáveis que remetem a ela, neste caso, o patrimônio material, faz-se fundamental para compreender o significado e a relevância desta palavra como base para justificar o dilema ainda recorrente e pouco abordado no Brasil, sobre o porquê preservar uma edificação, muitas vezes com alto nível de degradação, quando poder-se-ia simplesmente construir outra em seu lugar.

A palavra patrimônio se adaptou as mais diferentes significações³ que lhe foram aplicadas ao longo do tempo, Choay (2000, p. 11) define o patrimônio histórico como um fundo destinado ao usufruto da sociedade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que unem seu pertencimento ao passado, como “obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos”. A autora ainda discorre sobre um ponto chave deste tema ao dizer que “o patrimônio histórico e os comportamentos que lhes estão associados encontram-se presos em estratos de significação cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões do mundo” (CHOAY, 2000, p. 11), e esta percepção ainda se faz perceptível na maneira como o assunto é tratado, nas dificuldades empregadas para a salvaguarda destes bens ou nas mais diversas questões que envolvem a conservação de tais obras.

3 O livro *A Alegoria do Patrimônio*, de Françoise Choay, traz mais profundamente quais são as significações do conceito de Patrimônio Histórico ao longo do tempo e o que é o surgimento da “Arquitetura Menor” e como ela introduz ao que é entendido atualmente sobre o que são bens históricos.

O reconhecimento do patrimônio é um crescente, devido à valorização econômica dos sítios onde estes bens se encontram através da especulação imobiliária, a exploração em prol do desenvolvimento turístico e do florescimento da conscientização popular e governamental no tocante ao assunto, entretanto como Choay (2000, p. 11) enfatiza “o culto prestado hoje em dia ao patrimônio histórico exige [...] um questionário, uma vez que ele é o revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nela existem”.

De acordo com Gioeni⁴ (2006), Bardeschi defende que é preciso “Saber conservar para inovar”, e entende a existência dos dois lados, a conservação como sendo o respeito pela existência da edificação, enquanto inovação é o reconhecimento da autonomia do projeto do que é novo, ambos conceitos reiteram permanência e mutação, se opondo na relação com a realidade comum, porém essenciais para manutenção do equilíbrio. Gioeni ainda retrata que a arquitetura como um artefato, onde não se consideram apenas valores teóricos, estéticos e contemplativos, mas seu senso de funcionalidade, deste ponto de vista, a preservação só pode implicar na reutilização pois como cita a autora, sem uso não se pode esperar que o patrimônio seja preservado. Assim, a compreensão gerada ao longo dos séculos sobre este conceito traz uma abordagem contemporânea do patrimônio, sintetizando que o mesmo deixou de se ater apenas as qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades (CORTIZO, 2007, p. 27).

Considerável parcela das edificações históricas encontra-se degradada em virtude da ação do tempo, de agentes atmosféricos e climáticos, da ação humana e de outros agentes de caráter natural e variável. É sabido que processos de restauração são mais onerosos, necessitam de mão-de-obra qualificada e envolvem materiais e técnicas que não pertencem mais a atualidade, destarte o diagnóstico do estado de conservação é sempre o primeiro passo antes de intervir em edificações históricas, constitui-se uma análise minuciosa e complexa que envolve diversas causas e consequências para os processos patológicos existentes. As possibilidades de métodos de diagnóstico nestes casos são inúmeros, mas podem ser divididos em análises destrutivas e não-destrutivas, no entanto quando se trata de edificações históricas, alguns autores defendem que estes ensaios devem ser de

4 Laura Gioeni é autora da revisão do livro de Marco Dezzi Bardeschi *“Teoria e Pratica della conservazione dell’architettura”*, apresentado no Seminario Nazionale Monumenti e ambienti restauratori del secondo novecento. Devido à falta de acesso ao livro, utilizou-se a revisão encontrada pois o conteúdo é de grande relevância.

natureza não-destrutiva a fim de não causar danos adicionais são bem (DORREGO, J. et al., 2003, p. 1). O mercado da construção civil investe constantemente em tecnologia, dispondo de equipamentos que possibilitam estudos aprofundados e com respostas quase instantâneas, como é o caso da termografia infravermelha que permite visualizar elementos construtivos, patologias e materiais invisíveis a olho nu.

Após abordar o que o patrimônio histórico significa - salientando que este assunto deve ser lembrado e reescrito porque ainda se sabe e se discute tão pouco sobre o tema -, o artigo traz como foco analisar a imprescindibilidade da aplicação da termografia infravermelha na análise patológica em edificações históricas, uma análise teórica e fundamental para a disseminação desta técnica já tão difundida na Europa e que vem sendo lentamente trabalhada e tratada no Brasil.

1 Conceito e aplicabilidade da termografia infravermelha em edificações históricas

A termografia nada mais é que a percepção da temperatura superficial de um corpo através da emissão de radiação térmica, em corpos com temperatura acima de Zero Absoluto, ou seja $-273,15^{\circ}\text{C}$ (CORTIZO, 2007, p. 36). Mediante o uso de termo visores, responsáveis por coletar e medir a intensidade da radiação nas superfícies dos objetos, é possível analisar as diferentes temperaturas em uma fachada, por exemplo, permitindo ver possíveis patologias, tubulações ou mesmo distinguir a alvenaria de um elemento estrutural (BARREIRA; DE FREITAS, 2007).

1.1 Definição de termografia infravermelha

A história da termografia infravermelha iniciou a mais de 200 anos, quando William Herschel (1800) descobriu a radiação infravermelha, mais tarde seu filho John Herschel (1840) fez as primeiras imagens utilizando o sistema infravermelho por meio da técnica evaporográfica, seguido por Henry Becquerel (1843) que verificou a capacidade de certas substâncias expostas a radiação infravermelha de emitir luminescência, possibilitando produzir emulsões fotográficas, além de explorar a sensibilidade a radiação destas substâncias. (WILD, 2007; HOLST, 2000; VERATTI, 1992). Muitos outros nomes surgiram ao longo destas duas décadas, aperfeiçoando as descobertas feitas por seus antecessores, como Thomas Johann Seebeck (1821), Samuel Langley (1880), Case (1917), e Czerny (1929) que desenvolveu o primeiro termógrafo usado como sistema de visão noturna, para fins de uso na Segunda Guerra Mundial, aplicado em tanques de guerra alemães

na invasão a Rússia (WILD, 2007; VERATTI, 1992), ainda conforme Veratti (1992), em resposta ao termógrafo desenvolvido pelos alemães, os Estados Unidos desenvolveram o sistema FLIR (*Foward Looking Infra Red*), aprimorado constantemente durante décadas, com foco em armamentos militares. Em 1946, o escâner de infravermelho desenvolvido pelos Estados Unidos levava horas para gerar um termograma, entretanto no início de 1990 o sistema de termografia infravermelha já permitia gerar várias imagens térmicas em apenas um segundo através do sistema CCD (*Charge Coupled Device*) (VERATTI, 2007).

O sistema de termografia infravermelha se expandiu, e atualmente sua aplicação se dá em todas as áreas que estudam e analisam processos que levam a mudança de temperatura, seja na medicina, na inspeção de equipamento elétricos e eletrônicos, na indústria, mecânica, na construção civil e tantas outras áreas. Tratando da construção civil, tema de discussão deste artigo, a termografia permite a visualização do que o olho humano não pode ver, pois a lente infravermelha do equipamento converte a radiação refletiva na superfície de um elemento, como uma parede, em sinais elétricos que são transformados em pixels, gerando a imagem instantaneamente (WILD, 2007). Conforme Veratti (1992), o infravermelho distingue um objeto ou elemento contra um plano se houver contraste suficiente entre ambos, este contraste é a diferença de intensidade de radiação, e esta capacidade de percepção é denominada de Resolução Óptica do sistema, assim para garantir que a imagem possua a qualidade adequada é preciso haver contraste térmico, sensibilidade e boa resolução térmica.

Os autores Spodek e Rosina (2009), bem como Bauer e Pávon (2015) afirmam que devido a termografia infravermelha se basear no princípio de radiação de calor de uma superfície, quando ocorre uma perturbação no fluxo desse calor, com aparecimento de regiões localizadas onde as temperaturas se mostram diferentes e sem nenhuma alteração visível externamente nesta superfície, pode-se mapear as anomalias internas. Esta técnica permite a visualização nos mais diferentes materiais da construção civil em uma profundidade de aproximadamente 10 cm (MAIERHOFER; RÖLLING; KRANKENHAGEN, 2010). O resultado da medição de temperatura é o termograma (imagem), porém é preciso conhecer os diversos parâmetros específicos do equipamento para se obter uma análise concisa dos dados, bem como saber avaliar o que cada heterogeneidade apontada significa (BAUER; PÁVON, 2015).

A aplicação deste sistema não-destrutivo de imageamento termal pode ser através da técnica passiva, quando os materiais ou as superfícies já contêm energia térmica ou são estimulados por uma fonte natural (ener-

gia solar), ou a técnica ativa quando envolve o aquecimento do material com intuito de causar o fluxo térmico e gerar a perturbação necessária para detecção das possíveis anomalias (MALDAGUE, 2001 *apud* CORTIZO, 2007, p. 36).

1.2 Termografia infravermelha aplicada a edificações históricas

Eduardo C. Cortizo se configura com um dos primeiros autores brasileiros a tratar sobre a utilização da termografia infravermelha em análises de edificações patrimoniais, e ele fala que quando a identificação patológica é realizada por meio da visibilidade destas manifestações, tal técnica implica em submeter a edificação a uma variável de extrema importância, ou seja, o tempo, concomitantemente Cortizo (2007, p. 29) ressalta que há a necessidade básica de minimizar estes processos patológicos, impedindo o surgimento dos mesmos no sistema construtivo, de modo que o diagnóstico preventivo das manifestações permita que a edificação intervenha com antecedência e não evolua para um alto nível de degradação e comprometimento da sua vida útil.

As patologias presentes nas obras históricas apresentam similaridade nas consequências, porém, as causas são algumas vezes oriundas de uma série de fatores específicos, devido as singularidades presentes em cada edificação. Como consequências das manifestações patológicas incidentes em uma construção histórica, podem surgir aparecimento de manchas superficiais causadas por umidade, umidade por capilaridade biodegradação, fissuras, fungos e mofo, trincas e fissuras ou destacamento de revestimentos, contudo a causa pode ser uma ação direta e primária, indireta e secundária, ou um conjunto de solicitações atuando conjuntamente ou não (CORTIZO, 2007, p. 28; MORESCO et al, 2015).

À vista da importância de preservar o patrimônio edificado, valendo-se da tecnologia, muitas questões devem ser consideradas, uma delas é entender que as edificações antigas possuem estrutura heterogênea, através do emprego de materiais que divergem dos utilizados atualmente (tijolo, pedra, argamassa, gesso, madeira, metal, etc.) com propriedades comportamentais distintas (MAIERHOFER; RÖLLING; KRANKENHAGEN, 2010), bem como a quase constante inexistência de projetos arquitetônicos e complementares que indiquem onde as ligações de água, esgoto ou luz se encontram dentro da estrutura e os elementos construtivos empregados. Um exemplo recorrente se relaciona à análise das propriedades térmicas dos materiais utilizados na construção histórica, onde pela ação de agentes atmosféricos e climáticos aliados à falta de manutenção da edificação podem criar uma cadeia de acontecimentos que levam ao surgimento de doenças

na edificação, como a dilatação e contração da argamassa de revestimento externo de uma fachada devido a exposição à insolação e ao frio pode gerar o surgimento de microfissuras no revestimento, aliado à falta de manutenção regular da fachada (pintura) e à ação de chuva com incidência de vento, pode levar a umidade a incidir diretamente na fissura, transferindo-a para o interior da estrutura da fachada, podendo ocasionar ao longo da vida útil da edificação eflorescências, criptoflorescências, bolhas de umidade e tantos outros processos patológicos. O processo patológico é complexo e silencioso, e neste sentido, utilizando o exemplo anterior para reforçar a importância da aplicação da termografia em edificações históricas, o uso do equipamento poderia captar a existência da microfissura, bem como da umidade local e antever as medidas terapêuticas a serem tomadas, evitando assim todo o desencadear do processo.

Este equipamento se mostra muito bem adaptado para avaliar diferentes problemas em edifícios do patrimônio cultural, e neste sentido são discutidos os antecedentes físicos, equipamentos, influências ambientais além das já mencionadas propriedades do material. De acordo com os autores, a termografia pode ser entendida como um recurso de abordagem holística (MAIERHOFER; RÖLLING; KRANKENHAGEN, 2010). Barreira (2004, p. 80) conclui e enfatiza que “a utilização da termografia é sobretudo eficaz para obter informação inicial sobre as anomalias, sendo a sua principal função inspecionar o elemento construtivo numa fase preliminar do estudo”.

2 Método

Após a determinação, de forma sucinta e não tão técnica do que é, da importância de se utilizá-lo em uma área tão carente de estudos e de quais são seus benefícios, faz-se necessário entender o método de aplicação da termografia infravermelha, ou seja, quais são os condicionantes que implicam na captação de dados corretos e confiáveis, bem como entender os fatores passíveis de interferir nas leituras térmicas feitas pelo equipamento.

Para a utilização da termografia quantitativa⁵, de acordo com Silva (2012), é necessário registrar e introduzir uma série de parâmetros, como a temperatura ambiente, umidade relativa do ar, distância à superfície, emissividade e refletividade, para que a análise da imagem possa quantificar as variações de temperatura superficial. Atualmente existem diversas normas

5 Por termografia quantitativa entende-se a aplicação prática da técnica, levando em consideração a análise e interpretação das imagens térmicas e de dados ambientais.

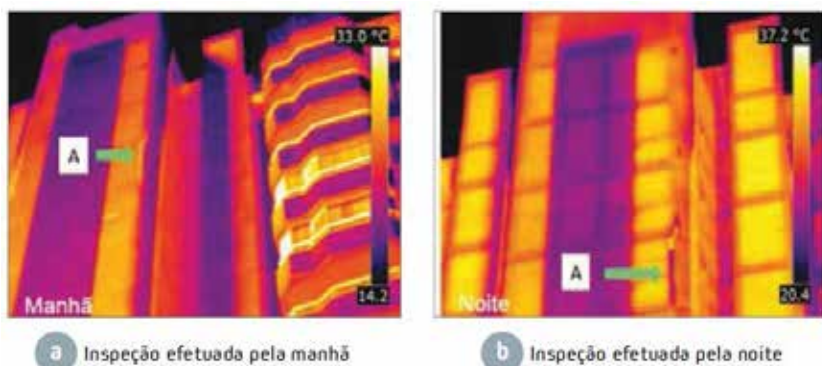
brasileiras (NBR 15424 e 16292), americanas (ASTM C1060-11a; C1153-97; E1933-99a; E2339), europeias (EN 1767; 13187) e internacionais (ISSO 6781) que regulam os procedimentos termográficos, nas suas diversas possibilidades de aplicação.

As normas tem a função, através do estabelecimento de critérios, de garantir que a análise do termograma, os fatores de aplicabilidade e as variáveis sejam igualmente interpretadas por diferentes especialistas, e ainda sim estes, obtenham conclusões idênticas (GARCIA, 2014, p. 13). As normas possuem especificações de acordo com a tipologia construtiva da edificação, a norma europeia EM 13187 (*Thermal performance of buildings – Qualitative detection of thermal irregularities in building envelopes – Infrared method*), trata dos métodos de exame termográfico para detecção de irregularidades térmica em fachadas de edifícios, buscando sempre a mesma sequência de objetivos:

- a. Determinação da distribuição da temperatura aparente na superfície das fachadas;
- b. Localização de pontos ou áreas onde exista uma distribuição temperatura anormal;
- c. Avaliação detalhada do tipo, extensão e importância dos defeitos observados.
- d. De acordo com a norma, alguns trabalhos devem ser previamente feitos a fim de conhecer as características da fachada onde aplicar-se-á o método:
- e. Levantar informação sobre o edifício, detalhes da fachada, documentos de construção, orientação geográfica;
- f. Compilação de termogramas de referência de fachadas similares;
- g. Condições climáticas exteriores e interiores que podem ter influência na inspeção;
- h. Ângulo e geometria do alvo.
- i. A EM 13187 também identifica as principais condições prévias a serem levadas em consideração para a realização da inspeção:
- j. A diferença entre a temperatura exterior e interior deve ser suficientemente grande para a detecção de irregularidades térmicas;
- k. A temperatura e a pressão devem permanecer constantes;
- l. Não se efetuará com exposição solar direta;
- m. Não se efetuará quando o vento varie consideravelmente.
- n. O ensaio não deve ser realizado quando a temperatura exterior ou interior tenha significativa variação de temperatura;

A reflexão sobre o produto da termografia, sem dúvida, é uma das maiores dificuldades encontradas nesta área, sendo fundamental conhecer a fundo o que é a análise do fluxo térmico e como permite identificar patologias. Enquanto durante o dia as fachadas da edificação absorvem radiação solar, durante a noite elas dispensam esse calor, e por isso é possível analisar em termogramas, a perturbação de temperatura de um elemento patológico, como na imagem abaixo:

Figura 1 – Montagem de imagens térmicas de uma mesma fachada em dois momentos diferentes do dia

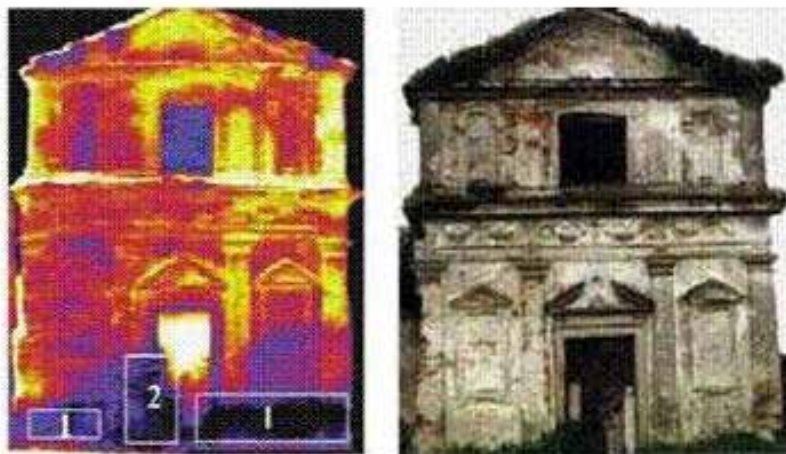


Fonte: Adaptado de Bauer e Pávon, 2015

3 Resultados e discussão

Apesar compilação, aqui apresentada, de diversos pontos positivos sobre a utilização da termografia infravermelha no estudo de patologias invisíveis ao olho humano, em edificações históricas, infelizmente ainda existem poucos autores que abordam esta técnica não-destrutiva em fachadas históricas. Abaixo seguem alguns exemplos e explicações extraídos de estudos sobre a aplicação prática deste equipamento.

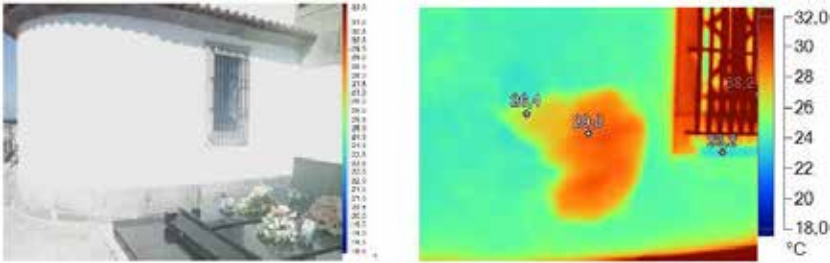
Figura 2 – Montagem de imagens térmicas e foto da fachada da igreja de San Omobono, em Cremona, Itália



Fonte: Adaptado de Maldague (2001) apud Cortizo (2007)

Na imagem acima, extraída da tese do Cortizo (2007, p. 55), traz o exemplo de um estudo de fachada de uma edificação com elevado grau de deterioração, dentre tantas patologias perceptíveis, a termografia permite afirmar a incidência de umidade capilar incidindo na superfície. Ainda de acordo com Maldague (2001 apud CORTIZO, 2007, p. 54), na aplicação da termografia na construção civil, a variação de temperatura de 1°C até 2°C (2 a 4°F) em uma superfície, geralmente é indicativo da existência de problemas. A partir de 4°C ($\cong 7^{\circ}\text{F}$) pode-se afirmar a existência de anormalidade no corpo. É importante entender o processo de ponte térmica para avaliações de termogramas, pois ela ocorre quando a diferença de temperatura entre o ambiente interno e externo é considerável, nestes casos, a água existente dentro da estrutura aquece mais rapidamente que a própria alvenaria, aparecendo como uma área quente na imagem térmica enquanto a parede seca pode aparecer como uma área fria, gerando possíveis divergências de interpretação dos dados coletados.

Figura 3 – Montagem de imagens térmica e foto da fachada externa de uma edificação residencial



Fonte: (PEREIRA; VALE; VENCESLAU, 2017)

Na figura 3, mesmo não sendo perceptível na fotografia da fachada, no termograma é possível ver nitidamente uma área com temperatura elevada, neste caso a diferença térmica é de 3°C, indicando o provável acúmulo de ar entre o revestimento e a alvenaria que se caracteriza pelo descolamento do revestimento (PEREIRA; VALE; VENCESLAU, 2017).

Figura 4 – Observatório astronômico da UFRGS, incidência de descolamento de revestimento e incidência de umidade e imagens térmicas na área não descolada e da área descolada



Fonte: Mario (2011)

Na figura 4 é observado que a área com revestimento descolado apresenta temperatura superior a área onde não há descolamento, o revestimento com umidade capilar também apresenta mudança de temperatura. A falta de imagens que exemplifiquem mais casos aplicados às fachadas de edificações históricas se mostrou um desafio de pesquisa, entretanto é indiscutível o nicho de mercado e de estudo a ser explorado, para que os resultados obtidos sejam mais amplos e que o patrimônio nacional possa se beneficiar da evolução tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens térmicas contribuem, e podem contribuir ainda mais, no processo de conservação, restauração e manutenção de edificações históricas brasileiras, auxiliando na indicação da origem ou consequência de patologias que incidem nas fachadas e facilitando o desenvolvimento de mapas de danos, etapa de extrema importância para a elaboração de projetos de recuperação, proporcionando assim o aumento da vida útil destes bens arquitetônicos e permitindo que as futuras gerações também compartilhem destas obras que contam a história das cidades, de culturas e épocas.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, E.; DE FREITAS, V. P. Evaluation of building materials using infrared thermography. *Construction and Building Materials*, v. 21, n. 1, p. 218–224, jan. 2007.

BARREIRA, Eva S. B. M. *Aplicação da termografia ao estudo do comportamento higrotérmico dos edifícios*. 2004, 183 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2004.

BATISTA, C. M. (Org.). Memória e Identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Redalyc: Sistema de Información Científica; Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal, Rio de Janeiro*, v. 5, n. 3, p. 27-33, fev. 2005. Disponível em: <caderno@ivt-rj.net>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BAUER, Elton; PÁVON, Elier. Termografia de infravermelho na identificação e avaliação de manifestações patológicas em edifícios. *Concreto & Construções: Requisitos de projeto, normalização e execução para estruturas com longa vida ÚTIL*, São Paulo, v. 3, p.93-98, jul.- set. 2015.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

CORTIZO, Eduardo C. *Avaliação da técnica de termografia infravermelha*

lha para identificação de estruturas ocultas e diagnóstico de anomalias em edificações: Ênfase em edificações do patrimônio histórico. 178 f. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/SBPS-7BDMGJ>>. Acesso em: 15 maio 2019.

DORREGO, J.; LUXAN, M. P.; DORREGO, F. Damage detection and localization of reinforcement elements in historic buildings with infrared thermography. In: *Advances in concrete structure. Xuzhou Jiangsu.* China: ACI – RILEM – NNSF, 2003.

EN 13187 (1999): *Thermal performance of buildings – Qualitative detection of thermal irregularities in building envelopes – Infrared method.*

GARCIA, João R. R. *Potencialidades da termografia para o diagnóstico de patologias em edifícios.* 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2014.

GIOENI, Laura. *Marco Dezzi Bardeschi: Teoria e Pratica della conservazione dell'architettura.* Nápoles: II Università di Napoli, 2006.

HOLST, Gerald C. *Common Sense approach to thermal imaging.* Winter Park (FL): JCD Publishing, 2000.

MAIERHOFER, Cristiane; RÖLLING, Mathias; KRANKENHAGEN, Rainer. Integration of active thermography into the assessment of cultural heritage buildings. *Journal of Modern Optics*, Reino Unido, v. 57, p. 1790-1820, 2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/09500341003703497?scroll=top>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MARIO, Mauro. *Uso da termografia como ferramenta não-destrutiva para avaliação de manifestações patológicas ocultas.* 2011. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2011.

MORESCO, J. et al. Termografia infravermelha na detecção de manifestações patológicas em fachadas com revestimento argamassado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PATOLOGIA E RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS, 11., 2015, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: ALCONPAT, 2015.

PEREIRA, Luís Bravo; VALE, Clara Pimenta do; VENCESLAU, Ruben. Imagens multiespectrais e termográficas aplicadas ao estudo de Património Arquitectónico. *Congresso da Reabilitação do Património*, Universidade de Aveiro, p.205-214, 2017.

SILVA, D. D. S. *Diagnóstico de patologias em fachadas utilizando termografia.*

2012, 82 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)- Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2012.

SPODEK, Jonathan; ROSINA, Elisabetta. Application of Infrared Thermography to Historic Building Investigation. *Journal Of Architectural Conservation*, Reino Unido, v.15, n.1, p. 65-81. 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13556207.2009.10785040>>. Acesso em: 10 maio 2019.

VERATTI, Attilio Bruno. *Termografia: princípios, aplicações e qualidade*. São Paulo: ICON Tecnologia, 1992.

WILD, Walter. Application of infrared thermography in civil engineering. *Proceedings Of The Estonian Academy Of Sciences Engineering*, Alemanha, v. 13, n. 4, p.436-444, 17 jul. 2007.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O ENSINO-APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA NAS UNIVERSIDADES DE CURITIBA E FERRARA

THE CULTURAL HERITAGE PRESERVATION AND THE TEACHING-LEARNING PROCESS OF CURITIBA AND FERRARA UNIVERSITIES.

Fernanda Cé Bogucheski¹

Leticia Gutierrez Prochmann²

Moara Zuccherelli³

RESUMO

O presente estudo relata as semelhanças e diferenças entre o percurso formativo das disciplinas relacionadas com a conscientização, conservação e restauro do patrimônio arquitetônico no ensino superior em Curitiba, Brasil e em Ferrara, Itália. O objetivo é demonstrar o quanto a graduação pode influenciar no compromisso real e no efetivo interesse de uma atuação responsável dos futuros arquitetos com a preservação do patrimônio cultural, que aqui se entende como testemunha viva de uma memória coletiva a ser transmitida de forma idônea às gerações futuras. A partir de uma análise comparativa direta entre as grades curriculares destes cursos de Arquitetura e Urbanismo buscamos elencar os pontos de destaque, positivos ou negativos, com relação ao tema patrimonial. Analisando as cargas horárias das disciplinas e os métodos de ensino de universidades públicas e privadas em Curitiba e da *Università degli Studi di Ferrara* - considerada atualmente a melhor universidade de arquitetura da Itália - e, por meio do levantamento quantitativo dos trabalhos de conclusão de curso que se referem ao tema do patrimônio, busca-se mapear o efetivo interesse despertado pela disciplina no corpo discente em relação aos demais campos de atuação do arquiteto.

Palavras-chave: Formação. Patrimônio arquitetônico. Grade Curricular. Curitiba. Ferrara.

ABSTRACT

The present study reports the similarities and differences between the formative course of the disciplines related to the awareness, conservation and restoration of the architectural patrimony in higher education in Curitiba, Brazil and Ferrara, Italy. The objective is to demonstrate how the degree can influence the real commitment and the effective interest of a

1 **Fernanda Cé Bogucheski** | Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela PUC-PR e UNIFE | fernandacebogucheski@gmail.com | Curitiba PR

2 **Leticia Gutierrez Prochmann** | | Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela PUC-PR e UNIFE | leticia.gprochmann@gmail.com | Curitiba PR

3 **Moara Zuccherelli** | Arquiteta. Professora de Arquitetura e Urbanismo na PUCPR | moara.zuccherelli@pucpr.br | Curitiba PR

responsible action of the future architects within the preservation of the cultural patrimony, that here is understood as living witness of a collective memory to be competently transmitted to the future generations. From a direct comparative analysis between the Architecture and Urbanism curricular grade, we seek to list the highlights, positive or negative, related to the patrimonial theme. Weighting the time loads of the disciplines and teaching methods of selected public and private universities in Curitiba and the Università degli Studi di Ferrara, currently considered the best university of architecture in Italy and, through a quantitative survey of the conclusion work thesis referred to the theme, it is finally sought to map the effective interest aroused by the discipline in the students compared to others.

Keywords: Graduation. Architectural Heritage. Curriculum. Curitiba. Ferrara.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir do ano de 2013, projetos de intervenção no patrimônio histórico, cultural e artístico, assim como a sua execução, são de atuação exclusiva de arquitetos e urbanistas, portanto estes profissionais devem ter consciência da sua importância no papel de preservação da história, por meio da salvaguarda dos bens históricos patrimoniais. Segundo um censo realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), em 2015, com mais de 80 mil arquitetos e urbanistas, apenas 1,78% dos profissionais ativos, que emitem Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) no país desenvolvem projetos relacionados ao patrimônio histórico.

Neste artigo partimos do pressuposto de que a formação de base do arquiteto - ou seja, a graduação - está conectada diretamente às escolas que o futuro profissional fará, uma vez que é a oportunidade onde ele fundamentará as bases teóricas e projetuais que influenciarão suas ações futuras, assim como seu interesse pelos diversos campos de atuação na profissão. Acreditamos, portanto, que o incentivo em relação ao estudo e à projeção do patrimônio edificado, nas universidades, pode ser um fator de mudança na situação atual do país, onde diversos bens patrimoniais são perdidos devido ao descaso, falta de manutenção e uso inadequado dos edifícios históricos. A partir desta premissa procuramos conhecer como as disciplinas relacionadas a salvaguarda do patrimônio vem sendo aplicadas em algumas universidades em Curitiba e analisar a influência tanto dos métodos de ensino utilizados como das diretrizes educacionais governamentais em relação ao interesse do aluno neste campo de atuação. Do mesmo modo estudamos a atuação desta disciplina na Itália, onde desde 1925, os projetos de restauro são atribuição exclusiva dos arquitetos, garantindo, há quase cem anos, a formação de um profissional consciente de suas obrigações com a preservação dos bens históricos culturais.

1 Metodologia

Para a realização deste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica - artigos e normativas brasileiras e estrangeiras - para compreender tanto o panorama legal como o teórico, no cenário do ensino da disciplina de patrimônio nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Para o levantamento quantitativo do recorte aqui feito foram selecionadas quatro universidades curitubanas, baseando-se nas últimas notas emitidas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), número de ingressos e tipo da instituição - pública ou privada. Foram, também, contatadas as coordenações destes cursos analisados para solicitação dos seguintes documentos: grades curriculares, ementas das disciplinas, regimentos internos e listagens dos temas dos trabalhos finais de graduação (TFG ou TCC, como são chamados) de cada instituição.

2 As disciplinas relacionadas ao patrimônio, nos cursos de arquitetura e urbanismo

Infelizmente a história brasileira é marcada por inúmeros e recorrentes exemplos de perda de seu patrimônio. Dentre diversos exemplos, podemos citar o caso recente do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, em setembro de 2018, perdeu não só grande parte do seu acervo mas também boa parte de sua estrutura num devastador incêndio que, presume-se, tenha ocorrido principalmente devido à falta de manutenção e fiscalização. Perdas históricas significativas, por diversas causas, sejam elas por “arruinamentos súbitos provocados por incidentes catastróficos causados por fatores antrópicos ou naturais” (guerras, demolições criminosas ou enchentes, por exemplo), ou então “derivados da incúria dos bens culturais” (onde se encaixa o caso do incêndio do Museu Nacional), são pontos importantes para discussão⁴ (RODRIGUES, 2018):

Há uma sensível diferença na interpretação simbólica de um arruinamento derivado de uma fatalidade como um sismo, uma enchente, ou até mesmo uma guerra, e a destruição de um patrimônio por negligência, em que se acrescenta à dor da perda o sabor amargo da culpa, na medida em que se interpõe a seguinte questão: essa destruição poderia ter sido evitada? (RODRIGUES, 2018)

4 RODRIGUES, A. R. O Museu Nacional do Rio de Janeiro: algumas asserções sobre as ruínas da incúria e do incidente. Revista Restauro, 2018.

Por não ser um fenômeno isolado e muito menos raro, estes “incidentes” se colocam como uma perda muito mais dolorosa para a história de um lugar, exatamente por materializar um processo recorrente de descaso com o patrimônio. A professora doutora da Faculdade de Arquitetura de São Paulo, Beatriz Mugayar Kühl, coloca a questão do patrimônio como uma incógnita⁵ em nossa sociedade, configurando-se mais como uma problemática do que como uma testemunha histórica propriamente dita:

No entanto, a verdade é que atualmente o papel dos monumentos para nossa sociedade não é nítido e não temos definidos os critérios para sua preservação, e isso transparece na falta de clareza conceitual de muitas de nossas ações em relação aos bens culturais. Cabe repensar a questão, voltar às suas raízes, e tentar voltar a entender por que preservar. Essa pergunta deveria levar ao “o que” preservar e, por conseguinte, ao como fazê-lo. (KÜHL, 2006)

E, a partir desta premissa, levantamos a questão de qual poderia ser uma das origens, dentre o que imaginamos serem várias, desta problemática. Entendendo como um processo longo, histórico e de dimensões consideráveis, levantamos o pressuposto de que o percurso formativo do arquiteto-urbanista, profissional com autoridade legal privativa⁶ de agir sobre o patrimônio, pode influenciar as ações posteriores à esta educação.

A ação de um arquiteto sobre um bem histórico deve se configurar como uma atitude crítica e bem fundamentada. Segundo o professor Giovanni Carbonara⁷, diretor da *Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici da Università La Sapienza di Roma* (CARBONARA *apud* FARAH, 2012), o cenário brasileiro patrimonial é normalmente pautado no abandono, sofrendo muito mais pela ausência de manutenção e pelo uso inadequado do que por grandes desastres. Ele afirma ainda que, tanto no cenário brasileiro como italiano, existem ações incompatíveis com o bom restauro, demonstrando

5 KÜHL, 2006, p.34.

6 Mesmo com a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e o decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, que regulamentam a profissão do arquiteto-urbanista, foi somente com a lei nº 12.378, sancionada em 2010, que o exercício da arquitetura foi individualizado das demais profissões. Estabelece no art 2º quais são as atribuições dos profissionais (tais como arquitetônico, urbanístico, paisagístico, patrimonial, etc). Discorre no Art 3º sobre as diretrizes curriculares a serem seguidas em território nacional e incube ao CAU-BR a responsabilidade de um posterior elenco das atribuições privativas e também compartilhadas do arquiteto. Com base nesta nova lei, em 2013, através da resolução de nº 51 do Conselho e, através da consideração da grade curricular da formação do arquiteto, foram estabelecidas as efetivas atribuições privativas do arquiteto.

7 FARAH, 2012, p.41.

uma insuficiência no conhecimento de base dos arquitetos-urbanistas.

Esta formação de base - a graduação - é responsável pelo primeiro contato do futuro profissional com os campos de atuação do arquiteto; é onde ele fundamenta o conhecimento adquirido. Segundo a professora Fabbri, que leciona na *Università degli Studi di Ferrara*, o percurso universitário oferece os fundamentos e as metodologias básicas de abordagem de um projeto sobre o construído, o que trabalha especificamente com o existente, é uma abordagem de extrema importância no caso de restauro, pois prepara o futuro técnico desta área sobre como se portar neste vasto cenário (FABBRI, 2004):

Grande parte da consciência do arquiteto-urbanista a respeito do antigo e, mais veementemente, sobre operar no preexistente, estrutura-se nos anos de sua formação universitária, constituindo um substrato fundamental para as futuras orientações e com repercussões diretas nas soluções projetuais. (FABBRI, 2004)

E, neste percurso formativo, a técnica, apesar de sua grande importância, não é o único conhecimento a ser passado adiante. É nas aulas ministradas nas universidades que a consciência ética do aluno, em relação ao seu futuro papel como técnico, deve ser despertada, ou seja, a postura profissional e responsável⁸ frente aos testemunhos históricos-culturais deve ser construída na graduação. A formação acadêmica, iniciada no curso de arquitetura e urbanismo, deveria ser suficiente para a consolidação de uma base sólida, que poderia se desdobrar em futuros aperfeiçoamentos e especializações.

Neste cenário, realizamos uma análise das instituições de ensino responsáveis pela formação de profissionais habilitados nesta área e buscamos estabelecer uma possível relação entre a formação destes profissionais e o trato com o patrimônio.

O ensino de arquitetura no Brasil se inicia quando, em 1816, com o decreto de D. João VI, se cria a primeira escola de Ciências, Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro. Passa, em 1822, para a recém-criada Academia Imperial de Belas Artes. A desvinculação entre arquitetura e artes ocorre apenas em 1945, quando o curso passa para a Universidade do Brasil (atual Universi-

8 Dentro da área patrimonial incluem-se o projeto e execução de intervenção nas mais diversas tipologias de patrimônio, a compatibilização dos projetos de preservação e complementares, a direção e fiscalização do serviço, assim como a realização de inventários, perícias, laudos e etc. de uma obra desta categoria, desempenho do cargo ou função técnica frente ao patrimônio e o ensino da teoria, técnica e projeto. (CAU/BR, RES. nº51, 2013)

dade Federal do Rio de Janeiro). No fim dos anos 60 e início dos 70 o Brasil vivencia uma reforma universitária de grande porte e, em 1968, através da lei nº 5540, com a proliferação do ensino universitário no Brasil e a necessidade de maior fiscalização, define-se currículos mínimos para as formações. Mesmo assim, as faculdades de Arquitetura não sofrem grandes mudanças estruturais até 1994, com a Portaria 1.770, onde define-se o currículo mínimo da graduação e, pela primeira vez, é inserida uma disciplina de patrimônio, “constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais” (Portaria 1.770, 1994), chamada Técnicas Retrospectivas que abrange, como descrito no parágrafo 2º da Portaria, “conservação, restauro, reestruturação e reconstrução”.

Em 2010, através da resolução nº 2, o Ministério da Educação institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Esta resolução, diferentemente da portaria supracitada, no artigo 5º inciso X, ao descrever a formação e as competências que deverão ser abrangidas pela disciplina de Técnicas Retrospectivas traz “práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades”, aproximando, pela primeira vez, estes saberes com a prática projetual (apesar de, em muitas escolas, ela ainda ser tratada em separado das demais disciplinas de projeto como edifícios, interiores, paisagem e urbanismo).

Na Itália, o decreto nº 270 (2004) do Ministério Italiano *dell'Istruzione dell'Università e della Ricerca* estabelece que, para concluir o curso de graduação em Arquitetura, o estudante (período integral) deve realizar em média 60 créditos por ano (cada crédito correspondendo a 25 horas relógio de aula), podendo sofrer uma variação de apenas 20%, para mais ou para menos, em função das necessidades de cada curso e disciplina. Em 2007, o Ministério Italiano, seguindo as diretrizes da normativa europeia nº 85/384/CEE, decreta a necessidade de um ensino mais abrangente nas universidades de Arquitetura, e define que o arquiteto deve ter a competência de “interpretar, descrever e compreender problemas substanciais de uma área isolada de sua profissão, assim como, questões interdisciplinares” (Directiva do Conselho das Comunidades Europeias, 10 de Junho de 1985).⁹

9 Na Itália, com base no artigo 11 parágrafo 1, da Lei n. 341 de 1990, cada instituição de ensino superior tem liberdade para elaborar suas próprias normas e regulamentos didáticos de ensino para seus cursos de graduação. Para isso o reitor da universidade deve apenas promulgar um decreto, seguindo os pré-requisitos exigidos pelo Ministério Italiano, e passar por aprovação. Por decreto, existe a possibilidade de definição de nome e quantidade de créditos de cada disciplina, objetivos educacionais, e características de exame final para obtenção do diploma.

Conoscere approfonditamente gli aspetti teorico scientifici, metodologici ed operativi dell'architettura, dell'edilizia, dell'urbanistica e del restauro architettonico, ed essere in grado di utilizzare tali conoscenze per identificare, formulare e risolvere anche in modo innovativo problemi complessi o che richiedono un approccio interdisciplinare¹⁰ (Decreto Ministeriale, 2007)

A mesma normativa define, para o curso de Arquitetura, o mínimo de 156 créditos (25 horas relógio, cada) para a formação, o que corresponde a um total entre 3.120 a 4.680 horas relógio.

O sistema apresentado pela universidade italiana analisada neste artigo - *Università degli Studi di Ferrara* - apresenta o total de 300 créditos - 4.534 horas - que, em matérias teóricas, são divididos em 10 horas de atividades presenciais, realizadas em sala de aula, e 15 horas de estudo individual do aluno e, em matérias práticas, 12 horas de atividades presenciais e 13 horas de estudo individual, ou seja, é previsto no regimento que mais da metade das atividades da instituição serão realizadas individualmente e categorizando o ensino como de período integral.

Para a realização da análise comparativa e quantitativa entre o ensino da disciplina de patrimônio em Curitiba e Ferrara, foi realizado primeiramente um levantamento das universidades de Curitiba que oferecem curso presencial de Arquitetura e Urbanismo e, depois, estabelecidos alguns critérios para a seleção das que seriam selecionadas para o estudo.

Das 13 instituições de ensino com curso de Arquitetura e Urbanismo, na cidade, 7 iniciaram suas atividades entre os anos 2014 e 2018 e ainda não foram avaliadas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituição que analisa a qualidade dos cursos de formação superior). Entre as outras 6 instituições de ensino já avaliadas pelo SINAES, levantamos as notas do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes): as duas universidades públicas existentes - Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) - tem nota 5, nota máxima. Dentre as instituições privadas, as maiores notas do ENADE ficaram entre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e a Universidade Positivo (UP), com nota 3 e 4, respectivamente. Foi também levado em consideração o número de alunos matriculados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e, dentre as privadas, as duas seleciona-

¹⁰ Conhecer em profundidade os aspectos teóricos, metodológicos e operacionais de arquitetura, construção, urbanismo e restauro arquitetônica, e poder usar esse conhecimento para identificar, formular e resolver de maneira inovadora problemas complexos ou aqueles que requerem uma abordagem interdisciplinar. Tradução realizada pelas autoras.

das são as que possuem o maior número de alunos e turmas ¹¹.

As universidades em Curitiba, citadas acima foram, juntamente com a *Università degli studi di Ferrara* (UNIFE), Itália - foram as selecionadas. Analisamos o ensino da disciplina de patrimônio em todas elas.

Começamos comparando a carga horária total dos cursos em relação à carga horária disponibilizada nas disciplinas relacionadas ao patrimônio (Conservação e Restauro). Através dos dados apresentados na figura 01 (abaixo), é possível observar que, em média, as universidades de Curitiba apresentam uma carga horária superior ao estabelecido nas diretrizes governamentais (que estabelecem um mínimo entre 3600 e 4000 horas) ¹². Contudo, confrontando a carga horária total dos cursos com as horas ofertadas para a disciplina de Conservação e Restauro, nas universidades de Curitiba, é possível observar que, em relação às horas/aula, a disciplina representa apenas entre 1,71% e 2,95% do ensino. Na universidade italiana, a disciplina representa 8% do total.

Figura 01 - Carga horária total do Curso x Carga horária da disciplina de Conservação e Restauro.



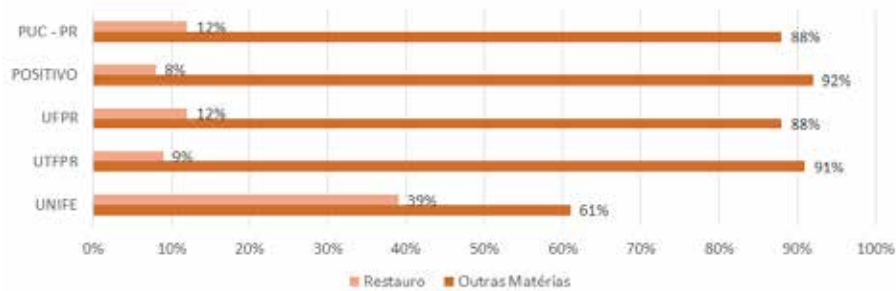
Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Ao analisar as matrizes curriculares, observa-se que existe uma hierarquia bem definida onde as disciplinas de projeto arquitetônico e urbanístico são priorizadas em relação às disciplinas de Conservação e Restauro, entre as universidades brasileiras e a universidade italiana (UNIFE). A seguir, na Figura 2, relacionamos o momento do curso (período/ano) em que a disciplina de Conservação e Restauro é inserida no curso, em confronto com a carga horária das demais disciplinas, no mesmo período:

¹¹ Informações disponíveis no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior em: <http://emec.mec.gov.br/>

¹² Resolução do Ministério da Educação nº 2/ 2007

Figura 02 - Carga horária total do período/ano do curso x Carga horária Conservação e Restauro.



Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Enquanto as universidades curitubanas sobrecarregam os alunos com diversas outras disciplinas ministradas ao mesmo tempo que a disciplina de Conservação e Restauro: são entre 5 a 10 disciplinas no mesmo período/ano; entre elas, de 2 a 5 são disciplinas projetuais; a disciplina representa no máximo 12% das horas do período/ano, a universidade italiana procura oferecer uma quantidade menor de disciplinas - apenas 3 - no mesmo período/ano da disciplina de Conservação e Restauro: uma teórica, uma prática e uma de cálculo, proporcionando mais tempo para se dedicar a cada uma delas e, portanto, desenvolvendo trabalhos com mais qualidade.

Quadro 01 - Distribuição dos Períodos / Ano em que Conservação e Restauro é ministrada¹³.

Universi- dade	Período / Ano ¹	CH Pe- ríodo	NºMatérias Projetuais	NºMatérias Teóricas	NºMatérias Cálculo	Total	Estágio Obrig.
PU" C-PR	7º / 8º	978	4	2	1	7	Sim
UP	4º Ano	800	3	2	1	6	Sim
UFPR	7º / 8º	600	4 / 5	1 / 0	-	5	Não
UTFPR	5º / 6º	810	2 / 4	7 / 2	1	10 / 6	Não
UNIFE	1º Sem. do 3º Ano / 1º Sem. do 4º Ano	598	1	1	1	3	Não

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Além da vantagem de cursar a disciplina de Conservação e Restauro juntamente com apenas outras duas disciplinas, o prazo para a realização dos trabalhos, e respectivas avaliações, é muito mais amplo. No sistema de

13 Documentação interna das universidades, disponibilizadas com restrições de uso/ divulgação.

educação italiano os professores têm até 2 meses para aplicar as provas ou solicitar a entrega de projetos podendo, dentro deste período, realizar mais de uma chamada, o que permite ao estudante a liberdade de organizar os dias dos seus exames acadêmicos da maneira mais conveniente. Cenário que, por exemplo, não acontece na PUCPR, onde são previstas 2 semanas, por semestre, para as entregas e avaliações (dentro desse prazo, em específico no 7º e 8º período, momento em que ocorre a disciplina em estudo, o aluno deve conseguir dividir o seu tempo entre a entrega de 4 grandes projetos - Projeto Arquitetônico, Projeto de Conservação e Restauro, Projeto de Planejamento Urbano e Projeto de Paisagismo Escala Urbana - 3 provas ou trabalhos teóricos e estágio obrigatório).

A partir do levantamento destes dados e, com o pressuposto de que o percurso acadêmico pode ser o responsável por despertar o interesse do aluno em áreas específicas da profissão, realizamos um levantamento dos trabalhos de conclusão de curso realizados pelos estudantes, no Brasil chamado de Trabalho Final de Graduação (TFG) ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, na Itália, de *Tese di Laurea*. Como última etapa da formação, este trabalho se configura não só em um reflexo, mas também como uma síntese, do que foi assimilado durante os anos da graduação.

O TFG, de acordo com a resolução nº 2 de 2010, do Ministério da Educação, é de temática livre do estudante, desde que se encaixe nas áreas de atuação do arquiteto-urbanista; cabe a cada universidade estipular diretrizes específicas, em regimento interno, para o desenvolvimento desta etapa. No caso da PUCPR, por exemplo, o regimento prevê que a escolha da temática “deverá necessariamente contemplar proposições nas áreas de arquitetura, urbanismo e paisagismo” e relaciona como ênfase projetual as demais áreas atribuídas ao exercício do profissional arquiteto urbanista (arquitetura, urbanismo, paisagismo, arquitetura de interiores, conservação e restauro)¹⁴. O regulamento da UP ocorre de modo análogo: segundo Art. 12 parágrafo 1, da normativa de TCC de Arquitetura e Urbanismo da universidade, “o tema do TCC deverá contemplar necessariamente proposições em área de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, suscetível de produzir projeto”¹⁵. Na Universidade Federal do Paraná, que mantém o padrão das universidades privadas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o trabalho final de seus alunos deve “necessariamente abarcar o projeto de edifício ou de espaço livre nas escalas local, urbana ou metropolitana (projeto de edificação, projeto de urbanismo ou projeto de paisagismo)”¹⁶. Na

14 Documentação interna da Universidade PUCPR, de divulgação restrita.

15 Documentação interna da Universidade UP, de divulgação restrita.

16 Documentação interna da Universidade UFPR, de divulgação restrita.

seção III do art. 43 das Instruções Específicas do TCC, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR, estão definidas 3 subáreas do curso onde o trabalho deve ser desenvolvido, entre elas, assim como nas universidades anteriores, estão somente Projeto de Arquitetura (o projeto de intervenção em patrimônio é um projeto de arquitetura mas não é aceito, nos trabalhos finais de graduação, se não incluir uma estrutura nova), Urbanismo ou Paisagismo.

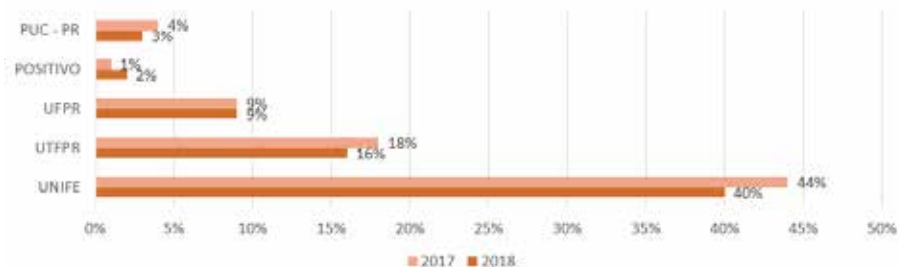
A partir destes dados é possível perceber, de certa forma, o não incentivo para a realização de projetos de conservação e restauro no âmbito acadêmico. Por todo o exposto, ou seja, ofertar disciplina de Conservação e Restauro com uma carga horária muito pequena em relação à carga horária total do curso e de, através das normativas do TFG/TCC, não aceitar o desenvolvimento de projetos relacionados exclusivamente à área de patrimônio, podemos nos arriscar a dizer que os cursos acabam não contribuindo com a devida conscientização dos futuros arquitetos sobre o seu importante papel na preservação dos bens patrimoniais.

Na UNIFE, Itália, é possível visualizar uma abordagem diferente em relação aos trabalhos da *Tese di Laurea*: os alunos, no 5º ano de estudo, tem a possibilidade de escolher entre 5 cinco Laboratórios de Síntese Final (que chamaremos de LSF), que orienta a preparação do projeto de tese (trabalho final), dentro das diversas áreas de atuação do profissional arquiteto. Os laboratórios são divididos em A, B, C, D e E, que correspondem respectivamente ao desenvolvimento de projetos arquitetônicos, projetos de restauro, projetos de conforto arquitetônico e tecnologias construtivas, projetos de urbanismo e projetos de paisagismo¹⁷. Na universidade italiana, o Restauro é considerado uma disciplina projetual.

A partir destas informações e querendo saber se o interesse pela área de Conservação e Restauro aparece, mesmo que de forma velada, nos trabalhos finais de graduação, realizamos um levantamento dos títulos dos trabalhos entregues, nos últimos 2 anos, nas universidades em estudo. O critério era buscar, no título, palavras-chave como: restauro, preservação, revitalização, reestruturação, requalificação, retrofit, intervenção em patrimônio, reciclagem, *progetto di restauro, riuso, rigenerazione, riqualificazione, recupero, interventi nell'edilizia esistente*. Menções a projetos relacionados com edificações existentes, também foram consideradas.

A figura abaixo apresenta a síntese das informações coletadas:

17 O número de laboratórios pode sofrer alterações com o passar dos anos, porém são compostos essencialmente de quatro áreas do curso de arquitetura, de acordo com o regimento interno da UNIFE.

Figura 03 - Porcentagem de TFG com temas de Conservação e Restauro.

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Como se pode ver, existe uma diferença muito grande entre as universidades: a UNIFE apresenta um número expressivamente alto de pesquisas e projetos desenvolvidos nesta área quando confrontada com as instituições brasileiras, que não alcançam nem a metade do seu percentual. Levantamos alguns motivos para justificar a baixa ocorrência de trabalhos de TFG nas instituições de Curitiba. O primeiro se refere ao fato que, mesmo havendo inicialmente, por parte do estudante, um desejo em desenvolver um trabalho nesta área, ao tomar conhecimento do regulamento de TFG (que acaba ocorrendo mais perto do final do curso), tenha desistido de fazê-lo, justamente porque o trabalho não poderia ter como foco único a questão do patrimônio construído. Outra razão para o baixo número de trabalhos encontrados pode estar relacionado ao fato de que, justamente pelo trabalho ter que ser uma parte do projeto final, os títulos dos trabalhos não contemplem as palavras-chaves que estabelecemos como critério de mapeamento, não tendo sido, portanto, contabilizados no estudo (como dito anteriormente, analisamos os títulos dos trabalhos e não os trabalhos em si).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário patrimonial brasileiro encontra-se atualmente em uma situação de abandono, com inúmeros exemplos de perdas materiais resultantes da falta de atenção e manutenção. O aparente descaso com o patrimônio cultural se coloca como uma problemática na nossa sociedade atual. Reconhecer a importância da formação do profissional arquiteto-urbanista, responsável por lei por gerenciar projetos de conservação e restauro é reconhecer, de certa forma, a importância dada à esta área da nossa sociedade.

Tomamos como premissa que o ensino da disciplina chamada Técnicas Retrospectivas, ou Conservação e Restauro, pode não receber a devida importância na formação de base do profissional, seja pela pequena car-

ga horária da disciplina dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, seja pela pouca ocorrência de temas de projetos apresentados através dos trabalhos finais de graduação. Este fato, dentre tantos outros, poderia explicar o pouco interesse na área no exercício da profissão do arquiteto-urbanista.

A partir do levantamento dos dados apresentados conclui-se que, principalmente quando comparada à universidade italiana analisada, existe uma hierarquia muito clara das disciplinas dentro da grade curricular dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e a disciplina de Conservação e Restauro não ocupa um lugar de importância nesta relação. A quantidade efetiva de horas aula ofertadas pelas universidades de Curitiba para o ensino, tanto da teoria quanto da prática de Conservação e Restauro, encontra-se muito aquém da oferecida pela *Università degli Studi di Ferrara*. Como reflexo disto, podemos também justificar a grande diferença no número de trabalhos finais de graduação apresentados pelos estudantes.

O entendimento da disciplina de Conservação e Restauro como uma disciplina projetual autônoma coloca-se como um fator importante para a mudança deste cenário, seja na academia como na vida profissional do arquiteto-urbanista. Mais do que técnicas e teorias, pensar e trabalhar com o patrimônio construído é um processo de escolhas críticas e cuidadosas, que deve ser fundamentado nos conhecimentos adquiridos principalmente na formação de base.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Portaria ministerial nº 1.770 de 21 de dezembro de 1994. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_351157_PORTARIA_N_1770_DE_21_DE_>. Acesso em: 23 maio 2019.
- BRASIL. *Resolução ministerial nº2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- BRASIL. *Ministério da educação - Comissão de especialistas de ensino de Arquitetura e Urbanismo. Perfis da área e padrões de qualidade*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ar_geral.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- BRASIL. *Resolução ministerial nº2, de 17 de junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº6/2006*. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2010-pdf/5651-rces002-10>>. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs e da outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm>. Acesso em: 23 maio 2019.

CAU/BR. *Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências*. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao51/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

CAU/RJ. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Duzentos anos do ensino de arquitetura no Brasil: história e reflexões*. Disponível em: <http://www.iab.org.br/noticias/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FABBRI. R. *Conservare l'antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architettonico alla Facoltà di Architettura di Ferrara*. In: MAIETTI. *Dalla grammatica del paesaggio alla grammatica del costruito: territorio e tessuto storico dell'insediamento urbano di Stellata*. Firenze: Nardini, 2004.

FARAH. A. P. *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação patrimônio edificado - o caso das escolas do Estado de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em história e fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FARAH. A. P. *Restauro arquitetônico: o cerne é a educação*. *Oculum ens. Campinas*, n. 10, v. 2, p. 267-278, jul.- dez. 2013.

ITÁLIA. *Directiva do Conselho das Comunidades Europeias 10 de Junho de 1985. Directiva do Conselho 85/384/CEE*. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1985L0384:19901212:PT:PDF>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

ITÁLIA. *Ministero Italiano dell'istruzione dell'università e della ricerca - Decreto Ministeriale 16 marzo 2007, Pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 9 luglio 2007 n. 155. Determinazione delle classi di laurea magistrale*. Disponível em: <<http://attiministeriali.miur.it/anno-2007/marzo/dm-16032007.aspx>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

ITÁLIA. *Ministero Italiano dell'istruzione dell'università e della ricerca - Decreto*

22 ottobre 2004, n.270Pubblicato nella Gazzetta Ufficiale 12 novembre 2004 n.266. Modifiche al regolamento recante norme concernenti l'autonomia didattica degli atenei, approvato con decreto del Ministro dell'università e della ricerca scientifica e tecnologica 3 novembre 1999, n. 509. Disponível em: <http://www.miur.it/0006Menu_C/0012Docume/0098Normat/4640Modifi_cf2.htm>. Acesso em: 3 jun. 2019.

ITÁLIA. Regio Decreto 23 Ottobre 1925, n. 2537 - Regolamento per le professioni d'ingegnere e di architetto. Pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 37 del 15 febbraio 1926. Disponível em:<<http://www.ordineingegneri.ve.it/utliti/deontologia/leggi-professionali/3.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2019

KÜHL, B. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, n. 1, p. 16- 40, 1 abr. 2006.

RODRIGUES, A. O Museu Nacional do Rio de Janeiro: algumas asserções sobre as ruínas da incúria e do incidente. *Revista Restauero*. Disponível em: <<http://web.revistarestauero.com.br/o-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-algumas-assercoes-sobre-as-ruinas-da-incuria-e-do-incidente/>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

(Footnotes)

- 1 A diferença se dá pela estruturação do curso em cada universidade, anual ou semestral. No caso da universidade italiana as aulas relativas à Conservação e Restauero, teórico/prático, ocorrem em anos diferentes.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

REALIDADE AUMENTADA APLICADA AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO: PROJETO DE APLICATIVO PARA VISUALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS HISTÓRICOS DA UFRGS

AUGMENTED REALITY APPLIED TO HISTORICAL-ARCHITECTURAL HERITAGE: SOFTWARE PROJECT FOR VIEWING UFRGS HISTORIC BUILDINGS

Gilberto Balbela Consoni¹
Paulo Edi Rivero Martins²
Léa Maria Dornelles Japur³

RESUMO

O presente artigo apresenta a aplicação da tecnologia de realidade aumentada como alternativa à preservação do patrimônio histórico-arquitetônico. A tecnologia permite adicionar em tempo real informações visuais sobre a imagem que é capturada pela câmera de telefones celulares. Por meio dessa técnica, quando a câmera do celular está ligada, é possível aumentar a realidade da imagem que é vista pelo usuário, como a inclusão de textos explicativos ou mesmo de imagens para complementar as partes faltantes de um prédio em ruínas. Nessa perspectiva, questiona-se: Como o patrimônio histórico-arquitetônico pode ser conservado por meio de aplicativos de realidade aumentada? Ao responder essa pergunta, busca-se investigar o uso da realidade aumentada na preservação do patrimônio histórico-arquitetônico na cidade de Porto Alegre. Para atingir esse objetivo, a pesquisa mapeia aplicativos de realidade aumentada aplicados à conservação do patrimônio histórico-arquitetônico; avalia empiricamente aplicativos de realidade aumentada aplicados à conservação do patrimônio histórico-arquitetônico; e, com esses dados, projeta um aplicativo de realidade aumentada para preservação dos prédios históricos da UFRGS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, a qual utiliza as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica para definir patrimônio histórico-arquitetônico, análise de similares (Benchmarking), e design dos elementos da experiência do usuário (GARRET).

Palavras-chave: Patrimônio Histórico-Arquitetônico. Realidade Aumentada. Design de Experiência. Preservação. Educação Patrimonial.

1 Doutor em Comunicação e Informação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do DEG/UFRGS. E-mail: gilberto.consoni@ufrgs.br

2 Doutor em Arquitetura – Universitat Politècnica de Catalunya. Professor do DEG/UFRGS. E-mail: paulo.edi@ufrgs.br

3 Mestranda em Design – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do DEG/UFRGS. E-mail: lea@leajapur.com.br

ABSTRACT

This paper presents the application of Augmented Reality technology as an alternative to the preservation of architectural heritage. It technology lets you add real-time visual information upper the image that is showed on the mobile phones display. Through this technique, when the camera of the phone is connected, it is possible to increase the reality of the image that is seen by the user, such as the inclusion of explanatory texts or even images to complement the missing parts of a building in ruins. From this perspective, our questions is: How can architectural heritage be preserved through augmented reality applications? In answering this question, we seek to investigate the use of augmented reality in the preservation of the architectural heritage in the city of Porto Alegre. To achieve this goal, the research maps applications of augmented reality applied to the conservation of the architectural heritage; empirically evaluates applications of augmented reality applied to the conservation of architectural heritage; and, with these data, projects an augmented reality application for the preservation of historical buildings of UFRGS. It is an exploratory qualitative research, which uses the following techniques: bibliographic research to define historical-architectural heritage, Benchmarking and user experience elements design (GARRET).

Keywords: Architectural Heritage. Augmented Reality. Experience Design. Preservation. Patrimonial Education.

INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico-arquitetônico de uma cidade pode ser melhor preservado quando sua população o reconhece enquanto bem cultural e tem conhecimento do histórico das edificações, dos conjuntos urbanos e paisagísticos que compõem sua identidade cultural. A presente pesquisa averigua o potencial de uso da tecnologia de realidade aumentada para conscientizar a população de Porto Alegre da importância de preservar seu patrimônio histórico-arquitetônico. Questiona-se como o patrimônio histórico-arquitetônico pode ser preservado por meio de aplicativos de realidade aumentada, uma vez que esses aplicativos permitem passar informações das edificações diretamente no local em que se encontram. Instrumentado de seu telefone celular e do aplicativo, o visitante de um prédio histórico pode dessa maneira conhecer as características e o histórico da edificação no justo momento em que visita o espaço. Para alcançar o objetivo de investigar o uso da realidade aumentada na preservação do patrimônio histórico-arquitetônico na cidade de Porto Alegre, são avaliados os aplicativos em questão para projetar-se um aplicativo de realidade aumentada para preservação dos prédios históricos da UFRGS.

1 Patrimônio Histórico-Arquitetônico

A identidade cultura de uma nação é expressada na idealização de bens materiais e imateriais produzidos por sua sociedade que perduram ao

longo da história. Os referidos bens corroboram para estabelecer vínculos entre a sociedade e a sua cultura. Esses bens identitários caracterizam povos e espaços culturais. O conjunto desses bens estabelecem o patrimônio cultural de uma sociedade. “Patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido” (ARANTES, 2006, p. 19).

Ao se pensar em bens culturais celeremente, associa-se às nações suas manifestações artístico-culturais como a música, o teatro, a literatura, entre outros bens culturais imateriais que identificam um povo. Esses bens imateriais permitem o transporte e o intercâmbio das identidades culturais entre as diferentes nações. Ao se visitar cidades cosmopolitas pelo mundo, observa-se a representação de diferentes culturas por meio desses bens culturais, facilmente evidenciados na música e nos costumes das pessoas. Porém, não apenas as manifestações artísticas e os bens imateriais identificam os povos. A arquitetura é por muito tempo um forte elemento que pode representar a identidade cultural de um povo. Apesar de se observar que, com a globalização e a massificação dos meios de produção, muitas edificações perdem cada vez mais laços com a identidade das nações, sabe-se da sua importância para a identidade cultural de um povo.

Por conseguinte, os espaços físicos podem ser identificados por meio de seus projetos arquitetônicos, os quais similarmente tomam papel de importância para a sociedade a fim de identificar sua cultura. O patrimônio histórico arquitetônico, que por meio de suas edificações identifica espaços físicos, estabelece inclusive wayfindinds permanentes para orientação e localização nos espaços urbanos.

Segundo o artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A investigação aqui proposta aborda exclusivamente os bens materiais, tão somente, incorporados nos itens IV e V, os quais sejam: edificações, às quais estão incluídos os prédios históricos da UFRGS; e os conjuntos urbanos paisagísticos, cujos serão importantes à discussão doravante apresentada.

A percepção do patrimônio arquitetônico é progressivamente alterada frente às constantes mudanças na paisagem urbana com os projetos imobiliários contemporâneos. As edificações que compõem o patrimônio histórico-arquitetônico das cidades são gradativamente influenciadas pela complexidade crescente no processo de novos projetos de edificações (CANUTO, MOURA e SLAGADO, 2016).

O espaço urbano no qual essas edificações históricas foram projetadas é sucessivamente alterado para atender novos projetos imobiliários e até mesmo para incremento da mobilidade urbana. Neste cenário, torna-se difícil perceber o projeto arquitetônico de uma região que foi projetado há muitos anos, uma vez que o mesmo é paulatinamente alterado de forma artificial, pelas novas construções, e ainda por questões naturais, como o crescimento ou desaparecimento de vegetações. Há ainda de se considerar a alteração dessas edificações devido à depreciação pela falta de manutenção, pelo vandalismo ou pelos incidentes, como incêndios e desastres naturais. A percepção dos projetos arquitetônicos como planejados é prejudicada frente esses obstáculos.

Nesta circunstância, de perceber o projeto arquitetônico aplicado em sua gênese, a tecnologia de realidade aumentada pode apoiar o incremento da percepção dos espaços depositários do patrimônio-histórico. Como será explanado mais adiante, a realidade aumentada pode reportar o projeto original por meio de sobreposição de imagens de forma que se perceba visualmente o ambiente atual conforme orquestrado no passado. Ademais, é capaz de reconstruir digitalmente a visualização de edificações que já não existem.

2 Realidade Aumentada

A tecnologia que permite sobrepor informações geradas por computador em imagens transmitidas em uma tela em tempo real é denominada realidade aumentada. O sistema foi criado pelos engenheiros da Boeing, Thomas Caudell e David Mizzel, quando buscavam uma tecnologia assistida para auxiliar nas tarefas operacionais na construção de aeronaves Boeing 747. “Esta tecnologia é usada para ‘aumentar’ o campo visual do usu-

ário com as informações necessárias no desempenho da corrente tarefa”⁴ (CAUDELL E MIZZEL, 1992, p. 660, *tradução nossa*). Ao utilizar essa tecnologia, com o auxílio de um HUDset (heads-up display set), o operário podia visualizar o ambiente físico em que se encontrava e saber exatamente o posicionamento dos furos e dos parafusos nas peças que estava montando. Essa informação do posicionamento era gerada digitalmente e podia ser vista por meio do HUDset como é ilustrado na figura 1.

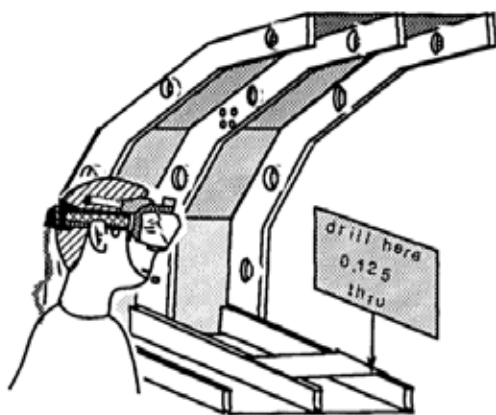


Fig. 1 – Aplicação na qual o HUDset é usado para marcar o posicionamento de onde deve ser feito o furo e qual broca deve ser utilizada. (CAUDELL E MIZZEL, 1992, p. 660)

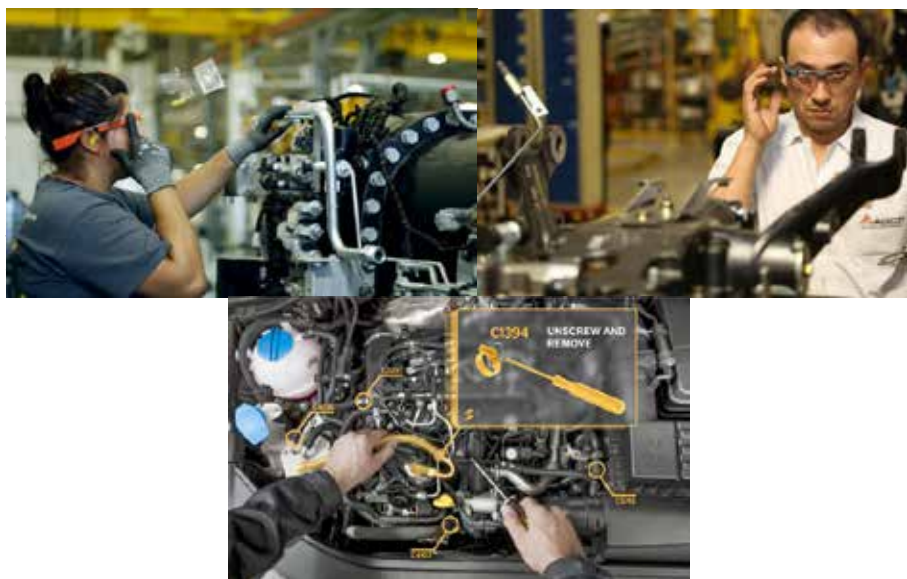


Fig. 2 – Uso da realidade aumentada em linhas de montagem

4 Tradução nossa para: “This technology is used to ‘augment’ the visual field of the user with information necessary in the performance of the current task”.

Como pode ser observado nas imagens acima, o dispositivo permite sobrepor em tempo real informações digitais em um ambiente físico. Essa possibilidade define a realidade aumentada, que é a “visualização direta ou indireta em tempo real de um espaço físico, no qual elementos são aumentados pela geração computacional de determinado percentual de informação”⁵ (CAUDELL E MIZZEL, 1992, p. 660, *tradução nossa*). Confunde-se frequentemente realidade aumentada com realidade virtual. Porém, suas diferenças são significativas no que toca a experiência do usuário na utilização de ambas tecnologias. O próprio termo realidade aumentada é utilizado de forma generalizada para representar experiências digitais imersivas. Para a presente pesquisa, deve-se diferenciar os tipos de realidade⁶ geradas com o auxílio computacional.

Virtual Reality (VR)	Informed Reality (IR)	Augmented Reality (AR)	Mixed Reality (MR)
VR places the user in entirely virtual environment and occludes the real world.	IR provides non-spatially registered digital content overlaid onto views of the real world.	AR provides spatially registered digital content overlaid onto views of the real world.	MR provides spatially registered digital content overlaid onto views of the real world, and handles real world occlusion of the content.
			

Fig. 3 – Tipos de realidades geradas por computador (Paul Davies, informação oral)⁷

A **realidade virtual** é o uso da tecnologia computacional para criar um ambiente virtual simulado, colocando o usuário dentro da experiência. A realidade virtual transporta o usuário para dentro da experiência e oculta o mundo real. A **realidade informada** fornece informação não espacial sobre a visualização do mundo real. Essa categoria de realidade fornece

5 Tradução nossa para: “Augmented reality is direct or indirect live view of a physical, real-world environment whose elements are “augmented” by computer-generated perceptual information”.

6 O objetivo desse trabalho não é abordar o conceito de realidade. A palavra realidade é utilizada aqui conforme seu uso nos termos computacionais apresentados. Logo, não se discute a dicotomia entre real e virtual. Para esse aspecto, sugere-se a obra de Pierre Lévy, *O que é o virtual?*

7 Paul Davies, “The Boeing Augmented Reality Kit (BARK) in Airplane Manufacturing” (lecture), AWE (Augmented World Expo), Munich, 18 de outubro de 2018.

especificamente informações textuais para identificação e caracterização de locais, objetos, pessoas ou para notificação de alertas. A **realidade aumentada** traz o ambiente computacional para o mundo do usuário, permitindo-o interagir com objetos e informações digitais no seu ambiente físico. Fornece conteúdo digital espacial sobre o que é visto no mundo real. A **realidade mista** possui as características da realidade aumentada adicionada a possibilidade de manusear o conteúdo do mundo real. Enquanto a realidade aumentada oferece informações espaciais sobre objetos físicos, a realidade mista permite manusear esses objetos.

3 Método

Para responder a pergunta de como o patrimônio histórico-arquitetônico pode ser conservado por meio de aplicativos de realidade aumentada, o corrente texto fez a pesquisa bibliográfica para estudar o conceito que envolve a tecnologia e, também, para compreender seu funcionamento. O objetivo dessa investigação é projetar um aplicativo de realidade aumentada para os prédios históricos da UFRGS. Na busca deste propósito, são abordados empiricamente na sequência situações em que a tecnologia é aplicada ao patrimônio arquitetônico por meio da análise de aplicações similares. Posteriormente, são apresentados protótipos de situações de como o aplicativo funcionará quando desenvolvido. Portanto, a estratégia metodológica aqui adotada envolve as seguintes etapas e técnicas de investigação: pesquisa bibliográfica, análise empírica de similares (Benchmarking), e design dos elementos da experiência do usuário (GARRET, 2010).

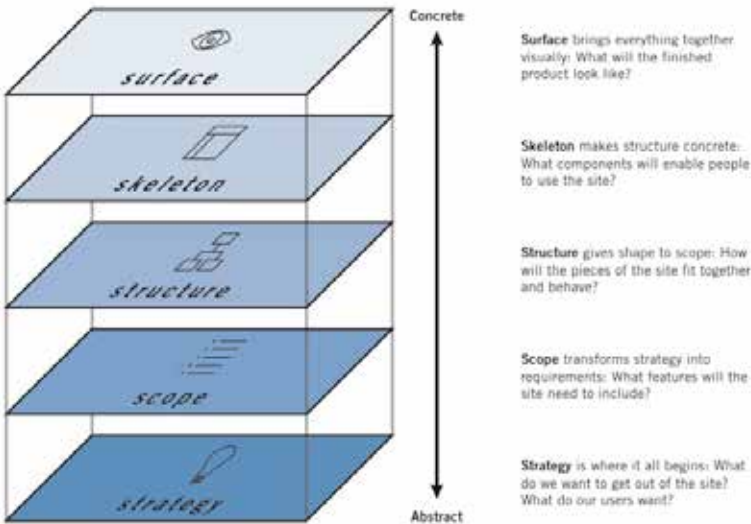


Fig. 4 – Elementos da Experiência do Usuário

Na metodologia de Garret, em 5 etapas, parte-se do conceito abstrato do sistema e percorre-se as técnicas de design até chegar na interface concreta. São elas: Estratégia, onde são definidos os objetivos e as necessidades dos usuários; Escopo, quando os requisitos de conteúdo são determinados; Estrutura, em que é feita a arquitetura de informação e o design de interação do sistema; Esqueleto, no momento em que se faz o esboço da interface por meio de wireframes; e, Superfície, quando o design visual atribuirá a identidade visual do sistema.

4 Resultados e discussão

As categorias de realidade geradas por computador que atendem aos objetivos dessa pesquisa são a realidade informada e a realidade aumentada. Mesmo que a realidade virtual também possa colaborar para o passeio virtual em espaços históricos arquitetônicos, o aplicativo a ser projetado nesta investigação é para uso no local físico das edificações. Outro aspecto a ser considerado é a especificação técnica dos dispositivos que permitem gerar esses tipos de realidade. A realidade mista exige equipamentos e sistemas avançados de grande complexidade. Já as categorias de realidade virtual, informada e aumentada podem ser realizadas em telefones celulares com câmera, bússola, GPS e giroscópio. Praticamente todos os celulares conhecidos comercialmente por smartphones carregam consigo essas características.

“Os sistemas de realidade aumentada exigem registro [de posicionamento] preciso com o mundo físico. O nível de precisão exigida dependerá da aplicação”⁸ (CAUDELL E MIZZEL, 1992, p. 660-661, *tradução nossa*). Esse posicionamento é exigido para que se possa sobrepor corretamente as informações nos objetos físicos capturados pela câmera dos dispositivos. A localização de onde posicionar as informações digitais é determinada essencialmente de duas formas: localização informada, quando o GPS, o giroscópio e a bússola informam precisamente o sistema de onde posicionar a informação; ou por imagem de gatilho, em que um código é impresso e posicionado à frente da câmera para que o sistema saiba exatamente onde posicionar o objeto digital no ambiente físico.

8 Tradução nossa para: “AR systems require accurate registration with the physical world. The level of accuracy required is application dependent.”

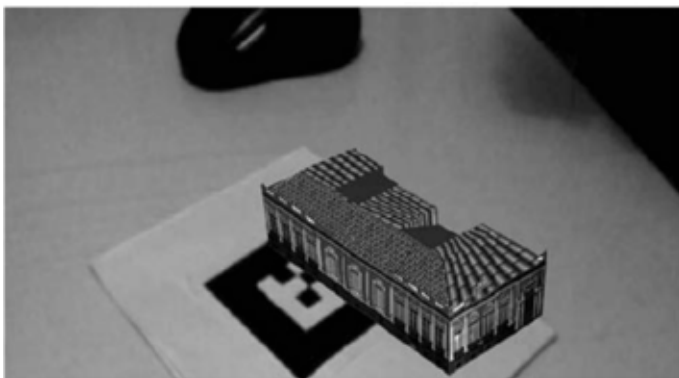


Fig. 4. – Cartão postal utiliza imagem com código gatilho para acionar imagem 3D para visualização de prédio histórico na cidade de Pelotas

O exemplo na figura 4 na página anterior apresenta o resultado de um projeto de aplicativo de realidade aumentada para a visualização de prédios históricos em cartões postais da cidade de Pelotas (PERRONE, 2012). Como observado, existe a imagem de um código impresso em uma página, o qual serve como gatilho para informar o sistema de onde a representação digital em 3 dimensões do prédio histórico deve ser posicionada.

Outro uso de gatilhos para a geração das imagens em realidade aumentada é em guias turísticos. A pesquisa de Fino et al. (2013) utilizou a tecnologia para a criação do guia interativo da cidade de San Cristobal de La Laguna na Espanha (FINO, 2013).



Fig. 5 – Visualização de prédio em 3D no guia da cidade de San Cristobal de La Laguna

Os visitantes do Coliseu em Roma podem através da realidade aumentada visualizar o anfiteatro como se tivesse sido reconstruído. Com o auxílio dos instrumentos de localização dos dispositivos (tablets e smar-

tphones) que utiliza o sistema, o aplicativo reconstrói em tempo real as ruínas do símbolo mais famoso do Império Romano.



Fig. 6 – Experiência de realidade aumentada no Coliseu em Roma

Como na pesquisa de De Luca et al (2011) que análise o patrimônio histórico por meio da documentação de características técnicas de prédios históricos, o Coliseu também pode ser explorado por meio dessa tecnologia, apresentando informações espaciais (reconstrução das ruínas) e não-espaciais, ao apresentar as características técnicas da edificação.

Nessa abordagem, observa-se como essa tecnologia permite aumentar a percepção de realidade frente ambientes físicos que recebem a sobreposição de informações digitais em tempo real. Dessa maneira, vê-se o potencial da realidade aumentada em resgatar informações espaciais e não-espaciais durante a visita de prédios históricos, o que colabora com a preservação da memória do patrimônio arquitetônico.

5 CONTINUUM UFRGS: realidade aumentada no histórico das edificações

O objetivo do aplicativo de realidade aumentada dos prédios históricos da UFRGS é apresentar para os visitantes da Universidade a evolução de sua história, enaltecendo as alterações sofridas ao longo dos anos no espaço arquitetônico. Por esse motivo, opta-se pela expressão **Continuum UFRGS** para denominar o aplicativo. A etimologia da palavra continuum prevê que se trata de alguma coisa em que um caráter comum fundamental é discernível entre uma série de variações imperceptíveis ou indefinidas. O patrimônio histórico-arquitetônico sofre alterações ao longo dos anos que podem ser imperceptíveis entre gerações, causadas pelas mudanças no espaço urbano em torno dos prédios, devido a novas construções ou mesmo a mudança na vegetação.

Com o auxílio da técnica de design de definição de personas, observa-se que o usuário do aplicativo necessitará essencialmente de uma in-

terface gráfica com excelente usabilidade e de fácil compreensão. Uma vez que o aplicativo será utilizado ao longo da visita, ou seja, em movimento, técnicas de design ubíquas são utilizadas para incrementar a experiência durante a visita dos prédios. O usuário necessita de um aplicativo minimalista que apresente informações dos prédios da UFRGS com o objetivo de sobrepor dados à realidade física.

Com relação aos requisitos de conteúdo e funcionais, respectivamente, o aplicativo oferecerá um catálogo com informações dos prédios e funcionalidades para garantir melhor experiência, como visita guiada por áudio e visualização dos prédios e realidade aumentada.

Visita guiada: esta funcionalidade oferecerá ao usuário a possibilidade de fazer seu passeio pelos prédios acompanhado da narração do histórico dos prédios. O áudio poderá guiar como o usuário se movimentará ao longo do trajeto. Porém, como o sistema considera a localização do usuário adquirida pelo GPS do seu dispositivo, a reprodução do áudio respeitará as escolhas do usuário simultaneamente conforme ele decide se movimentar ao longo do passeio.

Realidade Aumentada: Essa ferramenta permitirá que o usuário acione a câmera de seu dispositivo e, quando a direcionar para os prédios da UFRGS, informações com características técnicas das edificações serão apresentadas. O usuário poderá também em tempo real navegar pela tela para que visualize alterações nas fachadas ao longo dos anos. Destaca-se que essa funcionalidade operará em tempo real no espaço físico do prédio em que a câmera está direcionada.

Catálogo de Prédios: Antes mesmo da visita ao local físico, o usuário poderá fazer um passeio pelos prédios com auxílio da realidade virtual. O passeio simulado contará com narração e apresentação de dados técnicos das edificações.

Mapa da UFRGS: o usuário do aplicativo poderá imprimir um mapa da UFRGS que possuirá QR Codes que servirão de gatilho para que seja possível visualizar a representação dos prédios em 3 dimensões.

Considerando essas funcionalidades, a arquitetura de telas do aplicativo estará disposta na seguinte configuração:

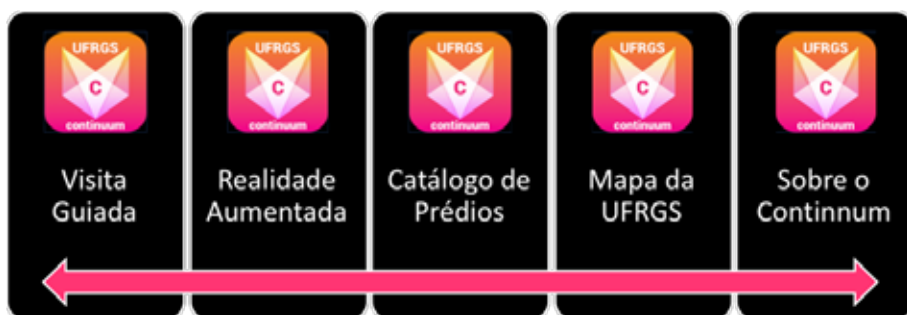


Fig. 7 – Arquitetura de Telas do App continuum UFRGS

Com o objetivo de projetar um aplicativo mais minimalista e intuitivo para a interação do usuário, o design da interface do aplicativo e seu visual seguem a tendência de denominada material design. As telas apresentadas a seguir já tem essa técnica aplicada que é também utilizada por todos os aplicativos da Google. Essa escolha para o projeto garantirá uma interação mais consistente para o usuário, já que muitos estão habituados com os aplicativos da Google.

As telas serão apresentadas conforme foram planejadas na arquitetura de informação do aplicativo, com a devida explicação e destaque para cada uma as funcionalidades projetadas.

Na tela inicial do aplicativo, o usuário tem acesso ao menu que oferece acesso rápido a todas as funcionalidades do aplicativo. Como pode ser observado na figura 8, o aplicativo tem interface simplificada para ter boa usabilidade.

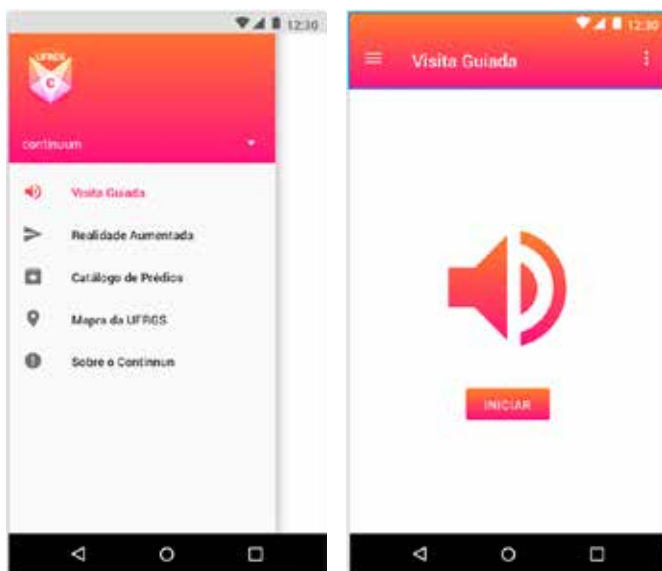


Fig. 8 - Tela inicial e da Visita Guiada.

Como a visita guiada considera o posicionamento geográfico do usuário, basta aproximar-se de algum dos prédios da UFRGS e acionar o botão Iniciar (Fig. 8). Com isso, o usuário é conduzido a seguir o caminho mais rápido para conhecer os prédios. Quando chegar em algum prédio, durante a narração, o usuário também é guiado a acessar a área de realidade aumentada do aplicativo para ter acesso a informações sobrepostas às imagens capturadas por sua câmera.

Quando a câmera do celular for direcionada para o prédio, informações serão sobrepostas com características relacionadas à construção.



Fig. 9 – Tela da tela de realidade aumentada (realidade informada) com informações do prédio.

A funcionalidade de realidade aumentada oferece duas formas de realidade. Este primeiro exemplo da figura 9 apresenta uma situação de realidade informada, pois sobrepõe informação não-espacial sobre a imagem capturado. Optou-se por utilizar apenas o nome realidade aumentada para os dois tipos (informada e aumentada) para tornar a interface mais usual, já que a maior parte dos usuários não faz e não precisa estabelecer essa distinção.

Nas figuras a seguir, consegue-se visualizar exemplos de realidade aumentada que sobrepõem informação espacial sobre as imagens em tempo real.



Fig. 10– Prédio Centenário da Engenharia hoje e no início do século XX

Quando chega a frente do prédio Centenário da Escola de Engenharia da UFRGS, o usuário é orientado a ligar sua câmera. Ao direcionar o celular para o prédio, consegue selecionar se deseja ver a imagem atual, gerada pela própria câmera em tempo real, ou se deseja ver como era esta edificação no início do século XX. Dessa maneira, os visitantes dos prédios da UFRGS conseguem fazer uma espécie de viagem ao passado ao visualizar seus prédios na época que foram projetados.



Fig. 11– Prédio do observatório da UFRGS

O projeto do aplicativo conta também com a visita virtual dos prédios. Por meio dessa seção, é possível fazer um passeio virtual pelos prédios selecionados sem a necessidade de ir até o local. Essa possibilidade permite fazer com que o ambiente arquitetônico possa ser transportado para uma experiência mais imersiva do que a fotografia ou vídeo para quem não puder vir pessoalmente até a cidade de Porto Alegre.

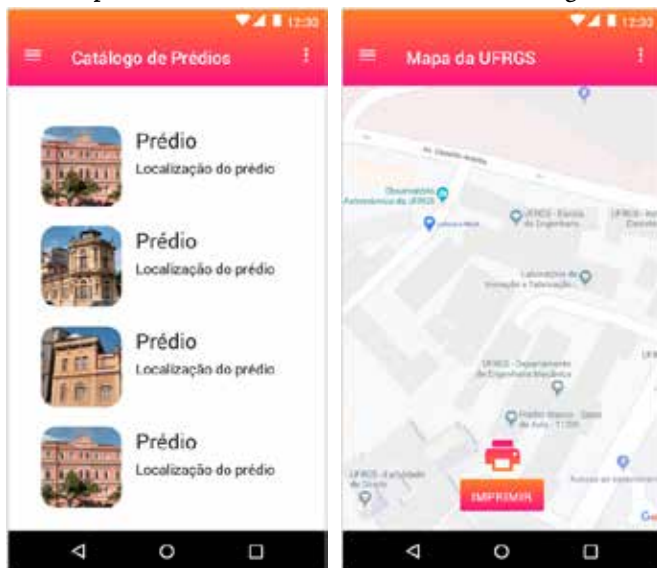


Fig. 12– Catálogo de Prédios e Mapa da UFRGS

A última tela a ser destacada no projeto é a do mapa da UFRGS. O sistema utilizará a API de código aberto da própria Google, pois é de fácil entendimento pelos usuários que estão habituados a utilizá-la. A diferença é que o usuário poderá imprimir seu mapa, com o trajeto de prédios que selecionou visitar, o qual destacará informações de transporte público se necessário locomover-se entre os diferentes campi da Universidade. Essas informações serão baseadas na seleção de prédios que o usuário selecionou para visitar. O mapa contará ainda com QR Codes para que o usuário direcione seu celular e possa visualizar os prédios em 3 dimensões antes mesmo de chegar ao local. Com isso, toda a experiência de visita aos prédios da UFRGS será mais imersiva no que toca as informações referentes a conservação do patrimônio histórico-arquitetônico dos prédios da Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou a tecnologia de realidade aumentada como alternativa à conservação do patrimônio histórico-arquitetônico dos prédios da UFRGS. Considera-se que essa tecnologia, na forma como foi discutida no projeto resultante desta pesquisa, possa conscientizar os visitantes da UFRGS por meio do conhecimento do histórico de suas edificações. Com relação ao objetivo de mapear e analisar sistemas similares, pondera-se que os exemplos utilizados em outras situações puderam ser reutilizados no aplicativo aqui projetado. Acredita-se que o aprofundamento na pesquisa possa se conhecer outras formas de uso da realidade aumentada que colaborem com a preservação do patrimônio arquitetônico. O resultado dessa pesquisa apresenta o projeto do aplicativo de realidade aumentada Continuum UFRGS, porém não o desenvolveu até o momento. Como perspectiva futura, pensa-se em implementar o aplicativo para que possa ser feito o teste de usabilidade e a avaliação heurística. Dessa forma, espera-se expandir o projeto para outros prédios da cidade de Porto Alegre. Conclui-se que a realidade aumentada colabora com a conservação do patrimônio histórico-arquitetônico por meio do aumento do conhecimento do histórico das edificações históricas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. In: *Habitus*, Goiânia, jan./jun. 2006. v. 4, n. 1, p. 425-435. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- CANUTO, C. L.; MOURA, L. R.; SLAGADO, M. S. Tecnologias digitais e pre-

- servação do patrimônio arquitetônico: explorando alternativas. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, SP, v. 7, n. 4, p. 252-264, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8647456>>. Acesso em: 28 mai. 2019.
- CAUDELL, T. P. e MIZZEL, D. W. AUGMENTED REALITY: an application of heads-up display technology to manual manufacturing processes. In: *Proceedings of the Twenty-Fifth Hawaii International Conference on System Sciences*, Kauai: IEEE Comput. Soc. Press., v. 2. p. 659-660, 1992. Disponível em: < <https://ieeexplore.ieee.org/document/183317>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- DAVIES, P. “The Boeing Augmented Reality Kit (BARK) in Airplane Manufacturing” (lecture), *AWE (Augmented World Expo)*, Munich, 18 de out. 2018.
- DE LUCA, Livio; et al. A semantic-based platform for the digital analysis of architectural heritage. *Computers & Graphics*, v. 35, n. 2, p. 227-241, 2011.
- FINO, Eulalia Rodríguez et al. Interactive tourist guide: connecting web 2.0, augmented reality and qr codes. *Procedia Computer Science*, v. 25, p. 338-344, 2013.
- GARRETT, Jesse James. *The Elements of user experience: user-centered design for the web and beyond*. [S.l.]: Pearson Education, 2010.
- PERRONE, R. P.; et al. Desenvolvimento de Aplicativo para Visualização de Patrimônio Histórico-Arquitetônico em Realidade Aumentada. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL, 16., 2012, Fortaleza. *Modelagem da informação e simulação*, Forma (in) Formação, v. 1, p. 366-368.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

O PATRIMÔNIO EM CIDADES NOVAS: DISCUSSÕES MEMORIAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HERITAGE IN NEW CITIES: DISCUSSIONS ABOUT MEMORY AND REGIONAL DEVELOPMENT

Maira Eveline Schmitz¹

RESUMO

No século XX, diversas regiões do interior brasileiro sofreram um processo de urbanização e industrialização – associado à mecanização da agropecuária –, dando origem às chamadas “cidades novas”. Estes locais, até então deslocados do foco modernizante, passaram a elaborar outros modos de ser e viver, em um processo dialético entre o material e o subjetivo, o popular e o erudito, o urbano e o rural. As grandes massas de população rural foram incorporadas às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna e com isto transformaram o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano. Nesta perspectiva, também cresceu nos últimos anos a discussão sobre as políticas patrimoniais e de memória nestes municípios. Ainda que de forma incipiente, setores da sociedade civil vêm se organizando no sentido de realizar inventários e exigir políticas de preservação, mas a visão majoritária tende a acreditar que, por seu caráter recente, a cidade não possui patrimônio, ou que não precisa ser resguardado. Este trabalho, assim, pretende contribuir teórica e metodologicamente sobre o patrimônio e sobre os significados do passado na construção do futuro das cidades novas, estimulando o debate sobre um desenvolvimento regional aliado à valorização cultural.

Palavras-chave: Cidades Novas. Patrimônio. Memória.

ABSTRACT

In the 20th century, several regions of the Brazilian interior suffered a process of urbanization and industrialization – associated with the mechanization of agriculture –, giving rise to the so-called “new cities”. These places, until then displaced from the modernizing focus, began to elaborate other ways of being and living, in a dialectical process between the material and the subjective, the popular and the erudite, the urban and the rural. The masses of the rural population have been incorporated into the new economic, social and political patterns of modern life and have transformed their social activity and their own perception of what the urban can be. In this perspective, the discussion on heritage and memory policies in these municipalities has also grown in recent years. Although incipient, sectors of civil society have been organizing to carry out inventories and demand preservation policies, but the majority view tends to believe that, because of its recent character, the city has no heritage, or that it does not need to be protected. This work intends to contribute theoretically and methodologically on heritage and the meanings of the past in the construction of the future of new cities,

1 Docente no IFFar – campus Santa Rosa. Doutoranda em História pela UFSM. Mestre em História pela UFPel.

stimulating the debate on a regional development allied with cultural valorization.

Key words: *New Cities. Heritage. Social Memory.*

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XIX e XX, diversas regiões do globo sofreram um processo de urbanização e industrialização, associado à mecanização da agropecuária e a novos processos industriais. Isto se tornou perceptível, principalmente, nos espaços periféricos, antes deslocados do foco modernizante.

Adrián Gorelik, ao analisar as correntes do urbanismo na América Latina, aponta alguns estágios de desenvolvimento desta disciplina. O que inicia como uma estratégia colonial de dominação nos quinhentos, adquire uma conotação de identidade nacional a partir do século XIX, causa e consequência dos processos emancipatórios. A conformação das cidades acompanhou os processos políticos e os projetos de Estado, os quais – apesar de apresentar particularidades em cada país – se desenvolveu tendo uma linha em comum. “Até a década de 1940, ela havia sido considerada em seus contextos nacionais [...] para o qual a cidade encarnava um ideal cívico em que se atrelava o sentido de organização estatal-nacional e a produção de uma cidadania moderna” (GORELIK, 2005, p. 114).

O autor aponta que a consolidação da cidade latino americana como produção cultural se deu entre as décadas de 1950 a 1980, momento em que não somente as metrópoles e capitais passam a receber atenção, mas também cidades do interior e regiões até então marcadamente rurais, definindo uma “explosão urbana” no Terceiro Mundo. Conforme Gorelik:

[...] a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados. [...] O que havia sido pensado originalmente como um processo histórico-cultural ocidental – a modernidade – converteu-se em um complexo técnico de difusão da civilização industrial como modelo de desenvolvimento universal – a modernização. É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas – os famosos “pólos de desenvolvimento”. (GORELIK, 2005, p. 117)

As cidades de caráter rural passam a compor o *lôcus* das ideias e dos estilos que vida que buscam se libertar das amarras do tradicionalismo e do subdesenvolvimento. As grandes massas de população rural são incorpora-

das às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna (GO-RELICK, 2005, p. 121) e com isto transformam o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano.

Considerando o caso brasileiro, entre os anos 1930 e 1960 vimos ocorrer a criação deliberada de vários núcleos urbanos, motivada pela necessidade de proteção de fronteiras, de escoamento da produção agrícola, de alocação da população imigrante e pela instalação de vias férreas. Isto se deu, principalmente, nas regiões do oeste do país e dos Estados, marcando um movimento territorial deslocado do litoral e das capitais econômicas e políticas.

Este fenômeno tem sido nomeado pela produção acadêmica como o de “cidades novas”, termo que remete a uma condição temporal, mas também a uma identidade urbana específica. O conceito ainda foi pouco explorado, considerando que este é o panorama de muitas das cidades brasileiras que surgiram no século XX.

Nesta perspectiva, também cresceu nos últimos anos a discussão sobre as políticas patrimoniais e de memória nestes municípios. Ainda que de forma incipiente, setores da sociedade civil vêm se organizando no sentido de realizar inventários e exigir políticas de preservação, mas a visão majoritária tende a acreditar que, por seu caráter recente, a cidade não possui patrimônio, ou que não precisa ser resguardado. Este trabalho, assim, pretende contribuir teórica e metodologicamente sobre o patrimônio e sobre os significados do passado na construção do futuro das cidades novas, estimulando o debate sobre um desenvolvimento regional aliado à valorização cultural.

1 Opções metodológicas

Este artigo tem caráter explanatório e bibliográfico e está relacionado com a tese de doutorado em desenvolvimento no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo da tese é compreender os estilos de vida e as sociabilidades urbanas desenvolvidas em Santa Rosa/RS, entre as décadas de 1940 e 1980, momento da consolidação do núcleo urbano com a chegada da ferrovia e a mecanização da produção da soja.

Considera-se a possibilidade de encarar Santa Rosa como uma cidade nova, pertencente a um movimento específico de criação de cidades que ocorre no Brasil do século XX. Visa-se, então, no primeiro ponto, a identificação dos usos do termo “cidades novas” na literatura especializada, com foco em publicações brasileiras. Esta produção é recente, sendo a

maior parte datada do início dos anos 2000.

O projeto está ligado à linha de pesquisa em Memória e Patrimônio. Neste sentido, também a partir de considerações de autores referenciais para o tema, procurou-se discorrer sobre algumas práticas de identificação e preservação do patrimônio ambiental urbano, relacionando-o com as questões relativas à construção das memórias e identidades urbanas. O objetivo não foi o de encerrar o assunto, mas levantar questionamentos e apresentar um panorama teórico condensado para o estudo histórico sobre cidades novas no Brasil e a questão de sua política patrimonial.

2 Resultados e discussão

2.1 Cidades novas: recentes enquanto conceito

A partir da leitura e reflexão sobre as cidades novas, percebeu-se que, de forma, geral, o conceito é utilizado considerando três aspectos: a cidade nova como uma forma específica de urbanismo; como sinônimo de cidade contemporânea, ligada à modernidade e ao desenvolvimento industrial; e como identidade urbana de constante mudança da paisagem.

As cidades novas, ao que a produção indica, têm como característica primordial o fato de se constituírem como um *projeto*. Ou seja, em determinado contexto espaço-temporal, eram um *desejo*, foram planejadas enquanto tal. Seriam, portanto, um tipo particular de urbanismo, o qual visava à cidade *ideal* (TREVISAN, 2009, p. 31).

Segundo Ricardo Trevisan, as cidades novas constituem-se por seis atributos: desejo, necessidade, lugar, profissional (em geral um engenheiro ou arquiteto responsável), projeto e tempo (TREVISAN, 2009, p. 81-82). Em um primeiro momento, num sincronismo harmônico, três destes contribuem para a sua criação: “o desejo em criá-las, a função para qual foram inicialmente idealizadas e a escolha de um sítio específico para sua implantação” (2009, p. 88).

Para o autor, uma cidade nova pode ocorrer em qualquer local e a qualquer momento, desde que estas características sejam atendidas, como por exemplo Belo Horizonte/MG e Brasília/DF. Considera, inclusive, que parte de uma cidade já existente pode vir a ser uma cidade nova, como seria o caso de Santos/SP, ou Salvador/BA. O projeto e a atuação profissional é que são centrais para este processo. Nesta mesma direção, a ocorrência de uma cidade nova não estaria restrita a uma porção do globo, podendo surgir em qualquer contexto político, econômico ou social.

Outros autores reservam o conceito a situações mais específicas. Alessandro Rosaneli (2009) defende que a cidade nova é um fenômeno as-

sociado a regiões de fronteira e a uma conjuntura de expansão territorial. Cita, assim, a conquista do “West” nos Estados Unidos, a instalação ferroviária no oeste paulista e a ocupação do norte do Paraná por companhias de colonização. Indubitavelmente, os exemplares paranaenses são os mais pesquisados até o momento, com destaque para os quatro encontros sobre Cidades Novas promovidos pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil), em Londrina/PR.

Rosaneli (2009) publica sua tese buscando compreender o papel das cidades na formação do noroeste do Paraná e identificar semelhanças e diferenças entre as urbes que compõem o quadro analisado. Ele percebeu que a origem das cidades novas pode ser diversa:

[...] povoados que surgiram espontaneamente a partir de estabelecimentos comerciais de beira de estrada; patrimônios nascidos indistintamente da doação de gleba por um fazendeiro; sedes concebidas por iniciativa governamental dentro de seus planos de colonização interior; núcleos advindos da repartição de lotes em modestos traçados pela ação individual de um loteador; ou concebidos por organizações comerciais de qualquer porte. (ROSANELI, 2009, p. 91)

Apesar de muitas cidades terem surgido por iniciativa de particulares, a partir do momento em que passavam a ser um desejo concreto, o mais comum era a atuação de uma companhia de colonização para realizar o empreendimento. Conforme Galantay, estas cidades foram criadas com objetivos claramente formulados, “pressupondo a existência de uma autoridade ou organização suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos necessários e exercer um controle contínuo até que a cidade alcance um tamanho viável” (apud FREITAS; SILVA, 2017, p. 4).

A companhia de colonização, capitaneada por um profissional especializado, realizava os estudos de topografia e prospecção do terreno (como elevações e presença de cursos d’água), elaborava as plantas da cidade, dividia a área em lotes e os comercializava. Rosaneli aponta que a própria forma urbana destacava este imperativo comercial: o uso de planos ortogonais infinitamente repetidos (2009, p. 42):

Das múltiplas aplicações possíveis para um plano cartesiano, reside nas cidades-novas a sua existência mais fascinante. Com efeito, cidades-novas assentam-se sob particular lógica, pois se constituem a partir da **consciência de uma totalidade**, aquela que precede ao objeto concreto.

São cidades construídas *ab ovo*, executadas a partir de uma ideia ou de um plano preconcebidos. [...] Assim, cidades-novas, resultado da materialização de intenções no território, constituir-se-iam em ímpar fenômeno para a observação da circulação de ideias e significados. (ROSANELI, 2009, p. 44)

Renato Leão Rego é outro pesquisador que se dedicou ao estudo das cidades novas paranaenses. Demonstra que, na utilização da grelha, mais de oitenta por cento destas novas formas urbanas têm uma relação harmoniosa com o sítio para o qual foram projetadas. Isto não significa, entretanto, que todas as cidades novas apresentem planos ortogonais regulares: era aplicado onde o relevo era plano ou suavemente ondulado. Em casos contrários, este foi fragmentado e adaptado (REGO, 2012, p. 1).

De modo geral, enquanto tipo de urbanismo, a cidade nova apresenta o plano ortogonal como sua morfologia urbana. Ainda que os traçados retilíneos tenham sido utilizados em diversos sítios ao longo da história, sua aplicação nestas cidades-empresendimentos se destaca como o padrão, possuindo mais do que uma função estética. Isto se justifica pelo fato de permitir uma rápida demarcação e divisão do território e, conseqüentemente, uma fácil distribuição e expansibilidade; o que foi explorado pelos especuladores até o máximo (ROSANELI, 2009, p. 46).

A intenção com as cidades novas, contudo, não perpassava somente a materialidade de sua malha. Trevisan destaca que uma urbanidade deve apresentar também uma “aglomeração de construções e revelar certos tratados sociais e atividades de relação”, com vistas a permitir “funções de troca, de confrontação e de encontros coletivas, dadas num determinado espaço e suportadas por uma estrutura equipada para armazenar e transmitir os bens materiais e culturais” (TREVISAN, 2009, p. 84). No caso das cidades novas, também esta urbanidade é artificial e pré-concebida, de modo a atender à população recém-alocada e iniciar um processo de desenvolvimento próprio.

Partindo desta última perspectiva, muitos autores delimitam o aparecimento de cidades novas a um momento específico da História: a era da industrialização. No caso do Brasil, assim, estas poderiam ser entendidas como as cidades que, além de atender aos atributos urbanísticos específicos, foram concebidas nas primeiras décadas do século XX, com maior ênfase ao longo do Estado Novo.

A preocupação com o domínio de terras “desocupadas” e improdutivas, entretanto, pode ser localizada ainda no século anterior. Estudos de diversas regiões do país, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Gran-

de do Sul, convergem ao apontar que a Lei de Terras de 1850, no período imperial, foi decisiva para uma mudança nas formas de ocupação do solo. Este novo aparato legislativo, ao transformar a terra em mercadoria, expôs as características do desenvolvimento capitalista no país, enquadrando-se em um amplo processo nacional de consolidação do acesso à propriedade privada. (ROSANELI, 2009, p 77)

Com a proclamação da República e a primeira constituição deste período político, a resolução sobre as terras devolutas foi modificada outra vez, passando os Estados a legislar sobre os territórios em seus domínios (ROSANELI, 2009). Com isto, o olhar se torna mais localizado. Nas décadas seguintes, em especial durante o governo Vargas, associada ao pensamento nacionalista e a busca por um capitalismo autônomo, “houve uma promoção da regionalização oficial do Brasil incorporando a noção de região no pensamento e na prática do e sobre o Estado” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 7).

A “ocupação” e o desenvolvimento de locais considerados inóspitos ou subaproveitados, assim, são incentivados pelo Estado, em parceria com diversas empresas de loteamento e colonização. O objetivo central era o de explorar terras para o cultivo de produtos agrícolas rentáveis, como o café, associando centros urbanos às pequenas e médias propriedades, a fim de garantir a capacidade de beneficiar e escoar a produção. Isto justificou, ainda, o grande investimento em ferrovias, estradas de rodagem e até aeroportos nestas novas regiões (ROSANELI, 2009):

As Cidades Novas estão inscritas, numa produção espaço-temporal, como testemunhas físicas da evolução das práticas num período de transformações radicais, e que as contradições formais inerentes ao sistema de produção (divisão de espaços e justaposição tecno-prática) constituíram a infraestrutura visível de uma imagem física da cidade moderna. (FREITAS; SILVA, 2017, p. 5)

As cidades novas representavam e personificavam o ideal de modernidade que o desenvolvimento econômico e a industrialização – mesmo que tardia – poderiam oferecer. Esta “imagem física”, em muitos casos, tomou como modelo os padrões modernos de arquitetura e urbanismo, pretendendo incorporar também a estética em vigor nos países avançados. Como Freitas e Silva apontam, “as reverberações do movimento moderno na arquitetura e os modelos de planejamento urbano no contexto internacional produziram, respectivamente, modelos consolidados no território nacional e implantações de núcleos urbanos com traçados específicos” (2017, p. 3).

Este modelo, entretanto, nem sempre pode ser aplicado na sua essência. “O progresso e a civilização se materializavam em formas urbanas planejadas, ainda que elas não estivessem sintonizadas com as ideias contemporâneas de urbanismo” (REGO, 2012, p. 2). As cidades novas acabaram criando uma estética própria, muito mais associada à sua função político-econômica do que preocupada em seguir escolas arquitetônicas. Apesar de todos os esforços no sentido da escolha da malha e do planejamento urbano dos lotes, tal perspectiva “denota muito mais uma preocupação de ordem imobiliária e racional – técnica e econômica - do que vinculada a qualquer teoria espacial” (ROSANELI, 2009, p. 119).

De todo modo, um panorama básico que as cidades novas evidenciam no Brasil é o fato de que elas vieram substituir um complexo sistema de organização espacial e funcional voluntário. “Em tão pouco tempo essas cidades planejadas foram grandes canteiros de obras que resultaram em experimentações arquitetônicas vernaculares e reproduções de arquétipos nacionais e internacionais” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 13). Isto se explicaria, portanto, na busca incessante pela modernidade ocorrida no país.

Zanirato aponta que as cidades novas são, antes de tudo, cidades contemporâneas:

A cidade contemporânea é um espaço social distinto pela eliminação das antigas formas de sociabilidade e por uma morfologia sempre transformada. São locais que se definem pela fluidez da paisagem, pela fugacidade das relações e pela transitividade das fronteiras espaço-temporais por onde caminham seus habitantes. (CARLOS apud ZANIRATO, 2009, p. 85)

As cidades contemporâneas, *novas*, têm como característica o fato de modificarem seu espaço de forma contínua e frenética. Sua paisagem é marcada pelo tripé construção/ demolição/reconstrução (PAULA, 2011) e, apesar desta ação existir em todas as cidades, nas cidades novas é intrínseca à sua condição de terem sido iniciadas no século XX (FREITAS; SILVA, 2017).

Paula aponta que o próprio cotidiano das espacialidades citadinas, nestes casos, passa a ser a lógica da demolição/reconstrução. A paisagem tem “sua plasticidade centrada na tentativa de preservar e na necessidade de implantar novas tendências arquitetônicas” e a cidade, por consequência, vive a incongruência entre a expansão territorial e a ideia de restaurar o antigo. Uma cidade nova, como sua identidade, possui uma estética atualizada: é uma cidade *sempre* nova (PAULA, 2011, p. 2).

Este último atributo destas urbes, de certo modo, abarca os outros dois: uma paisagem em constante mudança que se deseja adequada a princípios urbanísticos e que persegue o crescente desenvolvimento local. Nasceras em uma sociedade marcada pela industrialização, as cidades novas estão intimamente atreladas à modernidade, à sociedade do consumo e, fundamentalmente, à especulação do solo.

Esta percepção, portanto, aprofunda o entendimento do urbano e traz outros pontos para o debate. Destaca-se, neste sentido, a premente relação entre o crescimento econômico e a preservação de práticas e sentidos. Em outras palavras, o dilema que se coloca sobre o futuro e o passado das cidades novas, materializados na questão do patrimônio cultural.

2.2 Patrimônio cultural em cidades novas

A evolução da noção de cidade enquanto patrimônio histórico tem um difícil caminho de evolução e desenvolvimento. Francoise Choay identifica alguns fatores que contribuíram para retardar a historicização do espaço urbano, como a sua escala, a complexidade, a longa duração da mentalidade que a identifica. Cita, ainda, a ausência até o século XIX de cadastros e documentos cartográficos fiáveis, relativos aos modos de produção e transformação da cidade (CHOAY, 1999, p. 157).

Seu caráter de totalidade, portanto, só irá ser apreendido como objeto de estudo nos oitocentos, a partir das reformas haussmanianas na França. O espaço, até então o “grande ausente”, deixa de ser somente o local da ação – o contexto – e passa a ser visto como elemento dotado de agência (CHOAY, 1999). Não é a toa que a cidade adquire este papel ao mesmo tempo em que o urbanismo surge como disciplina (TREVISAN, 2009).

Os estudos históricos sobre as cidades ganham força a partir da segunda metade do século XX, momento em que a proporção entre a população urbana e rural no mundo passa a se inverter. Ao longo da década de 1980, os primeiros estudos culturais do urbano começam a ser publicados, levando em consideração também a problemática da cidade enquanto patrimônio cultural. Estas discussões, no Brasil, ganham força entre o fim do século XX e início dos anos 2000. Hoje, conta-se com muitos trabalhos sobre o patrimônio, a memória e as identidades nas cidades; encarar a urbe enquanto uma totalidade (abarcando também as disputas e contradições inerentes) é um campo aberto e que precisa ser aprofundado.

Nesta perspectiva, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em 2006, defendeu que a cidade pode ser um bem cultural: não um espaço que contém bens, mas ela própria ser valorada de forma positiva. Para que isto

ocorra, faz-se necessário, em primeiro lugar, reconhecer que os problemas da cidade não são intrínsecos a ela, mas às relações sociais que nela são desenvolvidas. A fim de pensar novas formas de nos relacionarmos na e com a cidade, é fundamental reconhecer que ela opera em três dimensões: do artefato, do campo de forças e das significações (MENESES, 2006):

A cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade. (MENESES, 2006, p. 36)

A cidade é produtora, produção e produto. É *obra* feita pelos homens nas suas relações sociais e cotidianas (LEFEBVRE, 2001) e, portanto, precisa ser encarada na sua materialidade – corporalidade – e nos sentidos de que é, ao mesmo tempo, construída e construtora. A cidade enquanto imagem-representação passa pelo mundo sensorial, “pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam” (MENESES, 2006). O patrimônio ambiental urbano, assim, constitui-se em elemento chave para esta compreensão.

Vários autores afirmam que vivemos, nas últimas décadas, uma “crise de identidade”. Joël Candau ressalta que esta crise faz-se acompanhar não só de uma exacerbação das memórias, mas de uma necessidade de localizar as lembranças em signos concretos, visíveis, que comprovem e atestem sua existência. Há, além de uma memorialização, uma patrimonialização que cresce cada vez mais.

No caso das cidades novas, pensar a materialidade urbana é entendê-la como um projeto, pré-concebida a partir de circunstâncias específicas e com objetivos relativamente claros. Freitas e Silva apontam, assim, que a própria morfologia destas cidades – “sua produção arquitetônica e a linguagem construtiva de suas edificações” – pode ser “um fio de análise importante para entendimento da circulação de ideias e no sentido da identificação do patrimônio cultural” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 12).

Em virtude da rápida modificação da paisagem nas cidades novas, em geral, “os primeiros edifícios, seus autores e suas formas marcam um tempo importante na construção da identidade local” (FREITAS; SILVA, 2017, p. 12). Comumente, as primeiras edificações, o traçado original, os

chamados “centros antigos”, ou, ainda, as obras de maior relevância técnica e arquitetônica – como as de arquitetura moderna – são classificados como espaços passíveis de patrimonialização e símbolos de uma identidade cidadina. Freitas e Silva chamam a atenção para a necessidade de se conhecer e registrar a existência destes exemplares:

Em se tratando de identificação e reconhecimento, ressalta-se a importância de inventariar e o fato de explicitar e, se possível documentar, é chamar a atenção para a sua dimensão cultural e a possibilidade de perda dos marcos referenciais [...] Conhecer é o primeiro passo para preservar as referências culturais, por isso a importância do inventário está em contribuir para a identificação e reconhecimento do patrimônio local pela população e viabilizar a prática oficial da preservação na cidade através das instituições e órgãos públicos (FREITAS; SILVA, 2017, p. 16)

O inventário, hoje, é um dos instrumentos mais utilizados por setores públicos e privados em cidades novas para *conhecer* o seu patrimônio. Em geral, os prédios públicos, ou ligados a famílias tradicionais, as praças e locais de sociabilidade são enfatizados nestes documentos, criando uma memória e identidade que se desejam coletivas. Frequentemente, no entanto, este processo se desenvolve como um sistema homogêneo e *pacificador*, ignorando as disputas sobre os sentidos e os espaços da cidade pelos diversos grupos que a compõem.

No caso das cidades novas do norte do Paraná – o que pode ser estendido para cidades do oeste catarinense e gaúcho – criou-se uma narrativa identitária que situa os imigrantes e os colonizadores como pioneiros na constituição da urbe, silenciando os chamados caboclos e nacionais que habitavam estas regiões antes de os projetos de colonização serem implantados. Estes grupos, de origem nacional, indígena e negra, em sua maioria, foram excluídos do processo de assentamento oficial, ainda que sua presença continue a existir nestas regiões, colaborando para a constituição material e simbólica das novas cidades.

Outro exemplo, trazido por Freitas e Silva (2017), é a arquitetura em madeira como elemento construtivo original destas cidades. Apontada como uma solução criativa dos primeiros moradores – mesclando influências culturais europeias com o material abundante nas regiões a serem colonizadas – a ênfase em seu aspecto técnico frequentemente ignora o impacto ambiental na derrubada das matas nativas e silencia outras práticas de cultivo e sobrevivência associadas à natureza.

Conforme Michel Pollack, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros. [...] Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais (POLLACK, 1992, p. 204). Memória e identidade são, nesta direção, dois termos que se relacionam e agem no sentido de dar significação e coesão às pessoas e grupos, frente a si e para os outros. Memória implica sempre a alteridade, a imagem a ser construída e simbolizada. Em sua relação com o(s) outro(s), a memória contempla a construção das identidades, misturando a lembrança e o esquecimento.

A partir da definição de bens patrimoniais, pode-se identificar também os discurso do que Candau chama de *metamemória*. Por um lado, este discurso é um forte indicador da relação que alguns membros de determinado grupo tem com a representação que eles acreditam ter da memória desse mesmo grupo. Por outro, tem efeito performativo sobre a memória, pois ao ser retomado por outros membros, pode os reunir em um sentimento de que a memória coletiva existe e, nesse mesmo movimento, dar um fundamento relativo a esse sentimento (CANDAU, 2010, p. 51-52).

A patrimonialização e a tomada de valor do patrimônio podem ser consideradas, “como narrativas de si, narrativas que inscrevem o objeto patrimonial em uma tradição ou, melhor ainda, que ‘tradicionalizam’ esse objeto e que, em primeiro lugar, são destinados a assegurar em sua essência, a sociedade que é o autor” (CANDAU, 2010, p. 48). O “desejo do patrimônio”, assim, relaciona-se diretamente com a memória e seu caráter essencialista, desempenhando função fundamental na autentificação das narrativas coletivas de um passado compartilhado.

A ênfase na materialidade do patrimônio urbano, muitas vezes, faz recair no tombamento e no restauro as únicas alternativas visíveis de conservação. Simona Salvo, teórica do assunto, defende que as motivações de um restauro “não devem ser buscadas na natureza material do monumento [...], mas, antes, no contexto cultural em que é feito o reconhecimento de seu significado”. Muitas vezes, a necessidade de se manter intacto um exemplar está condicionado “por uma profunda necessidade de encontrar uma identidade, individual e coletiva” (SALVO, 2008, p. 200). Esta vertente retrospectiva pode ser interpretada como uma projeção acrítica e a-histórica da sociedade contemporânea sobre um passado, em um desejo de reapropriação dos símbolos tidos como originários:

O cerne do problema está, porém, em outra parte: no desconforto histórico-crítico que, inevitavelmente, cerca o reconhecimento de valor de obras recentíssimas, dificultado pela ausência de um congruente distanciamento “histórico”

e da falta de uma historiografia consolidada. Ao se notar a caducidade de uma imagem, deseja-se reter a memória da obra sem, porém, estabelecer-se um equilibrado afastamento de sua expressão primitiva, ainda vívida e dominante em relação a qualquer outro valor de testemunho que vá além do dado formal. A abordagem é, pois, ditada pelas condições específicas em que se encontra o observador contemporâneo no ato de discernir entre valores duradouros ou contingenciais. (SALVO, 2008, p. 200)

O distanciamento histórico que a autora aponta não pressupõe uma imparcialidade, ou objetividade, em relação aos bens culturais. Pelo contrário: ressalta a importância do conhecimento sobre o espaço em discussão, abordando-o em sua heterogeneidade e nos conflitos que também lhe são inerentes. Estes conflitos são de ordem do passado – nas mais variadas versões que dele podem ser construídas e valoradas –, mas também do presente e do próprio futuro, quando se questiona que projeto de urbanidade o patrimônio vem a ratificar e, principalmente, a quem ele serve.

Se o patrimônio cultural/ambiental é assunto complexo quando falamos em cidades seculares, por envolver diversos agentes, percepções e interesses diferentes e conflitantes, no caso das cidades novas o debate é ainda mais delicado. Como já visto, a conversão da cidade material em objeto do saber ocorre no século XIX, provocada pela transformação do espaço urbano consecutivo à revolução industrial (CHOAY, 1999, p. 158). As cidades novas são um projeto desta sociedade contemporânea e, assim, tem na lógica industrial e produtiva boa parte de sua materialidade.

Conforme aponta Kühl, “parte relevante do legado da industrialização é patrimônio cultural e seu tratamento envolve um conjunto complexo de problemas” (2008, p. 22):

Um deles, por exemplo, decorre das vastas áreas que em geral ocupam os conjuntos industriais, e faz com que sua preservação assuma papel estratégico e esteja ligada de forma indissolúvel com a escala urbana e, muitas vezes, também territorial. Ademais, com frequência, esses complexos estão em zonas centrais de várias cidades e sobre eles incide considerável pressão da especulação imobiliária, fator que deve ser equilibrado com cura. [...] O valor afetivo e simbólico associado a determinadas atividades produtivas e ao trabalho, a vinculação de variadas comunidades com seu passado industrial e o potencial político e econômico das transformações, possuem grande relevância e devem ser devidamente examinados e ponderados. (KÜHL, 2008, p. 22)

A maior parte dos elementos de patrimônio nas cidades novas está relacionada à industrialização e à mecanização da agricultura, abarcando muitas vezes grandes áreas urbanas. Kühl (2008) ainda ressalta que, quando falamos em patrimônio industrial, refere-se não somente às estruturas fabris, de transporte ou comunicações, mas a tudo que tenha significado para a vida industrial, associada ao trabalho, mas também ao lazer e ao cotidiano das sociedades de consumo.

Nesta perspectiva, é preciso atentar principalmente para o caráter de especulação imobiliária e do solo que invariavelmente se coloca. Menezes (2006) destaca, neste sentido, o foco nos usos sociais (não somente *culturais*) destes espaços, bem como a importância do olhar para o entorno dos bens culturais. Falar em proteção/preservação do patrimônio implica reconhecer processos de inclusão e exclusão sociais. Não se trata, entretanto, de “politizar a cultura, mas politizar a sociedade” para que a cidade enquanto bem cultural sirva para a melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes. Este processo, indubitavelmente, se torna mais complexo em locais pensados para a modernidade e o desenvolvimento econômico a todo custo.

Para as cidades novas se soma à idade recente, portanto, o fato de terem como identidade a mudança rápida da paisagem. Em consequência destas mudanças, os referenciais históricos culturais herdados do passado tornam-se cada vez mais escassos e restritos a poucas edificações, objetos e lembranças de antigos moradores (ZANIRATO, 2009). A lógica que impera é a da busca pela constante *modernização*, que deve ser materializada em novas e atuais formas urbanas, construtivas e de sociabilidade.

“A busca pelo novo colide com os signos do passado e com a manutenção da natureza, ambos tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento” (ZANIRATO, 2009, p. 86). As cidades novas, assim, vivem no seu cotidiano o impacto da frequente construção/reconstrução de seus espaços e das significações que a estes devem ser atribuídas. A preservação do patrimônio, por um lado, passa a ser vista como uma forma de *congelar* determinadas narrativas; por outro, é tida como um impeditivo para a criação de novas histórias.

A própria ênfase na patrimonialização da memória e da identidade são fenômenos recentes e relacionados à sociedade contemporânea. Coloca-se, afinal, o cerne da questão: como conciliar uma preservação e gestão do patrimônio ambiental urbano em cidades novas, de modo a evidenciar os mais variados discursos que a compõe e, ao mesmo tempo, não deturpar sua identidade mutável?

François Hartog, partindo das noções de Reinhart Koselleck, propõe que um instrumento interessante para o estudo destes processos seja

o de “regimes de historicidade”, com vistas a elaborar uma semântica dos tempos históricos. Constitui-se por “interrogar as diversas experiências temporais da história, analisando como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro tinham sido postas em relação” (HARTOG, 2014, p. 263). O foco do contemporâneo na memória e no patrimônio são, assim, sintomas da nossa relação com tempo (HARTOG, 2014, p. 265):

O percurso da noção mostrou indubitavelmente que o patrimônio jamais se nutriu da continuidade, mas, ao contrário, de cortes e da problematização da ordem do tempo, com todos os jogos de ausência e presença, do visível e do invisível, que marcaram e guiaram as incessantes e sempre mutantes formas de produzir semióforos. [...] O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. (HARTOG, 2014, p. 272)

Vive-se uma “aceleração da história”, onde o caráter causal e linear não responde mais aos nossos anseios. O fenômeno não é mais da permanência e da continuidade, mas composto da mudança. O patrimônio, assim, manifesta-se na necessidade de recordar: é o traço que nos liga ao passado e que, sendo misterioso, precisamos examinar, porque carrega o “segredo do que nós somos, de nossa ‘identidade’” (NORA, 2009, p. 7).

Por outro lado, este fenômeno nos faz sempre desconfiar da natureza da identidade e da veracidade de tal memória (NORA, 2009, p. 8). Neste paradoxo, consiste também em um “poderoso movimento de libertação”. No lugar do “dever de lembrar”, das narrativas pré-construídas e fixas, hoje já podemos falar em um direito de lembrar (2009, p. 10). Talvez este seja o ritmo das cidades novas: a mudança como a tônica e como outra forma de lidar com a memória e o patrimônio. Um modo mais heterogêneo, que suporta a transformação e que insere os bens culturais e as práticas sociais enquanto agentes no tempo. Isto não supõe, por certo, a destruição dos ícones e símbolos da cidade, mas o entendimento de que o patrimônio e a cidade enquanto bem cultural precisam ser vivos.

Uma cidade nova, como abordado, é geralmente caracterizada pelo fato de ter sido um projeto. Pensar a gestão patrimonial nestes espaços urbanos, portanto, deve encará-la como um projeto aberto, uma cidade que continua buscando ser *ideal*. Mas o que seria uma cidade *ideal*? De que forma determinados símbolos, monumentos, práticas, podem contribuir

para este objetivo? Como pensar o patrimônio, levando em consideração também o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes?

Meneses (2006) defende que a cidade é o *locus* privilegiado da fruição do patrimônio e que, para tanto, os municípios devam elaborar diretrizes de preservação associadas à legislação de uso e ocupação do solo. O patrimônio deve fazer parte de um planejamento mais amplo, tendo como horizonte a maior inclusão, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental e econômica. Para que isto ocorra de forma mais efetiva, é imprescindível o entendimento da cultura como uma dimensão do social, não apartada do cotidiano e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de que o presente é composto de diversas temporalidades ganha cada vez mais espaço nos estudos históricos, sendo a análise da memória e do patrimônio um poderoso campo de aprofundamento desta perspectiva. De certa forma, *o passado só adquire função ao ser conhecido no presente, para garantir a sua memória no depois*, mas as relações entre o antes de agora, o agora efêmero e a possibilidade do devir são mais complexas do que este simples enunciado.

A já clássica alegoria do patrimônio enquanto um espelho, cunhada por Choay, complexifica-se. O espelho deixa de ter um reflexo – ainda que às vezes distorcido – para se transformar em uma casa de espelhos, em um fantascópio que deixa tudo cada vez mais disperso. Neste processo, a identidade se torna difusa e muitas vezes nos perdemos sem saber exatamente qual imagem admirar.

As cidades novas são um espelho do século XX, reflexos de um tempo de esperança na modernidade, em que o futuro era visto como algo certo e positivo. Talvez seja mais do que um jogo de palavras o fato de que muitas das pequenas cidades pensadas no norte do Paraná, quando estavam no meio do caminho, fossem denominadas de *patrimônio*: eram um projeto, interligando o antes da região a um depois promissor e próspero.

Hoje, abandona-se a ideia de projeto de futuro para nos agarrarmos a um presente quase constante, porém marcado pela mudança. Nosso agora, paradoxalmente, é a continuidade da transformação, onde o passado parece ter cada vez menos impacto e importância nas decisões. Percebe-se a fugacidade da vida do indivíduo, enquanto que a memória, o passado e as identidades teriam o poder de se manter ao longo do tempo; só adquirirem esse poder, no entanto, a partir da ação dos homens no sentido de os preservar.

Uma aluna de 14 anos, em uma das nossas aulas sobre a necessidade (ou não) de se conhecer o passado, pontuou que o negligenciamos e o colocamos em uma posição insignificante porque só o que nos interessa é o desenvolvimento a todo custo, a ideia de que podemos ter sempre mais. Paradoxalmente, neste processo, nos constituímos enquanto agentes da História, porque a busca pela modernidade não servirá a nós, mas às gerações futuras: queremos construir algo para sermos lembrados. E resumiu esta ideia na célebre frase: “vivemos hoje em um excesso de História futura”.

Para Georg Simmel (1983), o que não podemos assimilar nos opri-me e isto também vale para aqueles que vivem na cidade. “Um lugar em que, se tentamos nos relacionar com coisas demais, sem termos nenhum relacionamento substancial com nenhuma delas, podemos nos tornar indiferentes ao mundo e a nós mesmos” (MILLER, 2013, p. 95). Pensar e gestar o patrimônio talvez importe, portanto, para que as nossas diversas temporalidades possam “conviver” harmonicamente. Para que não sejamos suplantados nem pela tradição acrítica, nem pelo imediatismo do presente, ou pelo peso de um futuro sobre o qual não sabemos a que, ou a quem atende.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, Jöel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade In: *Memória em Rede*, Pelotas, v.1, n.1, p. 43-58, dez. 2009/mar. 2010.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- FREITAS, Valéria; SILVA, Ricardo D. A Identificação e Valoração do Patrimônio em Cidades Novas. In: SIMPÓSIO CIENTIFICO ICOMOS, 1., 2017, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte, 2017. Disponível em: < <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60387.pdf> >.
- GORELIK, Adrián. A produção da cidade latino-americana. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a04.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: [s.n.], 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Introdução. In: *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antonio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor;

- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. In: IPHAN. *Patrimônio: atualizando o debate*. [S.l.: s.n.], 2006.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade a tirania. *Revista Musas*, n. 4, 2009.
- PAULA, Zueleide Casagrande de. A patrimonialização nas cidades novas: o caso da arquitetura modernista em Londrina (PR). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308185926_ARQUIVO_zueleide.ANPUHDOC2011.pdf>.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- REGO, Renato Leão. Cidades novas planejadas no Brasil da primeira metade do século XX. Traço de engenheiro, urbanismo acadêmico. *Arquitextos*, São Paulo, n. 145, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4341>>.
- ROSANELI, Alessandro. *Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná*. 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SALVO, Simona. A intervenção na arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro. *Pós Revista do Programa Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo (USP)*, São Paulo, n.23, p. 199-211, jun. 2008.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- ZANIRATO, Silvia Helena. O patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial paranaense. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique, ZANON Elisa Roberta e CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. (Orgs.). *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina: UNIFIL, 2009.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIBEIRÃO PRETO: A CASA DA MEMÓRIA ITALIANA

A LOOK AT THE CULTURAL HERITAGE OF RIBEIRÃO PRETO: THE ITALIAN MEMORY HOUSE

Nainôra Maria Barbosa de Freitas¹

Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth²

RESUMO

A Casa da Memória Italiana, patrimônio cultural da cidade de Ribeirão Preto, localizada no interior do Estado de São Paulo, carrega a história e as memórias da cidade, relacionadas ao período cafeeiro e à chegada dos imigrantes, dentre eles o numeroso grupo dos italianos. A Casa da Memória Italiana é uma entidade privada e sem fins lucrativos que, desde 2013, através de atividades museológicas, tem promovido e divulgado a história e as memórias da cidade, dos imigrantes italianos e da respectiva casa. Este trabalho tem por objetivo analisar, por meio de textos bibliográficos e Leis (federais e municipais), as questões do patrimônio cultural de Ribeirão Preto no referido equipamento cultural. A cidade de Ribeirão Preto possui legislação própria voltada ao patrimônio cultural, assim como um Conselho de preservação do patrimônio cultural, o CONPPAC, com os quais serão analisadas as interfaces entre as ações do referido patrimônio.

Palavras-chave: Casa da Memória Italiana. Ribeirão Preto. Patrimônio Cultural. Legislação Patrimonial.

ABSTRACT

The Italian Memory House, a cultural heritage of the city of Ribeirão Preto, located in the interior of the State of São Paulo, carries the history and memories of the city, related to the coffee period and the arrival of immigrants, among them the large group of Italians. The Italian Memory House is a private, non-profit organization that, since 2013, through museological activities, has promoted and disseminated the history and memories of the city, the Italian immigrants and the house itself. This work aims to analyze, through bibliographical texts and Laws (federal and municipal), the issues of the cultural heritage of Ribeirão Preto in the aforementioned cultural equipment. The city of Ribeirão Preto has its own legislation focused on cultural heritage, as well as a Council for the preservation of cultural heritage, the CONP-

1 Doutora em História pela UNESP de Franca e professora do Centro Universitário Barão de Mauá, do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto e pesquisadora do Instituto Paulista de Cidade Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC).

2 Mestre em História e Patrimônio, ramo Mediação Patrimonial, pela Universidade do Porto - Portugal, mestrado reconhecido em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Barão de Mauá e em Administração pelo Centro Universitário UniSEB.

PAC, with which the interfaces between the actions of the said heritage will be analyzed.

Keywords: *Italian Memory House. Ribeirão Preto. Cultural Heritage. Heritage Legislation.*

INTRODUÇÃO

Este artigo procura relacionar, através do ponto de vista teórico e empírico, a patrimonialização da Casa da Memória Italiana e o seu não tombamento arquitetônico, por meio do Conselho de Patrimônio de Ribeirão Preto – CONPPAC. Trata-se de uma conexão entre uma investigação realizada entre 2014 e 2016 sobre esta casa e a necessária discussão entre esta e a legislação patrimonial existente, à nível municipal e nacional.

A Casa da Memória Italiana está localizada em Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo, e seu percurso se entrelaça com a contextualização histórica da cidade, determinada pela imigração italiana e o período do café, identificando-se a uma memória coletiva, cujas particularidades, materiais e imateriais, ativam a função de um museu casa.

A casa, objeto desse estudo, é considerada um bem patrimonial, entendido como bem cultural herdado de gerações anteriores (FUNARI & PELEGRINI, 2006) e pode ser pensada numa concepção mais ampla voltada para o exercício da cidadania e inserida na economia criativa, a qual reconhece a cultura como um recurso identitário e econômico (LANDRY, 2011). A economia criativa é um desdobramento da economia do conhecimento e da economia da experiência, ao buscar nos ativos intangíveis a diferenciação econômica, abordando a cultura, o saber e a tecnologia (REIS; URANI, 2011, p. 31).

A história desta casa associa-se à memória da cidade, porque narra o desenvolvimento econômico, social e cultural, por meio da produção do café e da vinda de imigrantes para o trabalho na lavoura, particularmente, os italianos, entre os séculos XIX e XX. A casa foi residência de duas famílias de imigrantes, a primeira, Meirelles, de ascendentes portugueses, cafeicultores expoentes no Brasil, e a segunda, Biagi, imigrantes italianos, importantes empresários do setor sucroalcooleiro.

Ribeirão Preto teve seu desenvolvimento a partir de 1856 com a demarcação de terras para a construção de uma capela (CIONE, 1989, p. 67-75), no entanto foi entre 1860 e 1870 que teve o início de um crescimento econômico considerável, devido à chegada do café na cidade e região, cujos fatores clima, altitude e qualidade do solo, caracterizado pela terra vermelha, conhecida como terra roxa, rica em ferro, contribuíram para sua ascensão, assim como a disponibilidade de capital e mão-de-obra (LOPES, 2011, p. 12-14).

“A cultura cafeeira chegou na década de 1870, devido ao interesse dos fazendeiros que verificaram o melhor momento para o seu cultivo. No Brasil, as plantações de café aconteceram no século XIX no Rio de Janeiro, atingindo o Vale do Paraíba e o interior de São Paulo. As condições favoráveis do solo, clima e relevo, agregadas ao trabalho escravo, aumento do consumo do café, seu elevado preço no mercado internacional e o decadente cultivo no Vale do Paraíba – que havia se iniciado em 1825 – fizeram crescer o café do tipo Bourbon na região. As plantações firmaram o café como fonte de renda e principal atividade econômica do Estado de São Paulo, transformando Ribeirão Preto no maior centro produtor de café do mundo. Esta revalorização deu à cidade o título de “Eldorado do Café” (HADDAD, 2011, p. 15).

A riqueza do café trouxe a ferrovia, que chegou em Ribeirão Preto em 1883, favorecendo o transporte da produção cafeeira ao porto de Santos, assim como a migração e imigração (HADDAD, 2011, p. 15). A imigração foi a solução para o problema da falta de mão de obra nas lavouras, causada pela abolição da escravidão no Brasil. Antes mesmo da homologação da Lei Áurea, a Assembleia da Província de São Paulo decretou uma lei, em março de 1871, que autorizava a Província a subsidiar os fazendeiros no emprego de imigrantes (HEFLINGER & LEVY, 2010, p. 77).

A cidade de Ribeirão Preto recebeu um grande contingente de imigrantes e foi, entre as cidades da sua região, aquela que teve o maior crescimento populacional, de 5.552 habitantes em 1874 para 68.838 em 1920 (BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 153). Além da quantidade, a diversidade étnica e cultural da população era vasta, apesar do número de italianos ser na cidade, em 1912, superior aos outros grupos, correspondendo a 25,01% do total de habitantes, considerando brasileiros e estrangeiros, e 59,77% do total de estrangeiros (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 46).

Neste contexto, encontramos a casa, objeto de estudo neste trabalho, construída a pedido de Joaquina Evarista Meirelles e seu filho Joaquim, no centro de Ribeirão Preto, ao lado da Catedral de São Sebastião. Esta casa foi projetada pelo arquiteto Arnaldo Maia Lello, em 1923 e teve a construção finalizada entre 1925 e 1926 (AEAARP - Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, 2015, p. 8); (Escritura de doação lavrada em 14 de fevereiro de 1925, transcrita sob nº. de ordem 15.509. Arquivo do 1º. Registro de Imóveis, Certidão Protocolo nº. 549.683, 2014).

A foto abaixo mostra a fachada da casa em 2019.

Fig. 1 – Casa da Memória Italiana.



Fonte: Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth, 2019.

A família Meirelles, que construiu a casa, tem a descendência na família dos Chacins, originários de Trás-os-Montes, em Portugal. De acordo com os pesquisadores Santos & Meirelles, a linhagem de Joaquina Evarista Meirelles é proveniente da Ilha de Faial, no arquipélago de Açores, cuja bisavó do bisavô de Joaquina foi a primeira a chegar ao Brasil em 1722. Posteriormente, seu bisavô também começa a vida familiar no Brasil e Joaquina nasce na Fazenda Campo Grande, em Baependi - Minas Gerais, Brasil, filha de Joaquim Victor de Souza Meirelles (1831-1916) e Blandina Laura de Souza Meirelles (1837-1905) (SANTOS & MEIRELLES, 1992).

A senhora Joaquina Evarista Meirelles é considerada uma das grandes exportadoras de café da região de Ribeirão Preto e se destacou, à sua época, porque era mulher e fazendeira (Entrevista Francisco Machado de Souza Neto - Casa da Memória Italiana, em 19 de maio de 2014 – Documentos avulsos).

A genealogia da família Meirelles está bem documentada, sendo que o patrimônio fotográfico e as recordações orais reconstituem a linhagem, ilustrando que a casa ganha sentido, porque a vida cotidiana desta família transforma-se em uma representação da memória, por meio de um legado que hoje compõe o acervo documental da casa.

Fig. 2 - Joaquina Evarista Meirelles e família na casa da Rua Tibiriçá, em 1925/1926.



Fonte: Casa da Memória Italiana.

A foto acima registra um momento da família Meirelles entre 1925 e 1926 possivelmente no fundo da casa, no local onde estava instalada a garagem. Ao centro podemos identificar a matriarca da família, dona Joaquina.

Joaquina faleceu em 1941 e, no mesmo ano, a casa foi vendida ao casal de imigrantes italianos Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi, cuja função de residência de família se deu até 2012, quando a última filha solteira do casal faleceu (AEAARP, 2015, p. 8).

Pedro Biagi nasceu em 31 de maio de 1881, na aldeia de Campagnola na localidade de Brugine, província de Padova, região do Vêneto, na Itália. Foi batizado com o nome de “Silvio Pietro” e chegou ao Brasil em 18 de janeiro de 1888, com seis anos de idade e acompanhado pelos pais, Natale Biagi e Elisabetta Ferin Biagi (BIAGI, 1987, p. 67).

Quando a família chegou ao Brasil, pelo porto de Santos, seguiu ao município de Itatiba, na região de Campinas, e Natale trabalhou no fabrico de tijolos, na Fazenda Itatiba. Em 1890, a família se transferiu para a região de Ribeirão Preto e continuou o trabalho em fazendas quando, em 1899, em sociedade com Sante Barbieri, adquiriram as primeiras terras em Campo de Itararé, em Sertãozinho (BIAGI, 1987, p. 54).

Em 1904, Pedro Biagi se casou com Eugenia Viel Biagi, italiana nascida em 27 de agosto de 1884, na província de Udine, região de Friuli-Vene-

zia Giulia, ao norte da Itália. Eugenia teve a história familiar similar à de Pedro, pois chegou ao Brasil com a família, aos doze anos de idade, em 1º. de março de 1896. Com o casamento, conforme tradição italiana, Pedro continuou na fazenda do pai, trabalhando com o cultivo da lavoura, na fabricação de aguardente e na olaria. No entanto, pelo seu espírito empreendedor e vocação para a comercialização, em 1909, Pedro adquiriu sua primeira propriedade, um sítio na Vila de Pontal, o que o fez sair, definitivamente, da casa de seus pais e renunciar a parte de sua herança para um de seus irmãos (BIAGI, 1987, p. 67-68).

Com muita dedicação e determinação, Pedro Biagi foi adquirindo terras ao longo dos anos. Em 1917 comprou a Fazenda Barbacena, onde teve sua primeira plantação de cana-de-açúcar. Em 1931 fundou a Usina da Pedra, localizada em Serrana e, em 1936 seus filhos compraram a Usina Santa Elisa, em Sertãozinho. As fazendas eram situadas em municípios próximos a Ribeirão Preto, entretanto, Pedro e sua família mudaram-se para esta cidade, em 1924, quando matriculou seus filhos no Colégio Santa Úrsula, melhor escola que havia na época. Viveram durante dezoito anos em uma casa na Rua Visconde de Inhaúma e, em 1941, com a compra da casa mencionada neste artigo, transferiram-se. Pedro faleceu em 27 de setembro de 1973 e sua esposa, Eugenia Viel Biagi, a 2 de julho de 1974, ambos nesta residência (BIAGI, 1987, p. 70-75).

Em entrevista com o neto de Pedro Biagi, Maurílio Biagi Filho, o mesmo relata sobre suas memórias com relação à casa do avô, como as festas muito alegres e reuniões de família, a casa era “o centro da família”. No acervo fotográfico da Casa da Memória Italiana encontram-se os registros das festas realizadas na casa, como as festas de finais de ano, os aniversários e cafés (BIAGI, 2016).

O convívio familiar marca uma vida cultural de caráter burguês, caracterizados pelos hábitos culturais da família Biagi. As filhas de Pedro, Angela e Osônia, tocavam instrumentos, o acordeão e o piano, na sala de música da casa, o gosto musical variava entre o popular e o clássico, com preferência às óperas. As mulheres dedicavam-se a atividades manuais como o tricô e o crochê, jogavam damas, torrinha, escopa simples e um jogo de baralho conhecido como XV. O patriarca, Pedro Biagi, preferia jogar bocha, um jogo tradicional italiano.

De acordo com a neta de Pedro Biagi, Maria Augusta Scatena Lopes, a alimentação familiar era predominantemente italiana, com receitas da região do Vêneto, no entanto, muitas adaptações foram feitas com os ingredientes procedentes da cozinha brasileira. Dentre as comidas ela destacou: a polenta, verduras como almeirão e escarola, sopas e caldos, o brodo de

galinha e de carne bovina, sopa de feijão, cozidos de galinha e carne bovina, massas, rabanadas, crustole, roscas, balas de coco, etc. Dentre as bebidas, a família preferia os vinhos, licores e o cowboy, ou seja, whisky sem gelo e puro (Memórias de Maria Augusta Scatena Lopes, 2014 - Documentos avulsos).

Uma das formas de registro das famílias era, em ocasiões especiais, convidar um fotógrafo para eternizar o momento, prática comum principalmente entre as famílias mais abastadas.

A foto abaixo, de 1942, retrata um momento da família Biagi reunida, em torno de um ano após a compra da casa.

Fig. 3 - O casal, Pedro Biagi e Eugenia Viel Biagi, e filhos, na casa em 1942.



Fonte: Casa da Memória Italiana.

Além de fatos recordados pelas famílias e contados em depoimentos e entrevistas, bem como registros documentais como fotografias, entre outros, a casa traz em sua arquitetura e móveis, preservados, uma riqueza material e imaterial.

A casa estudada é caracterizada por varandas e ornatos, cujas aspirações europeias misturam-se aos estilos modernos, como o Art Nouveau. A influência estrangeira exercida nas casas da elite brasileira e, particularmente, da cafeeira, é notada pelas importações realizadas, por exemplo, na Casa da Memória Italiana as louças dos banheiros e da cozinha são inglesas e o revestimento de azulejos são alemães. A parte elétrica (tomadas e espelhos) e a parte hidráulica (torneiras e chuveiros) foram importados dos Estados Unidos. A introdução de tais componentes nas casas da alta sociedade brasileira, datada do início do século XX, são justificadas, principal-

mente, por não existir ampla fabricação dos mesmos no Brasil.

A fabricação nacional consiste nos tijolos e revestimentos de madeira e piso. Poucas são as alterações encontradas na casa com relação à planta original, entre elas a ausência de uma lareira na sala de jantar e na sala de vestir (denominada na planta como fogão) e a inexistência de um terraço sobre a cobertura da entrada nobre. No local foram acrescidos vitrais e o espaço permitiu a instalação de uma escada de madeira maior (AEAARP, 2015, p. 8-9).

Os tetos e paredes de diversos cômodos são ornados com pinturas, com autoria desconhecida, suspeitando-se por artistas italianos como Victório Gregolini, que trabalhou na decoração da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Em 2014 ocorreu uma manutenção nas paredes, mas poucas áreas sofreram intervenções (AEAARP, 2015, p. 9).

O mobiliário é organizado em três grupos, cuja diferenciação refere-se ao estilo, artesão e época de aquisição. O conjunto maior foi produzido pela Fábrica de Móveis Miguel Nardella, em São Paulo, composto por móveis da sala de jantar e quartos, com detalhes de marchetaria e metal. Outro conjunto é o da sala de visitas que possui influência do estilo Luís XIV, com o refinamento da realeza francesa, produzido por Gino e Renato Ghilardi, mestres da Oficina de Tapeçaria do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Esses dois conjuntos mencionados eram da família Meirelles e adquiridos com o imóvel pela família Biagi. O último conjunto, adquirido pela família Biagi, foi produzido pela fábrica de móveis Delloiagono & Cia, oficina de Ribeirão Preto (AEAARP, 2015, p. 9).

A casa se encontra no estado da arquitetura original mantendo o piso de madeira, destacando os vitrais, os móveis da época com todos os objetos de uso da casa como louças e prataria. Tudo indica que os vitrais da casa podem ter sido executados pela Casa Conrado de São Paulo que fez os vitrais da vizinha Catedral de São Sebastião no mesmo período, no entanto, não temos nenhum indício seguro da execução do serviço. Constitui um patrimônio cultural muito preservado, que foi possível devido à manutenção e cuidados constantes dos moradores ao utilizarem-na como residência até o ano de 2012.

Por este motivo, em 07 de dezembro de 2013, foi criado a Instituição Casa da Memória Italiana, na forma de Associação, regido por um Estatuto Social e por dispositivos próprios. É uma entidade privada e sem fins lucrativos, cujos objetivos, conforme o artigo 3º. do Estatuto são “promover a cultura, a defesa, a conservação e a difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural, alusivo à história e memória da imigração italiana no Brasil, com ênfase na região de Ribeirão Preto” (ESTATUTO DO INSTITUTO CASA DA

MEMÓRIA ITALIANA, 2013, p. 1-2).

O processo de patrimonialização desta casa nos leva a refletir sobre a sua preservação material e imaterial e, consequentemente, nos dispositivos pelos quais favorecem a mesma, assim como as formas criadas para a sustentabilidade econômica da instituição museológica, para tal finalidade. Este artigo priorizará esta discussão com foco nos recursos que a legislação patrimonial disponibiliza.

1 Método

Este trabalho foi pensado a partir da dissertação de mestrado de uma das autoras deste artigo – Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth, defendida em 2016 na Universidade do Porto – Portugal, com o título “A cidade criativa e o patrimônio cultural: a Casa da Memória Italiana em Ribeirão Preto – SP, Brasil”. Com base na pesquisa bibliográfica sobre o patrimônio cultural e no acervo documental da Casa da Memória Italiana, partiu-se para uma discussão entre estes e a legislação, federal e municipal, que rege os bens culturais, confrontando a patrimonialização e o não tombamento da casa. A análise desta literatura e das atividades da casa nos levam a refletir sobre os bens culturais diante da legislação e as possíveis ações colocadas em prática efetivamente.

Quanto ao patrimônio cultural, os conceitos dados por Choay (2006) e Funari & Pelegrini (2006) embasam a reflexão conceitual do trabalho. Em relação à economia criativa e as possibilidades de sustentabilidade junto ao patrimônio cultural os autores pesquisados foram Landry (2011) e Reis & Urani (2011).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, identifica o que constitui o patrimônio cultural brasileiro, bem como o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, ambos permitem tratar do tema no que tange a legislação e o registro dos bens culturais.

A legislação municipal foi traçada a partir do artigo das autoras Santo & Registro (s/d) que apresentam um breve histórico da formação do Conselho de Patrimônio da cidade de Ribeirão Preto, através da legislação municipal, entre o final dos anos 1960 e os anos 1990.

A discussão teórica a respeito do patrimônio, bem como as ações de preservação ganham força quando a comunidade identifica e reconhece um bem como parte de sua memória, construída por meio da vivência das pessoas no exercício cotidiano de sua cidadania.

2 Resultados e Discussão

A preservação do patrimônio cultural em Ribeirão Preto desenvolve-se de forma lenta nas últimas décadas. Algumas medidas foram tomadas nos anos de 1970 com o objetivo de reconhecer e proteger alguns bens culturais. A legislação municipal surgiu em função da necessidade desta proteção, cumprindo o que prescrevia a Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo que alertavam para a necessidade de adoção de medidas para a defesa dos bens de valor histórico e cultural.

Um dos primeiros passos para a salvaguarda do patrimônio foi dado em 1967 com a criação do Conselho de Cultura. Em 1º. de setembro de 1971, pela Lei nº. 2.508, foi criado o Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, desta maneira, a cidade passou a contar com uma legislação que permitiu-a desenvolver políticas de salvaguarda dos bens culturais. Regulamentada a legislação, em 8 de junho de 1973, a Lei nº. 2.674 do município declarou de valor histórico o Teatro Pedro II, desta forma consideramos que foi uma das primeiras medidas oficiais na preservação do patrimônio da cidade (SANTO & REGISTRO, s/d).

O momento era concomitante ao lançamento, em 1972, da primeira convenção geral da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, referente ao patrimônio mundial, cultural e natural, sendo o Brasil um dos signatários desta convenção. O mundo estava preocupado com a destruição do que foi considerado patrimônio mundial e a Unesco lançou várias campanhas com o intuito de salvaguardar o patrimônio mundial (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p. 25).

De certa forma, acompanhando este movimento mundial que replicava no Brasil, em Ribeirão Preto a Lei nº. 2.890 de 28 de maio de 1974, dispôs a respeito da defesa dos bens culturais de interesse local e instituiu o Livro de Tombo, entre outras disposições (SANTO & REGISTRO, s/d).

Na década de 1980 outros imóveis foram reconhecidos e tombados como de valor para a história e a memória da cidade de Ribeirão Preto. Durante este período de consolidação das leis de preservação do patrimônio em Ribeirão Preto, o objeto de estudo deste texto, a Casa da Memória Italiana, ainda funcionava como a residência de uma das mais importantes famílias da cidade e, desta forma, as características originais da casa e seus móveis foram conservados.

Durante os anos de 1980 fundiram-se os Conselhos de Cultura e o de Patrimônio e, continuou a política de preservação mesmo tímida e ainda marcada por grandes edificações como os imóveis do “Quartirão Paulista”, do qual já fazia parte o Teatro Pedro II.

No Brasil avançavam, mesmo lentamente por meio do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão criado na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, as políticas de preservação dos bens culturais. O Brasil, como signatário da ONU - Organização das Nações Unidas, seguia os passos recomendados pela Unesco para a proteção do patrimônio, contando com legislação própria foi aos poucos realizando o reconhecimento dos bens culturais (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

A discussão no cenário mundial vinha desde os anos de 1970 a respeito do que a pesquisadora Françoise Choay afirma que “[...] da integração (dos conjuntos históricos) à vida coletiva de nossa “época” [...]” (CHOAY, 2006, p. 223), a história do patrimônio estava sendo construída”. A autora refletia o documento do encontro de Nairóbi, quando em 1976, a Unesco adotou a Recomendação relativa a proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea.

No Brasil, o reconhecimento, em 1980, do centro histórico de Ouro Preto como patrimônio da humanidade, era parte desta política de preservação mundial do patrimônio e representou um marco na história da salvaguarda dos bens culturais no país. Na sequência, dois anos depois, foi a vez de Olinda e, em seguida, em 1983, a área das missões jesuíticas, entre outros bens. Estes atos abriram caminho para que no país, em processo de abertura política na primeira metade da década de 1980, aos poucos passasse a visualizar o rico patrimônio cultural que naquele momento já era reconhecido pelo mundo por meio da Unesco.

A Constituição de 1988, com seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural, identificando o patrimônio cultural brasileiro por meio “[...] dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

O artigo estabelecia que cabia ao poder público em colaboração com a comunidade preservar os bens culturais, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Os novos rumos para a preservação do patrimônio cultural no Brasil vieram após a Constituinte de 1988, que fortaleceu a política de preservação, a qual os municípios e estados deveriam estar alinhados. Em Ribeirão Preto, a Lei Orgânica de 1990 dispôs a respeito da documentação, obras e demais registros de valor histórico.

A recuperação do teatro Pedro II deu um impulso para despertar em muitas pessoas a necessidade de preservação do patrimônio da cidade que

se encontrava abandonado. Em 1993, foi realizado um encontro municipal a respeito de patrimônio cultural, promovido entre outros, pela Secretaria da Cultura, com o apoio do Arquivo Público. Os frutos deste encontro e de outras iniciativas podem ser vistos por meio da Lei nº. 7.521, de 17 de outubro de 1996, que criou o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto – CONPPAC – RP (SANTO & REGISTRO, s/d).

Mais de duas décadas após a criação do Conselho que luta pela aplicação de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, em Ribeirão Preto as políticas de preservação ainda caminham a passos lentos, uma vez que a legislação existe, mas sua aplicação, bem como o reconhecimento dos cidadãos a respeito da importância de preservação dos bens culturais ainda é incipiente. Cidadania e preservação de patrimônio não são feitas somente amparadas na lei ou decreto, precisamos sim de políticas públicas e de parcerias com o privado para desenvolver ações de preservação dos bens culturais na preservação da memória histórica de uma cidade.

Um exemplo característico de que às vezes é possível de forma privada preservar o patrimônio sem, no entanto, ele ser oficialmente tombado é o caso da Casa da Memória Italiana, pois o referido equipamento não possui nem mesmo um pedido provisório de tombamento junto ao CONPPAC.

O estudo de um museu casa, como a Casa da Memória Italiana, com toda sua história e sua dimensão pública, se apresenta como uma nova forma de valorizar o passado. Os distintos objetos dos antigos moradores permitem um olhar diferenciado a respeito do cotidiano de uma família de posses na cidade de Ribeirão Preto. No entanto, as diversas atividades que a casa mantém indicam a ação de educação patrimonial expandindo para a economia criativa, revelando que nem sempre apenas o reconhecimento por tombamento é o suficiente para manter a sustentabilidade e a salvaguarda do bem.

De acordo com a entrevista realizada com Adriana Silva, Diretora Administrativa da Casa da Memória Italiana, ela afirma que o projeto para a casa está dentro da lógica de gestão de economia criativa para manutenção e sustentabilidade da casa. O primeiro objetivo é o da preservação do edifício e, por isso, a melhor proteção decorre do seu uso, e por isso a justificativa para a criação do museu casa. Refere-se, também, à relação arquitetônica da casa com o centro da cidade de Ribeirão Preto, pois, ao preservá-la, há uma contribuição à preservação do centro. Menciona, ainda, que a casa tem uma linguagem bastante diversificada e trará ideias relacionadas com a gastronomia, língua e arte italiana, de forma abrangente e capaz de atrair o público a visitá-la mais de uma vez, além de que poderá expandir as suas atividades a outros imigrantes (SILVA, 2016).

A Casa da Memória Italiana, desde sua institucionalização, tem desenvolvido ações de mediação patrimonial e educativa, por exemplo, visitas agendadas com o público em geral e com escolas; atividades nas férias; recitais de Natal, com a apresentação do Coral Coro Memorie d'Italia; promoção de atividades ao longo das Semanas de Museus, desde 2015 até o presente ano; exposições de arte contemporânea; oficinas diversas; entre outras.

Também foram realizados alguns projetos, como o Projeto 2015-2016, por meio de captação de recursos, pelo PROAC – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, que possuía quatro vertentes: o desenvolvimento de um Plano Diretor, cujo objetivo era abrigar, na casa, sede do Instituto Casa da Memória Italiana, um museu-casa; a realização de pesquisa e a recolha de registros orais sobre a memória das famílias remanescentes dos imigrantes italianos na cidade de Ribeirão Preto e região, o que possibilitou a produção de onze videodocumentários; a elaboração de um programa de ocupação física da casa; e, por fim, a criação de uma página na *internet*, onde seriam divulgados estes videodocumentários e que possibilitaria uma visita virtual à casa. Os resultados deste Projeto podem ser vistos no *website* da Casa da Memória Italiana.

Outro projeto foi o Plano Anual 2017, com captação de recursos pelo PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura, que incentivava projetos culturais, a nível federal. A proposta do plano incluía a criação de programas nas áreas: Institucional; Educativo e Cultural; Pesquisa e História.

A mais recente publicação da casa em sua conta do Instagram, um dos principais meios de divulgação de suas atividades além do próprio *website*, anunciou a parceria entre a Casa da Memória Italiana e a Elenco, associação sem fins lucrativos que busca reunir profissionais do segmento da construção civil, como arquitetos, designers de interiores, paisagistas e engenheiros, para criarem soluções inteligentes e inovadoras para os projetos. A Casa da Memória Italiana, em 2018 iniciou um estudo para melhorias na área social do museu casa e a execução dos projetos arquitetônico, decorativo e estrutural serão iniciadas neste ano de 2019, com a parceria mencionada.

Pode-se observar que a Casa da Memória Italiana busca leis de incentivo fiscal que beneficiem a preservação do acervo e o desenvolvimento de projetos para a salvaguarda do bem patrimonial. Neste caso, da Casa da Memória Italiana, a ausência do tombamento a beneficia para desenvolver ações de reforma e restauro, com adaptações necessárias para um museu casa, bem como para a realização de projetos com a captação de verbas de forma mais ampla e irrestrita, cujo tombamento pode trazer algumas limitações.

Uma edificação tombada requer uma ampla gama de projetos, nem sempre tão viáveis, de forma rápida com o intuito de viabilizar o franco acesso e a própria acessibilidade numa edificação centenária. A lenta morosidade dos órgãos no Brasil dificulta a tramitação de melhorias que, às vezes, se apresentam de forma simples sem prejuízo para o “bem” patrimonial, resguardada a sua integridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da Casa da Memória Italiana remonta ao período do café e da chegada de milhares de imigrantes que aportaram em Ribeirão Preto, em busca do sonho do enriquecimento fácil por meio do ouro verde. Desta maneira, o equipamento contribui para a preservação de uma memória histórica, ainda muito viva na cidade, uma vez que permanece ativa, pulsante, nos inúmeros descendentes dessas famílias que aqui chegaram em busca de uma nova vida. Um século depois da construção da casa pela primeira família portuguesa que a construiu e, menos de uma década em que ela deixou de ser habitada, pela segunda família, a italiana, a casa passou de moradia para uma nova referência conceitual, ou seja, um bem cultural da cidade de Ribeirão Preto.

O cotidiano de toda uma época que pode ser compreendido a partir de uma visita à casa, mesmo que feita de forma virtual, indica relações de permanências entre os visitantes e os objetos ali expostos. A realidade do acervo permite que o imaginário coletivo amplie a compreensão de um período histórico recuado no tempo fazendo-se presente.

Desta maneira, a Casa da Memória Italiana, ainda hoje, apesar de representar um dos principais equipamentos de preservação da memória de uma cidade, está à margem da referenciada legislação municipal, uma vez que ela ainda não é tombada como patrimônio cultural da cidade, pelo órgão que chancela o tombamento, ou seja, o CONPPAC. Os decretos nem sempre fazem o patrimônio de uma cidade, neste caso, o patrimônio existe e é reconhecido pela população, todavia, a instituição Casa da Memória Italiana – Ribeirão Preto SP, não é tombada e, desta maneira, não é oficialmente reconhecida pelo órgão competente.

O não tombamento desta importante instituição não se tornou um empecilho para a salvaguarda do bem arquitetônico, bem como para o desenvolvimento de ações inseridas na sustentabilidade, na educação patrimonial e na economia criativa.

A importância dos museus casa referenciam os objetos, a arquitetura, o patrono da casa, enfim uma reconstrução do modo de vida que uma

vez contextualizada de forma didática permite que nos aproximemos da realidade de transformar um simples objeto em um documento, retratando a memória histórica de uma localidade. Eles possuem uma identidade própria, como a Casa da Memória Italiana que oferece para a cidade de Ribeirão Preto um legado a partir da residência de duas famílias, uma de origem portuguesa e a outra, que residiu nas últimas décadas, italiana.

Os gestores de patrimônio podem procurar outros meios de salvaguarda que não apenas o tombamento e que traga a sustentabilidade econômica para manter o bem na sua integridade, como o caso da referida instituição estudada neste artigo. A força da ligação entre o passado no qual o patrimônio está inserido e o novo uso, pensando a cidade, o cidadão, o futuro e as necessidades da sociedade contemporânea, os gestores podem e devem contribuir para ampliar o leque de oferta na educação informal, por meio de diversas ferramentas que trabalhem a identidade, a preservação do patrimônio, a sustentabilidade, entre outros aspectos.

A casa estudada foi importante para as duas famílias, em momentos alegres e tristes que se perpetuam na história de Ribeirão Preto, representada pela cafeicultura e imigração, que trouxe hábitos e tradições, com destaque para a portuguesa e a italiana, guardando a memória de um tempo e permitindo que as gerações futuras possam conhecer, adentrar e olhar para uma parte da história de Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RIBEIRÃO PRETO [AEAARP]. Resgatando Patrimônios. *Revista Painei*, Ribeirão Preto, ano 18, n. 243, jun. 2015. Disponível em: < <https://www.aeaarp.org.br/upload/revista/20170711150230painel-243.pdf> >. Acesso em: 20 de maio 2019.
- BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
- BIAGI, L. L. *A família Biagi: os primeiros cem anos, 1888-1988*. São Paulo: Laserprint, 1987.
- BIAGI, M. *Casa da Memória Italiana*. Ribeirão Preto: 02 de maio de 2016. Entrevista concedida a Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 21 maio 2019.

- CASA DA MEMÓRIA ITALIANA. Disponível em: <<https://www.casadamemoriaitaliana.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CASA DA MEMÓRIA ITALIANA – INSTAGRAM. Disponível em: <<https://www.instagram.com/casadamemoriaitaliana/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
- CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. 2. ed. Ribeirão Preto: “IMAG” Gráfica e Editora, 1989.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HADDAD, G. L. *Orquestra sinfônica de Ribeirão Preto – representações e significado social*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Nossa História, n. 5).
- HEFLINGER JUNIOR, J. E.; LEVY, P. M. *E os italianos chegaram*. Limeira: Unigráfica, 2010.
- LANDRY, C. Prefácio Cidade Criativa: a história de um conceito. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades Criativas – Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2019.
- LOPES, L. S. *Ribeirão Preto – a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Nossa História, n. 1).
- REIS, A. C. F.; URANI, A. *Cidades Criativas – perspectivas brasileiras*. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades Criativas – Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- SANTOS, R. A. M. dos; MEIRELLES, M. Z. *Família Souza Meirelles – Estudo Genealógico*. Valinhos: Gráfica São José, 1992.
- SANTO, S. M. do E.; REGISTRO, T. C. *Breve histórico da Formação e Atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – CONPPAC/RP*. Disponível em: <<http://www.marp.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14conppac.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- SILVA, A. *Casa da Memória Italiana*. Ribeirão Preto: 14 de março de 2016. Entrevista concedida a Nicole Aparecida Santos Abbondanza Toth.

TOTH, N. A. S. A. *A cidade criativa e o patrimônio cultural: a Casa da Memória Italiana em Ribeirão Preto – SP, Brasil*. Dissertação (Mestrado em História e Patrimônio) - Universidade do Porto, Porto, 2016. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=166083>. Acesso em: 20 maio 2019.

WALKER, T. W.; BARBOSA, A. S. *“Dos coronéis à metrópole”*, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Arquivo da Casa da Memória Italiana: documentos avulsos

Estatuto Social de criação do Instituto Casa da Memória Italiana, 2013;

Fotografias;

Dossiês;

Levantamento completo do mobiliário, objetos e fotografias (3 volumes não publicados, para uso interno do Museu Casa), 2013-2014;

Livros de presença (visitas e eventos);

Materiais utilizados nas atividades educativas;

Material sobre Arte Decorativa do Bungalow: Alice Registro Fonseca, 2014;

Memórias de Maria Augusta Scatena Lopes, 2014;

Projeto de arquitetura e ocupação dos espaços da Casa da Memória Italiana, 2015;

Transcrição da entrevista com Francisco Machado de Souza Neto (neto de Joaquina Evarista Meirelles - 19 de maio de 2014;

Escritura de doação. Lavrada em 14 de fevereiro de 1925, 1º. Registro de Imóveis. Transcrita sob nº. de ordem 15.509. Certidão Protocolo nº. 549.683, 2014.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

OS CAMINHOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRESERVANDO A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL NO VALE DO TAQUARI/RS

THE PATHS OF THE UNIVERSITY EXTENSION: PRESERVING THE MEMORY AND CULTURAL HERITAGE IN THE TAQUARI VALLEY / RS

Jamile Maria da Silva Weizenmann¹

Jauri dos Santos Sá ²

Caroline Nichel³

Luíze França da Rocha⁴

RESUMO

O presente artigo dedica-se a discutir a importância da preservação do patrimônio cultural e sua relação com a memória social das comunidades, considerando os diferentes elementos de valor patrimonial e suas correlações, sejam eles materiais ou imateriais. Resgata alguns tópicos normativos no Brasil e no mundo, dando destaque contemporâneo ao tema do patrimônio cultural. A partir disso, projetam-se discussões sobre o papel da extensão universitária na promoção da educação patrimonial assentada na premissa de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no Vale do Taquari/RS. Como experiência concreta, apresentam-se as ações extensionistas nos municípios de Santa Clara do Sul, Cruzeiro do

1 Mestre em Arquitetura pela UFRGS (2008). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005). Doutoranda do PROPARG-UFRGS (2015-2019) na área de Teoria, História e Crítica. Docente na área de projeto arquitetônico e na área de teoria e história da arquitetura. Coordenadora do Projeto de Extensão, Patrimônio Vivo, na UNIVATES. Colaboradora no projeto de Pesquisa Para além dos muros: subsídios para (re) descobrir o Patrimônio Cultural do Vale do Taquari - RS. E-mail: jamilew@univates.br.

2 Doutor em Arquitetura (Universidade Politécnica da Catalunha - UPC/ETSAB/Barcelona/Espanha), com título revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Professor na Universidade do Vale do Taquari - Univates, curso de Arquitetura e Urbanismo. Colaborador do Projeto de Extensão, Patrimônio Vivo, na UNIVATES. Coordenador do projeto de Pesquisa “Para além dos muros: subsídios para (re) descobrir o Patrimônio Cultural do Vale do Taquari - RS”. E-mail: jauri.sa@univates.br.

3 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo e bolsista do projeto de extensão Patrimônio Vivo da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Possui ensino médio pela Escola Estadual de Ensino Médio Nova Bréscia (2012). E-mail: caroline.nichel@univates.br.

4 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo e bolsista do projeto de extensão Patrimônio Vivo da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Bolsista voluntária do projeto de pesquisa “Para além dos muros: subsídios para (re)descobrir o Patrimônio Cultural do Vale do Taquari - RS”, da UNIVATES desde 2019. Possui ensino médio pelo Instituto Estadual de Educação Maurício Cardoso (2017). E-mail: luize.rocha@univates.br.

Sul e Forquetinha, com o propósito de salvaguardar o patrimônio cultural local. A identidade cultural nesses municípios é fortemente marcada pelas tradições de imigração alemã e açoriana, onde o patrimônio imaterial referem-se ao modo de vida das famílias, tanto no passado como ainda é notório no presente. Já o patrimônio material encontra-se representado na arquitetura local, com diversas edificações de valor histórico reconhecidas pelas comunidades locais, como resultado das experiências vivenciadas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Extensão Universitária. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This article discusses the importance of preserving cultural heritage and its relation to the social memory of communities, considering the different elements of heritage value and their correlations, whether material or immaterial. It rescues some normative topics in Brazil and in the world, giving contemporary prominence to the theme of cultural heritage. Based on this, approaches the role of university extension in the promotion of heritage education based on the premise of indissociability between teaching, research and extension, in Vale do Taquari / RS. As a concrete experience, the extension actions in the municipalities of Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul and Forquetinha are presented, with the purpose of safeguarding the local cultural heritage. The cultural identity in these municipalities is strongly marked by the traditions of German and Azorean immigration, where intangible heritage refers to the way of life of families, both in the past and continues in the present. The material heritage is represented in the local architecture, with several buildings of historical value recognized by the local communities, as a result of the heritage education experiences made.

Keywords: Cultural Heritage. University Extension. Heritage Education.

INTRODUÇÃO

A formação da identidade de uma comunidade é determinada pelos diversos aspectos culturais que marcam a sua história. Esta herança cultural se constitui a partir dos saberes, dos costumes e dos modos de viver. Aliado às formas imateriais de expressão de uma cultura, tem-se a manifestação material que é reconhecida, principalmente, por meio da arquitetura, dos monumentos e objetos que carregam os traços identitários de um povo.

No Brasil, a Constituição Federal⁵ (1988), em seu Artigo 216, define o patrimônio cultural nacional como um conjunto de bens materiais e imateriais que contenham referências dos grupos sociais que formam o território Nacional. Tal conjunto envolve desde práticas do cotidiano, tradições familiares e expressões de vida às edificações e monumentos manifestantes da

5 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

história e cultura destes grupos. De tal maneira, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado no ano de 1934, reconhece também como patrimônio cultural as manifestações artísticas, científicas e tecnológicas; obras, documentos, objetos e edificações portadores de tais manifestações; e, ademais, conjuntos urbanos e sítios com valor histórico, artístico, paisagístico e científico.

Ao analisar as condições em que se encontram tais heranças culturais, nota-se uma gradativa destruição patrimonial, causada pelo desenvolvimento socioeconômico, pela degradação natural e pela falta de recursos financeiros, científicos e técnicos. Tal problemática fora identificada na Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), na qual reforçou-se o quanto a perda de bens culturais acarreta o permanente empobrecimento patrimonial das sociedades. Assim, percebe-se a necessidade de vencer os desafios contemporâneos citados de insuficiência de meios e desgaste natural e, ainda, de perda da memória social, cumprindo o dever da comunidade internacional de, como citado na Declaração do México (1985), preservar e defender a identidade cultural dos povos.

Surge assim a urgência de tornar viável e obrigatório o reconhecimento e a proteção deste legado, via normativas reguladoras da preservação patrimonial. A Declaração do México (1985) também pontua acerca deste entendimento que: “Tudo isso reclama políticas que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o patrimônio cultural de cada povo”. Assim, é importante incentivar a criação de políticas, tendo como base o resultado de diretrizes de convenções e das cartas internacionais, que são norteadoras de ações em âmbito mundial. A indubitável responsabilidade dos estados nacionais neste âmbito, envolve ações de asseguramento, identificação, proteção, valorização e transmissão do patrimônio associadas às regulamentações, como lembra Sant’Anna (2004, p.155):

Essa produção social de patrimônio envolve operações de seleção, de proteção, de conservação e de promoção, que, ao mobilizarem e produzirem saberes e discursos, estabelecerem regras e desencadearem ações, dão a conhecer a “norma” que preside a prática de preservação num dado momento.

As políticas orientadoras iniciam com as Cartas Patrimoniais, tendo como algumas das mais importantes normativas relativas ao patrimônio a Carta de Atenas de 1931, a Carta de Veneza de 1964 e a Carta de Brasília de 1995. Já o estabelecimento do IPHAN na década de 30, significou um

marco no início das políticas de preservação no Brasil. Ao órgão é incumbido a organização de projetos, a análise de requisições de tombamento e preservação, entre outros tópicos acerca do patrimônio nacional, atuando nos estados via superintendências – Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Estadual (IPHAE); e, nos municípios, através de legislações próprias que devem atender às diretrizes nacionais e estaduais.

O IPHAN classifica os bens culturais materiais em móveis – documentos, obras de arte, mobiliários, objetos – e imóveis – paisagens naturais, sítios e edificação. E, ainda define como bens imateriais as manifestações de heranças culturais passadas via literatura, dança, música, culinária, tradições e técnicas. Dentro deste entendimento, a Carta de Brasília (1995) reforça o objetivo e significado da preservação patrimonial, que deve ter como objeto de conservação não somente o tangível, como também toda a memória e suas referências culturais auxiliaadoras da compreensão dos bens materiais, contemplando assim todos os bens portadores de mensagens enriquecedoras ao homem.

Compete também a outras entidades atuantes no desenvolvimento regional, tais como as Instituições de Ensino Superior (IES), essa compreensão. Há, a necessidade destas instituições envolverem-se diretamente com a comunidade em que se inserem, valorizando-as e contribuindo para seu crescimento socioeconômico e cultural.

Nesse sentido, a extensão universitária no Brasil, migrou do formato “mão única”, ou seja, que é “quem sabe” e ensina a comunidade que “não sabe”, para um modelo identificado por diferentes momentos e modelos de transmissão do conhecimento. Nesse novo paradigma, destaca-se a diretriz da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, a qual reafirma a extensão como processo de formação e geração do conhecimento, colocando o estudante “como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.”⁶

Entendemos a extensão como um ambiente no qual o estudante tem a possibilidade de transcender o espaço da sala de aula, atuando como protagonista, uma vez que estará envolvido em ações interdisciplinares conectadas por dimensões objetivas e subjetivas. O contato direto com

6 FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

questões sociais, educacionais e práticas constituem aportes decisivos a sua formação, enriquecendo a experiência discente no âmbito teórico e metodológico, além de reafirmar e materializar compromissos éticos e solidários. Entretanto, o reconhecimento desta atitude protagonista só será efetivo nas ações da extensão e se todos estiverem plenamente envolvidos: estudantes, professores e pessoas da comunidade.

Para contribuir com essa visão, integrando a Universidade e a Comunidade, o projeto de extensão Patrimônio Vivo, ao abordar a temática do patrimônio e da valorização das tradições culturais em comunidades da região do Vale do Taquari, incentiva o resgate das memórias locais, que em muito estão ligadas ao processo de colonização alemã, italiana e açoriana. Edificações e manifestações imateriais, que representam essas origens, ainda estão vivas na região e carecem de atenção, de preservação e de reconhecimento por parte das comunidades e dos entes públicos. Dessa forma, ao reconhecer essas tradições e identificar os remanescentes arquitetônicos que expressam a cultura do Vale, será possível criar condições e oportunidades para que as futuras gerações também se apropriem do legado cultural e dos traços identitários promovendo a manutenção desses bens e de novos bens que sejam reconhecidos coletivamente.

A extensão em foco, tem por objetivo o resgate e a valorização do patrimônio cultural da região. Surge da necessidade em promover uma consciência transformadora, capaz de beneficiar o reconhecimento da memória social coletiva, da história e da arquitetura local. Tem também por propósito, provocar mudanças e potencializar o cenário regional, reconhecendo, como dito por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6), “a diversidade cultural, proveniente da mistura de diferentes formas de expressão ligadas aos processos de povoamento”. Tal projeto, embasa sua importância a partir dos desafios contemporâneos de perda e destruição do patrimônio, tratando a partir da Educação Patrimonial, de recuperar o legado compreendido pelas tradições imateriais e materiais (edificações), que marcam o patrimônio cultural do Vale do Taquari.

O conceito de patrimônio tem sido ampliado desde a década de 30, tal qual os instrumentos a serem utilizados para a preservação do mesmo (OLIVEIRA, 2011). Nesse contexto, há um processo sistemático e permanente, que visa o enriquecimento humano por meio do conhecimento, da apropriação e da valorização da herança cultural adquirida. Esta, que provém de experiências e do contato direto com as manifestações culturais materiais e imateriais, seja um monumento histórico, um bem pessoal ou um conjunto de bens, uma paisagem natural, uma crendice popular ou um ritual, tecnologias e processos artesanais, e qualquer outra manifestação

que resulte do contato do indivíduo com o seu ambiente. A Educação Patrimonial, é o meio que auxilia as comunidades na compreensão da sócio cultura e do trajeto histórico em que se inserem (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.4).

Percebe-se na região do Vale do Taquari um grande acervo memorial e edificado que demanda reconhecimento e difusão. De tal maneira, o Projeto de Extensão Patrimônio Vivo promove o seu papel de entidade fortalecedora da comunidade, frente a preservação deste legado, assim como recomendado na Carta de Fortaleza (1997, p.02), “que a preservação do patrimônio cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva” e, ainda: “que sejam buscadas parcerias com entidades públicas e privadas com o objetivo de conhecer as manifestações culturais”.

Nessa perspectiva, o Projeto de Extensão Patrimônio Vivo embasa suas ações nas noções estabelecidas no Guia de Educação Patrimonial do IPHAN e nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, o indivíduo se descobre no meio sociocultural como portador do legado material e imaterial, capaz de causar mudanças no cenário regional e contribuir na amplificação do intelecto acadêmico, validando o processo metodológico aplicado.

1 Método

O Projeto de Extensão Patrimônio Vivo utiliza os conceitos estabelecidos no Guia de Educação Patrimonial do IPHAN, de modo a motivar a comunidade envolvida a conhecer, resgatar e valorizar seu passado. Conforme Horta Gruberg e Monteiro (1999), o processo de reconhecimento cultural, baseia-se em atividades metódicas de observação, registro, exploração e apropriação, a fim de transformar a consciência dos envolvidos acerca de sua participação no meio cultural. Com base na metodologia exposta a seguir, objetiva-se desenvolver a autoestima e a valorização do patrimônio cultural regional, provocando mudanças comportamentais que almejam pela salvaguarda dos bens materiais, imateriais e naturais da região, ao mesmo tempo em que se coleta novas referências de compreensão popular, relativas a tal patrimônio.

Com a troca de ideias, proveniente do diálogo entre o corpo universitário e a sociedade em geral, reafirma-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Projeto de Extensão Patrimônio Vivo aborda, com os envolvidos, temáticas tocantes aos cursos de graduação de Arquitetura e História, utilizando-se da pesquisa como recurso pedagógico para as

ações extensionistas, desempenhadas por professores e estudantes junto às comunidades, o que torna a pesquisa, o ensino e a extensão processos coincidentes. A conexão do conhecimento acadêmico com o popular, promove um ambiente no qual o estudante se capacita como sujeito fundamentado de uma consciência argumentativa e questionadora, competente a realizar uma interpretação crítica do patrimônio regional. Este, é validado e ressignificado através das ações do projeto, instigando os envolvidos a encontrar e reviver seus laços identitários com o passado.

Por meio do processo metodológico da Educação Patrimonial, os envolvidos são motivados a conhecer o seu passado e a sua história, aprendendo sobre a cultura e sobre as diversas manifestações que representam a identidade do lugar. Ressalta-se que os estudantes passam por uma capacitação prévia (Figura 01) para compreensão da metodologia.

Figura 01. Capacitação de estudantes voluntários.



Fonte: dos autores.

Após o contato dos professores coordenadores com as comunidades, são agendadas as ações que seguem três etapas metodológicas. A primeira etapa estabelece a relação entre passado e memória. Segundo o guia de educação patrimonial do IPHAN (1999, quadro III, p. 07 e quadro IV, p.09), esta etapa é um momento de conhecer o significado e valores na comunidade, envolvendo a identificação, observação e um registro simplificado (Figura 2). Para esta ação, os bolsistas do projeto organizam em conjunto com os estudantes voluntários uma dinâmica com uso de imagens sobre patrimônio imaterial e material. O encontro ocorre na comunidade

foco e é realizado em um espaço de uso comunitário, no qual participam estudantes, docentes e demais pessoas da comunidade externa, que, de forma voluntária, contribuem no desenvolvimento das ações. Inicia-se com uma conversa de acolhimento na qual é apresentado o projeto, a equipe e a atividade que será desenvolvida.

Figura 02. Primeira etapa da dinâmica.



Fonte: dos autores.

Em seguida a comunidade junto com os alunos voluntários se reúnem, em formação de círculo, em grupos de até 8 pessoas. Na roda de conversa os integrantes debatem, com auxílio das imagens, sobre as manifestações culturais daquela comunidade, com ênfase nos bens patrimoniais: material, imaterial e natural. Para finalizar as rodas de conversa menores, os voluntários realizam um questionário de avaliação de impacto junto aos indivíduos de grupo, a fim de descobrir quais os efeitos gerados na comunidade ao participar da ação.

Com o auxílio de cartilhas, os voluntários atuam como protagonistas da ação, explicando os patrimônios e os seus valores envolvidos. Os estudantes devem sempre salientar que o patrimônio municipal identificado é tão importante quanto um patrimônio mundial, pois são os valores que cada comunidade confia aos bens que os tornam relevantes. É de responsabilidade dos estudantes e bolsistas envolvidos, fazerem as anotações de todos os bens que forem citados ao longo da conversa, utilizando canetas e folhas coloridas. Os bens citados, devem ser registrados segundo sua classificação: natural, material ou imaterial, sendo que para cada categoria há uma cor específica.

Encerrada a atividade em grupo, um membro da equipe inicia uma conversa com todos presentes, apresentando um parecer geral, de identificação sobre os aspectos que possuem valor nesta comunidade e a importância da valorização do mesmo. Na sequência desta atividade, a interação entre estudantes voluntários, bolsistas, professores e a comunidade mostra-se intensificada, seja nas rodas de conversa informal ou nas práticas de lazer, comuns nos encontros mensais das comunidades. A imagem a seguir (Figura 03), registra a prática do jogo do bolãozinho entre os participantes da atividade extensionista. Na sequência (Figura 04), visita de reconhecimento a uma edificação representativa da técnica construtiva em enxaimel, na comunidade de Picada Santa Clara, em Santa Clara do Sul.

Figura 03. Jogo do bolãozinho



Fonte: dos autores.(abaixo da imagem)

Figura 04. Reconhecimento de uma edificação



Fonte: dos autores.

Para esta etapa primeira, de identificação e observação do que há de valor para as comunidades, é possível uma abordagem em grupos menores, os quais denominamos de “grupos familiares”. Nesta oportunidade é realizada uma conversa direcionada apenas a uma determinada família, com perguntas, que são organizadas pelos bolsistas e estudantes, de forma diferente das aplicadas em grupos maiores. As questões dizem respeito a história da família, gerações de possíveis imigrantes, dados do imóvel antigo que por vezes ainda é a residência principal da família, além de informações mais específicas sobre a construção, história dos proprietários anteriores e atuais, organização original do sítio e da edificação. Na questão de tradições imaterial, também surgem informações interessantes nas famílias, que são contadas naturalmente na conversa, tais como hábitos e costumes que são passadas de geração em geração, receitas antigas de comidas e até mesmo técnicas construtivas antigas são compartilhadas com os estudantes.

Como exemplo, no município de Forquethinha, que se caracteriza pela tradição alemã, ocorreu uma ação com a visita e reconhecimento de edificações, que formam um percurso de casas enxaimel, ainda remanescentes na região (Figura 05). Nesta trajetória, os alunos dos cursos de Arquitetura e História da Universidade, foram divididos em pequenos grupos, e fizeram a inserção nas residências ao longo deste trajeto. Cada grupo foi direcionado a uma família para a compreensão da história, cultura e tradições, além da oportunidade de conhecer a técnica enxaimel e compre-

ender as características da arquitetura tradicional alemã. A comunidade, os estudantes e os docentes vivenciaram e analisaram diretamente o que se constitui em patrimônio cultural daquela comunidade.

Figura 05. Dinâmica com famílias proprietárias.



Fonte: dos autores.

Na segunda etapa metodológica, retornando à Universidade, é realizada a compilação de todos os dados coletados na comunidade. A partir disso, há uma segunda inserção buscando retornar aos grupos que já passaram pela Etapa 1. Neste segundo momento, o grupo da Universidade, bolsistas e estudantes, leva à comunidade um panorama geral do que foi identificado naquele município como bens de valor, tanto materiais quanto imateriais. Reforça-se que cada município é formado por várias comunidades rurais⁷. Nesta segunda ação, após mostrar a síntese, a comunidade, os estudantes e docentes irão trabalhar a observação e análise direta do que acaba constituindo o patrimônio daquela determinada comunidade, com auxílio de perguntas que motivam a descoberta.

Esta etapa, é caracterizada, segundo o Guia de Educação Patrimonial como exploração e apropriação (1999, quadro IV, p. 09), já consolidando os registros da observação e conversa realizada na etapa 1. Os estudantes

⁷ Como exemplo, no município de Santa Clara do Sul, as ações foram realizadas com grupos de idosos: Grupo Frohsinn - Picada Santa Clara; Grupo Viver o Presente - Esportivo; Grupo Juventude de Ontem - Centro;

Grupo Lebenserfahrung - Sampainho; Grupo Froes Leben - Chapadão.

e professores retornam a determinada comunidade, contando com um planejamento de roteiro exploratório, que envolve as edificações de interesse histórico-cultural e também um agendamento em famílias proprietárias de algumas residências para visitação. Nesta fase, o estudante pode vivenciar uma experiência direta no contexto local, reconhecer e conhecer a região, experimentar gostos, sabores, ouvir mais histórias contadas, além de perceber a organiza o territorial que o cerca.

Nesse sentido, entender a zona rural, a implanta o das casas enxaimel, o formato dos lotes e o sistema de organiza o do plantio e cria o de animais, são questões importantes que as ações permitem ao estudante uma maior apropria o.   interessante ressaltar, que a etapa 2 aprofunda a etapa 1, uma vez que ao visitar uma edifica o encontram-se mais registros históricos, como acervo fotográfico pessoal, equipamentos, objetos, entre outros, que, a cada um vincula-se uma nova informa o histórica relatada pelo morador.

Por fim, na terceira etapa, unem-se os registros das etapas anteriores e os materiais deverão ser organizados em formato de e-book e de exposi o itinerante. A Exposi o Patrimônio Vivo, objetiva percorrer as escolas dos municípios-foco e o e-book visa organizar todo o material que marca a cultura de cada município do Vale do Taquari como forma de preservar essa história e passar às futuras gera es. Além disso, o formato digital deste material deverá ser cedido   prefeitura do município que poderá compartilhar com cada comunidade. Esta etapa   compreendida como um meio de valorizar o patrimônio e promover ações futuras junto aos municípios, como oficinas, cursos e outras atividades que possam promover a valoriza o do patrimônio reconhecido.

2 Resultados e discussão

Recuperar a história da imigra o no Vale do Taquari significa recuperar a memória de um povo, sua história econômica, cultural e social. Nesse aspecto, as edifica es históricas são elementos integrantes deste contexto patrimonial, por meio das quais se podem constituir pontos de interesse turístico, contribuindo para o desenvolvimento de uma determinada comunidade e região.

As atividades têm se revelado um espaço de troca de conhecimentos, onde os voluntários têm levado conhecimento acadêmico, e junto aos docentes têm adquirido a consciência dos saberes locais, contribuindo para o desenvolvimento de competências sociais e interpessoais e fomentando a troca de experiências.

Tendo como um de seus objetivos a aproximação dos estudantes com a comunidade, o projeto tem mostrado retornos positivos por parte dos acadêmicos envolvidos. Muitos dos indivíduos que já participaram de ações da extensão vêm relatando o quanto o mesmo se evidencia de grande importância para não somente a formação profissional - pondo em prática a teoria trabalhada em sala de aula, mas também para a pessoal - desenvolvendo o caráter humano e social, assim como demonstram os depoimentos abaixo, prestados por alguns alunos voluntários e um bolsista do projeto:

No início, o Projeto Patrimônio Vivo, para mim, tinha apenas o intuito de resgatar a história de nossos prédios antigos. Porém, depois de participar das ações, pude ver que o projeto vai muito além disso, me senti emocionada e grata por poder ver a alegria nos olhos dos que nos recebiam e se abriam, contando suas histórias. Na minha opinião o projeto deve continuar, pois é mais fácil entender a importância do nosso patrimônio tendo este contato direto (Depoimento de estudante voluntário A).

Primeiramente, é muito emocionante. Sem dúvidas nos faz repensar alguns conceitos como ser humano, e voltar a valorizar as coisas simples, como uma conversa. Muitas informações conseguimos levantar durante os diálogos, como a localização de edificações antigas. Por fim, é uma das melhores experiências que o curso pode nos proporcionar (Depoimento de estudante voluntário B).

A experiência com o projeto foi muito interessante, pois mostra como é importante manter vivo os diferentes costumes e tradições e a conservar antigas edificações com seus ricos detalhes. Considero que essa prática é ideal para se aprender sobre educação patrimonial, ela faz com que a gente tenha interesse na nossa própria história (Depoimento de estudante voluntário C).

O modo como o projeto de extensão é capaz de, através do diálogo desenvolvido nas rodas de conversa, conectar o conhecimento intelectual ao popular, fazendo com que um se beneficie do outro é, de fato, uma experiência única que só vem a agregar em nossa vida profissional e pessoal. É muito gratificante para mim como bolsista e aluna da universidade, ver que a mesma possui iniciativas como esta que valorizam a comunidade e o contato direto com a mesma (Depoimento de estudante bolsista A).

O projeto vem ainda para somar no ganho de confiança e auto-estima dos indivíduos da comunidade. Ao realizar as visitas e rodas de conversas, questionando-os e ouvindo sobre suas memórias, costumes, tradições e bens pessoais, os mesmos se sentem valorizados e percebem sua importância e seu papel protagonista na formação do patrimônio local:

Um dia, vieram em torno de 50 alunos. Nenhum teve a necessidade de mexer no celular por estar entediado; bem ao contrário, ficaram encantados com os relatos. Resgatar a história. É isso o que fizemos no encontro, em que pessoas de diversas idades relembrou histórias que serão esquecidas conforme o tempo passa. Falou-se sobre as construções arquitetônicas do município, como eram e como são hoje (Depoimento de integrante da comunidade A).

Conforme questionários (Figura 06) aplicados no final das atividades, conclui-se que a comunidade percebe a importância de ações como as realizadas pelo projeto e que ocorreu o incentivo ao resgate das memórias locais, manifestações imateriais e edificações, que ainda estão vivas na região e carecem de atenção, preservação e reconhecimento por parte de cada comunidade (Gráfico 01). A partir dos resultados, nota-se que o mais significativo para a comunidade foi perceber como suas histórias e memórias possuem valor para a sociedade (Gráfico 02). Além disso, notícias têm sido veiculadas em jornais da região auxiliando no impacto regional na conscientização e busca por ações de valorização do Patrimônio (Figura 07).

Figura 06. Questionário de avaliação de impacto realizado no final da ação em cada comunidade.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO
PROJETO DE EXTENSÃO PATRIMÔNIO VIVO

patrimônio vivo

1. ESTA AÇÃO FOI POSITIVA PARA VOCÊS?

2. QUAL FOI A MAIOR REALIZAÇÃO DE HOJE PARA VOCÊS?

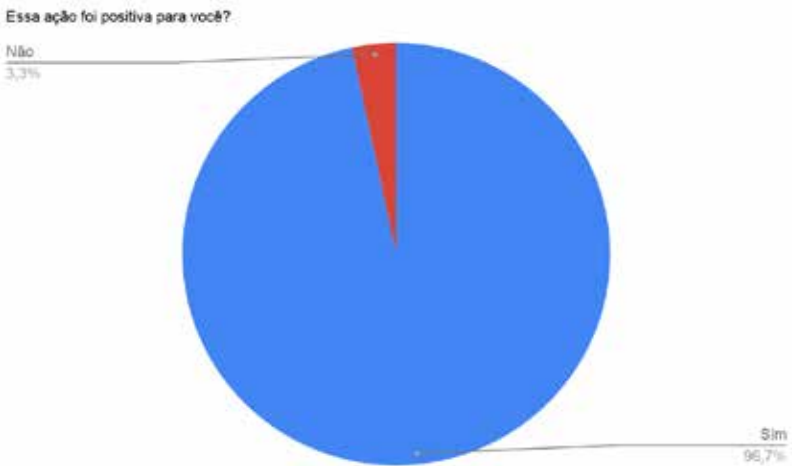
- () ESTABELECEER CONTATO COM NOVAS PESSOAS.
- () TER A OPORTUNIDADE DE CONTAR SUAS HISTÓRIAS.
- () PERCEBER QUE SUAS HISTÓRIAS TEM VALOR PARA A SOCIEDADE.

3. QUE VALORES VOCÊS APRENDERAM OU REDESCOBRIRAM?
(marque de 1 à 4, por ordem de importância)

- () CULTIVAR AS TRADIÇÕES - RELIGIÃO, COSTUMES, DANÇA E AFINS
- () PRESERVAR A HISTÓRIA - MEMÓRIA, ORIGENS, TRAJETÓRIA FAMILIAR, GUARDAR OBJETOS.
- () CUIDAR, MANTER E RESTAURAR AS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS, POIS ELAS SÃO TESTEMUNHOS DA HISTÓRIA.
- () CUIDAR DAS PAISAGENS NATURAIS.

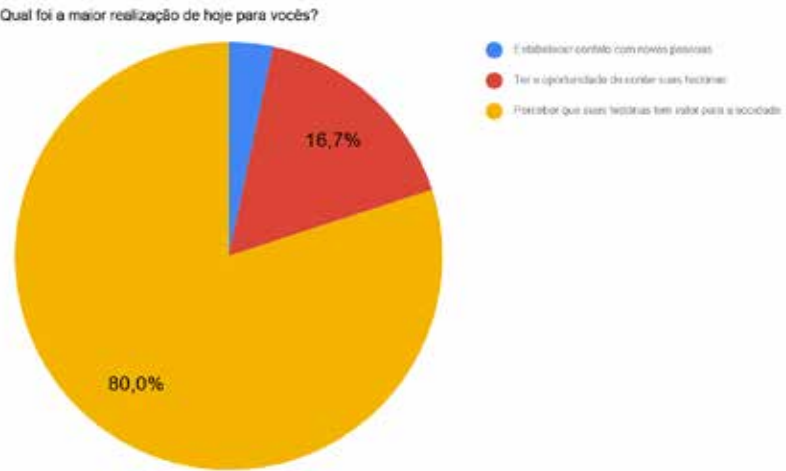
Fonte: dos autores.

Gráfico 01. Resultados da questão 1, do questionário da figura 06



Fonte: dos autores

Gráfico 02. Resultado da questão 2, do questionário da figura 06



Fonte: dos autores

Figura 07. Notícia sobre o projeto no jornal A Hora



Fonte: Jornal A Hora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como breve apresentação dos resultados obtidos até momento com o Projeto de Extensão Patrimônio Vivo, apresentamos algumas impressões respeito às ações extensionistas realizadas nos municípios de Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul e Forquetinha, na região do Vale do Taquari/RS. Embora reduzida a três municípios, as ações realizadas com o propósito de salvaguardar a identidade cultural fortemente marcada pelas tradições de imigração alemã e açoriana, revelam um tema rico e promissor e que merece ser reconhecido.

Nesse sentido, registramos algumas considerações. O patrimônio cultural imaterial ganhou maior visibilidade nas comunidades visitadas, ainda que, num primeiro momento, a temática possa parecer demasiada complexa para aquele cotidiano. Por outro lado, o patrimônio arquitetônico, representado pelas construções em enxaimel, por exemplo, desperta como um símbolo identitário de uma população que reivindica sua parcela

ativa na história da comunidade.

Dessa forma os estudantes como protagonistas das ações realizadas pelo projeto, inserem-se nas comunidades estabelecendo uma relação dialógica fundamental para construção de novos saberes. O reconhecimento de valores, tradições, costumes e, principalmente, de remanescentes arquitetônicos históricos permite ao estudante ampliar sua visão de mundo e compreender as diferentes culturas. Com isso, reforçar a própria identidade cultural e sua história.

Seguramente os comentários aqui descritos podem ser desdobrados, de modo a nos acercamos ao bem patrimonial, pois há ainda a necessidade de discutir nas comunidades propostas de equilíbrio entre a preservação e a exploração para fins turísticos, contribuindo desta forma para o desenvolvimento social e econômico dos municípios. Ainda que se limitando a apresentar primeiras impressões, essa construção aponta novas perspectivas sobre um tema emergente como é o patrimônio cultural, constituindo-se em um diagnóstico significativo e um interessante aspecto para a educação patrimonial no Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Antonio M. *Educação Patrimonial: Projetos e Ações oficiais no Vale do Taquari*. Dissertação (Mestrado) - UNIVATES, Lajeado, 2009. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/468/1/Antonio-MarcosdeAvila.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- CARTA de Brasília (1995). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- CARTA de Fortaleza (1997). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- DECLARAÇÃO do México de 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. [S.l.]: IPHAN, 1999.

IPHAN. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação Patrimonial no IPHAN*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial_no_Iphan.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração – Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/5%20-%20SANT'ANNA.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE ISOLAMENTO DA OBRA DE RESTAURO DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC

MEMORY AND HERITAGE: THE MANAGEMENT OF HERITAGE EDUCATION IN THE ISOLATION AREA OF THE RESTORATION WORK OF THE CHURCH OF THE THIRD ORDER OF SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA IN FLORIANÓPOLIS / SC

Laís Soares Pereira Simon¹

RESUMO

A conservação e o restauro resgatam patrimônios históricos, recuperando-os do processo de degradação decorrente de seu longo tempo de existência. Isso propõe um modo de conservação da memória coletiva de um povo. Mas, durante o tempo de execução dessas atividades, geralmente, os monumentos em recuperação são isolados do público. Esse isolamento requer um projeto de informação gráfico-visual para informar aos cidadãos sobre o que está sendo feito em seu patrimônio. Ao viabilizar a participação estratégica da educação patrimonial no processo de comunicação social, a área de design se apresenta como instância mediadora entre as atividades do patrimônio, o contexto organizacional e a sociedade. Portanto, o projeto gráfico desenvolvido para recobrir a área de isolamento da obra de conservação e restauro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência é aqui apresentado como um exemplo da gestão e da atuação da educação patrimonial no processo de comunicação social das ações de resgate do patrimônio histórico-cultural.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Comunicação Gráfica. Patrimônio Histórico. Igreja.

ABSTRACT

The conservation and restoration rescue historic heritage, recovering them from de gradation process due to their long existence. It proposes a mode of preservation of the collective memory of the people. However, during the time execution of these activities, generally, the monu-

¹ Graduada em Design de Produto pelo Instituto Federal de Santa Catarina (2010) e Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2013). Especialista em Gestão de Design pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013) e em Conservação e Restauro de Arte Sacra pelo Templo da Arte (2019). Atualmente é mestranda em Artes Visuais na linha de pesquisa de Teoria e História da Arte, pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atua principalmente na área de conservação e restauração de bens móveis e integrados, com ênfase em patrimônio religioso na Empresa Três Parcas.

ments are recovery isolated from the public. This isolation requires a graphic-design information to inform citizens about what is being done in the place. To facilitate the participation of strategic heritage education in the communication process, the area of design presents itself as a mediator between the heritage activities, the organizational context and society. Therefore, this graphic project is developed for isolate the restoration area of the Church of the Third Order of St. Francis of Penance is here presented as a example of the management and operations of heritage education in the communication process, and share historical and cultural heritage.

Keywords: *Heritage Education. Graphic Communication. Historical Heritage. Church.*

INTRODUÇÃO

Esse artigo é decorrente dos estudos desenvolvidos no curso de Mestrado em Artes Visuais da linha de pesquisa de Teoria e História da Arte (PPGAV/UDESC), do trabalho de investigação e intervenção de restauro elaborado na obra de conservação e restauro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Florianópolis/SC, executados pela empresa “Concrejato - Serviços Técnicos de Engenharia S/A”. O conteúdo destaca o uso da informação gráfica, através da aplicação dos conhecimentos de design, no processo de comunicação social das obras de conservação e restauro do patrimônio histórico-cultural. O suporte dessa informação é a estrutura de isolamento do espaço que estava em processo de restauração. Sobre esse suporte, a informação gráfica atua como veículo da educação patrimonial, que é transmitida pela luz ao público que circula no centro da cidade de Florianópolis, SC, em torno da Igreja de São Francisco da Penitência.

O trabalho de pesquisa realizado considerou, primeiramente, a busca de informações sobre o patrimônio em processo de restauro e, em seguida, a captação, seleção e composição de imagens fotográficas e o desenvolvimento de elementos gráfico-visuais, para a composição do projeto gráfico de informação visual. Os painéis de isolamento da obra de restauração foram utilizados como suporte da educação patrimonial no processo de comunicação social sobre as obras na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Florianópolis, SC.

Há informações aqui apresentadas: (1) sobre o processo de restauração e de comunicação social em estudo; (2) sobre a empresa Concrejato, responsável pelos serviços de conservação e restauração, e (3) sobre a Igreja de São Francisco da Penitência. Essas informações foram obtidas em pesquisa documental realizada junto à empresa que, também, disponibilizou o acesso parcial às informações sobre o processo e o objeto do restauro.

Devido à sua finalidade, o trabalho é caracterizado como uma “pes-

quisa aplicada”, embasada em estudos exploratórios, teórico-bibliográficos e documentais (MARCONI e LAKATOS, 2007). Além disso, houve pesquisa técnica, com base em procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do projeto gráfico.

Para preservar a história de uma comunidade com suas várias formas de manifestação, é preciso conhecê-las e disseminar esse conhecimento. Isso requer que se lance o olhar ao passado, descobrindo os seus valores, costumes, hábitos e a sua cultura material, para assim, compreender e reconhecer sua relação com o contexto atual. O conhecimento e a apropriação pelas comunidades são fatores indispensáveis ao processo de educação e preservação do Patrimônio Cultural. Este processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de enriquecimento individual, coletivo e institucional. Assim, valoriza-se a construção de um mundo cada vez melhor para as futuras gerações, porque a memória do passado é um patrimônio que sedimenta o conjunto de decisões do presente e os projetos futuros.

Cunha (2006), adotando as ideias do historiador Alois Riegl (1958-1905), o monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva, na consciência das gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino. Nesse sentido, o termo “monumento” é relacionado com a manutenção da memória coletiva de um povo. Para Choay (2006, p.18):

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.

Na cultura italiana, a partir do século XV, as obras antigas começaram a ser valorizadas por suas características artísticas e históricas, além de serem memórias das grandezas produzidas por uma sociedade. Essa mudança de atitude trouxe um valor de rememoração, como memória coletiva, e também ampliou a estima histórico-artística.

Na virada do século XIX, o arquiteto, engenheiro e crítico de arte italiano, Camillo Boito (1836-1914) estabeleceu os princípios que ainda re-

gem a restauração, assinalando os edifícios históricos como testemunhos documentais das realizações dos homens. Assim, devia-se evitar que fossem alterados (ADAMS, 2002).

Seguindo esses princípios, um projeto de conservação e restauro de uma construção histórica tem por objetivo o resgate da integridade da edificação, interrompendo os processos de degradação. Esse é um modo a garantir a preservação do monumento e assegurar o uso adequado desses espaços, seja para atividades religiosas ou artísticas, entre outras. Compondo uma visão urbanística e turística, entende-se que a intervenção beneficiará o entorno e a cidade, porque a preservação do monumento agrega valor ao roteiro cultural do município.

A percepção desses valores históricos, culturais, urbanísticos e turísticos justifica a necessidade e a atuação da educação patrimonial juntamente a empresas especializadas em conservação e restauro de bens culturais. Entre essas, atua também a empresa “Concrejato - Serviços Técnicos de Engenharia S/A”, que é responsável pelo trabalho executado na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no centro da cidade Florianópolis, SC. A demanda dos serviços partiu da arquidiocese de Florianópolis, com o apoio dos órgãos municipais de preservação: Instituto de planejamento urbano de Florianópolis (IPUF) e Fundação Catarinense de Cultura (FCC), além do Governo Estadual de Santa Catarina.

Como registro cultural, sociopolítico, arquitetônico e urbanístico, igreja é considerada um marco histórico da cidade. Assim, desperta o interesse da população, especialmente, porque está situada no centro da cidade, que é uma área de grande movimentação. Por sua relevância histórica e por sua localização urbanística, o espaço das atividades necessitava, ao mesmo tempo, estar isolado do movimento urbano e, de alguma maneira, integrado à população interessada no resgate desse patrimônio de uso público. Por isso, a utilização da superfície de isolamento como espaço de informação gráfica e comunicação social caracteriza uma ação estratégica no contexto da educação patrimonial.

Restaurar monumentos históricos significa devolver às comunidades seu passado e desenvolver sua auto-estima. Entretanto, enquanto a restauração está em andamento é uma decisão estratégica aplicar o design no processo de informação gráfica e comunicação social, usando os painéis de isolamento como suportes de informações. Isso incrementa a política de valorização e recuperação cultural junto à população.

No caso em estudo, os painéis de isolamento das obras de conservação e restauro da Igreja de São Francisco da Penitência foram percebidos como uma grande área de informação e comunicação com o público.

Assim, foi desenvolvido o projeto gráfico para recobrir esses painéis, que apresenta as etapas da restauração e, também, alguns exemplos das atividades cotidianas, informando o público sobre o trabalho realizado, com a mescla de atividades artesanais e avançados recursos tecnológicos.

As obras de restauração são mais demoradas e envolvem um maior custo de execução do que a construção civil em geral. Pois, é um processo feito em etapas relativamente demoradas. A primeira etapa da restauração consistiu na avaliação estrutural da cobertura e da captação de águas pluviais; na execução da restauração das coberturas, das torres, e de algumas demolições. Durante toda essa etapa, houve o registro fotográfico das atividades e o desenvolvimento do projeto gráfico, utilizando-se as imagens registradas.

1. A Empresa e a obra

1.1. A empresa Concrejato

De acordo com pesquisa documental realizada na própria organização, “Concrejato - Serviços Técnicos de Engenharia S/A” (Fig. 1/A) é uma empresa constituída no ano de 1978, como parte dos negócios do grupo “Concremat” (Fig. 1/B), fundando em 1952, com o primeiro laboratório privado de tecnologia de concreto e materiais de construção deste país.



Figura 1: (A) Marca gráfica Concrejato. (B) Marca gráfica Concremat.

Fonte: Concrejato.

A empresa Concrejato presta serviços especializados de recuperação e reforço de estruturas e, também, de restauração e revitalização de edificações históricas. Por estar no mercado há mais de 40 anos, é líder nacional no seu ramo de atuação. Além de dispor de colaboradores próprios, a empresa Concrejato contrata escritórios de arquitetura ou ateliers com profissionais especializados em diversos serviços de documentação, conservação e restauração. Portanto, suas atividades são desenvolvidas por equipes multidisciplinares de arquitetos, engenheiros, museólogos, historiadores, arqueólogos, pedagogos e restauradores artísticos, entre outros profissionais.

Devido à sua estrutura organizacional, as atividades da empresa contemplam todas as fases de uma intervenção de restauro. Isso envolve desde a assessoria na elaboração de projetos para captação de recursos, passando por aplicação de testes e desenvolvimento de pesquisas de materiais, até as atividades de restauração e conservação propriamente ditas.

São necessárias, portanto, a gestão e a execução de um negócio extenso e multidisciplinar, caracterizando um trabalho que no geral é diversificado e, especificamente, é muito especializado. Além disso, não há rotinas pré-estabelecidas, porque é necessário um planejamento próprio para cada empreitada, devido as particularidades a serem consideradas: (1) nos projetos de captação de recursos disponibilizados nas leis de incentivo à cultura; (2) no diagnóstico para identificar o estado de fragilidade dos materiais originais, e (3) nas estratégias para reforçar as estruturas e recompor os formatos, buscando a perenidade da imagem e a conservação histórica do patrimônio.

O trabalho de recuperação de patrimônios necessita do resgate de habilidades e ofícios tradicionais para a reconstrução histórica e documental. Devido à falta de pessoal especializado o negócio requer constante investimento e o mercado é competitivo. Há três grandes empresas concorrentes e com perfis bastante semelhantes: (1) a empresa “Pires Giovannetti Guardia”, que atua internacionalmente, abrangendo América do Sul e América Central; (2) a empresa “Companhia do Restauro” que, além de conservar e restaurar, atua com marketing cultural e, também, utiliza os painéis de isolamento como suportes para informação gráfica, e (3) a empresa “Biapó”, cuja linguagem visual manifesta uma abordagem mais artística.

Além de prestarem serviços semelhantes e se apresentarem como concorrentes diretas da empresa Concrejato, as empresas assinaladas acima também desenvolvem estratégias semelhantes de comunicação. Porém, percebem-se pequenas diferenças na comunicação publicitária de cada empresa, como fatores de identificação e distinção junto ao público e frente à concorrência. Pois, os processos de prestação de serviço entre essas são muito semelhantes, uma vez que os procedimentos de ordem física, estética e histórica são rigidamente regulamentados e severamente fiscalizados pelos mesmos órgãos que tratam da preservação patrimonial.

1.2 A Igreja de São Francisco da Penitência

Na mesma pesquisa documental realizada na empresa Concrejato, responsável pela conservação e restauro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, foram encontradas as informações sobre essa

instituição religiosa.

A Igreja de São Francisco da Penitência está situada na Rua Deodoro, justamente na esquina com a Rua Felipe Schmidt, no centro da cidade Florianópolis, SC. Trata-se de uma igreja da Ordem Terceira de São Francisco, que é a mais antiga das confrarias religiosas criadas na Ilha de Santa Catarina. Sua instalação foi no ano de 1745, sendo responsável o frei franciscano Alexandre de Santa Cruz, vindo do Rio de Janeiro para suprir a falta de sacerdotes para os serviços religiosos nesta região.

Primeiramente, essa confraria religiosa não dispunha de um templo específico. Posteriormente, em 1773, na conclusão da atual Catedral Metropolitana de Florianópolis, também, foi designada para a Ordem Terceira de São Francisco uma capela exclusiva com sacristia privativa. A capela ocupava uma parte das instalações da igreja matriz, em frente a outra capela do Santíssimo Sacramento.

A ideia de construir uma igreja própria foi decorrência da prosperidade dessa irmandade, que agrupava militares e líderes políticos, como parte da elite da sociedade de Desterro, nome original da cidade que, muito posteriormente, foi chamada de Florianópolis.

A localização do terreno, doado em 1754, para a igreja era a esquina da Rua Nova dos Quartéis (atualmente Rua Deodoro) com a Rua Moinho de Vento (atual Rua Felipe Schmidt). A doação do terreno foi feita por Domingos Francisco de Araújo, que era natural de Portugal, mas vivia na cidade. Em 1802, a licença régia para a construção foi solicitada pelo Príncipe Regente D. José junto à Coroa Portuguesa e, no mesmo ano, foi lançada a sua pedra fundamental.

No dia 02 de abril de 1815, com grande comemoração, houve a benção da Igreja e a transferência da imagem do santo padroeiro São Francisco de Assis, juntamente com o restante do acervo da irmandade que estava na igreja matriz. Porém, somente em 1851, a igreja foi considerada totalmente concluída e, na mesma época, houve desconfiças sobre a estabilidade física das torres. Em decorrência disso, as portas laterais foram fechadas. Ao longo do tempo, apesar de algumas intervenções, a igreja ainda conserva suas características arquitetônicas originais. O seu tombamento municipal foi efetuado em 1975 e o estadual ocorreu em 1998. Atualmente, a restauração foi necessária por problemas graves de conservação, com processos crônicos que, continuamente, provocam deterioração e instabilidade.

A área total construída é de uma parte, de 608m², é ocupada pelo comércio junto à Rua Felipe Schmidt. A igreja propriamente dita é composta pela nave e pela capela do altar principal, há o espaço para o coro e, também, as sacristias e o salão das tribunas. Além disso, há dependências

de serviços com copa e banheiros, os fundos e a escada de acesso ao coro e à torre dos sinos. Tem como bens integrados à arquitetura o retábulo-mor, dois retábulos laterais e dois do cruzeiro (Figura 2).



Figura 2: Planta baixa do primeiro pavimento e térreo da igreja.

Fonte: Concrejato.

2. Desenvolvimento do projeto gráfico

Para o desenvolvimento do projeto gráfico, utilizou-se uma adaptação do método proposto por Rozenfeld (2006) “Gestão de Desenvolvimento de Produtos”, que descreve e orienta o processo, desde o planejamento até o acompanhamento do produto lançado no mercado. Entretanto, o processo descrito neste trabalho aborda as quatro primeiras etapas do método: (1) planejamento; (2) projeto informacional; (3) fase conceitual, e (4) detalhamento.

2.1 Planejamento

Para realizar o planejamento, como a primeira etapa do projeto de educação patrimonial, foi necessário o reconhecimento do contexto geral do trabalho, de acordo com a demanda social e com as competências empresariais, como são descritas neste artigo. A demanda social para o trabalho de restauro e conservação de patrimônio histórico-cultural ocorre de acordo com as orientações e a regulamentação do “Instituto do Patrimônio Histórico Arquitetônico Nacional (IPHAN)”:

A realização do projeto para a restauração de uma obra ar-

quitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos-de-vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc), relativos à obra original, assim como os eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc, para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade. (IPHAN, 1972).

O início de uma obra de restauro, portanto, começa com o levantamento histórico e imagético do patrimônio que, neste caso, é a igreja em estudo. Remontar a história da edificação histórica é parte de seu reconhecimento, identificando materiais, cores e outros aspectos de coberturas; alvenarias; elementos metálicos; cantarias; esquadrias; pisos; escadas, e de infra-estrutura. Inclusive, elementos que anteriormente existiram e que não estão mais presentes. Isso inclui também móveis e utensílios, como imagens sacras, objetos, móveis e vestuários.

O estudo para o diagnóstico do estado de conservação continua com o desenvolvimento do mapeamento de danos e levantamento fotográfico, realizados de forma sistematizada e dividida por estruturas e ambientes. O processo é finalizado com a indicação das possíveis causas de degradação, tendo em vista as avaliações dos materiais, os ensaios e os testes que caracterizam o estudo da situação. Isso permite a escolha de soluções adequadas para a conservação e a restauração do patrimônio.

A outra fonte de informações sobre o contexto geral do projeto gráfico-informativo é a própria empresa Concrejato, houve o estudo geral da organização e, em especial, foi estudada sua identidade visual. Para tanto, foram consideradas as informações e recomendações do manual de identidade visual corporativa e, também, o material informativo já produzido, como folders e outros produtos de comunicação, impressos ou digitais. O estudo dos elementos gráficos da identidade visual corporativa, também, subsidiou o desenvolvimento do projeto gráfico-visual.

2.2 Fase informativa: conceitos e visualização

As informações coletadas na fase de planejamento são organizadas e interpretadas para subsidiar o desenvolvimento do projeto gráfico do produto de comunicação previamente proposto. O projeto propõe a organização de figuras, formatos, cores e tipos para expressar através das informações e os conceitos relacionados com o trabalho de restauração e com a marca da empresa realizadora.

O projeto conceitual propõe a definição dos conceitos para o projeto gráfico, com a criação de alternativas e a finalização com todo o detalhamento do projeto. Antes de sua execução, o projeto detalhado teve que ser aprovado pela empresa realizadora e pelas entidades que demandaram o trabalho de restauração.

Nas imagens a seguir (Fig. 3) são apresentados produtos gráficos de comunicação social em painéis de isolamento de obras referentes a bens culturais. Esses produtos ofereceram referências visuais para o projeto gráfico aqui descrito que foi publicado nos painéis de isolamento das obras de restauração da Igreja São Francisco da Penitência.



Figura 3: Imagens de painéis de obras de conservação e restauração de bens culturais.

Fonte: Acervo da autora.

Após uma pesquisa sobre os painéis usados como suportes de produtos informativos (Fig. 3), em cujas mensagens não predominam o caráter publicitário-comercial, houve o estudo sobre os elementos visuais apresentados. Assim, foram identificados elementos interessantes para o projeto gráfico em desenvolvimento. Além disso, foi realizado também um estudo

sobre os elementos gráfico da identidade visual da marca Concrejato (Fig. 4).

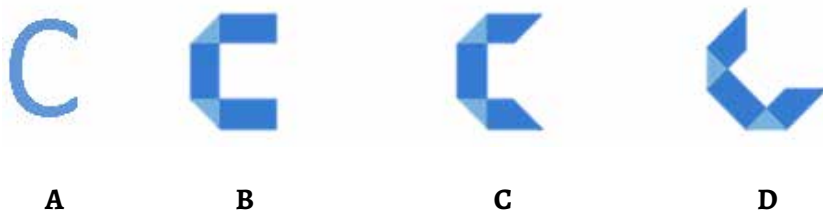


Figura 4: Evolução da marca Concremat.

Fonte: Manual de marca Concremat.

Uma marca gráfica foi desenvolvida com tons de azul, a partir da letra “C” (Fig. 4/A), que é a consoante inicial dos nomes Concremat e Concrejato. O desenho básico da letra foi redesenhado com tratamento gráfico, sugerindo dobras na composição do tipo (Fig. 4/B). Houve ainda a angulação das pontas do tipo (Fig. 4/C). Por fim, o desenho foi inclinado à esquerda do observador, com rotação de 45° (Fig. 4/D). O símbolo foi desenvolvido para promover sentidos de leveza e dinamicidade, com uma estética contemporânea. Pois, a sugestão de dobras sugere também espacialidade e flexibilidade. Por sua vez, a inclinação propõe dinamicidade e propõe uma atitude receptiva, porque o tipo assume a posição de um recipiente. Tudo isso busca evidenciar os valores da marca corporativa, que atua oferecendo soluções integradas.



Figura 5: Grafismos com linhas diagonais.

Fonte: Manual de marca Concremat.

Os formatos e as cores que compõem a estética visual da marca gráfica, também, são expandidos para toda a identidade visual corporativa. Assim, participa do *layout* de diferentes produtos gráficos de comunicação. Por exemplo, as formas com recortes diagonais são recorrentes na programação visual (Fig. 5).

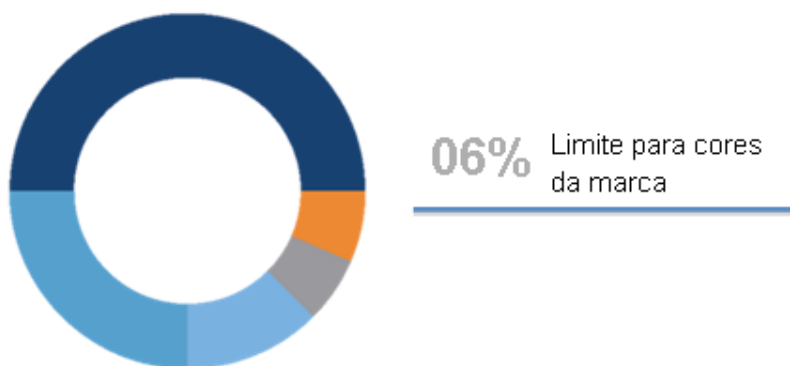


Figura 6: Cores institucionais da marca.
Fonte: Manual de marca Concremat.

As cores são elementos necessários na consolidação da marca, a paleta de cores da marca Concrejato é composta por tons de azul e ocre. As cores e as tonalidades são escolhidas por suas associações com sensações e sentimentos, que se tornam atributos da marca, como: confiança, eficiência e razão lógica (Fig. 6).

Os temas e os estilos de outras imagens gráficas ou fotográficas também expressam sentidos e comunicam conceitos. Assim, são selecionadas imagens cuja significação reforça os valores da marca, com sentidos como: amplitude, proximidade e dinamismo. Além disso, as imagens devem denotar a preocupação corporativa com a eficiência e a segurança do trabalho. Portanto, privilegiam-se os enquadramentos, os temas e as figuras que ressaltam o uso correto dos equipamentos, além de outros itens relacionados ao profissionalismo e a segurança dos colaboradores.

Todos esses aspectos expressivos e temáticos compõem a narrativa visual do projeto gráfico e do produto de comunicação. Pois, os itens que constituem a mensagem podem ser decompostas em duas partes básicas: (1) a informação e (2) o suporte visual (MUNARI, 2011). Porém, o suporte visual também participa da informação, uma vez que o meio e o estilo de mediação influenciam na significação da mensagem.

Foram escolhidos seis temas para a composição dos painéis: (1) histórico; (2) levantamento; (3) patologias e execução de obra; (4) bens móveis e integrados; (5) informativos da igreja; (6) patologias e execução de obra referentes as torres norte e sul.

Além do suporte material, que é proporcionado pelos painéis físicos, as expressões e o modo da composição de cores e formatos configuram o suporte visual da mensagem. Isso implica no uso da paleta de tons e cores, na escolha dos formatos ou no tipo de recorte e tratamento dado às imagens gráficas e fotográficas. A ocupação do espaço na diagramação dos

painéis preservou grandes áreas de fundo branco e as formas e as figuras foram organizadas, privilegiando os aspectos didático-informativos.

2.3 Aprovação, detalhamento e aplicação

Os *layouts* do projeto gráfico desenvolvido foram apresentados e aprovados, tendo em vista que suas cores e formatos expressam a identidade corporativa e sua temática é coerente com a qualidade do trabalho desenvolvido (Fig. 7).



Figura 7: Conjunto de parte dos painéis componentes do projeto gráfico.
Fonte: Projeto gráfico Concrejato.

Depois da aprovação do *layout* o projeto gráfico foi refinado para seguir um partido mais informativo. (1) Houve o aprimoramento da escolha de imagens, priorizando apresentação das ações de trabalho e evidenciando o uso correto dos equipamentos de proteção individual (Fig. 8/A). Também, (2) houve a produção e a aplicação de legendas, especificando o significado de cada imagem, com indicação da fonte de origem e da data. Além disso, (3) foi produzido e acrescentado no projeto o conjunto hierarquizado das marcas institucionais envolvidas no processo de restauro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (Fig. 8/B).

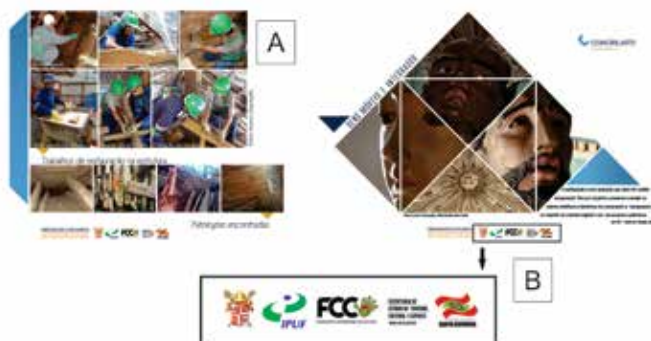


Figura 8: (A) Detalhe de painel com trabalhadores. (B) Destaque das marcas institucionais. Fonte: Projeto gráfico Concrejato.

Por sua vez, o projeto refinado também foi apresentado no contexto da empresa Concrejato e de outras instituições envolvidas, havendo ainda a necessidade de algumas adequações. As mudanças ocorreram, especialmente, na seleção e na apresentação das imagens sacras, para atender recomendações religiosas. Isso implicou em uma rígida distinção visual entre os painéis com imagens religiosas e os outros, que foram destinados a informar sobre os trabalhos técnicos realizados. As marcas institucionais (Fig. 8/B) foram retiradas dos painéis com imagens religiosas (Fig. 9).



Figura 9: Versão final do painel com informativos da igreja.

Fonte: Projeto gráfico Concrejato.

As versões aplicadas dos painéis de isolamento da obra (Fig. 10) cumprem, portanto, diferentes funções comunicativas com: (1) informativos sobre o histórico e a revisão das coberturas e, ainda, o trabalho de restauração; (2) apresentação do acervo de imagens e outros elementos sacros, incluindo informações sobre o funcionamento da instituição religiosa, e (3) comunicação das marcas corporativas envolvidas no processo de conservação e restauração.



Figura 10: Painéis finalizados e fixados na área de isolamento da obra.

Fonte: Projeto gráfico Concrejato.

As instituições e as empresas interessadas ou atuantes na conservação e restauro de monumentos histórico-culturais foram mobilizadas, a partir da década de 1970, com a criação da “Comissão técnica do serviço do patrimônio histórico, artístico e natural do município” (COTESPHAN). Pois, a ação dessa comissão detectou problemas no acervo patrimonial de Florianópolis. Desde então, há um amplo e constante trabalho de conservação e restauro a ser realizado. Segundo Adams (2002), o desinteresse e a depredação do patrimônio histórico estão latentes em todos os cantos que se possam percorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto gráfico desenvolvido para os painéis que isolam a área de trabalho na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Florianópolis, SC, (Fig. 10) cumpre a função prevista da educação patrimonial de ser veículo de comunicação, informando a parte da população que circula em torno desse monumento arquitetônico em processo de conservação e restauração. Isso altera a função original de painéis desse tipo que, anteriormente, eram utilizados como tapumes. A palavra “tapume” é usada como substantivo comum, sendo uma derivação do verbo “tapar” que, em certos aspectos, é sinônimo do verbo “esconder”.

O projeto gráfico aplicado aos painéis deu transparência informativa à opacidade do tapume, ao invés de esconder o trabalho, passou a revelar sua abrangência, ressaltar sua necessidade e, também, a apresentar as marcas das organizações responsáveis pelo processo de conservação e restauro (Fig. 10).

O conjunto de painéis, portanto, cumpre seu objetivo, transcendendo a função de isolamento dos tapumes, por meio do trabalho estratégico da educação patrimonial. Pois, o projeto gráfico foi desenvolvido e aplicado

ao processo de comunicação social do empreendimento de restauro, envolvendo diferentes organizações, entre essas, empresas e instituições.

As informações compostas servem também para conscientizar a sociedade sobre o interesse e as ações que valorizam o patrimônio histórico-cultural, comunicando-se diretamente com parte da população. Isso contribui com o amadurecimento social da comunidade e valoriza as instituições e empresas que trabalham na conservação do patrimônio.

O resultado das ações informativo-educativas, como essa aqui apresentada, é observado na mudança da política de proteção, que afastava o patrimônio da comunidade. Agora, promove-se o conceito de valorização, conservação e recuperação integradas. Assim, propõe-se a recuperação e a adequação dos bens patrimoniais arquitetônicos para a interação com os agentes sociais, sejam esses os participantes do público em geral ou os profissionais que continuarão a atuar no local.

O projeto gráfico aplicado aos painéis (Fig.10) foi desenvolvido como processo estratégico e metódico, técnico e criativo, considerando-se a toda amplitude cultural do contexto, tendo em vista a cultura organizacional, a cultura sacra, a cultura patrimonial e a cultura de mercado, entre outras. Todos esses aspectos culturais foram considerados na criação do *layout*, ou seja, na escolha e na configuração dos componentes básicos do suporte visual, como formatos e cores. Também, foram previstos nas figuras e nos temas da narrativa visual apresentada nos painéis externos à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, durante o processo de restauração de seu patrimônio. Além de seu caráter educativo-comunicativo a composição gráfica foi também prevista como símbolo de competência gerencial e elemento estético ou apreciativo.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Betina. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- ARQUIVO ARQUIDIOCESANO DE FLORIANÓPOLIS – CÚRIA METROPOLITANA.
- ARQUIVO CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A.
- ARQUIVO IPHAN – SC/ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Florianópolis.
- CABRAL, Oswaldo R. *A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis : Estabelecimento Gráfico Brasil, 1945.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.

- CUNHA, Claudia dos Reis. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006.
- GOMBRICH, E. H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- HOLLIS, Richard. *Design gráfico: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia Básica de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Imperial, 1999.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MUNARI, Bruno. *Design e comunicação visual*. São Paulo: Martins, 2011.
- NEWARK, Quentin. *O que é Design Gráfico?* Porto Alegre: Bookman, 2009.
- ROZENFELD, Henrique. et al. *Gestão de Desenvolvimento de Produtos: Uma Referência para Melhoria do Processo*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida. *Dicionário de termos de arte e arquitetura*. Lisboa: Presença, 2005.
- SEMINÁRIO TÉCNICO ENTRE IPUF E FCC. *Diretrizes para elaboração de projeto de conservação/restauro de retábulos*. Florianópolis: IPUF/SEPHAN/FCC/ATECOR, 2012.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

EXPERIÊNCIA DE MEDIAÇÃO MUSEAL: INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL E PERCEPÇÃO DO MUSEU DA VILA POR EMPREENDEDORES DA COMUNIDADE DO COQUEIRO DA PRAIA-PI

MUSEAL MEDIATION EXPERIENCE: HERITAGE INTERPRETATION AND PERCEPTION OF THE VILA MUSEUM BY ENTREPRENEURS OF THE COMMUNITY OF COQUEIRO DA PRAIA-PI

Mariana L. B. Sampaio¹

Rayla F. de Marques²

Hanna de D. Alvez³

Laline de A. Mendes⁴

Jéssica C. Santiago⁵

RESUMO

Trata-se do relato da experiência de uma mediação educacional e museal realizada na comunidade do Coqueiro da Praia, em Luís Correia, litoral do Piauí, onde funciona o Museu da Vila, um dos núcleos do Ecomuseu Delta do Parnaíba. A mediação é extensão de uma das atividades da terceira edição da Feira do Patrimônio, a rota gastronômica, que teve como objetivo uma cooperação mútua de divulgação entre empreendedores locais e o Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, organizador do evento. Como consequência do sucesso da parceria e a importância da imersão da comunidade na valorização dos saberes e fazeres locais, foi realizada uma atividade de mediação externa com os proprietários de restaurantes na orla da Praia do Coqueiro, visto que lidam com públicos e são potenciais divulgadores do Patrimônio e de seus instrumentos culturais. A proposta, baseada na interpretação patrimonial, foi realizada como discussão dirigida com foco na memória e na percepção da comunidade acerca do Museu da Vila (MUV), da resignificação daquele espaço físico – outrora funcionando como escola – e as programações culturais existentes. Baseada no tripé da Museologia Social, Pesquisar – Educar – Comunicar, a atividade serviu como diagnóstico e gerou produtos-res-

1 Arquiteta e Urbanista, professora de graduação e aluna do Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia. E-mail: marianabezerrasampaio@gmail.com

2 Arquiteta e Urbanista, chefe de escritório técnico do IPHAN em Parnaíba-PI e aluna do Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia. E-mail: raylameneses@gmail.com

3 Historiadora, professora de graduação e ensino fundamental, aluna do Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia. E-mail: hannaalves.ha@gmail.com

4 Arquiteta e Urbanista e aluna do Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia. E-mail: lalinemendes@yahoo.com.br

5 Arquiteta e Urbanista e aluna do Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia. E-mail: jessicasantiagoc@hotmail.com

postas para o desenvolvimento das ações no Museu.

Palavras-chaves: Museu. Museologia Social. Mediação. Piauí.

ABSTRACT

This is the report of the experience of educational and museological mediation held at Coqueiro Beach Community in Luís Correia, Piauí coastline, where the “Museu da Vila” is run, one of the centers of the “Delta do Parnaíba” ecomuseum. Mediation is an extension of the activities of the third edition of the Heritage fair, the gastronomic route, which had the objective of mutual cooperation for the dissemination among local entrepreneurs and the university by its Master in Arts, Heritage and Museology (UFPI), organizer of the event. As a result of the success of the partnership and the importance of community immersion in recovery of local knowledge and practices, it was held an external mediation activity with the restaurant owners on the edge of the Praia do Coqueiro (Coqueiro beach), since they deal with public and are potential disseminators of heritage and cultural instruments. The proposal, based on heritage interpretation was performed as directed discussion focusing on memory and the perception of the community about the “Museu da Vila” (MUV), the perception of new meanings for that place – formerly working as school – and the existing cultural programs. Based on the tripod of Social museology, Research – Educate – Communicate, the activity worked as diagnosis and generated products-responses to the development of actions in the Museum.

Keywords: Museum. Social Museology. Mediation. Piauí.

INTRODUÇÃO

Esta produção visa entender e analisar uma atividade extra museal de mediação educativa e museológica nos estabelecimentos localizados na orla marítima da Praia do Coqueiro, situada no bairro Coqueiro da Praia, município de Luís Correia, litoral do Piauí. No referido bairro encontra-se o Museu da Vila (MUV), que é um dos núcleos do ecomuseu Delta do Parnaíba, iniciativa do mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí.

Em uma das ações realizadas no Museu da Vila, a Feira do Patrimônio, planejada e executada pela quarta turma do mestrado, em sua terceira edição (2018), proporcionou uma interação entre moradores, turistas e estudantes naquele lugar.

Um dos pontos que foram discutidos e que teve resultado integrador foi a rota gastronômica. Esta atividade contou com apoio dos donos de bares e restaurantes locais em troca de divulgação e apoio às iniciativas do museu. Devido ao resultado positivo e satisfatório, a rota gastronômica foi usada como uma ferramenta de estudo do programa de pós-graduação no curso de programação museológica, patrimônio, sociedade e educação museal. A partir disso, foram desenvolvidas atividades por parte dos mes-

trandos, que propusessem ações de mediação na própria comunidade.

Incorporando a noção ultra geográfica dos ecomuseus enquanto território amplo e que transpõe a constituição física do *locus* museal tradicional, buscou-se uma alternativa para propor mediação a um público focal que, por alguns motivos, não frequentara o ambiente do Museu da Vila.

O público alvo inicial do processo de mediação foi dos proprietários dos restaurantes da orla da Praia do Coqueiro que haviam contribuído para a Feira do Patrimônio. O objetivo da atividade de mediação proposta foi atrair visitação ao Museu da Vila. Como objetivo específico, estabeleceu-se a consolidação de mediadores externos. Justifica-se essa escolha de público alvo pelo potencial de propagação destes através da constante interação com um público flutuante externo.

Segundo a ótica da museologia social, pode-se considerar que todos aqueles que habitam o território fazem parte do ecomuseu por serem, ainda que de influência inconsciente, público deste. Esses somam-se aos atores sociais envolvidos diretamente, pois são pertencentes a uma mesma teia social de valores, hábitos, memórias, costumes.

Como metodologia aplicou-se a mediação discussão dirigida, partindo de um roteiro aberto com, inicialmente, dez perguntas de partida que versavam sobre a percepção do entrevistado acerca do Museu da Vila desde a ocasião da Rota Gastronômica; a constatação ou não de mudanças naquele lugar em consequência da implantação do museu, evocando suas memórias da edificação onde hoje funciona o polo do ecomuseu; o alcance das atividades realizadas no museu e a investigação do interesse em participar destas.

Com esse trabalho realizado, foi possível analisar as necessidades e interesses por parte da população local de ter um maior acesso ao museu, publicização das atividades e exposições, qualificação de pessoal, oficinas, continuidade da parceria para a próxima Feira do Patrimônio, evento que busca valorizar, entender e divulgar o patrimônio e as atividades realizadas.

1 Metodologia

Para realização da atividade proposta foi utilizada uma abordagem qualitativa com procedimentos exploratórios como levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa desenvolveu-se a partir de um fio condutor: mediação educacional e museal realizada na comunidade do Coqueiro da Praia em Luís Correia, litoral do Piauí, onde funciona o Museu da Vila, um dos núcleos do Ecomuseu Delta do Parnaíba.

A mediação é extensão de uma das atividades da terceira edição da Feira do Patrimônio, a rota gastronômica, que teve como objetivo uma co-operação mútua de divulgação entre empreendedores locais e o Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, organizador do evento. Como consequência do sucesso da parceria e a importância da imersão da comunidade na valorização dos saberes e fazeres locais, foi realizada uma atividade de mediação externa com os proprietários de restaurantes na orla da Praia do Coqueiro, visto que lidam com públicos e são potenciais divulgadores do Patrimônio e de seus instrumentos culturais.

A proposta, baseada na interpretação patrimonial, foi realizada como discussão dirigida com foco na memória e na percepção da comunidade acerca do Museu da Vila (MUV), da resignificação daquele espaço físico – outrora funcionando como escola – e as programações culturais existentes. Baseada no tripé da Museologia Social, Pesquisar – Educar – Comunicar, a atividade serviu como diagnóstico e gerou produtos-respostas para o desenvolvimento das ações no Museu.

Como metodologia, aplicou-se a mediação discussão dirigida pautada no livro “Educação em museus: a mediação em foco” de Martha Marandino. Outra referência foi tomada através das teorias de educação em museus do livro “Mediação em Museus. Compêndio dos materiais do curso”, que reúne o relato de diversas atividades de mediação realizadas em vários países da Europa.

Partindo de um roteiro aberto com, inicialmente, dez perguntas de partida que versavam sobre a percepção do entrevistado acerca do Museu da Vila desde a ocasião da Rota Gastronômica; a constatação ou não de mudanças naquele lugar em consequência da implantação do museu, evocando suas memórias da edificação onde hoje funciona o polo do ecomuseu; o alcance das atividades realizadas no museu e a investigação do interesse em participar destas.

A produção dessa atividade subsidiou ações que promoveram um diálogo e aproximação com a dimensão coletiva e interativa da investigação, e desse modo expressar os valores e as tradições culturais da região estudada.

2 O bairro Coqueiro da Praia

A origem do bairro Coqueiro da Praia advém da formação da cidade de Luís Correia no litoral do Piauí, que remonta ao povoado Amarração, fundado no início do século XIX por pescadores que se instalaram na região litorânea – então pertencente ao Ceará, mais especificamente ao mu-

nicípio de Granja e, em 1874 foi elevada à condição de vila.

Ainda sob a alcunha de Amarração, Luís Correia teve participação decisiva na Guerra dos Balaíos, que aconteceu entre os estados do Ceará e Piauí. Em virtude da sua posição litorânea privilegiada, tornou-se ponto de desembarque das tropas oficiais. No pós-guerra, por volta de 1880, a vila passou a pertencer ao Piauí em troca dos territórios de Independência e Príncipe Imperial (hoje cidade de Crateús) ambos no Ceará (BRASIL, 1880).

A transição de Amarração para município ocorreu no início do século XX, em 1911 com a assinatura de um decreto. O município portuário ganhou forte suporte com a inauguração da Estrada de Ferro Central do Piauí. O porto passou a receber cada vez mais embarcações, desde pequenos barcos de pescadores locais a grandes navios que seguiam viagem para a Europa e outros países da América do Sul.

Tendo em vista a importância do município, após 20 anos, a cidade passou a integrar o município de Parnaíba, que já se destacava como a principal do litoral do Piauí. A autonomia de fato e de direito só veio em 1938 já com o nome de Luís Correia, alterado ainda em 1935- quando se chamava Amarração- em homenagem ao jornalista e escritor, natural da cidade, Luís Moraes Correia.

Devido à importância portuária, mercantil, de saberes, riquezas naturais e sua posição geográfica privilegiada, o município aos poucos ganhou destaque a nível nacional e necessitou de preservação ambiental juntamente com os outros municípios que compõem essa região (VIEIRA, 2010, p.104). Para concretizar esse desejo e necessidade, foi criada em 28 de agosto de 1996, o decreto S/N – por solicitação de ambientalistas – a Área de proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (APA Delta do Parnaíba). A área abrange os estados do Piauí e Maranhão, possui aproximadamente 3031 km² e uma importante área de zona costeira brasileira por formar o único delta em mar aberto das américas, com mais de 75 ilhas, por ser um santuário de reprodução de diversas espécies de peixes, caranguejo, lagostas e camarão, desova de tartarugas, além da proteção de estuário onde se reproduz o peixe-boi (ABREU: MOURA, 2016, p.02).

Nessa perspectiva de importância singular, a presente pesquisa se debruça sobre um dos bairros mais conhecidos e frequentado da cidade de Luís Correia, distante aproximadamente 10 km do centro da cidade, o “Coqueiro” como é carinhosamente conhecido por moradores e turistas. O bairro tem sua origem na aglomeração de pescadores na então vila, que artesanalmente produziam seus instrumentos de ofício e ali residiam e vendiam o que pescavam. Com o passar dos anos e publicitação das belezas naturais do litoral piauiense, o bairro Coqueiro da Praia e sua Praia do

Coqueiro ganharam destaque e sua ocupação foi sendo realizada por residências de veranistas, bares ao longo da costa praieira. Comumente registra-se invasão de terrenos onde deveriam existir áreas de proteção da costa e alguns pontos naturais destruídos. Essa ocupação transformou a paisagem do lugar, trouxe consigo uma série de problemas de configuração de cenário urbano local e modificou a vida daqueles que ali residiam desde a fundação.

Sob o panorama de uma abordagem social da museologia e tendo em vista a importância deste bairro tanto pelos aspectos de significância de recursos e paisagens naturais, paisagem cultural e modos de saber-fazer do conglomerado da APA Delta do Parnaíba, pretende-se aqui entender e analisar uma atividade extra museal de mediação educativa e museológica nos bares e restaurantes localizados na orla marítima da Praia do Coqueiro, situada no bairro de mesmo nome onde encontra-se o Museu da Vila, um dos núcleos do ecomuseu Delta do Parnaíba, iniciativa do mestrado em artes patrimônio e museologia da Universidade Federal do Piauí. Na sua terceira edição, a Feira do Patrimônio utilizou-se de todo o território do Coqueiro da Praia para abrigar suas atividades, incluindo o Museu da Vila, a Feira do Patrimônio, permitindo uma troca de conhecimentos e convivência entre os atores locais, turistas e participantes inscritos no evento.

3 Tratando de museologia social

Com intuito de integrar a comunidade acadêmica e comunidade local, um dos pontos que foram discutidos e tiveram relação mútua de benefícios foi a rota gastronômica, em que houve um apoio dos donos de bares e restaurantes locais para com o evento em troca de divulgação e apoio às iniciativas. Devido ao resultado positivo e satisfatório, a rota gastronômica foi usada como uma ferramenta de estudo do curso de Mediação Museal e Educativa, proporcionou atividades aos mestrandos de modo que os deixou livres para que pensassem em ações de mediação na própria comunidade.

A importância dessa atividade se deu no quesito de aproximar o tripé da museologia social – o pesquisar, o educar e o comunicar – aos outros preceitos praticados pela própria museologia, que são a interação com a comunidade, o envolvimento e a identificação desta com o seu patrimônio, com as suas riquezas naturais e com os seus saberes e fazeres.

A terceira base do tripé da museologia, o comunicar, diz respeito também ao desenvolvimento local, pois ao tempo em que se comunica e divulga, se consegue aproximar as identidades, se consegue entender melhor o patrimônio e preservar aquilo que singulariza em relação aos outros.

O desenvolvimento local caminha junto com o processo de valorização e preservação do patrimônio cultural. Juntos formam uma construção coletiva e dão suporte às necessidades de uma determinada comunidade pois envolvem diálogos e estratégias de ensino e aprendizagem. Para que ele aconteça, é necessário instrução e conhecimento sobre o bem cultural em questão, pois:

O patrimônio sob duas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz “fora do solo”. Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e serviços adaptados às demandas e necessidades das pessoas, etc. Como em todo fenômeno do crescimento, há a transformação do material disponível: destruição, modificação da estrutura ou da forma, aparição de novos objetos, criação de energia (VARINE, 2013, p.18).

A importância dada ao conhecimento acerca do patrimônio, traz na obra “As raízes do Futuro” de Hugues de Varine uma observação importante que “a gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível dos criadores e dos detentores desse patrimônio, de modo a não os separar da vida” (VARINE, 2013, p.19). Dessa forma, o autor alimenta o sentimento e a responsabilidade de comunidade, como fatores primordiais ao seu desenvolvimento tendo em vista o patrimônio. O papel de sensibilizar, facilitar, educar, pôr em contato, mediar e gerir pela margem, em função do interesse geral é de responsabilidade das instituições especializadas.

Quando a população se reconhece e se sente representada pelos bens culturais fincados naquela comunidade, as estratégias educativas para a preservação tornam-se mais fáceis de serem aplicadas. O desenvolvimento parte desse ponto: reconhecer e valorizar. Para que isso aconteça, é necessário utilizar a Educação patrimonial como estratégia de conhecimento dos patrimônios da comunidade. É uma fonte primária de informação individual e coletiva, pois se observa, se questiona e faz comparações, por isso vai além de uma mera divulgação do patrimônio, é um aprendizado sobre o processo cultural local de forma individual e coletiva.

Outra forma de desenvolvimento local interligada à educação patrimonial é o museu comunitário que, de acordo com Varine, “é a expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modo de vida e de atividade comuns;

e essa comunidade pode ser composta de várias comunidades” (VARINE, 2013, p. 189). O museu é de propriedade da comunidade, é ela que o fez nascer, que lhe desenvolve e faz viver. Em troca, o museu comunitário vem como instrumento de desenvolvimento, onde o patrimônio é o objeto principal. No entanto, ele não “sustenta” o museu sozinho, pois este tem além daquele, ideias, projetos, interação e vivência. O autor o vê ainda como “um ato de independência da comunidade, que pretende se olhar, avaliar seus trunfos e suas oportunidades, mas também suas lacunas e fazer suas próprias escolhas” (VARINE, 2013, p. 192).

O museu comunitário e a educação patrimonial desenvolvem juntos o sentimento de pertencimento, identidade e memória coletiva que foi tratado nos tópicos anteriores do presente artigo. Tem o poder de valorizar os bens patrimoniais locais através da educação e do conhecimento transformado em modo de vida pelo patrimônio local (VARINE, 2013, p.193).

A nova museologia, a partir das ideias de Varine (2013), já aborda a educação dos museus de forma mais dialógica entre público, museu, acervo, em que todos são de alguma forma ativos no processo de aprendizagem. “Mas o museu local, como suas atividades, pertence, antes de tudo, à comunidade que vive nesse território [...]” (VARINE, 2013, p.175).

4 O momento da mediação: educação em museus

Com o passar dos anos, os museus foram assumindo cada vez mais, e de diversas formas, seu papel educativo. Hoje o museu assume seu papel de ambiente de educação não-formal, que se diferencia da educação formal, conceituada como, hierárquica, estruturada, graduada, e da informal, entendida como um processo realizado ao longo da vida, que pode ocorrer no ambiente familiar, no trabalho, no lazer ou nas mídias de massa (MARANDINO, 2008).

Marandino (2008), traz uma definição de educação não-formal:

Qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem (MARANDINO, 2008, p.13).

Essa definição de educação não-formal pode ser entendida maneira mais ampla, em que o conceito de aprendizagem se associa ao próprio conceito de cultura. Assim, a educação não-formal, pode se tratar de um processo de aprendizagem de habilidades para o trabalho, direitos dos in-

divíduos, ou até conteúdos para a própria escolarização formal, em diversas formas e lugares (GONH, 1999 *apud* MARANDINO, 2008), dentre eles, o museu.

A Educação em museus, não-formal, como já foi definida, pode ser dividida em duas dimensões básicas: a educativa e a comunicativa. Na dimensão educativa, os museus sofreram grande influência das teorias educacionais do mundo e foram sofrendo modificações, passando pela educação tecnicista, na qual as exposições tinham o objetivo de instruir sem a interação ou participação do público. Nesse exemplo, as coleções eram expostas de forma desordenada, sem critérios científicos, apenas com o intuito demonstrativo de objetos. Posteriormente, começa-se a pensar maneiras de diálogo com público, pensa-se uma forma de comunicação que tornasse mais claro o entendimento do que era exposto, mas ainda com ferramentas de interação limitadas, na tentativa de manter o interesse do público visitante (MARANDINO, 2008).

Da Milano (2014) nos traz a ideia da nova percepção de público, tornando-o mais ativo e participante das atividades educativas e culturais museológicas. O chamado modelo de inclusão cultural engloba de forma mais complexa e ampla o conceito de inclusão:

De forma mais intensa, a partir da década de 1980, a concepção educativa das exposições em museus de ciência recebeu aportes das teorias construtivistas, que enfatizavam o papel ativo do indivíduo na construção de seu próprio aprendizado e afirmavam que a aprendizagem é um processo dinâmico que requer uma interação constante entre o indivíduo e o ambiente (STUDART, 2000 *Apud* MARANDINO, 2008, p.16).

De acordo com a aceção de Marandino (2008), na contemporaneidade, o foco da educação em museus passou a ser o público participante, de forma ativa no processo educativo, havendo uma preocupação em tornar a exposição acessível de tal maneira que se torne significativa e agradável às pessoas que a visitam.

Na dimensão comunicativa, não diferente, percebe-se uma abordagem totalmente voltada para o diálogo com o público, apesar de ainda existirem exposições com planejamentos que não contemplam o público-alvo e sua especificidade. Isto ainda acontece devido a uma visão enraizada de que o responsável pela comunicação seria o detentor do conhecimento e que o público é o receptor, passivo e leigo. Nessa abordagem muitas vezes equivocada, os profissionais e técnicos são os únicos responsáveis pela escolha do que irão comunicar, de que modo e com que ferramentas se utilizarão para

a comunicação. Sem dúvidas, uma das funções do museu é a de educar, de colaborar na formação do indivíduo e, através da comunicação museológica também ocorre a apropriação do conhecimento pela sociedade, ademais do ambiente da educação formal, escolar (MARANDINO, 2008):

As tendências atuais entendem a comunicação em museus como um processo cultural [...] em via dupla, dos especialistas até o público e do público até os especialistas. Nessa abordagem, o significado é construído por meio de um processo ativo de negociação de saberes e experiências, no qual todas as partes trabalham em conjunto para produzir interpretações compartilhadas (MARANDINO, 2008, p 16).

Como facilitadores dessa comunicação, há os mediadores de museu e educadores que, em geral, são de áreas acadêmicas muito diversificadas, muito embora boa parte não possua formação específica nas áreas de comunicação e/ou educação, formação essa de grande importância para as suas atividades cotidianas do museu (CÂMARA, 2014).

O papel do museu é também de prestar um serviço para a coletividade e, portanto, exige padrões mais elevados de prática profissional, tanto por parte dos mediadores e educadores com o público, como de gestão (PINTO, 2012).

Para uma boa qualidade do trabalho educativo de um museu, principalmente relacionado ao exercício da mediação com o público visitante, são definidas algumas estratégias que estão separadas de maneira geral em três tipos de visitação: discussão dirigida, visita-palestra e visita-descoberta, definidas por Grinder e McCoy (MARANDINO, 2008).

Marandino (2008), apresenta as definições: a visita-palestra é considerada a mais tradicional de todas, sem uma grande interação do público, em que o mediador apenas transmite sua interpretação do acervo em exposição para os visitantes de forma oral. O mediador ou educador aprofunda um tema em que seja especialista, atingindo, portanto, um público de interesse específico. A visita-descoberta é um dos tipos de visita mais interativo com o público, possibilitando o uso de atividades lúdicas, como jogos, o que permite novos e diferentes olhares para o conteúdo expositivo. A discussão dirigida é uma mediação que trabalha com questionamentos, promovendo um diálogo e debate, entre mediador e público, promove intensa interação. É baseada em um roteiro estruturado, com objetivos educacionais definidos, podendo ser adaptado para cada grupo.

Entendendo a necessidade de diálogo entre museu, mediadores, público e comunidade, são realizadas no Museu da Vila (MUV) atividades

educativas e de mediação por parte da comunidade acadêmica junto à comunidade local através de projetos-ação, incluindo atividades profissionalizantes ligadas ao patrimônio e educação patrimonial. Alguns dos exemplos a serem citados, produtos de projetos de pesquisa-ação de mestrandos e mestres são: o ateliê de moda, que instrui principalmente mulheres para atuação profissional no ramo; os Guardiões do Patrimônio, projeto de formação de jovens mediadores através da iniciativa de educação ambiental, com alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas da área; e ações de orientação jurídica sobre direitos humanos com a comunidade entorno.

O Museu da Vila possui exposições que acontecem periodicamente como exercícios das turmas do mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI. Durante cursos do mestrado, são propostas atividades relativas aos conteúdos abordados que vão desde o planejamento das exposições, passando pelos projetos museógrafos, atividades educativas, montagem, acompanhamento, mediação e análise de resultados. A exemplo, sob supervisão da coordenação do programa de pós-graduação, o planejamento e montagem da exposição inaugural do MUV foi realizada por discentes e intitulada “Por entre Rio e Mar”, que durou de julho de 2018 a abril de 2019, ficando exposta durante a terceira feira do patrimônio, ocorrida no mês de outubro de 2018, sediada neste Museu mas com atividades em todo o bairro do Coqueiro da Praia, incorporando e aplicando as noções de museologia social, envolvimento comunitário e pesquisa social colaborativa e ativa, sempre envolvendo o bojo do patrimônio cultural.

5 No Coqueiro: da feira à rota gastronômica

Como relatado, a Feira do Patrimônio, enquanto evento organizado pelo Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI integra desde 2015a programação de atividades no contexto da Semana Nacional de Museus, promovida anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como uma temporada cultural para comemorar o Dia Internacional de Museus no Brasil, associada à iniciativa do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

De acordo com a Professora Doutora Áurea da Paz Pinheiro, idealizadora do evento, a Feira do Patrimônio materializa-se em um conjunto de ações de natureza educativa, cultural e econômica, uma prática colaborativa entre o referido programa de pós-graduação da UFPI e demais instituições públicas e privadas, envolvendo as comunidades da cidade de Parnaíba- PI e do bairro Coqueiro da Praia, bem como dos municípios de seu entorno.

A Feira foi reconhecida em nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Fórum de Patrimônio Mestres e Conselheiros como ação socioeducativa e cultural de maior relevância, sendo uma proposta pioneira no país, especificamente na região Meio Norte do Brasil, com o objetivo de promover a conscientização e sensibilização quanto à preservação do patrimônio (cultural e natural).

Em 2016, foi realizada a primeira edição da Feira do Patrimônio, ocorrida entre os dias 18 e 20 de maio na Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba. O evento aconteceu no espaço de convivência na entrada principal da UFPIe, como parte da programação, foi realizada uma exposição sobre o “Museu do Trem”. Com poucas peças expostas (um capacete de madeira e fotografias) e o uso de várias linguagens, foi possível levar os visitantes a viajarem no tempo e conhecerem a história da ferrovia e dos ferroviários do Piauí. Em apenas três dias a exposição teve mais de dois mil visitantes (CORREIA, 2018).

Ainda nessa primeira edição, foi realizado o projeto “Rendilhando Memórias”, uma proposta de mediação cultural para a feira que se utilizou de uma metodologia voltada para a educação do patrimônio visando despertar a atenção do público para o patrimônio edificado do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba - PI, evidenciando as mudanças e/ou perdas sofridas pelo mesmo ao longo das gerações (OLIVEIRA et.al, 2017).

A segunda edição da Feira do Patrimônio foi realizada entre os dias 17 e 20 de maio de 2017, ocorrendo simultaneamente à 15ª Semana Nacional de Museus e ao Congresso Internacional de Artes, Patrimônio e Museologia. O evento aconteceu na Galeria Principal do Centro Cultural Sesc Caixeiral, prédio de relevância histórica no contexto da cidade e do centro urbano tombado de Parnaíba, e na rua adjacente a ele, a Avenida Getúlio Vargas, interditada para o evento durante os dias. No contexto da programação da feira, foi realizada uma exposição coletiva e colaborativa cuja temática estava associada à paisagem cultural da Carnaúba. Denominada de “Santa Carnaúba”, a exposição reuniu dez artistas brasileiros com conhecimento sobre o patrimônio cultural, os quais produziram obras especialmente para a exposição (MELO, 2017). Por meio desse esforço coletivo, a exposição propôs despertar as possibilidades de novos pontos de vista, utilizando-se e ressignificando esse rico patrimônio cultural (CORREIA, 2018).

A terceira edição da Feira do Patrimônio ocorreu no ano de 2018, entre os dias 18 e 21 de outubro no Museu da Vila, atual sede do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, e localizado no já referido bairro Coqueiro da Praia, indo de encontro ao preconizado pela linha de pesquisa desta pós-graduação: a aproximação e colaboração do bi-

nômio pesquisador-comunidade, em uma simbiose. Dentro da programação do evento foram realizadas diversas atividades como cursos, oficinas de educação e interpretação patrimonial e ambiental, exposições, palestras, intervenções artísticas, rodas de conversa e de memória. Além disso, foram abertas as inscrições para apresentação de estudos e intervenções relacionados a três áreas temáticas: “artes, patrimônio e museologia”; “patrimônio, sociedade e educação” e “patrimônio, turismo e sustentabilidade”.

Outra atividade desenvolvida durante a 3ª edição da feira e idealizada pelos alunos da quarta turma do mestrado foi a Rota Gastronômica, que teve como objetivo uma cooperação mútua de divulgação entre empreendedores locais (donos de bares e restaurantes) e o mestrado organizador do evento. Essa proposta favoreceu a valorização da culinária da região, dos fazeres e saberes locais, contribuindo para disseminar os principais restaurantes existentes na comunidade, até então pouco conhecidos pelos visitantes.

Como instrumento de pesquisa-ação aplicada, a Rota Gastronômica em análise de resultados propiciou a presente reflexão e apresentação de produtos ora relatada. Propõe-se aqui uma breve análise da experiência de uma mediação externa realizada com os proprietários de restaurantes na orla da Praia do Coqueiro, visto que lidam com públicos e são potenciais divulgadores do Patrimônio e de seus instrumentos culturais.

Esta proposta da rota gastronômica – implantada durante a Feira do Patrimônio 2018 –foi desenvolvida em etapas. Em um primeiro momento, identificou-se estabelecimentos favoráveis à logística do evento, a fim de servirem como pontos de apoio e extensão da Feira, inclusive com fornecimento de refeições na área e proximidades do evento.

Essa identificação iniciou-se através de uma investigação exploratória das edificações para reconhecimento do espaço, da culinária oferecida, do custo das refeições, e da qualidade de atendimento. Buscando um engajamento dos proprietários com a museologia e ao mesmo tempo oferecendo aos integrantes da Feira do Patrimônio o contato com a culinária local e saberes e fazeres da comunidade.

Após o reconhecimento e seleção dos estabelecimentos que fariam parte da rota gastronômica, foi elaborado um mapa gastronômico sinalizando as edificações e montado um projeto gráfico para apresentação da feira, como uma proposta do mestrado que demonstrava os benefícios do evento para os estabelecimentos de fornecimento das refeições.

Este material foi composto do projeto arquitetônico da feira, maquete eletrônica da ambientação dos espaços, divulgação das atrações, período de funcionamento, horário de funcionamento, público alvo, par-

participantes e integrantes da feira, bem como o questionário que seria usado para avaliar o estabelecimento.

Durante a feira e fazendo parte do projeto da rota gastronômica, os proprietários dos restaurantes forneceram uma refeição gratuitamente para uma equipe de organizadores da feira, composta de três integrantes sendo escolhido a refeição que mais caracterizasse o estabelecimento e de acordo com a possibilidade do proprietário. Durante os quatro dias de feira, a cada dia, uma equipe diferente de avaliadores preenchia um questionário previamente estabelecido para dar subsídios de julgamento com isonomia. Esse questionário avaliou os seguintes itens: qualidade da refeição, quantidade da refeição, tempo de preparo, custo, atendimento, higiene e espaço. Os integrantes de cada equipe da rota gastronômica foram identificados e selecionados dentre os membros da organização da feira.

Concomitantemente à aplicação do questionário proposto pela rota gastronômica, observou-se que os proprietários e atendentes dos estabelecimentos tinham pouco ou nenhum conhecimento acerca do que é museu (quer seja pela concepção do museu tradicional, quer seja pelo ponto de vista da museologia social) e das atividades realizadas no MUV. A partir de uma análise crítica do desenvolvimento da Rota Gastronômica, ao se tomar esses atores como integrantes ativos das ações museais que concernem a um museu de comunidade – como é o caso do Museu da Vila no panorama do Ecomuseu Delta do Parnaíba – pôde-se perceber nesse desconhecimento um potencial transformador de formação de mediadores externos, divulgadores das atividades desenvolvidas no museu.

Na análise dos questionários, para além de uma avaliação parametrizada de sabores e qualidade de atendimento, observou-se fatores transversais, o que permitiu identificar dificuldades que os proprietários dos estabelecimentos enfrentam, a exemplo da carência de mão de obra especializada.

Como ponto de interseção e aproximação da persona pesquisadora que elege a colaboração e o colaborador ator da comunidade, demanda-se que surjam dessa relação soluções simbióticas. Nesse ponto, identificou-se que eventuais atividades sociais de capacitação profissional oferecidas no MUV poderiam, de algum modo contribuir para minimizar essas problemáticas: atendimento ao público, higienização pessoal do ambiente e dos produtos conforme normas técnicas e sanitárias, segurança do trabalho, produção e apresentação de pratos, entre outros relacionados a um exemplo de galgalo como este.

6 Produtos

Durante o processo de elaboração e aplicação da mediação, foram identificados alguns obstáculos que interferiam na interação desse público com o Museu da Vila quanto à visita. Identificou-se ainda que este público inicialmente com foco nos proprietários dos restaurantes poderia ser expandido para os colaboradores desses estabelecimentos. Essa percepção faz referência direta às dinamicidades da pesquisa-ação, na qual o processo é tão ou mais importante que o resultado, que demanda adaptações e que, às vezes, é o próprio produto (TRIPP, 2005).

Dentre os empecilhos identificados estava a incompatibilidade dos horários nos quais o Museu da Vila estava aberto à visita e os horários que os proprietários dos restaurantes tinham disponíveis para fazê-lo, devido às atividades dessas pessoas junto aos estabelecimentos. Como resultado, identificou-se que a maior parte dos atores entrevistados não conhecia o espaço físico do museu, mas ouvira falar de suas atividades e percebera a mudança ocorrida na outrora escola, agora museu.

Em consequência do roteiro aberto aplicado, para os atores os quais constatou-se que não havia ocorrido visita ao museu, como modo de transpor a barreira física e mais ainda, temporal, foi proposta uma visita virtual. Para tanto, foi apresentado ao entrevistado um vídeo da área interna, com foco na mudança ocorrida no ambiente, exibição de parte da exposição de longa duração instalada ali “Por entre rio e mar” e um convite ao final do vídeo para a visita ao museu.

Tendo em vista os gargalos identificados, o produto dessa mediação propôs ações em duas frentes: uma relativa às ações diretamente relacionadas ao museu da vila e outra relacionada ao público-alvo referido. Na primeira frente, destacou-se como ação catalizadora de mudanças a maior divulgação das atividades do MUV ao público de uma maneira geral; elaboração de grade de horários de visita a ser exposto na fachada do museu e a alteração dos horários de visita do museu em pelo menos um dia da semana. Na frente de atendimento ao público-alvo, propõe-se a elaboração de uma programação com calendário de atividades que supram as demandas locais de capacitação profissional e oferta cultural; e a criação de uma rede de identificação de colaboradores do patrimônio como um selo de atestado de qualidade a ser disponibilizado para promoção mútua do Museu da Vila e do empreendimento, atendendo a uma teia de influências locais com estímulo à visita mas, mais ainda, à valorização do patrimônio local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto sob o ponto de vista teórico aliado ao relato de experiência prática, considera-se aqui a importância da discussão da museologia e sua abordagem social, a nova museologia, assim como a aplicabilidade do que fora discutido no curso de mediação educacional dentro do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí para uma efetiva aplicação da colaboração de pesquisa-ação.

A atividade extramuros do Museu da Vila, em extensão, à orla da Praia do Coqueiro, através da rota gastronômica na Feira do Patrimônio 2018, possibilitou aos pesquisadores envolvidos um contato mais próximo com a comunidade que trabalha com bares e restaurantes na orla da praia. Estes, agora atores colaboradores nos planos de ação do MUV. Pôde-se conhecer e entender o calendário de trabalho, a influência de uma rotina de abastecimento dos estabelecimentos, a forma como a comunidade percebe o turismo e vice-versa. Percebeu-se as lacunas na comunicação do Museu quanto às suas atividades com a comunidade, através de uma abordagem metodológica de aproximação social. Notou-se, sobretudo, o empenho desses pequenos empreendedores em transformar o local em um ponto valorado de atração de turistas e, a partir disso, colaborar com as ações e atividades do núcleo do ecomuseu Delta do Parnaíba, localizado em sua comunidade.

Tendo em vista o engajamento desses empreendedores, o seu potencial multiplicador foi levado em conta como componente a ser proposto no plano de ação do Museu da Vila, com foco na possibilidade de oferta de formação de mediadores externos ao museu e capacitação profissional. Esses novos mediadores são efetivamente os reprodutores do que está sendo produzido, ofertado e exposto dentro das instalações do Museu da Vila.

De modo positivo, pôde-se observar que houve a criação de uma rede de interesses que fomenta parcerias contínuas em eventos que venham a beneficiar a comunidade de modo abrangente. Tal parceria busca, acima de tudo, valorizar, entender e divulgar o patrimônio cultural local por meio de seus saberes e fazeres baseado no tripé da museologia social: pesquisar (ouvir e diagnosticar), educar (fomentar) e comunicar (divulgar).

Em suma, é importante destacar aplicabilidade dos estudos teóricos e das boas práticas abordadas dentro do espaço acadêmico exemplificando o seu uso em uma comunidade pois, é a partir desse ponto de vista – da colaboração, negando a uma abordagem objetificadora e impessoal, que se devem aplicar as propostas de uma pesquisa ação colaborativa no âmbito da museologia social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo da Silva. Mecanismos de gestão da APA Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil. *Revista de Geociências do Nordeste*, v. 2, p. 913-920, 27 out. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne>>. Acesso em: 02 jul. de 2018.
- BRASIL. Decreto nº 3.012, de 22 de outubro de 1880. Altera a linha divisória das Províncias do Ceará o do Piauí. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3012-22-outubro-1880-546747-publicacaooriginal-61200-pl.html>>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- CÂMARA, Inês Bettencourt. Mediação em Museus na Europa: sobre o projeto. In: MAPADAS IDEIAS (Portugal). *Mediação em Museus*. Sintra: Mapa das Ideias, 2014. Disponível em: <http://museummediators.eu/wp-content/uploads/2016/06/handbook_PT_web.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- CORREIA, Jéssica Santiago; PINHEIRO, Áurea da Paz; CARVALHO, Rita de Cássia Moura. Museus Hiperconectados: o risco do deslumbramento tecnológico. In: FÓRUM MESTRES E CONSELHEIROS, 10, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xmestres/105392-museus-hiperconectados--o-risco-do-deslumbramento-tecnologico/>>. Acesso em: 12 maio 2019.
- MARANDINO, Martha (Org.). Educação em museus: a mediação em foco. São Paulo: Geenf - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciência/FEUSP, 2008. Disponível em: <<http://parquecientec.usp.br/wp-content/uploads/2014/03/MediacaoemFoco.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- MELO, Douglas Brandão de. *Santa Carnaúba: Concepção e Produção de Exposição Coletiva*. 2017. 56 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/790>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- MILANO, Cristina Da. Sobre mediação, cultura, políticas e ação em sociedades do conhecimento em mudança. In: MAPA DAS IDEIAS (Portugal). *Mediação em Museus*. Sintra: Mapa das Ideias, 2014. Disponível em: <http://museummediators.eu/wp-content/uploads/2016/06/handbook_PT_web.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- OLIVEIRA, Gardênia Angelim Medeiros; SOUSA, Anik de Assunção Oliveira; ROCHA, Ellaine Martins Oliveira da. Rendilhando memórias, interpretando o patrimônio: Proposta de Mediação Cultural para a Feira do

- Patrimônio de Parnaíba. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS, 1., 2017, Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/60792.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- PINTO, Julia Rocha. O papel social dos museus e a mediação cultural: Conceitos de Vygotsky na arte-educação não formal. *Palíndromo*, v. 7, p. 97-116, 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/download/3341/2404>>. Acesso em: 05 maio 2019.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educ. Pesqui.*, v. 31, n.3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- VARINE, Hugues. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960*. 2010. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Teresinha, Teresina, 2010.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 06/08/2019

PATRIMÔNIO CULTURAL NATALENSE: UMA PROPOSTA DE ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA

NATAL CULTURAL PATRIMONY: A PROPOSAL FOR TOURISM ROUTING

Almir Félix Batista de Oliveira¹

RESUMO

A presente proposta de trabalho a ser apresentado na I Seminário Internacional sobre Patrimônio Histórico tem por objetivo examinar as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural e o mercado turístico na cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. Em termos de projeto de pesquisa, sua efetivação justifica-se principalmente por procurar compreender como a utilização do patrimônio pode contribuir não somente para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento social, cultural, portanto, humano, do cidadão natalense. Metodologicamente este trabalho privilegia a leitura e análise de uma série de equipamentos culturais, geridos pela Fundação José Augusto – FJA, através de pesquisa em sitio, bem como de documentação produzida pela mesma. Estes equipamentos também se constituem em equipamentos turísticos, pois são visitados pelos turistas que percorrem a cidade do Natal. Apresentam-se imagens, descrições e informações sobre os mesmos. Por fim conclui-se com a necessidade de se discutir e promover uma maior exploração do turismo cultural na cidade do Natal. Na perspectiva da criação e implantação de um roteiro turístico procura-se não somente a utilização e apresentação aos turistas dos referidos equipamentos culturais/turísticos, mas também sua plena preservação/conservação. Por meio do uso turístico planejado podemos afirmar a constituição de uma real valorização do patrimônio cultural pelo turista, não somente como forma de singularidade ou simplesmente como forma de diferenciação entre os diversos lugares visitados e explorados, na busca por conhecimento ou por novas realidades diferentes da sua vida cotidiana, mas também significa o reconhecimento pelo turista da identidade ou das identidades constituintes das diversas comunidades pertencentes a uma determinada sociedade ou das sociedades de uma forma geral e ampliada.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Preservação. Roteirização Turística.

ABSTRACT

The present work proposal to be presented at the First International Seminar on Historical Heritage aims to examine the relations between Cultural Heritage and the tourist market

1 Bacharel em Administração de Empresas (UFPB), Especialista em Gestão da Qualidade & Produtividade (UFPB), Mestre em História (UFPE), Doutor em História (PUC-SP), Bolsista PNPd-CAPES/PPGTUR-UFRN – CV: <http://lattes.cnpq.br/634882555322569> - E-mail: almirfbo@yahoo.com.br

in the city of Natal, capital of the State of Rio Grande do Norte. In terms of the research project, its effectiveness is justified mainly by seeking to understand how the use of heritage can contribute not only to economic development but also to the social, cultural, and therefore human development of the native citizen. Methodologically, this work privileges the reading and analysis of a series of cultural equipment, managed by the Fundação José Augusto - FJA, through on-site research, as well as documentation produced by it. These equipments also constitute tourist equipment, since they are visited by the tourists who travel through the city of Natal. Pictures, descriptions and information about them are presented. Finally, it concludes with the need to discuss and promote a greater exploitation of cultural tourism in the city of Natal. In the perspective of the creation and implementation of a tourist itinerary, it is sought not only the use and presentation to tourists of said cultural / tourist facilities, but also their full preservation / conservation. By means of the planned tourist use we can affirm the constitution of a real appreciation of the cultural patrimony by the tourist, not only as a form of singularity or simply as a form of differentiation between the different places visited and explored, the search for knowledge or for new realities different from but also means the recognition by the tourist of the identity or constituent identities of the various communities belonging to a particular society or of societies in a general and extended way.

Keywords: Cultural Heritage. Tourism. Preservation. Roteirização Turística.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se parte do projeto de pesquisa de pós-doutoramento intitulado **Para além do sol e mar: mapeamento de propostas e desafios na incorporação do Patrimônio Cultural como elemento do Desenvolvimento Local através do turismo** desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo principal objetivo é o de examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações existentes ou possíveis de serem estabelecidas entre o Patrimônio Cultural e o mercado turístico na cidade do Natal.

As três partes iniciais desse trabalho se intitulam: a primeira denominada **A cidade do Natal: história e patrimônio cultural**, cujo objetivo foi apresentar um pouco da cidade encontrada por Mário de Andrade em 1928 e descrita no livro *O Turista Aprendiz*; A segunda intitulada **O Patrimônio Cultural preservado na cidade do Natal: bases para a prática do Turismo Cultural**, cujo objetivo foi o de apresentar uma análise do trabalho (teórico e prático) desenvolvido por Oswaldo Câmara de Souza à frente do Escritório Técnico do IPHAN no RN e a definição/preservação/conservação de parte do Patrimônio Cultural Potiguar. A terceira intitulada **Projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos**, que consistiu na análise desse projeto proposto pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do RN – IGETUR e implementado em uma parceria entre este órgão e a Fundação José Augusto – FJA, conforme periodização proposta no trabalho de pós-

doutoramento.

O trabalho ora aqui apresentado, portanto, um quarto momento do trabalho de pós-doutoramento, privilegia a leitura e análise de uma série de equipamentos culturais entre eles, o Museu de Arte Sacra, a Pinacoteca do Estado, o Museu Café Filho, entre outros, geridos pela Fundação e que também se constituem em equipamentos turísticos, pois são visitados pelos turistas que percorrem a cidade do Natal. Para uma melhor utilização desses equipamentos estaremos propondo a criação de um roteiro turístico que inclua os mesmos, constituído a partir do planejamento como elemento fundante, pois não basta simplesmente a existência dos mesmos, afinal sem um planejamento adequado pode-se comprometer a preservação desses locais. Nessa perspectiva devemos valorizar e incluir para um melhor aproveitamento as questões relacionadas à interpretação patrimonial, não somente como forma de fruição da visita pelos turistas, como também pela possibilidade de conscientização nos processos de preservação/conservação dos bens patrimoniais.

No tocante à efetivação deste projeto de pesquisa, este se faz relevante principalmente por procurar compreender como a utilização do patrimônio, tanto em sua vertente material, quanto em sua vertente imaterial podem contribuir para não somente o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento social, cultural, portanto, humano, do cidadão natalense. O patrimônio cultural tem já há algum tempo servido como alavancador e também como parte constituinte do mercado turístico em diversas partes do mundo, bem como no Brasil, quanto no Estado do Rio Grande do Norte, principalmente através do chamado Turismo Cultural e isso tem de diversas formas proporcionado o desenvolvimento local ou o desenvolvimento das localidades onde este patrimônio se encontra estabelecido.

1 Metodologia

Metodologicamente este trabalho (como parte integrante do projeto de pesquisa) privilegia primeiramente a leitura e análise de bibliografia existente e que relacionem as temáticas do patrimônio cultural em sua vertente material, com a possibilidade de utilização do mesmo, pelo Turismo, para promoção não só do desenvolvimento local, mas também para a preservação/conservação desse mesmo patrimônio utilizado, bem como a discussão sobre a necessidade de ações planejadas para tal efetivação, discussão sobre ações de interpretação do patrimônio e de como essas podem ser realizadas, além de discussão sobre o papel da roteirização turística como forma de desenvolvimento e preservação.

Na sequência a essa leitura e análise da bibliografia pertinente teremos a visita, a leitura e análise do site da FJA, bem como a leitura e análise de alguns jornais para constituição de um histórico das atividades e das políticas culturais e de preservação implementadas por esta instituição na defesa do patrimônio cultural potiguar. Histórico esse que nos possibilitará a construção de uma narrativa sobre a mesma e conhecer melhor a referida fundação.

Também realizamos a leitura e análise da documentação produzida pela FJA sobre os diversos equipamentos por ela geridos e protegidos a serem utilizados na montagem de proposta para construção de um roteiro turístico no Centro Histórico da cidade do Natal, bem como visita aos mesmos para identificação das atuais condições dos mesmos, bem como levantamento da existência de material relacionado à prática da interpretação patrimonial existente nesses locais.

2 Relacionando patrimônio cultural, preservação, planejamento, interpretação do patrimônio e roteirização turística:

2.1 O Turismo preserva?

Em um passado não muito distante a resposta para esse questionamento com certeza seria um sonoro não, principalmente pela existência de empreendimentos que visavam apenas o lucro e o retorno dos investimentos de imediato, sem se preocupar com a degradação, seja do patrimônio cultural ou do patrimônio natural. Recentemente o que se tem observado é uma mudança paradigmática em relação a esses tipos de ações. Tem-se buscado já a algum tempo e em contraposição às atitudes do passado, adotar práticas profissionais para pensar e tratar os problemas diversos e nesse sentido o planejamento estratégico constituiu-se em um aliado fundamental para o bom desenvolvimento da prática turística.

Nessa perspectiva é que a prática do turismo cultural e aqui o entendemos como:

É aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>, p.2)

Deve ser pensada e aplicada em uma perspectiva contínua e duradoura, não somente como uma “panaceia” capaz de resolver os problemas existentes (falta de identidade ou baixa identidade do lugar e das comunidades, falta de desenvolvimento econômico e social, falta de recurso para aplicação na própria preservação do patrimônio cultural, entre outros) imediatamente após a aplicação de tal prática, mas levando-se em consideração as relações existentes nas comunidades com o seu próprio passado e a as formas de proteção/preservação do patrimônio cultural aí existente.

Tomando o planejamento estratégico como aliado ou como o princípio de uma boa utilização do patrimônio cultural é possível afirmar que o Turismo preserva sim. Um planejamento bem estruturado, observando-se todas as fases constituintes do processo, sem pular etapas e visualizando-se os diversos cenários que podem vir a se constituir, definindo-se os pontos fortes (que devem ser amplificados ao máximo) e os pontos fracos (que devem ser eliminados ou minimizados ao máximo, também) e incluindo-se aí a busca por toda informação necessária, bem como o fornecimento de informações imprescindíveis para a boa execução do mesmo é fundamental para que se encontrem soluções viáveis e possíveis de serem aplicadas e socializadas.

Nesse sentido e como parte importante para um **planejamento eficaz e eficiente**, a participação do **poder público** (principalmente a nível local) torna-se fundamental e obrigatória, afinal o desenvolvimento local e o bem-estar das diversas comunidades não pode e não deve ficar na mão da iniciativa privada. Por sua vez essa mesma **iniciativa privada** não pode estar fora ou deixar de participar do ato de planejar, pelo simples fato de estar contribuindo diretamente com algumas variáveis importantes nesse processo, afinal os restaurantes, os meios de hospedagem, os meios de transporte, a produção e venda de *souvenires* (as famosas lembrancinhas que servirão de presentes a familiares e amigos) que auxiliam e garantem uma boa estadia ao turista em visita a um determinado lugar, são os meios de sobrevivência, são os negócios gerenciados e implementados pelos membros constituintes desse setor.

Por fim, mas não menos importante no momento do planejamento é o papel, é o envolvimento da **comunidade local** na construção/definição/utilização dos atrativos turísticos e em nosso caso dos monumentos. É fundamental que a comunidade local esteja envolvida com tudo que diz respeito ao seu lugar de moradia, de vivência, da sua existência, afinal se para o turista aquele lugar pode ser o exótico, o diferente, o fotografável, para o residente, para o morador é o lugar onde se desenvolvem as suas práticas cotidianas de religiosidade, de sociabilidade, de visibilidade. Tomemos

como exemplo o simples ato de visitação a uma determinada igreja em uma cidade histórica brasileira (como a cidade de Ouro Preto) por um grupo de turistas, tiram-se fotos, fala-se alto (por vezes), o guia a contar uma história, produzem-se risadas e comentários, dispersa-se a atenção e em contrapartida tem-se senhoras caladas, circunspectas, a rezarem e professarem sua fé incomodadas com toda aquela balburdia provocada pela excitação da visita, como conciliar essa situação? Essa e outras perguntas e situações devem ser pensadas e resolvidas.

Diagrama 01 – Possibilidade de utilização correta do Patrimônio Cultural



Fonte: Elaboração própria do autor.

2.2 Interpretação do Patrimônio: o quê é isso?

A interpretação do patrimônio, e isso já há muito tempo conforma-se em um consenso para quem a teoriza e a pratica, constitui-se em uma forma de comunicação que procura adicionar significados aos locais que o turista visita, facilitando assim a compreensão e criando uma relação emocional com os mesmos, proporcionando inclusive a possibilidade de preservação/conservação destes. Nessa perspectiva a maneira/forma como se conta uma história, como se consegue apresentar uma coleção ou um monumento, utilizando-se de variados recursos técnicos e tecnológicos pode aumentar o impacto e o apreço pelos locais visitados. Dessa maneira, atingido os objetivos buscados, os visitantes/turistas, encantados com o que viram/sentiram/experimentaram, passam a contar essas suas experiências gerando assim maior curiosidade em quem ainda não visitou o local.

Freeman Tilden (Apud Murta & Goodey, 2002, p. 14) em 1967, um dos primeiros teóricos a tratar sobre o assunto definiu a interpretação como sendo: *“uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência de primeira-mão, bem como de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais.”* Faz-se interessante observar que desde seu princípio a interpretação do patrimônio buscava unir objetos, lugares e experiências com a técnica e a tecnologia como forma de apresentação/anúnciação do patrimônio cultu-

ral e para além disso se mostrava como uma possibilidade eficiente/eficaz de forma de aprendizado das diversas culturas, podendo levar ao conhecimento crítico sobre essas mesmas sociedades.

Conforme Murta & Goodey, (2002, p. 13) *“a interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante; do outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística”*. Nesse sentido essa atribuição de valor, pode possibilitar tornar o local um produto turístico, mas também o irá transformar em educativo e/ou social. Esse valor é atribuído/resgatado através da pesquisa, do estudo e do desenvolvimento de um projeto que seja adequado ao local. Criar apelos e conhecimento, para além da construção ou da paisagem pode ir além do conhecimento, da emoção e agregar mais diferencial aumentando o fluxo de turistas ou melhorando sua capitalização através de atividades extras, mas também possibilitará um aumento na autoestima e na identidade daqueles que residem/fazem o lugar.

O projeto e a estratégia, portanto o planejamento, para a criação/construção de diferenciais em locais turísticos (cidades, parques, bairros, roteiros etc.) é uma ação que requer e só se concretiza a partir da movimentação de diversos setores da sociedade envolvida. O planejamento torna-se, como já citado anteriormente, em algo de fundamental importância para o sucesso da ação, do ato de interpretação, possibilitando a consequente agregação de valor, consistindo e viabilizando o aumento do número de visitantes ao local escolhido, e pode possibilitar, a partir do uso correto, a preservação/proteção do patrimônio cultural utilizado/envolvido nesses processos.

É ponto pacífico entre analistas que a concorrência e a disputa pelos mercados turísticos estão cada vez mais acirradas e, em assim sendo, quanto mais ocorrerem inovações e as melhorias forem introduzidas, na perspectiva/possibilidade de atrair e principalmente fidelizar o turista/cliente, mais resultados poderão ser gerados. Resultados financeiros, geração de empregos, divulgação gratuita do boca a boca etc., bem como a preservação/conservação do patrimônio cultural e natural, das memórias, das identidades dos indivíduos e das comunidades. Nesse sentido, a interpretação do patrimônio, não somente para o turismo, deve antes de tudo analisar o conceito e as possibilidades do local para, a partir deste poder, construir as possibilidades de inclusão e do reconhecimento das multiplicidades e diversidades culturais.

Para a montagem de processos interpretativos e que garantam maior fruição por parte do turista correspondendo em maior aproveitamento da visita e garantam também melhores ganhos, seja na possibili-

dade de reconhecimento identitários, aumento da autoestima dos nativos/moradores, ou mesmo de ganhos financeiros que propiciem melhor desenvolvimento sustentável, pode-se (a título de exemplo) usar ferramentas de caráter criativas/gerencias como a do **design thinking**. É interessante observar que esta ferramenta na busca por solucionar problemas procura dentro de uma nova perspectiva colocar as pessoas ou grupos de interesse para construção/desenvolvimento de um projeto, gerando resultados que se apresentam os mais desejáveis para elas, mas que também e ao mesmo tempo se constituam financeiramente interessantes e tecnicamente possíveis de serem realizados. Os passos a serem trilhados são: 1)Imersão/pesquisa; 2)Ideação/criação; 3)Prototipação/teste; e 4)Desenvolvimento/aplicação, derivando daí uma variedade grande de possibilidades de criação tais como: Visitas livres com recursos locais (tecnológicos ou analógicos); Visitas guiadas; Eventos no local; Experiências diferenciadas; Sinalização caracterizada; Sinalização com explicações e direcionamentos; Placas com explicações, histórias, locais para fotos; Materiais impressos; Materiais audiovisuais; Aplicativos. Afinal:

Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade. Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana - teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura - sem todavia se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus, etc. Nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo, quando realizada por guias e condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes. (MURTA & GOODEY, 2002, p. 14)

2.3 Roteirização Turística

Pois bem, temos o patrimônio cultural fazendo parte da vida cotidiana dos indivíduos, das comunidades, patrimônio que identifica, que dá identidade, patrimônio que diferencia, patrimônio que se faz diverso, patrimônios em disputas, patrimônios que podem garantir o desenvolvimento econômico, social e ser uma forma de inclusão dos diversos segmentos componentes de uma determinada sociedade.

Também temos o turismo ou a prática turística que se bem planejada e utilizando-se do patrimônio cultural, pode promover desenvolvimento econômico, a partir de princípios sustentáveis garantindo a inclusão social

e possibilitando a preservação/conservação desse mesmo patrimônio. Somada a essa prática planejada e preservacionista que o turismo pode vir a possibilitar, temos a interpretação patrimonial como forma de melhoria e maior aproveitamento da visita pelo turístico garantido pela ampliação do seu arco de aprendizado.

Consequentemente e entrelaçando esses conceitos para colocá-los em prática temos a possibilidade de construção dos chamados roteiros turísticos que nesse trabalho e conforme o Ministério do Turismo em material publicado no ano de 2007 e denominado Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística, página 13, define o mesmo como sendo: *“um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”*. Na sequência, na mesma página, define a roteirização como sendo:

[...] o processo que visa propor, aos diversos atores envolvidos com o turismo, orientações para a constituição dos roteiros turísticos. Essas orientações vão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infra-estrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região.

Roteiros e roteirização construídos para valorizar ou agregar valor ao que está disperso, mas que planejado, organizado, concretizado pode se transformar em alavancador do processo de desenvolvimento consciente e sustentável, que promova o crescimento e a inclusão dos diversos setores componentes da sociedade, bem como a preservação/conservação do patrimônio cultural em todas as suas dimensões.

3 A Fundação José Augusto (FJA)

A Fundação José Augusto encontra-se localizada na cidade do Natal, com sua sede funcionando em prédio próprio no endereço Rua Jundiá, 641, no bairro do Tirol, fazendo parte da estrutura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEEC, sendo o órgão estadual responsável pelas ações referentes à cultura. Iniciou suas atividades no ano de 1963, na data de 08 de abril através do Decreto 4.680 assinado pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves. Criada em meio a um processo de modernização (uma das bandeiras de campanha) do Estado instituída pelo Governador, o papel original da Fundação estava mais ligado às questões educacionais já que um das razões para a sua criação era a de manter, difundir e gerir cursos superiores (faculdades de Filosofia, Ciências e Le-

tras e Jornalismo²) no estado, além, é claro, do Museu de Arte e História, do Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisa Social e também seria responsável pela criação de Biblioteca pública sob controle do estado. Para além da preocupação com os cursos superiores eram também funções a serem desempenhadas pela FJA: a pesquisa e a produção de documentação que possibilitassem uma melhor compreensão dos variados problemas regionais e locais, buscando a prática de sistematização e divulgação de conhecimentos técnicos através desses estudos e de debates sobre os mesmos; bem como possibilitar a formação de pessoal especializado para atender e resolver as exigências criadas que possibilitassem o pleno desenvolvimento econômico e industrial da região.

Na década seguinte com a incorporação dos cursos superiores sob sua gerência pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, principalmente pela falta de recursos do Governo do Estado, a Fundação se vê obrigada a fazer uma reestruturação nas suas funções e a partir desse momento assume de forma mais eficiente as questões relacionadas à cultura. Inicia-se nesse período o trabalho de restauração de monumentos históricos que serão recuperados pela Instituição. Essa mudança ficou mais patente ainda com a criação do Centro de Desenvolvimento Cultural, que teria entre outras responsabilidades: operacionalizar o sistema estadual de bibliotecas; pela formação de assessoria técnica para garantir o funcionamento do Circo da Cultura; seria responsável também pela promoção de eventos culturais como encontros literários e folclóricos; e por fim pela realização de seminários com o objetivo de valorização do patrimônio histórico e artístico. Além dessas referidas funções, também ficava ao seu encargo a tarefa de coordenar projetos de restauração de monumentos em todo o Estado.

Em termos de ações viabilizadas pode-se citar a realização do Encontro de Mamulengos do Nordeste, a realização de concursos, exposições, com a entrega de prêmios nas categorias de pintura, literatura e poesia, e a implantação de algumas bibliotecas, tanto na capital, quanto no interior do Estado. Em se tratando dos planos de recuperação e de restauração de monumentos históricos pode-se citar entre estes: a restauração do Casarão de Antunes, da Casa Grande do Engenho Guaporé, em Ceará Mirim; o Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba; da Igreja de Acari; da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o a reforma da Biblioteca Câmara Cascudo. Além desses

2 Ainda nos primeiros anos de funcionamento da Fundação somaram-se às já citadas faculdades outras como a Faculdade de Sociologia e Política e a Escola Superior de Administração; Faziam parte da estrutura ainda o Curso de Língua Anglo-Germânica e o Centro de Estudos Afro- Asiáticos; além da Escolinha Cândido Portinari, demonstrando esse amplo caráter educacional que a mesma desempenhava.

trabalhos de restauração ainda é possível elencar outros realizados como: a restauração do Quartel General de Natal; as obras iniciais de um novo acesso ao Forte dos Reis Magos; a realização de equipamentos pertencentes à Igreja Católica, entre eles o Convento e a Igreja de Santo Antônio, a casa paroquial do Jardim do Seridó, a Igreja de Vila Flor e a capela de Cunhaú. Realizou também a restauração da cadeia pública de São Gonçalo, do Solar da Praça Pedro Velho, na cidade de Açu, além de outros monumentos por todo o Estado.

A década de 1980 além de ser marcada pelo aprofundamento na temática cultural, com a Fundação assumindo mais ainda seu papel de agente cultural no Estado do RN, será também a década em que os poderes constituídos, nesse caso o Governo do Estado, irá promulgar o Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981, que tem por objetivo regulamentar a Lei nº 4.775, de 03 de Outubro de 1978, que dispõe sobre proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado, e dá outras providências. A Lei nº 4.775, de 1978, informava em seu Artigo 1º que:

Constituem o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado os bens móveis situados em seu território que, por seu valor histórico, arqueológico, científico, cultural ou artístico, mereçam a proteção especial de poder público, nos termos do artigo 158, inciso III, da Constituição Estadual. (RIO GRANDE DO NORTE, 1978)

Ainda na sequência, no parágrafo 2 do referido artigo, complementava informando que “O disposto neste artigo aplica-se aos monumentos naturais, sítios e paisagens de singular beleza ou de interesse turístico, bem como a documentos, obras de arte, bibliotecas e outros bens cuja preservação seja de interesse público” (RIO GRANDE DO NORTE, 1978). Definia e dividia as competências relativas ao ato do tombamento, sendo este de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e Cultura em última instância, ficando o Conselho Estadual de Cultura na condição de órgão de consulta e a Fundação como órgão executor do processo. A lei entre outras coisas também definia o número de Livros de Tombos e esses deveriam ser em número de três, denominados: o Livro do Tombo Histórico, onde seriam inscritos os bens de interesse da História, da Etnografia e da Arqueologia; o Livro do Tombo Artístico, onde seriam inscritos os bens da Arte e da Literatura; e por fim, o Livro do Tombo Paisagístico, onde seriam inscritos os monumentos naturais, sítios e paisagens de singular beleza ou de interesse turístico.

O Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981, que regulamentava a Lei

nº 4.775, mantinha a ideia original de como se constituía o patrimônio português que deveria ser protegido e preservado, mantinha a quantidade de Livros de Tombos a serem usados para inscrição dos respectivos bens tombados pelo Estado, mantinha também as responsabilidades referentes ao ato do tombamento, porém definia de forma mais clara os papéis a serem desempenhados por cada um e no caso da Fundação, esta ficava responsável por receber o pedido de tombamento fosse de qualquer pessoa física ou jurídica ou poderia ela mesmo tomar a iniciativa do mesmo. Ela também seria responsável na condição de agente executor pela instrução do processo, onde constassem as necessárias informações a respeito da identificação do bem a ser tombado e quem seriam os possuidores de direitos sobre o mesmo e a realização pormenorizada de análise técnica acerca do valor histórico, artístico e cultural do bem, encaminhando-o para o Conselho Estadual de Cultura para confecção de parecer técnico.

O Decreto também definia quanto às necessárias autorizações para tombamento quando o bem pertencesse ao Estado (solicitação ao Governo do Estado) ou à União (solicitação ao IPHAN), ou seja, os bens públicos e quando os bens fossem de propriedade privada, seja de pessoa física ou jurídica, poderiam ser de forma amigável ou compulsória. Amigável como o próprio termo diz aconteceria quando o proprietário sugerisse o tombamento ou quando concordasse com o mesmo depois de receber a notificação sobre a referida possibilidade. Em oposto a isso, seria realizado de forma compulsória quando o proprietário após receber a notificação pela SEEC, através da FJA, em um prazo de 15 dias (corridos) a contar do recebimento da mesma, se mostra contrário a tal ato. Quando isso acontece a Fundação teria também o mesmo prazo para justificar o ato do tombamento e enviaria o processo ao Secretário para que em um prazo de 60 (sessenta) dias para tomar alguma decisão. Nesse período, o bem estaria em condição de tombamento provisório para que não fosse realizada nenhuma ação que descaracterizasse o mesmo.

Por fim e importante de mencionar no sentido de regulamentação da Lei nº 4.775, o Decreto informava que os bens inscritos nos livros de tombamento não poderiam, sem prévia autorização da Fundação, “ser demolidos, ressalvado o caso de ruína iminente, nem modificados, restaurados, pintados ou removidos” ou “para a prática de qualquer ato que, de alguma forma, altere a aparência do bem” (RIO GRANDE DO NORTE, 1981). Caberia também a FJA realizar, sempre que necessário, os procedimentos de fiscalização para atestar o bom estado de conservação e a inexistência de danos aos bens tombados, inclusive emitindo notificação aos proprietários e possuidores para a realização de reparos, restauração, entre outros. Ficava vedado ao proprietário se negar a permitir as vistorias e fiscalizações, incidindo em

multa quando ocorrido e em caso de recusa do mesmo para a realização do que foi indicado pela perícia, o Estado assumiria o ônus sendo obrigatoriamente ressarcido posteriormente, ou se o dito proprietário não possuir recursos para tal ato. Por fim, também seria exigida a prévia autorização “para fixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial, em imóvel tombado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1981)

Na esteira de ações para a preservação do patrimônio cultural potiguar e sua utilização de forma sustentável no desenvolvimento econômico do Estado via prática turística é que foi apresentado e concorreu ao edital público do Programa Monumenta/MinC, para o ano de 2006, o Projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos. A proposta foi organizada pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do RN – IGETUR, órgão pertencente à hierarquia administrativa estadual e após a seleção e a aprovação do mesmo, este passou a ser executado pela Fundação José Augusto. Os fundos para a realização das atividades previstas contaram com recursos provenientes do Programa Monumenta/MINC/UNESCO/BID (previsto no edital) e da contrapartida disponibilizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A Fundação coordenou e realizou, através de seus técnicos e com a colaboração de diversos interessados na área, o inventário, a catalogação, o cadastramento, a descrição técnica, a publicação, propondo não somente a publicação na formatação usual – impressa, como também a disponibilizou em novas mídias, do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Norte.

Os inventários produzidos foram divididos nas seguintes tipologias classificatórias: 1) Patrimônio Arquitetônico; 2) Patrimônio Museológico; 3) Patrimônio Sacro; 4) Patrimônio de Bens Móveis Integrados; 5) Patrimônio de Artes Visuais; e por fim, 6) Patrimônio Imaterial. Esses inventários tiveram suas informações disponibilizadas na íntegra (para aqueles que assim o desejassem, como pesquisadores sobre a temática) e também em formato de cartilhas, mapa e novas mídias, como forma de facilitar o acesso à informação sobre esses diversos bens ao turista e público em geral, bem como garantiu a disponibilização dos resultados do trabalho para os diversos órgãos públicos e privados de natureza turística, cultural, educacional e na área da justiça, buscando com isso garantir de forma real e sistemática o acompanhamento, no tocante ao lugar e às condições em que esses se encontram, atualização da lista dos bens materiais e imateriais que compõem o nosso patrimônio, e dessa forma possa se proceder o monitoramento, a fiscalização e a conservação do Patrimônio Cultural Potiguar.

Os inventários realizados constituem-se em uma série de informa-

ções sobre os bens patrimoniais de caráter material e imaterial, tais como: autor, escultor, material utilizado para a confecção, localização, guarda, condições em que se encontram, informações históricas e descritivas, características e caracterizações, datas de comemoração e de ritualísticas, tradições, festas, entre muitas outras, material esse, como já mencionado, serviram de base para a confecção das cartilhas.

Para além do trabalho de constituição dos inventários foram realizadas atividades de formação de arte educadores e de lideranças comunitárias. O IGTUR-RN, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no RN – FAPERN, planejou e executou o Projeto **Escola do Patrimônio Cultural Potiguar** (também com o objetivo de divulgação turística), em 2009, buscando capacitar, conforme IGTUR-RN (2009, p.05) “80 arte educadores, de escolas circunvizinhas aos sítios históricos mais importantes situados em Natal, no RGN, e 40 lideranças comunitárias destas mesmas áreas”. E para, além disso, informava no mesmo projeto que “o projeto de capacitação não se esgota neste primeiro desenho proposto. Já articulamos com a Secretaria da Educação e de Turismo do RN, ações futuras envolvendo professores: arte educadores, de história, de língua portuguesa, e guias turísticos, para idêntica capacitação”. (IGTUR-RN, 2009, p.05). O curso consistiu numa carga horário de 120 horas, onde foram trabalhados os conteúdos referentes à: a) patrimônio imaterial; b) patrimônio arquitetônico (sendo aí incluídos, os bens móveis); c) patrimônio museológico (sendo aí incluído o patrimônio sacro do Estado), além do estudo do conteúdo referente às artes plásticas, onde foram focalizadas a pintura e a escultura.

As cartilhas derivadas dos inventários foram confeccionadas em número de seis e denominadas: Coleção Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 01: Artes Visuais; Coleção Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 02: Patrimônio Sacro; Coleção Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 03: Patrimônio Museológico; Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 04: Patrimônio Arquitetônico; Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 05: Bens Móveis e Integrados, e por fim, Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 06: Patrimônio Imaterial. Publicadas no ano de 2006, o material produzido em parceria entre a Fundação José Augusto e IGETUR-RN, conforme ficha catalográfica, contavam com 12 páginas e foram feitas em cores, com textos dispostos em português, inglês e espanhol, trazendo informações sobre a cultura potiguar como bem frisa pequeno texto de abertura das cartilhas assinado pela então Governadora do Estado, Wilma de Faria:

O Projeto “Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos”, em gênese, nos lega, se não o exato, o mais aproximado mosaico da nossa cultura.

Ao sabermos mais de nós mesmos, do nosso patrimônio: arquitetônico, móvel, imaterial, museológico – com corte no sacro e nas artes visuais, – estamos também apresentando a todos os turistas e conterrâneos a nossa alma e as nossas raízes!

Viva o Patrimônio Potiguar! (FARIA, 2006, p. 01)

As atividades desempenhadas pela Fundação José Augusto, elevada à condição de Secretaria da Cultura ou ao menos sendo reservada à sua direção o caráter de secretário de estado, se mantiveram sempre no sentido de não só promover à cultura potiguar através do apoio à publicação de autores norte-rio-grandenses, de apoio a manifestações culturais, entre estas artes cênicas e artes plásticas, apoio à criação e manutenção de bibliotecas e seus acervos, como também proporcionar à memória e à história do Rio Grande do Norte através da manutenção, da conservação e da restauração de equipamentos culturais, ora com recursos próprios, ora com recursos assegurados via programas nacionais como foram às verbas oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – PAC das Cidades Históricas destinadas à restauração do Teatro Alberto Maranhão e da sua escola de dança, à restauração do Memorial Câmara Cascudo e à restauração do Museu Café Filho. Todas essas ações visam cumprir de forma profícua a missão que a Fundação se colocou e que consiste em:

[...] promover o desenvolvimento sócio-cultural e científico do Estado, mediante colaboração com o Poder Público. E lhe compete: estimular, desenvolver, difundir e documentar as atividades culturais do Estado; preparar pessoal para o desempenho de atividades prioritárias ao processo de desenvolvimento; desenvolver um plano editorial visando, sobretudo, a promoção do autor potiguar e nordestino; promover investigações científicas em todos os campos de conhecimento; promover a restauração, conservação e manutenção de monumentos históricos e artísticos do Estado; promover a manutenção e documentação dos bens culturais móveis e imóveis do Estado e, desenvolver um programa de bibliotecas públicas em todos os municípios do Estado. (Disponível em: <<http://www.cultura.rn.gov.br/>>, 2018)

3.1 Os Equipamentos Culturais

Como citado anteriormente os equipamentos culturais aqui apresentados: o Museu Arte Sacra, o Museu Café Filho, a Fortaleza dos Reis Magos, a Pinacoteca Potiguar, o Museu da Rampa, são geridos pela Fundação José Augusto e podem ser considerados equipamentos turísticos, princi-

palmente por fazerem parte de itinerários ou roteiros turísticos, necessariamente não formais, por uma falta de maior investimento nessa perspectiva, porém contribuem para proporcionar o contar da história do Estado.

A) Museu Arte Sacra:



Figura 01: Museu de Arte Sacra, Igreja do Galo e Convento Santo Antônio.

Fonte: Acervo pessoal / Figura 02: Primeira Sala do Museu de Arte Sacra

Fonte: www.skyscrapercity.com / Figura 03: Entrada Principal do Museu de Arte Sacra. Fonte: Acervo pessoal / Figura 04: Acervo do Museu de Arte Sacra em exposição. Fonte: www.profciriosimon.blogspot.com

O Museu de Arte Sacra do RN está localizado a Rua Santo Antônio, S/N, na Cidade Alta, teve sua criação na data de 21 de dezembro de 1988 e foi instalado nas dependências da Igreja Santo Antônio compondo com este um conjunto bastante peculiar, contando ainda com o Convento. Tem por objetivo recolher, inventariar e expor objetos de arte religiosa do Estado, cujo patrimônio, pela sua qualidade e importância histórica, merece ser preservado. Reúne um acervo rico com imagens dos séculos XVII ao XX, além de pinturas, alfaías, mobiliário, ourivesaria e prataria utilizados na realização do culto religioso. Contém, ainda, imagens e oratórios de camarinha, como mostra da devoção doméstica. O templo em que o museu se encontra localizado e que com sua ornamentação compõem com este uma espécie de conjunto foi considerado por Oswaldo de Souza³ entre os que

³ Oswaldo Câmara de Souza nasceu em 1905 na cidade do Natal, vindo a falecer na mesma cidade em 1995. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de Pernambuco, porém após três anos transferiu o curso para o Rio de Janeiro no intuito de cursar música, obtendo o diploma na Escola Nacional de Música, em 1932. Foi professor de piano e enveredou pela composição

existiam, o melhor dos templos católicos em terra potiguar quando do seu retorno a Natal. Afinal nas palavras do conservador **“essa igreja apresenta uma certa harmonia de concepção, que muito a destaca entre os monumentos religiosos da capital”** (SOUZA, 1981, p. 163). Composto pela Igreja e pelo Convento e teve a conclusão de sua construção datada de 1799. Funcionando aí por um bom tempo o Colégio Diocesano Santo Antônio.

B) Memorial Câmara Cascudo:



Figura 05: Memorial Câmara Cascuda. Fonte: Acervo pessoal /

Figura 06: Memorial Câmara Cascuda – Reinauguração.

Fonte: Canindé Soares

Criado em 10 de fevereiro de 1987, teve por objetivo de homenagear o maior nome intelectual do Estado. O prédio foi construído em fins do século XVIII, abrigando primeiramente os serviços administrativos da Fazenda Real. Reconstruído em 1875, serviu a partir de 1922 de Delegacia Fiscal. Serviu de sede do “Quartel General da 7ª. R. M.”, em Natal, até 1977. O prédio, em estilo neoclássico, foi construído em dois pavimentos, conta no térreo com um museu com temas ligados ao folclore e à cultura popular, funcionando aí também um Atelier de Artes Plásticas e no andar superior existe um auditório para 200 pessoas. Foi tombado a nível estadual em 24 de agosto de 1989, não somente pelo papel que teve na condição de Provedoria Real, Fazenda Real ou Real Erário, mas também por ter sido palco de acontecimentos históricos de importância nacional, como o Movimento Republicano de 1817.

musical, carreira que lhe rendeu fama nacional e internacional, convivendo com artistas como Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth. Modernista, além dos trabalhos de composição também dedicou-se à preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, não só rio-norte-grandense, pois teve atuação em outros lugares a exemplo do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas (composto pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento da Companhia de Jesus) em Embu das Artes em São Paulo. Empreendeu inúmeras pesquisas folclóricas buscando colher material como músicas, modinhas, casos, poemas, danças populares etc. Retornou a Natal em 1961 para assumir atividade no IPHAN, aposentando-se em 1974.

Foi entregue restaurado em 13 de agosto de 2018 pelo Governo do Estado com obras no valor de R\$ 300 mil, financiada pelo banco Mundial, tendo por objetivo promover e ampliar os equipamentos culturais do Estado, imprescindíveis para preservação da cultura e fomentação do turismo potiguar. Foram feitos reparos/obras nas suas instalações hidráulicas e elétricas renovadas, bem como os revestimentos, esquadrias e pintura.

C) Museu Café Filho:



Figura 07: Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal / Figura 08: Sala de exposição do Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal / Figura 09: Sala de exposição do Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal. / Figura 10: Mamulengos em exposição no Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal.

O Sobradinho da Rua da Conceição, 601 - Cidade Alta é o último remanescente da arquitetura civil colonial dentro do chamado sítio histórico da cidade. Primeira construção assobradada da capital, foi mandada construir pelo Capitão-mor José Alexandre Gomes de Melo. Na década de 1920 passou a abrigar o Sindicato Geral dos Trabalhadores, cujo presidente Café Filho, tornou-se Presidente da República, em 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas. Oswaldo de Souza instalou nesse edifício o Museu do Sobradinho (sendo seu diretor) com a realização de exposições a exemplos da Exposição de Arte Sacra e de Rendas e Labirintos do Nordeste.

O prédio foi recentemente restaurado e conta atualmente com a Exposição do Acervo do Colecionador Francisco Francinildo. Em visita recente ao museu obtivemos a informação de que o acervo documental e iconográfico sobre Café Filho, incluindo fotos de suas viagens e de suas campanhas, bem como sua biblioteca particular e de parte do mobiliário de sua residência, oriunda de sua casa na cidade do Rio de Janeiro, encontram-se em processo de restauro e recatálogo para a construção de uma exposição permanente no museu.

D)Pinacoteca Potiguar:



Figura 11: Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal / Figura 12: Escadaria da Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal. / Figura 13: Fundo da Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal / Figura 14: Sala de Exposição da Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal

O prédio teve sua construção entre os anos de 1866 e 1873, e é considerado o exemplar com a maior expressão da arquitetura neoclássica em Natal. É interessante ressaltar que por esse motivo e pelo trabalho de Oswaldo de Souza é que ocorreu o tombamento do edifício pelo IPHAN na década de 1960, já que esta não era uma prática muito comum do Instituto, a julgar que suas preservações, na maioria dos casos, pesavam sobre os exemplares barrocos e modernos. Abrigou a Assembleia Legislativa e a Tesouraria Provincial, posteriormente foi denominado de Palácio Potengi e também abrigou a sede do Governo.

A atual Pinacoteca do Rio Grande do Norte já foi o Palácio do Governo e é a maior expressão da arquitetura neoclássica em Natal. Inaugurado em 1873, o governador Alberto Maranhão, transformou-o em 1902 na sede do Governo Estadual. Permaneceu como centro da vida política do RN até 1995. Atualmente é um importante centro cultural, com exposições permanentes das obras mais relevantes do acervo da Pinacoteca Potiguar. Constitui-se no principal responsável pela guarda e manutenção do acervo pertencente ao Governo estadual tendo entre as suas principais obras pintores como: Volpi, Tarsila do Amaral, Cícero Dias, entre outros e de artistas potiguar como: Maria do Santíssimo, Newton Navarro, Dorian Gray e Abraham Palatnik.

No intuito de incrementar e criar mais atrativos para a construção do roteiro turístico abarcando os equipamentos elencado anteriormente podemos incluir no mesmo os três exemplares de arquitetura barroco-religiosa que se encontram nas imediações. A Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo), a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (antiga Catedral) e a

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



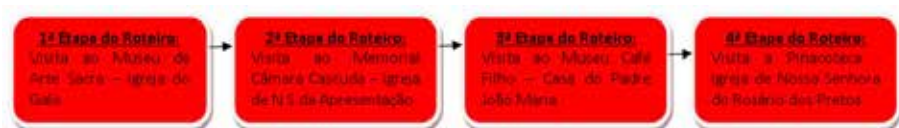
Figura 15: Igreja de Santo Antonio (Igreja do Galo). Fonte: Acervo pessoal / Figura 16: Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Fonte: Acervo pessoal / Figura 17: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Fonte: Acervo pessoal

É possível também incluir nesse roteiro a Casa do Padre João Maria (conhecido como o Santo de Natal e em processo de beatificação pelo Vaticano). A casa encontra-se localizada na Rua da Conceição, número 630 (ao lado do Museu Café Filho) e já abrigou a antiga sede do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também foi moradia do Padre João Maria, pároco da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação e figura de destaque na cidade do Natal.



Figura 18: Casa do Padre João Maria – Antiga Sede do IPHAN
Fonte: Acervo pessoal

Diagrama 02 – Sequência de Visitação – Roteiro Prédios Históricos – Cidade Alta



Fonte: Elaboração própria do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Rio Grande do Norte conta atualmente com um litoral com uma extensão de 410 km representado por uma série de praias já famosas internacionalmente e nacionalmente a exemplo de Pipa, Praia do Madero e Barra do Cunhaú no litoral Sul, Genipabu, Galinhos e Maracajaú no litoral Norte, além é claro da Praia de Ponta Negra na cidade do Natal, local de referência para turistas vindos dos mais variados lugares do mundo a exemplo da Europa e do Brasil, o que tem favorecido a um turismo na vertente Sol e Mar muito forte. Não nos cabe aqui questionar os números tanto de turistas que visitam esses lugares ou a quantidade de investimentos que são dirigidos a essa forma de turismo. Porém gostaríamos de afirmar que também se faz necessário diversificar essa prática. Nesse sentido investir para desenvolver a prática do turismo cultural é bastante salutar.

Pois bem, desenvolver a prática do turismo cultural significa a necessidade não só de aumento nos recursos para a área, na perspectiva de ampliar acervos, promover a restauração/conservação de equipamentos, propiciar locomoção e cachês para grupos culturais que se apresentem, assim como figurino e indumentária dos mesmos, bem como condições para a manutenção das manifestações culturais, mas também reconhecer a importância desses patrimônios materiais e imateriais, para o contar e o problematizar da história, para a problematização ou manutenção da memória, das práticas de sociabilidade, das formas de reconhecimento e de identidade. Por vezes significa também a necessidade de se repensar o papel desempenhado pelos equipamentos histórico-culturais existentes no sentido de um melhor aproveitamento dos mesmos. Isso significa investir em propaganda dos mesmos, incluindo aí a produção de material de divulgação sejam na forma de propaganda televisiva, pela internet, ou até mesmo folders apresentando acervos e exposições, garantir equipes atuantes e atualizadas quanto a formas de exposição e de repassar de informações, realização de convênios com Universidades para a prática de estágios formais para o pessoal de licenciatura e de alguns bacharelados (como o caso de Turismo, Museologia, Arquitetura, entre outros), garantir a abertura dos equipamentos na forma em que o mesmo é divulgado e também as suas reais formas de funcionamento, como por exemplo, segurança e higiene.

As ações elencadas anteriormente podem significar um maior uso dos equipamentos histórico-culturais pelas comunidades aos quais os mesmos pertencem e isso pode inclusive garantir uma das melhores formas de propaganda que pode existir, aquela que se configura através da forma boca-a-boca. Uma propaganda que fideliza, se positiva, e que pode garantir a indicação dos lugares a familiares e amigos, da mesma forma que, no caso dos turistas, pode garantir a visita indicada por aqueles que já experimentaram tal ação a aqueles que querem conhecer coisas novas e buscam fazê-lo quando viajam. As pessoas quando viajam e se propõem a reconhecer o outro e as peculiaridades que compõem a vida do outro estão dispostas a olhar os objetos, as realizações, as práticas culturais, o cotidiano materializado no viver das mesmas. Estão dispostas a conhecer os itinerários culturais constituídos e ver as paisagens culturais criadas na interação entre os homens e os lugares em que os mesmos vivem.

Especificamente, porém bastante relacionado com o que estamos discutindo nessas considerações finais e ao longo do texto, gostaríamos de pensar a respeito do papel que vem sendo desempenhado pela Fundação José Augusto e sua gerência sobre os citados equipamentos histórico-culturais. A FJA como toda instituição pública na área da cultura e o que daí se deriva vem funcionando atendendo aos diversos interesses políticos, ora de forma mais democrática ou na maioria das vezes sempre sujeita às vontades de uma determinada elite e da sua concepção do que seria cultura. Não que determinadas manifestações culturais⁴ elitizadas a princípio possam não parecer importantes, porém estas não podem ser escolhidas como únicas ou mais significativas que as demais. Isso se refere também ao peso que podem ter instituições museais como o Museu de Arte Sacra, a Pinacoteca, o Museu Café Filho, o Memorial Câmara Cascudo entre outros (a exemplo do futuro Museu da Rampa), como lugares de aprendizagem não formal, seja para os natalenses, seja para aqueles que se direcionam a cidade na condição de turistas e também buscam conhecer as histórias sobre a mesma. Faz-se preciso repensar o papel dessas instituições no sentido de aproximá-las mais dos diversos públicos reais e potenciais.

Repensar a função desses equipamentos histórico-culturais, sincronizando ações positivas de educação em lugares não formais com a necessidade de incluir novos e potenciais públicos pode ser feito através da roteirização turística-cultural desses equipamentos observando-se aquelas preocupações em relação ao marketing e a divulgação dos mesmos, o funcionamento correto, entre outras, para o bom desempenho das atividades e o atendimento aos mais diversos públicos e entre estes os turistas. Esse

4 Como o Ballet da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão, instituição também gerida pela Fundação.

trabalho inicia uma discussão e esperamos poder concluí-la com trabalhos subsequentes que pensem a viabilidade prática do roteiro aqui proposto e da possibilidade de se pensar novas propostas que utilizem/roteirizem também o patrimônio cultural imaterial da cidade do Natal que é bastante rico e diversificado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Carta do Turismo Nacional – 1976 – ICOMOS*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, [s.d.].
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico*. Brasília: Coordenação Geral de Regionalização, 2007.
- FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Disponível em: <<http://www.cultura.rn.gov.br/>> Acesso em: 08 maio 2018.
- IGTUR-RN (2009). *Patrimônio Cultura Potiguar: Escola do Patrimônio. Relatório Final*. Natal: IGTUR-RN.
- JORNAL TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-assina-adesao-ao-sistema-nacional-de-cultura/216639>>. Acesso em: 09 maio 2018
- MAIA, Isaura Amélia de Sousa Rosado; MAIA, Trícia Rosado (Orgs.). *Patrimônio Arquitetônico*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Patrimônio Imaterial*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Patrimônio Museológico*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Bens móveis e integrados*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Artes visuais*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Patrimônio Sacro*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)*. São Paulo: Tese de Doutorado PPGH/PUC-SP, 2016.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

HABITAÇÃO COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E RESGATE DOS CENTROS HISTÓRICOS: PROPOSTA PARA O EDIFÍCIO CAUDURO EM SANTA MARIA – RS

HOUSING AS A FORM OF PROPERTY PRESERVATION AND RESCUE OF HISTORIC CENTERS: PROPOSAL FOR THE CAUDURO BUILDING IN SANTA MARIA - RS

Renata Dalla Porta Fraga¹

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes²

RESUMO

A presente pesquisa aborda uma proposta de reabilitação do Edifício Cauduro em Santa Maria – RS para moradia através do conceito contemporâneo de *coliving*³. Por meio da pesquisa bibliográfica documental e pesquisa de campo, buscou-se embasamento para a proposta de reutilização do patrimônio. O edifício em questão foi construído na década de 1930 como exemplar do *Art Déco* e, apesar de sua importância histórica e arquitetônica, encontra-se abandonado há mais de 20 anos em uma localização emblemática no centro histórico. A proposta projetual visa à apresentação de uma alternativa que enfatiza a permanência do patrimônio de forma a gerar benefícios econômicos ao seu proprietário, mas principalmente preservar a história da cidade e proporcionar espaços de qualidade para a população seja no edifício ou no seu entorno urbano. No contexto urbano, com o contínuo abandono dos centros históricos no país e a expansão urbana desenfreada que cria e amplia cada vez mais sua periferia, torna-se evidente também a relevância de garantir a reocupação e reivindicação da área central da cidade, não somente como documentação histórica, mas como zona urbana privilegiada para habitação.

Palavras-Chave: Patrimônio. Reabilitação. Centros Históricos. Habitação.

ABSTRACT

The present research addresses a proposal of refurbishment of the Cauduro Building in Santa Maria – RS for housing through the contemporary concept of coliving. By means of bibliographical and field research, we sought to support the proposal of reuse of the heritage. The building was built in the 1930 as an exemplary of Art Déco and despite its historical and architectural importance, has been abandoned for over 20 years in a representative location in the historic center. The proposed project aims to present an alternative that emphasizes the permanence of heritage in order to generate economic benefits to its owner, but most importantly to preserve the history of the city and to provide quality spaces for the population

1 Graduanda, Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFSM

2 Orientador - Doutor, Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFSM

3 Conceito contemporâneo de moradia, em tradução livre significa convivência ou vivência em conjunto na coabitação de espaços.

either in the building or in its urban surroundings. In the urban context, with the continuous abandonment of historical centers in the country and the unbridled urban sprawl that increasingly creates and broadens its periphery, the importance of ensuring the reoccupation and reclaim of the central area of the city becomes evident, not only as historical documentation, but also as a privileged urban area for housing.

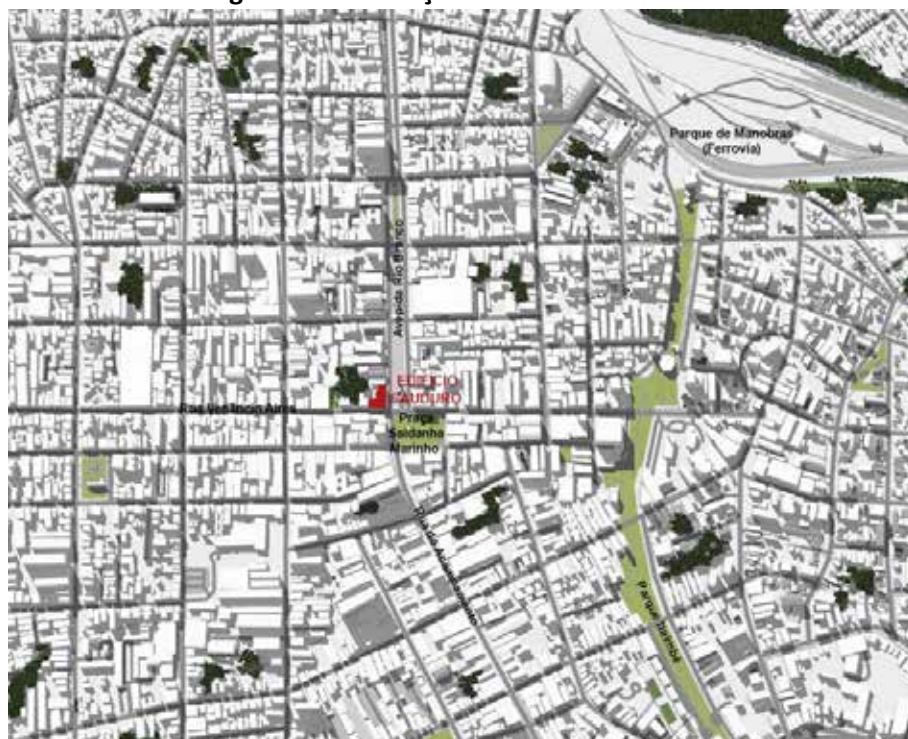
Keywords: *Heritage. Refurbishmen. Historical Centers. Housing.*

INTRODUÇÃO

Santa Maria, localizada no coração do Rio Grande do Sul, é a quinta cidade mais populosa do estado (IBGE, 2010) e a maior de sua região. Sua história é fortemente marcada pela chegada da ferrovia e pelo desenvolvimento ocasionado pela mesma. Na época a cidade chegou a ser considerada o mais importante centro ferroviário gaúcho devido a sua localização central e à presença da sede da companhia belga responsável pela rede ferroviária estadual. A maior concentração populacional se dava no eixo Rua Acampamento e Avenida Progresso (atual Avenida Rio Branco), que se consolidou por conectar o centro urbano à estação férrea e pela presença da Igreja Matriz. Na Avenida Progresso era possível observar o desenvolvimento ocasionado pela ferrovia devido ao surgimento de várias atividades de comércio e serviço, entre elas hotéis, restaurantes, lojas de vestuário, entre outras (FACCIN, 2012).

Abandonado há mais de 20 anos, o Edifício Cauduro, que abrigou o antigo Hotel Jantzen, está localizado na área central da cidade de Santa Maria (Figura 1), no eixo histórico de desenvolvimento da cidade. A edificação possui valor histórico e arquitetônico como importante exemplar do estilo *Art Déco*, construído no fim dos anos 1930, num contexto de plena expansão da cidade. Porém, apesar de fazer parte do patrimônio cultural da cidade e do imaginário urbano coletivo, encontra-se desocupada e degradada (GRASSI; COELHO, 2008).

Figura 1 - Localização do Edifício Cauduro.



Fonte: Adaptado de Demo F4 Map.

Ao mesmo tempo, a região central da cidade, apesar de sua infraestrutura consolidada, sofre com depredações contínuas e certo descaso do poder público. Essa tendência observada nos centros históricos de muitas cidades do Brasil, agravando-se no caso das metrópoles, provém da expansão urbana para as periferias e da transferência dos investimentos do mercado imobiliário e empresarial para outras partes da cidade, onde surgem novos “centros”. Assim, os antigos centros, locais que originaram as cidades, sofrem com um esvaziamento da população residente do bairro, o qual passa a oferecer predominantemente funções de comércio e serviços. Associado ao esvaziamento do bairro em si, ocorre também o abandono de muitas edificações de importância histórica e interesse patrimonial, que atualmente se encontram sofrendo ações do tempo, vandalismos, falta de manutenção e de investimentos – fatores que, combinados e recorrentes, podem resultar até mesmo na ruína do edifício e perda de sua memória histórica.

A partir dessas considerações surge o questionamento: como requalificar um edifício parte do patrimônio municipal de forma que este também reinsira a habitação no centro histórico como equilíbrio de fun-

ções urbanas e adaptada às necessidades contemporâneas?

A presente pesquisa, parte do Trabalho Final de Graduação atualmente em desenvolvimento, então, vem no sentido de procurar respostas à questão, apresentar um panorama histórico da cidade e do edifício, estudar conceitos e obras de referência, além de caracterizar o entorno. Dessa forma, ao fim apresenta resultados sobre a pertinência e viabilidade da proposta de reabilitação pretendida, que serve como base para o projeto arquitetônico a ser elaborado.

1 Patrimônio e cidade: os centros históricos

A palavra patrimônio, conforme Choay (2006, p. 11), “estava, na origem ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. A partir de uma análise etimológica do vocábulo, pode também ser entendida como a transmissão do legado de uma geração para outra. Dos saberes e tradições, expressões genuínas de um grupo social, fazem parte também as edificações, uma vez que estas também são elementos capazes de transmitir caracteres culturais. A atribuição do sentido de patrimônio a uma edificação confirma a importância dela no contexto social, sejam os valores atribuídos a este bem estéticos, de relevância histórica ou devido a sua técnica construtiva (SILVA, 2015).

Conforme Salcedo (2007 apud SALCEDO et. al., 2015), os centros históricos representam principalmente o traçado inicial da cidade, são estruturas urbanas e arquitetônicas que expressam as manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, das formações sociais dos diferentes períodos históricos, vestígios dessas expressões materializadas no espaço se apresentam como testemunhos de civilizações do passado:

A cidade se constrói como espaço onde coexistem presente e passado, em constante significação; suas edificações acabam sendo elementos não só de memória, mas também de identidade social e de percepção de relações sociais, culturais e econômicas. O patrimônio enquanto trajetória de um espaço, geralmente se configura em um conjunto de edificações localizadas nos centros históricos, área onde originam-se as formações urbanas. (SILVA, 2015, p.16).

Considerar a cidade como arquitetura, conforme Rossi (1982), significa reconhecer a importância da arquitetura como disciplina dotada de autonomia e como união entre o passado e o presente. A partir de um ponto de vista urbano, a arquitetura não desaparece, ao contrário, adquire uma

escala que confere novos significados em sua constituição como fato urbano (ROSSI, 1982, p. 41).

A estruturação das cidades brasileiras, como conjunto de bens arquitetônicos construídos sob condições históricas, culturais e econômicas diversas, está relacionada a movimentos de produção habitacional que estimulam produção de unidades em novos espaços e ampliam as fronteiras urbanas, porém muitas edificações são deixadas para trás na cidade precedente. Essa urbanização centrífuga, do centro à periferia, corrobora para uma relativa “obsolescência imobiliária” das áreas históricas (BERNARDINO; LACERDA, 2015).

Segundo Guzmán (2003), muitas cidades latino-americanas viram, nas últimas décadas, as áreas centrais de suas cidades se transformarem de “centros de vida e diversidade” para “centros de conflitos, exclusão e pobreza”. A separação funcional dos centros históricos iniciou com as primeiras reformas de cunho higienista realizadas a partir do fim do século XX, reforçadas por ideias modernistas de pensar e separar a cidade de acordo com funções para a renovação do tecido urbano. Já nos anos 1960, Jane Jacobs criticava esse planejamento urbano extremamente funcionalista, demonstrando que dividir a cidade em seus usos principais ao invés de combiná-los serve para criar áreas apagadas. Isso pode ser observado principalmente nos centros urbanos que, ao serem vistos como inapropriados para habitação e destinados a funções administrativas, de comércio e serviços, tiveram sua população drasticamente reduzida. Conforme Jacobs, “o centro urbano, ao se deslocar, sempre deixa pra trás [...] bolsões constituídos praticamente de vazios” (2003, p. 274).

No Brasil, essas reformas urbanas pretendiam criar uma imagem de progresso e modernidade, visando “afastar o fantasma da presença da escravidão recente, deslocando populações pobres de áreas centrais, e recuperar espaços para o mercado imobiliário” (MARICATO, 2009, p. 34). Porém essa lógica de investimentos imobiliários no centro não acompanhou a expansão da cidade, destacando-se que não somente a população com menor poder aquisitivo deslocou-se em direção à periferia, mas também a população mais abastada em busca de “novas centralidades”, em novos lugares valorizados pelo setor imobiliário e incorporadoras que visavam lucro sobre novas construções (MARICATO, 2000).

Em Santa Maria, município do interior do estado do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento e expansão da cidade foi fortemente influenciado pelo apogeu e também pelo declínio do período ferroviário. O centro histórico desenvolveu-se com a chegada da ferrovia em 1884, e expandiu-se no eixo de conexão com a estação férrea (FACCIN, 2012, p. 04). O declínio da

ferrovia, somado a implantação de novos equipamentos como a Base Aérea e a Universidade Federal de Santa Maria no bairro Camobi, distante aproximadamente 10 km a Leste do centro consolidado, ocasionou a formação de uma nova zona de atração populacional, contribuindo para a dispersão do contingente social e econômico, bem como a paulatina degradação do centro histórico (FACCIN, 2014, p. 49).

É na descrição de Rolnik (2006) a seguir que se pode enquadrar o edifício Cauduro (Figura 2):

Edifícios antigos – alguns testemunhos do esplendor de outros tempos – em ruínas [...]; praças e calçadas maltratadas: esta paisagem se repete em quase todas as grandes cidades brasileiras. [...] os antigos centros das classes abastadas [...] são hoje territórios populares numa condição física precária, tanto dos imóveis privados como dos espaços públicos.

Figura 2 - Edifício Cauduro, na década de 1960 (A) e em 1998 (B).



Fonte: Acervo Digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Testemunho do auge da ferrovia e do recebimento de viajantes de diversas localidades do estado e do país, a edificação foi construída no fim dos anos 1930, recebendo o nome em homenagem a seu primeiro proprietário, José Cauduro, e foi alugada ao grande empresário do ramo hoteleiro, Sílvio Jantzen. Entre os anos de 1940 e 1970 foi um dos mais importantes estabelecimentos hoteleiros da cidade, o Hotel Jantzen, mas em 1994 fechou suas portas, e desde então encontra-se desocupado, com exceção de seu térreo comercial, em uma das esquinas mais imponentes do centro histórico de Santa Maria (GRASSI; COELHO 2008).

Segundo Rocha (2010):

Quando olhamos para as arquiteturas dos abandonos o roteiro da cidade se altera, muda o ângulo de visão e novos atores se descortinam aos olhos do espectador, mesmo que

momentaneamente, tirando-os do automatismo cotidiano, arquitetura, sujeito e pensamento. As imagens da cidade se modificam e aceleram”. (ROCHA, 2010, p. 79).

Nesse sentido, o projeto vêm ao encontro da necessidade de resgatar do abandono um espaço que faz parte do imaginário urbano, fazendo com que o edifício Cauduro, em questão, se aproxime dos cidadãos e estes desenvolvam laços com o patrimônio de sua cidade e contribuam para sua conservação, de forma a transformar, assim, um “lugar de abandono” em espaço de convívio e compartilhamento para servir à comunidade.

2 O resgate da habitação nos centros históricos

Ao escolher o tema da intervenção no edifício Cauduro, observou-se as condições para a diversidade urbana defendidas por Jane Jacobs (2003, p. 165) como indispensáveis para potencializar distritos urbanos: os distritos devem atender a mais de uma função principal; deve-se combinar edifícios com idades e estados de conservação variáveis, incluindo boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado; e deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, incluindo alta concentração de pessoas cujo foco é moradia. Alta densidade, porém, não deve ser confundida com superlotação dos espaços internos das residências, afinal “a diversidade e a atração que exerce ocorrem junto com condições de vida adequadas quando há moradias suficientes para um número apropriado de pessoas” (JACOBS, 2003, p. 229).

A diversificação de funções em centros urbanos é necessária para quebrar com a monotonia da homogeneidade e equilibrar a presença de pessoas nas ruas em diferentes horários, gerando, assim, vitalidade, principalmente nos períodos considerados críticos: à noite e aos fins de semana. Assim, é importante associar locais de trabalho, comércio e/ou serviços a locais de moradia, uma vez que essas pessoas permanecem e circulam enquanto àqueles que são apenas trabalhadores já não estão mais no bairro. Além disso, a inserção de algo que atraia novo público deve também ser atraente para as pessoas que ali trabalham, não podendo incomodá-las ou afugentá-las (JACOBS, 2003, p. 173).

Quanto aos edifícios antigos, segundo Jacobs (2003, p. 209), estes muitas vezes apresentam-se como condições viáveis economicamente em comparação a novas construções:

O tempo transforma os prédios de alto custo de uma geração em pechinchas na geração seguinte. O tempo salda o

valor inicial do dinheiro investido, e essa depreciação pode refletir-se nos rendimentos que se esperam de um edifício. O tempo torna obsoletas certas estruturas para certos empreendimentos, e elas passam a servir a outros. (JACOBS, 2003, p. 209).

Aldo Rossi (1982, p. 155) reafirma alguns desses conceitos ao julgar importante a combinação de três funções principais – residencial, atividades fixas e circulação – como núcleos de agregação para áreas residenciais. Por atividades fixas, ele refere-se a edifícios públicos e comerciais, universidades, escolas, hospitais, dentre outras; e define a habitação como característica mais dinâmica participante do complexo sistema de cidade.

Ao escolher reabilitar por meio de habitação, deve-se ter em conta que morar num patrimônio histórico requer uma grande responsabilidade de manutenção e de perpetuação para que isso chegue inteiro até as gerações futuras, por tanto, as relações entre os moradores e esses patrimônios são de extrema importância no sentido do vínculo afetivo que elas têm do patrimônio que é tanto particular como público e histórico (LUCREDI; SALCEDO, 2017).

3 Coliving e a evolução do conceito de habitação

A habitação é um conceito amplo que não se limita apenas a unidade de moradia, mas também se estende aos equipamentos oferecidos no bairro (LUCREDI; SALCEDO, 2017). A habitação envolve intrinsecamente o homem, seu habitante, e as relações que este desenvolve com seu local de moradia, sendo desejável para uma relação de identidade a existência do conceito de habitabilidade:

[...] habitabilidade existe quando “morar” ou “habitar” é o modo no qual se experimenta o “sentir-se em casa”, ou seja, é uma relação experimental entre o homem e a sua casa. Morar sinônimo de habitar, é de fundamental característica do homem como ser-no-mundo: é mais do que estar sob um abrigo, é estar enraizado num lugar seguro e pertencer àquele lugar. Assim, a edificação que o homem habita, seja habitando para residir, estudar, divertir ou trabalhar, deve possibilitar que a relação com o “morar” ocorra plenamente experimentada. (RIFRANO, 2006, p. 63-64 apud LUCREDI; SALCEDO, 2017).

Dentro do amplo conceito de habitação, pode-se ressaltar o ato de viver em comunidade que acompanha o ser humano desde os primórdios.

A convivência entre tribos e clãs foi gradativamente sendo adaptada à vida urbana, aumento populacional e de densidade demográfica. Surge então a necessidade de construções de habitações particulares para construção também da identidade das famílias e grupos sociais menores.

Contemporaneamente, porém, a crise da falta de espaços físicos associada aos altos gastos das moradias particulares culmina na manifestação de uma tipologia alternativa de moradia compartilhada: o *coliving*.

Embora seja considerado um conceito atual, suas origens remontam à década de 1970, com o primeiro projeto de *cohousing* do mundo, uma comunidade com 35 famílias, a Sættemdammen na Dinamarca. A ideia inicial era manter as moradias privadas separadas, mas compartilhar espaços de convivência e atividades como refeições e limpeza, visando estimular o melhor relacionamento entre vizinhos. A partir desse modelo de habitação, em 1988 o arquiteto norte-americano Charles Durrett levou a filosofia para empreendimentos nos Estados Unidos e defende o convívio compartilhado como elemento necessário para uma sociedade sustentável (WIKIHAUS, 2016).

Porém, considerando a história recente da arquitetura, ou seja, do último século, o conceito de compartilhar funções em um mesmo edifício não é exatamente novo. A tipologia dos edifícios-cidades do modernismo surge como a mais próxima ao conceito de compartilhamento que se aplica também ao *coliving*.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma demanda de reconstruir rapidamente as cidades europeias devastadas, com principal enfoque nas habitações. Devido ao grande número de desabrigados a que se devia atender, desenvolveu-se um conceito de habitações mínimas. Para suprir a carência dos apartamentos com área reduzida, os edifícios ofereciam espaços compartilhados como lavanderias, cozinhas, salas comunitárias, salões de festas, entre outros (FARIAS; PEREIRA; SANTIAGO, 2018).

O que era uma demanda urgente do pós-guerra, porém, foi expandido pelo movimento moderno, que transformou essa tipologia de habitação (edifícios verticais com usos variados) em um conceito utópico de futuro: o principal exemplo disso é a *Unité d'Habitation* de Marselha, concluído em 1952, projeto do arquiteto Le Corbusier. O modernismo almejava um futuro em que cada edifício funcionasse de forma autossuficiente, como uma cidade autônoma, concentrando todas as atividades necessárias para a vida em um só local. No Brasil, alguns edifícios como o Conjunto JK, em Belo Horizonte, e o Conjunto Nacional, em São Paulo, seguiram esse conceito, oferecendo uma infinidade de serviços compartilhados, incluindo até mesmo museu, teatro, boate, quadra de esportes, centro comercial, padaria,

açougue, bares e restaurantes (FARIAS; PEREIRA; SANTIAGO, 2018). Essa oferta excessiva de funções corresponde à expressão das ideias contidas na Carta de Atenas, que buscava novas formas e práticas sociais de viver coletivamente, articulando todas as funções básicas (habitação, lazer, trabalho e circulação) em um mesmo lugar (FIGUEROA, 2006).

Apesar da idealização de futuro que esse tipo de edifício propunha, eles proporcionavam grande isolamento, além de um afastamento da cidade como local de encontro e da vida urbana em si, uma vez que as pessoas trabalhavam, faziam compras e tinham momentos de lazer no mesmo lugar em que moravam, sem sair do edifício.

O *coliving* ou *cohousing* pode ser um antídoto para esse isolamento, segundo a arquiteta Grace Kim (2017). Estudos feitos pela Brigham Young University, em 2015, sobre solidão e sua influência na saúde demonstraram um aumento significativo no risco de morte prematura, por doenças cardíacas ou acidente vascular cerebral, de pessoas que vivem em isolamento; além disso, o US Surgeon General, que coordena o serviço de saúde pública dos Estados Unidos, declarou isolamento como uma “epidemia da saúde pública” (KIM, 2017).

O *coliving* se apresenta como leitura da cidade contrária ao conceito de isolamento presente até mesmo dos condomínios residenciais contemporâneos. O conceito de compartilhamento defendido pelo *coliving* se reflete até mesmo na inserção dos edifícios, de forma integrada com a cidade, com serviços compartilhados que atendam não somente aos seus moradores, mas, muitas vezes, também aos vizinhos, criando uma rede colaborativa entre edifícios e cidade, sem a pretensão modernista de resolver tudo em um único edifício: “compartilhar os recursos já existentes na cidade é mais importante e sustentável do que criar uma infinidade de novos recursos” (FARIAS; PEREIRA; SANTIAGO, 2018).

Em sua palestra, Kim (2017) indica o termo *communitas*, vocábulo em latim utilizado pelas ciências sociais, como um indicador da eficiência de um *coliving*: uma forma de “medir” os níveis do espírito de comunidade. Segundo a arquiteta, esse nível se relaciona aos espaços coletivos que apoiam a vida cotidiana, e sofre influência pela localização e escala desses espaços, até sua seleção de mobiliário, iluminação e materiais. Destaca, ainda, os locais de refeições: após muitas visitas pode perceber que o nível de *communitas* aumenta proporcionalmente à frequência com que as pessoas compartilham refeições, onde muitas das relações de proximidade entre vizinhos iniciam (KIM, 2017).

O *coliving*, então, se diferencia de repúblicas estudantis, casas de repouso e aluguel temporário de imóveis por algumas diferenças práticas

– ao estimular a socialização, integração e colaboração entre pessoas, cria uma forte identidade de comunidade, ou *communitas*, devido ao compartilhamento de experiências pessoais, respeito à individualidade, divisão de tarefas e consumo pensado na colaboração. Os princípios contribuem também para uma economia de recursos naturais e consumo consciente, bases da economia colaborativa.

4 Metodologia

A pesquisa é composta de uma articulação entre duas etapas fundamentais: análise e síntese, sendo a primeira composta pela pesquisa bibliográfica, de campo e o diagnóstico, e a segunda, pelos estudos preliminares das etapas projetuais. O projeto se apresenta como forma de solucionar a problemática das edificações patrimoniais abandonadas e o esvaziamento populacional dos centros históricos, reinserindo a função habitacional.

Para melhor entender o conceito e os modos de intervenção no patrimônio, as explanações de Choay (2006) foram fundamentais. Nas atuais circunstâncias da cidade e também do país quanto à proteção dos bens patrimoniais e conflitos de interesses, conduzidos pelos setores construtivo e imobiliário, conforme afirmam Maricato (2000) e Rolnik (2006), é importante apresentar alternativas que enfatizem a permanência do patrimônio de forma a gerar benefícios econômicos ao seu proprietário, mas ao mesmo tempo preservar a história da cidade e proporcionar espaços de qualidade para a população seja no edifício ou no seu entorno urbano.

No contexto urbano, serviram de base autores como Jacobs (2003) e Rossi (1982) para fins de diagnóstico e auxílio na criação de diretrizes. Com o contínuo abandono dos centros históricos e a expansão urbana desenfreada que cria e amplia cada vez mais sua periferia, abordados por Bernardino e Lacerda (2015) e Guzmán (2003), torna-se evidente também a relevância de garantir a reocupação e reivindicação da área central da cidade, não somente como documentação histórica, mas como zona urbana privilegiada. Apesar de já estar consolidada, deveria ainda receber os incentivos e investimentos muitas vezes direcionados para o desenvolvimento de novas áreas, pois somente sua existência sem manutenção e melhorias acaba por transformar-se em abandono e negligência. A decisão de utilizar habitação como forma de preservação patrimonial ampara-se também nas ideias de Jacobs (2003) e Rossi (1982), além de Lucredi e Salcedo (2017).

O projeto de intervenção visa reabilitar o edifício Cauduro pela sua importância histórica e arquitetônica, além de localização emblemática, através do conceito contemporâneo de moradia compartilhada: o *coliving*.

Entende-se o *coliving* não somente como um modo de tornar o aluguel no centro de uma cidade mais acessível economicamente, mas também como um modo de vida colaborativo. O conceito, compreendido através de Farias, Pereira e Santiago (2018) bem como Kim (2017), define novas maneiras de interação entre os usuários de um edifício, e através do caráter de identidade comunitária, acredita-se também estimular o sentimento de pertencimento e de cuidado com o patrimônio.

5 Resultados e discussão

A pesquisa apresenta resultados sobre a pertinência e viabilidade da proposta de reabilitação pretendida, além de servir como base para o projeto arquitetônico a ser elaborado.

A utilização de habitação em edifícios abandonados em regiões centrais tem sido usada como diretriz de planejamento em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, conforme estudos referenciais realizados, com diversos enfoques, até mesmo habitação de interesse social, habitação para pessoas em situação de vulnerabilidade social (moradores de rua, refugiados, etc). No caso de Santa Maria, o público alvo, estimado por meio de questionário desenvolvido e aplicado durante a pesquisa, seria majoritariamente composto por estudantes, devido à grande oferta de instituições de ensino superior, com idade de 21 a 25 anos. Outros perfis que demonstraram afinidade com o tema foram trabalhadores adultos sem filhos (26 a 30 anos) ou cujos filhos não moram mais com a família (50 a 60 anos) e idosos aposentados (mais de 60 anos). O projeto, então, deve buscar formas de integrar esses diferentes perfis, além de seguir o desenho universal, proporcionando acessibilidade para todos.

Através do diagnóstico do entorno, pode-se também fazer uma análise quanto ao uso e ocupação do solo no entorno, altura das edificações vizinhas, mobiliário urbano existente, funcionamento do atual sistema viário, e também a influência dos condicionantes naturais e legais aplicáveis ao edifício Cauduro em sua localização. Além disso, a visita ao edifício foi fundamental para avaliar seu estado de conservação e elaborar diretrizes de intervenção (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Imagens externas do Edifício Cauduro.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 4 - Imagens internas do Edifício Cauduro.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A síntese de todos os dados obtidos levou ao desenvolvimento de estudos projetuais preliminares, como a definição de um programa de necessidades setorizado em comercial e residencial, este subdividido em quatro categorias: íntimo, que engloba a área individual de cada morador; convivência, que engloba a função social e de serviço, e são as áreas compartilhadas entre os moradores; administração e apoio. Em sequência, todos os elementos foram pré-dimensionados e relacionados através de diagramas de fluxos e funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa, constituída por etapas de estudo tanto de aspectos teóricos como práticos, conclui-se a construção de um conhecimento imprescindível ao fazer arquitetônico, fundamental para embasar o anteprojeto a ser desenvolvido.

Este trabalho possibilitou reunir informações projetuais, como a melhor compreensão dos conceitos envolvidos no tema, além de aspectos históricos da evolução da moradia, o surgimento da definição de *coliving*, o presente cenário dos centros históricos e da preservação patrimonial no Brasil.

A sua realização permitiu confirmar a necessidade de valorizar a memória de uma cidade e recuperar essas áreas centrais, de forma a oferecer à população de Santa Maria a possibilidade de apropriação do espaço urbano. O projeto do *coliving* no Edifício Cauduro, portanto, vem no sentido de recuperar essa memória do centro histórico, essencial para a construção da identidade e sensação de pertencimento à cidade, e também reafirmar a importância de habitar, de uma forma que incentive a integração entre as pessoas e colaboração entre vizinhos, nas áreas centrais para que essas não caiam no esquecimento e não se percam com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. *Prédio do Hotel Jantzen – Item 742*. Fotografia desconhecido, Santa Maria, [196-?]. Inserida no sistema por Dhion C. Hedlund em 13 nov. 2013. Disponível em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/index.php/4f6wa;isad>. Acesso em: 16 maio 2019.

_____. *Hotel Jantzen e Farmácia Drogacentro - Item 262*. Fotografia Carlos Blaya Perez, Santa Maria, dez. 1998. Inserida no sistema por Dhion C. Hedlund em 13 nov. 2013. Disponível em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/index.php/237l4;isad>. Acesso em: 16 maio 2019.

BERNARDINO, Iana. L.; LACERDA, Norma. Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas especialidades. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 1, p. 61-74, abr. 2015. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4992/4675>>. Acesso em: 27 out. 2018.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

- DEMO 4F MAP. *Interactive 3D Map*. Disponível em: <<https://demo.f4map.com/#lat=-29.6856208&lon=-53.8082950&zoom=16>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- FACCIN, Danielle. *Entre passos e vozes: Percepções de espaços e patrimônios no sítio ferroviário de Santa Maria, RS*. 2014. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6255>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- _____. Seguindo os trilhos do trem: A influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/RS. In. COLÓQUIO LATINO AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012. São Paulo/SP. *Anais...* São Paulo: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_seguindo_trilhos_trem.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- FARIAS, Luiz F; PEREIRA, Gabriel V. R., SANTIAGO, Marcelo P. *O que é Co-living?* Blog Horizontes Arquitetura e Urbanismo, setembro 2018. Disponível em: <<http://horizontesarquitetura.com.br/bloghorizontesarquitetura/2018/9/10/co-living>>. Acesso em: 10 maio 2019.
- FIGUEROA, Mário. Habitação coletiva e a evolução da quadra. *Arquitextos*, São Paulo, ano 6, n. 069.11, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/385>>. Acesso em: 10 maio 2019.
- GUZMÁN, Dora A. Recuperación de las áreas centrales. In: JORDÁN, Ricardo; SIMIONI, Daniela. *Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003, p. 203-245. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2376>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- GRASSI, Eduardo C. B; COELHO, Eva Regina B. Resgate Histórico do Edifício Cauduro de Santa Maria - RS e seu aproveitamento turístico. *Disciplinarum Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação*, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 205-221, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/734/681>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo populacional 2010*. Banco de Dados Agregados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/>>. Acesso em 12 nov. 2018.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KIM, Grace. *How cohousing can make us happier (and live longer)*. Palestra pro-

- ferida no TED2017, Vancouver, abr. 2017. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/grace_kim_how_cohousing_can_make_us_happier_and_live_longer?language=en>. Acesso em: 06 maio 2019.
- MARICATO, Erminia. Habitação social em áreas centrais. *Revista Oculum Ensaios*, PUC Campinas, n. 01, p. 13-24. Dezembro de 2000. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/oculum-ensaios.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- _____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos Metrópole*, PUC SP, n. 21, p. 33-52. 1º sem. 2009. Disponível em: <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/cadernos-metropoles.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- ROCHA, Eduardo. *Arquiteturas do abandono* [ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte]. 2010, 526 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- ROLNIK, Raquel. Um novo lugar para os velhos centros. *Jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. J6, 16 abr. 2006. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2006/04/29/por-um-novo-lugar-para-os-velhos-centros/>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1982.
- SALCEDO, Rosío F. B. et al. *Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o Método*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Rosio_Fernandez_Baca_Salcedo/publication/29959544_Arquitetura_Dialogica_no_Contexto_do_Centro_Historico_o_Metodo/links/5701857e08aea6b7746a7e03/Arquitetura-Dialogica-no-Contexto-do-Centro-Historico-o-Metodo.pdf> Acesso em: 23 abr. 2019.
- SILVA, Manuela Ilha. *Para além do Centro Histórico: Valores e sentidos do patrimônio cultural edificado de Santa Maria/RS*. 2015. 227 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- WIKIHAUS. *Coliving: Uma tendência urbana em compartilhamento de moradias*. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://wikihaus.com.br/blog/coliving-uma-tendencia-urbana-em-compartilhamento-de-moradias/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: BENS DIGITAIS E A TUTELA JURÍDICA

CULTURAL HERITAGE LAW IN THE INFORMATION AGE: DIGITAL PROPERTY AND LEGAL PROTECTION

Adrian Gabriel Fideles Paixão¹

Bruna Teixeira Kai²

RESUMO

Este artigo se estrutura a partir da análise de dois microssistemas jurídicos: o Direito do Patrimônio Cultural e o Direito Digital. O primeiro, tutelando expressões, materiais e imateriais, de relevância da cultura brasileira, em última análise a compreensão do presente como produto histórico de um passado. O segundo emergindo como condição necessária de tutela jurídica em face das transformações contínuas produzidas pela evolução tecnológica. Em última instância, a compreensão do presente como fluidez, dinamicidade e complexidade contínuos, tendentes à produção de um futuro onde a virtualidade, a intangibilidade e a presença massiva serão constantes da tecnologia, influenciando substancialmente nas relações sociais e jurídicas, demandando cada vez mais respostas resolutivas, concisas, céleres e adaptáveis por parte do Direito frente aos conflitos. Ao conjugar esses dois microssistemas, objetiva-se compreender os bens digitais, suas possibilidades e limitações enquanto expressão relevante da cultura, ou seja, enquanto patrimônio cultural e, subsumindo-os aos institutos de tutela do Patrimônio Cultural, encontrar, havendo compatibilidade, o que lhe confira melhor tutela, ou mesmo se haveria a necessidade de desenvolvimento de um novo instituto jurídico que confira tutela efetiva, ampla e eficaz aos bens digitais, que se afiguram como o novo meio de produção, sistematização e reprodução da cultura.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial. Direito Digital. Bens Digitais. Patrimônio Digital.

ABSTRACT

This article is structured from the analysis of two legal micro-systems: the Cultural Heritage Law and the Digital Law. The first, protecting the expressions, tangible and intangible, of relevance of Brazilian culture, ultimately the understanding of the present as historical

1 Graduando em Direito na Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural (NEPAC-UFOP). Pesquisador do Grupo de Estudos em Ciências Penais (GECIP-UFOP). E-mail: adrian.paixao@aluno.ufop.edu.br

2 Graduada em Direito na Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural (NEPAC-UFOP). Diretora de Gestão de Pessoas da JusConsult - Consultoria Jurídica Jr. Pesquisadora-extensionista do Núcleo de Consultoria e Formação em Mediação de Conflitos de Moradia e Locação. E-mail: brunatkai@gmail.com

product of a past. The second emerges as a necessary condition of legal protection in the face of the continuous transformations produced by technological evolution. Ultimately, the understanding of the present as continuous fluidity, dynamicity and complexity, tending to the production of a future where the virtuality, intangibility and massive presence will be constant of the technology, influencing substantially in the social and juridical relations, demanding more resolute, concise, swift and adaptable answers by the law in the face of conflicts. By combining these two microsystems, we aim to understand digital assets, their possibilities and limitations as a relevant expression of culture. That is, as a cultural heritage, and subsuming them to the institutes of protection of Cultural Heritage, find what will give it better tutelage, or even if there would be a need for the development of a new legal institute that confers effective protection, which are seen as the new means of production, systematization and reproduction of culture.

Keywords: *Intangible Cultural Heritage. Digital Law. Digital Assets. Digital Heritage.*

INTRODUÇÃO

Em meio à sociedade da Era da Informação, onde tudo se adapta, se constrói, destrói e se refaz com rapidez, complexidade e dinamicidade, mudanças também se mostram necessárias à ciência jurídica com o intuito de acompanhar a sociedade e suprir as demandas a ela concernentes. A partir desta percepção, uma problemática começou a se formar: como compatibilizar o Direito do Patrimônio Cultural com esta realidade cada vez mais mediada pela tecnologia e virtualidade? Como a ciência jurídica vem tratando do ambiente virtual, da tecnologia e as alterações por estas produzidas no meio social e, por conseguinte, na esfera jurídica?

Dessas inquietações, uma imersão no Direito Digital e no Direito do Patrimônio Cultural se sucedeu, proporcionando a formulação de uma problemática mais determinada e contundente: pode-se tutelar os bens digitais por meio do Direito do Patrimônio Cultural? Se sim, como deve se dar essa tutela? Com estas questões emergiu este artigo, cuja proposição é operacionalizar os microssistemas do Direito do Patrimônio Cultural e do Direito Digital de maneira a resultar em um Direito do Patrimônio Cultural Digital, que permita a tutela eficaz e efetiva das expressões culturais no meio virtual.

Assim, a partir da análise desses dois microssistemas jurídicos, se prosseguirá a investigação com o fito de identificar os mecanismos de tutela a serem empregados em se tratando de bens culturais digitais, de modo a efetivar a proteção jurídica ao patrimônio cultural digital, adotando como referências autores notáveis nas áreas abordadas, como Carlos F. Marés de Souza Filho, Carlos Magno de Souza Paiva e Patricia Peck Pinheiro.

1 DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1 Contexto Histórico do Direito do Patrimônio Cultural

O Direito do Patrimônio Cultural emerge como resultado necessário do alargamento e aprofundamento conteudístico do conceito de Patrimônio. No ocidente, nos países adeptos da *civil law*, tradição jurídica de origem romano-germânica, o conceito de patrimônio passa por um processo evolutivo, ampliando-se quanto às realidades que abarca, caminhando do âmbito estritamente privado, individual, para o âmbito público, coletivo.

O conceito de patrimônio surge em Roma, vinculado fortemente aos conceitos de pai, família e pátrio poder do direito de propriedade romano. Patrimônio era tudo que estava sob os plenos poderes do senhor e por este pudesse ser legado via testamento, servindo à garantia de interesses da aristocracia patriarcal romana. No decorrer da Idade Média, com a ascensão do catolicismo, o conceito é ampliado, passando a compreender também o patrimônio de cunho religioso que era composto dos objetos, relíquias e locais de culto religioso coletivo, abarcando assim proprietários e não proprietários.

A partir do Renascimento, que tinha como uma de suas premissas a retomada e valorização da antiguidade greco-romana, além do humanismo como contraposição aos valores religiosos, o conceito de patrimônio passa a compreender também os objetos e relíquias concernentes àquele período, que começam a ser objeto de busca, guarda e acumulação em coleções, originando os antiquários. O surgimento da imprensa estimulou a reprodução de clássicos da literatura, filosofia, matemática e outras áreas, além da catalogação, representação e estudo de relíquias e vestígios daquele período.

Contudo, é a partir da modernidade, mais precisamente do surgimento dos estados nacionais, que o conceito de patrimônio sofre as transformações que possibilitarão o nascimento do direito do patrimônio cultural. Nesse contexto, a revolução francesa é a pioneira no movimento de esfacelamento do antigo regime e constituição dos estados nacionais. Entretanto, a maioria desses estados nascentes era composta de grupos heterogêneos, com línguas e culturas diversas. Era necessário o desenvolvimento de meta-narrativas abrangentes que formassem uma identidade comum, produzindo uma consciência coletiva homogênea em seus cidadãos, resultando em nações coesas, capazes de subsistir e se desenvolver.

É nessa conjuntura que o conceito de patrimônio adquire novas significações, que serão decisivas para o Direito do Patrimônio Cultural. É o patrimônio, juntamente com a escola, um dos grandes responsáveis pelo

processo de forja dos cidadãos dos estados nacionais. Na França, durante a revolução, montou-se uma comissão responsável pela proteção de monumentos que representassem a incipiente Nação Francesa. Esse processo não era somente de preservação, mas também de segregação e exclusão, na medida em que através da escolha dos monumentos a serem preservados, escolhia-se também os elementos que seriam excluídos da meta-narrativa destinada a introjetar nos indivíduos as noções de pertencimento e de uma comum unidade de valores, língua e cultura, necessária à estabilização e coesão do estado-Nação emergente. Nesse momento, o conceito de patrimônio não mais se restringe ao âmbito privado do direito de propriedade, a significações religiosas ou ao colecionismo dos antiquários. Patrimônio passa a compreender os bens materiais, edifícios e monumentos que consubstanciam valores e significados comuns à sociedade, que transmitem uma ideia de Nação.

A ênfase no patrimônio nacional alcança seu auge entre 1914 e 1945, período das grandes guerras mundiais, movidas por nacionalismos. Nesse movimento, até os vestígios mais longínquos eram utilizados para a composição da nacionalidade, como vestígios dos romanos para os italianos (o feixe, símbolo romano, apropriado pelos nacionalistas italianos origina o termo fascismo) e vestígios dos germanos e gregos para os alemães.

O nacionalismo, assim como o imperialismo, se veem superados com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945. Ainda que em 1937, sob a égide da antiga Sociedade das Nações, a Conferência de Atenas tenha advogado a salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade, é somente a partir do contexto do pós-guerra que se desenvolveram novas abordagens, mais abrangentes e menos restritivas no que tange aos conceitos de patrimônio e cultura. A derrocada desses governos autoritários pôs em xeque visões de mundo segregacionistas, abrindo espaço para novos agentes e grupos sociais, a buscarem inserção social, reconhecimento e efetivação de direitos na arena pública internacional.

Essa plêiade de sujeitos e interesses, que agora pleiteavam na arena pública seu reconhecimento e o atendimento de suas demandas, lançava ao chão a ideia homogênea de unidade nacional. Despertando, então, a ampliação do conceito de patrimônio, que agora passaria a refletir a cultura real em toda sua diversidade, multiplicidade e dinamicidade, confluência de uma constelação de valores concernentes aos mais variados grupos existentes na sociedade e composta pelos resultados do trabalho humano, assim como pela natureza.

Um processo de maior interação entre os países, fóruns de discussão, congressos internacionais e tratados de cooperação sobre os mais diversos temas contribuíram para a elevação da diversidade humana e ambiental à categoria de valor universal a ser promovido e impulsionado. Alimentando, assim, o surgimento, no interior dos Estados, de novas possibilidades e variedades de âmbitos patrimoniais, que tornam crescente a participação dos próprios cidadãos na criação e gestão do “Patrimônio Cultural”. Por conseguinte, mister se faz trazer à baila uma conceituação de patrimônio cultural que represente toda a realidade abarcada por este conceito na atualidade.

1.2 Conceito de Patrimônio Cultural

A construção do conceito de Patrimônio Cultural compreende a abordagem de aspectos interdisciplinares, sendo necessário conhecimento de outras áreas, como a sociologia, antropologia, história e diversas áreas do próprio Direito. Isso decorre da própria natureza da cultura, que se desenvolve de forma dinâmica e em um contexto de diversidade e complexidade, além da evolução dos conceitos de patrimônio e propriedade tratada anteriormente.

É importante, primeiramente, tratar do conceito de bem cultural. Segundo Souza Filho (2011, p.36), *“bem cultural é aquele bem jurídico que, além de ser objeto de direito, está protegido por ser representativo, evocativo ou identificador de uma expressão cultural relevante”*. Ainda, conforme Carlos Magno de Souza Paiva:

Bem cultural é um significado contido em uma expressão cultural, material ou imaterial, podendo ser ainda uma memória cultural, legitimamente considerado e consolidado como um valor cultural representativo e expressivo para uma comunidade local, regional ou global, e cuja tutela se orienta pela Constituição da República de 1988. (PAIVA, 2014, p.170)

É evidente que antes mesmo de ser objeto do Direito, o bem cultural já é um elemento da cultura eleito como representativo dos valores de uma comunidade, portanto essa eleição não pode ser pautada apenas em conhecimentos técnicos ou representar apenas a vontade e valores de alguns poucos indivíduos. Este é o primeiro elemento a se considerar para a determinação do que é o Patrimônio Cultural.

A partir destes conceitos, a tendência é dizer que patrimônio cul-

tural é simplesmente a soma de bens culturais de um lugar ou comunidade. Mas conforme exposto pelo professor Carlos Magno de Souza Paiva em aula ministrada na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o patrimônio cultural não é apenas a soma dos bens culturais, mas a interação desses bens culturais e seu significado conjunto, destacando o aspecto da diversidade.

O professor aponta ainda alguns elementos para a determinação do que é o patrimônio cultural a ser tutelado pelo Direito, ressaltando que este *“também decorre de um senso comum de pertencimento e reciprocidade, consolidado no tempo, e imbuído de uma noção de tutelabilidade”*. (PAIVA, 2014, p.70)

O patrimônio cultural não se constitui por modismo temporário de um bem cultural, por isso deve ser construído e consolidado no tempo de forma dinâmica. Ele deve ser passível de tutela jurídica, mas também deve incitar na comunidade a noção de tutela, salvaguarda. Outro elemento relevante é a conformidade com a Constituição Federal, ou seja, não pode ser patrimônio cultural algo que é contrário aos preceitos constitucionais.

A Constituição Federal de 1988 não estabeleceu um conceito formal de patrimônio cultural, mas indicou elementos que devem compor a sua definição, conforme expõe Rodrigues (2016). É o reconhecimento, portanto, do pluralismo do patrimônio e da possibilidade de sua definição pela própria comunidade, já que a Constituição não vincula a condição de patrimônio cultural ao prévio reconhecimento por lei ou ato administrativo, como podemos observar:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A partir dessas reflexões e combinando os elementos propostos por Paiva (2014), é possível estabelecer um conceito de patrimônio cultural que reflita a contemporaneidade e seja funcional ante o objetivo deste artigo. Deste modo, pode-se compreender Patrimônio Cultural como conjunto de

bens, materiais e imateriais, que congregam significados relevantes para uma comunidade, efetiva e/ou potencialmente; consolidados no tempo; que não contrariam a Constituição e possuem uma noção comum de tutelabilidade.

Deste conceito, percebe-se uma infinidade de manifestações que podem ser tuteladas: o meio ambiente, os sítios arqueológicos, os bens históricos, artísticos, culturais, as práticas, saberes, celebrações e modos de fazer. Todas as situações que perfaçam os critérios elencados alcançam o status de patrimônio cultural, sendo, portanto objeto da tutela do microsistema jurídico do Direito do Patrimônio Cultural.

Apresentado o Direito do Patrimônio Cultural, necessário à operacionalidade do estudo do objeto deste artigo, sendo este os bens digitais, faz-se premente a exposição do arcabouço conceitual concernente ao Direito Digital, parte da moldura de trabalho.

2 DIREITO DIGITAL

2.1 Contexto Histórico do Direito Digital

A Revolução Industrial e Tecnológica modificou radicalmente o desenvolvimento e as relações humanas entre si e com o meio ambiente. Passando pelo surgimento das primeiras indústrias, a divisão do trabalho, novos sistemas de transporte e o desenvolvimento das telecomunicações. Até os dias atuais, com as mudanças de paradigma das ciências, evoluções no campo da genética e principalmente com o desenvolvimento da informática, abriram-se novas possibilidades em diversos campos do conhecimento.

A dinamicidade, constância e rapidez dessas mudanças, interferiram profundamente nas relações humanas, especialmente nas relações sociais, criando novas demandas no âmbito jurídico. As mudanças tecnológicas que mais repercutiram no Direito foram o computador (1936) e a Internet (1990), que reduziram os obstáculos geográficos, interferiram substancialmente nas relações comerciais entre os países, na produção de bens e serviços, na comunicação, na geopolítica, na troca de informações, etc.

A mudança mais profunda trazida pela revolução tecnológica foi a Internet. A rede mundial de computadores propiciou a formação de um “ambiente virtual”. Virtual porquanto não se dá no ambiente físico, mas apenas no contexto da utilização de eletroeletrônicos, como computadores, *smartphones*, *tablets*, *notebooks* e congêneres, conectados a Internet.

As relações interpessoais, transpostas para esse ambiente virtual, sem fronteiras geográficas, linguísticas, culturais ou físicas, necessitavam de novas formas de tutela jurídica, dadas as suas peculiaridades. As primei-

ras mudanças jurídicas voltadas à tutela de relações no ambiente virtual foram as que versavam acerca das relações comerciais, financeiras e tributárias entre os países.

Os institutos dos contratos e das obrigações dentro do direito privado nos ordenamentos jurídicos dos países da *civil law* foram os primeiros a sofrerem modificações para se adequarem à nova realidade. Gradualmente, todos os microssistemas jurídicos estão se adaptando às exigências de uma realidade cada vez mais mediada pela tecnologia.

Deste modo, o Direito Digital, em função dessa dinâmica própria que o ambiente virtual coloca, se pauta primordialmente pelos costumes e por princípios que lhe são próprios, combinados à releitura de outros já existentes antes da “era digital”, regendo-se fundamentalmente pelos princípios da autorregulação e do uso da mediação, conciliação e/ou arbitragem na resolução de conflitos. Nesse sentido, o Direito Digital não emerge como um novo Direito, mas como evolução e adaptação do Direito existente às demandas de uma realidade cada vez mais virtual, adquirindo a responsabilidade de determinar como as próximas gerações procederão para garantir a segurança jurídica em suas relações.

Por conseguinte, pode-se traçar uma conceituação de Direito Digital como sendo o microssistema jurídico responsável pela tutela das relações jurídicas mediadas pelo ambiente virtual, que por sua dinamicidade, celeridade, adaptabilidade e fluidez, demanda arcabouços normativos, procedimental e operacional próprios, com vias a atender efetiva e eficientemente as demandas jurídicas emergentes desse novo espaço de interação social, produção de bens, serviços, construção e reprodução de saberes e culturas.

Tendo em vista que o Direito Digital relê, reinterpreta e ressignifica conceitos para que estes se funcionalizem frente às suas especificidades, há um conceito central dentro do Direito Civil, que o Direito Digital assume e adapta, sendo este o conceito de bem.

2.2 Conceito de Bem Digital

A evolução social que se deu em função da própria evolução digital criou novas demandas para o Direito: são necessários novos estudos, novos conceitos, interpretações e instrumentos. O Direito Digital vem propiciar uma nova forma de compreensão e interpretação de situações fáticas que agora ocorrem no meio ambiente virtual. Para viabilizar sua operabilidade, são necessários conceitos, como o de bem digital, que pela sua relevância social, possui também relevância jurídica.

No âmbito do Direito Civil, de acordo com os ensinamentos de Carlos Roberto Gonçalves (2012), bens são espécie do gênero coisa, materiais ou imateriais, suscetíveis de apropriação, transmissão e disposição, de conteúdo patrimonial, economicamente apreciáveis. No contexto digital, não haverá necessariamente esta economicidade.

Há diversas nomenclaturas utilizadas para se referir aos bens digitais, como ativos digitais, bens tecnodigitais e, em outros países, como Estados Unidos, é comum utilizar “*digital assets*” ou “*digital property*”. Preferimos adotar a nomenclatura de “bem digital”. Segundo Lacerda (2016, p. 73), bens digitais seriam “*aqueles bens incorpóreos, os quais são progressivamente inseridos na Internet por um usuário, consistindo em informações de caráter pessoal que trazem alguma utilidade àquele, tenha ou não conteúdo econômico*”.

Assim como o mundo não-virtual, o ambiente virtual comporta aspectos econômicos e existenciais, ou seja, de caráter patrimonial e ligados a direitos da personalidade. Destarte, ainda de acordo com Lacerda (2016), é possível construir categorias de bens digitais: bens digitais patrimoniais e bens digitais existenciais, podendo ter também bens de caráter misto.

Os bens digitais patrimoniais são aqueles capazes de gerar repercussões econômicas imediatas quando são inseridos em rede, enquanto os bens digitais existenciais geram repercussões extrapatrimoniais e o tipo patrimonial-existencial une características dos dois, podendo se tornar mais comum devido à facilidade de monetização das manifestações no ambiente virtual.

Apresentamos ainda outra proposta de conceituação:

“Bens Digitais” são definidos amplamente e não exclusivamente para incluir a variedade de bens informacionais intangíveis associados com o online ou mundo digital, incluindo: perfis em redes sociais (em plataformas como Facebook, Twitter, Google+ ou LinKedIn); e-mail, tweets, base de dados, etc.; dados virtuais de jogos (ex. itens comprados, achados ou construídos em mundos como o Second Life, World of Warcraft, Lineage); textos digitalizados, imagens, músicas ou sons (ex.; vídeos, filme, e arquivos de ebook); senhas de várias contas associadas com as proviões de bens digitais e serviços, também como consumidor, usuário ou comerciante (ex., do eBay, Amazon, Facebook, YouTube); nome de domínio; segunda ou terceira personalidade dimensional relativos a imagens ou icons (como os icons usados no Live Journal ou avatares no Second Life); e a epopeia dos bens digitais que emergem como mercadoria capaz de ser atribuído valor (ex. “zero day exploits” ou erros

em softwares cujos antagonismos possam ser explorados) (EDWARDS; HARBINJA, 2013, apud ALMEIDA, 2017, p.37)

Dessa forma, verificamos como o conceito de bem digital pode ser amplo. É importante pontuar que bens digitais e bens virtuais são frequentemente usados como sinônimos, mas há uma diferenciação, mesmo que ambos sejam produtos da informação e do crescimento de redes digitais, estando relacionados por serem intangíveis e consistirem em *bytes* armazenados na mídia digital, conforme Bertasso (2015) apresenta.

Nesse sentido, os bens digitais são um conjunto de informações atualizadas, intangíveis, representados por cadeias armazenadas de *bytes* que representam produtos do mundo real, que seriam armazenados e distribuídos em formato digital. Metadados também são considerados bens digitais, pois são dados que descrevem ou que compõem outros dados, sendo essenciais para assegurar que os dados se mantenham e continuem acessíveis no futuro.

Já os bens virtuais são cadeias de *bytes* e produtos armazenados e distribuídos em forma apenas digital, criados no contexto do mundo ou comunidade virtual. Um exemplo seriam os bens virtuais em jogos *multiplayer*, como casas, mobiliário e equipamentos no contexto do jogo, que não podem ser materializados ou transferidos para o mundo real, mas que são comumente negociados em troca de dinheiro real.

Ante o exposto, encontram-se elementos suficientes para estabelecer um conceito consonante aos fins deste artigo, englobando os diferentes aspectos em um gênero amplo de bem digital. Deste modo, bens digitais são um conjunto de informações intangíveis, representados por cadeias de bytes, armazenados, distribuídos ou criados em formato digital, podendo ter caráter econômico e/ou existencial.

2.3 Direito Digital e Direito do Patrimônio Cultural: Aproximações e Distanciamentos

Situando estes dois microssistemas jurídicos no tempo, percebe-se que se desenvolvem e florescem contemporaneamente, no decorrer dos séculos XX e XXI. Ambos recebem os influxos do Direito Internacional, em especial os tratados, convenções e cartas, produzidos pela UNESCO e/ou resultantes de conferências temáticas internacionais, com caráter compromissório para os países que os subscrevem, influenciando nos ordenamentos jurídicos internos desses países.

O Direito do Patrimônio Cultural, porquanto opera na interface entre os Direitos Público e Privado, e o Direito Digital enquanto se vale de

adaptações, reinterpretações e releituras de institutos dos Direitos Público e Privado, figuram como microssistemas *sui generis*, demonstrando que a separação entre os Direitos Público e Privado não é estanque, definitiva, mas fluida, podendo ser definida como um espectro, no qual em cada polo se encontra um destes, e cada um dos microssistemas jurídicos se dispõe dentro do espectro em pontos com graus diferentes de aproximação e distanciamento entre um e outro.

No que diz respeito a seus respectivos objetos de tutela, Direito do Patrimônio Cultural e Direito Digital se aproximam, na medida em que ambos tutelam bens imateriais, intangíveis, mas ao mesmo tempo se distanciam, posto que o conteúdo desses bens difere entre os microssistemas. Enquanto no Direito do Patrimônio Cultural, a delimitação dos bens a serem tutelados perpassa pelo binômio valor/não valor cultural, mediante o cumprimento dos requisitos elencados pelo professor Carlos Magno, no Direito Digital a delimitação dos bens a serem tutelados se compõe pelos binômios valor/não valor econômico (bens digitais patrimoniais), expressão/não expressão (bens digitais existenciais) potencial/não potencial econômico (bens digitais mistos) a partir da verificação do caráter patrimonial e da suscetibilidade de apropriação, transmissão e disposição dos mesmos.

Na seara do regramento normativo, estes se afastam, posto que operam em graus diferentes de liberdade normativa. O Direito do Patrimônio Cultural, com sede constitucional e regramento infralegal sedimentado, no prisma dogmático se apresenta estável, sem variações ou grandes alterações legislativas. Na seara judicial possui um controle normativo e resolução de conflitos robusto, com volume jurisprudencial considerável.

Por outro lado, o Direito Digital, em razão de suas peculiaridades, apresenta como características fundamentais o autorregramento e o caráter comunitário, posto que destes necessita para acompanhar efetivamente as mudanças contínuas no meio virtual. Em razão disso, no âmbito da dogmática, não há muita produção legislativa direcionada ao Direito Digital, apenas o necessário à compatibilização entre meio real e meio virtual e a uniformização de condutas no âmbito virtual com vias a garantir a segurança jurídica, uma vez que o trâmite legislativo não possui a celeridade necessária para adequar-se em tempo hábil às comutações no meio virtual.

Percebe-se a necessidade de realizar estudos contínuos em ambos os campos, além de regulamentação legislativa que acompanhe as novas demandas especialmente no âmbito digital. A partir da análise de ambos os microssistemas, o presente estudo se propõe a verificar uma possível conexão entre eles e a existência de um Patrimônio Cultural Digital.

3 O patrimônio cultural digital: bens digitais como patrimônio cultural

A partir de todas as reflexões e conceitos propostos anteriormente, é possível analisar a possibilidade de bens digitais serem considerados patrimônio cultural. Compreendendo os bens digitais como um conjunto de informações intangíveis, representados por cadeias de *bytes*, armazenados, distribuídos ou criados em formato digital, de caráter econômico ou existencial, percebe-se que não há obstáculos para que sejam considerados patrimônio cultural, ao menos tecnicamente.

Compreendendo, ainda, o Patrimônio Cultural como conjunto de bens, materiais e imateriais, que congregam significados relevantes para uma comunidade, efetiva e/ou potencialmente; consolidados no tempo; que não contrariam a Constituição e possuem uma noção comum de tutelabilidade, basta que os bens digitais se encaixem nesses elementos.

Mesmo que tenha apenas um potencial significado para uma comunidade, ainda não reconhecido pela mesma, é possível que seja patrimônio cultural, visto que não é um requisito o reconhecimento formal por instituições ou pelo poder público, mas também não será todo e qualquer bem digital que será considerado efetivamente patrimônio.

Por sua natureza intangível, sendo um bem imaterial, é possível afirmar que o bem digital se aproxima mais da ideia de Patrimônio Cultural Imaterial, que abrange as representações e expressões culturais, tradições, conhecimentos e técnicas de comunidades, que não estão gravados necessariamente em objetos materiais, mas na vida das pessoas, tendo caráter dinâmico e vivo.

A partir do conceito exposto na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, de 2003, percebemos que o elemento essencial é o significado relevante para a comunidade, relacionado à sua própria identidade:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover

o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.
(UNESCO, 2003b)

Então, reconhecendo a possibilidade de ser o bem digital considerado Patrimônio Cultural Imaterial, ressaltamos que a existência de um Patrimônio Cultural Digital já é admitida em âmbito mundial, pois além da Convenção apresentada, a UNESCO, também em 2003, lançou a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, por meio do programa Memória do Mundo.

Nesta Carta, reconhece-se que os recursos digitais de informação e expressão são cada vez mais produzidos, distribuídos e acessados, criando um novo “legado”: o patrimônio digital, que oferece oportunidades ampliadas e dinâmicas para criação, comunicação e compartilhamento entre os povos, sendo uma questão de interesse mundial. Além disso, já é reconhecido o risco de se perder este patrimônio pela rápida obsolescência de *hardware* e *software*, incertezas sobre recursos, responsabilidade e métodos para manutenção e preservação, além da falta de legislação de apoio e políticas de suporte.

De acordo com a definição na citada Carta:

O patrimônio digital consiste em recursos únicos de conhecimento e expressão humanos. Ele abrange recursos culturais, educacionais, científicos e administrativos, bem como informações técnicas, jurídicas, médicas e outras, criadas digitalmente ou convertidas em formato digital a partir de recursos analógicos existentes. Onde os recursos são “nascidos digitais”, não há outro formato além do objeto digital.
(UNESCO, 2003a, p.1, tradução nossa)

Observamos, ainda, duas categorias de patrimônio digital: de gênese e de duplicação, conforme termos usados por Reis, Serres e Nunes (2016). O patrimônio cultural de gênese é criado virtualmente e o de duplicação é replicado a partir de um bem original analógico, sendo correspondentes à diferenciação feita anteriormente entre bens virtuais e bens digitais.

A Carta de Patrimônio Digital traz ainda um rol amplo e exemplificativo de “materiais digitais”, ao indicar entre eles uma ampla e crescente gama de formatos, compatível ao conceito proposto de bens digitais neste artigo:

Os materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens estáticas e em movimento, áudio, gráficos, *software* e

páginas da Web, entre uma ampla e crescente gama de formatos. Eles são geralmente efêmeros e exigem produção, manutenção e gerenciamento intencionais para que sejam mantidos. (UNESCO, 2003a, p.1, tradução nossa)

Esta característica de efemeridade no ambiente virtual é mais visível devido ao próprio funcionamento do meio, visto que os bens digitais podem ser criados, modificados e extintos com facilidade e rapidez. Estando em constante modificação, são bens “vivos” e dinâmicos devido a essa possibilidade de interação contínua, podendo constituir um patrimônio cultural cada vez mais representativo e inclusivo, além de complexo e plural.

No universo digital, a salvaguarda do patrimônio cultural precisa adotar outras formas, visto que a própria possibilidade de interação contínua é elemento essencial para a construção do significado do patrimônio para a comunidade. Portanto, a salvaguarda e preservação não significam manter os bens e significados intactos e estáticos, mas permitir o acesso continuado, por tempo indeterminado, podendo acontecer diversas ressignificações concomitantemente à preservação da memória social.

Diante dos desafios para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Digital, é necessário então analisar as possíveis tutelas jurídicas capazes de evitar o seu desaparecimento e a sua dominação ou homogeneização, de forma a garantir a representatividade plural do Patrimônio Cultural.

3.1 Instrumentos de proteção

A Constituição Federal de 1988 prevê instrumentos de proteção do patrimônio cultural em um rol exemplificativo, destacando a participação da sociedade e a possibilidade de criação de outras formas de proteção: “Art. 216 § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Analisaremos aqui a compatibilidade de alguns institutos a partir da natureza imaterial do Patrimônio Cultural Digital.

3.1.1 Tombamento

O tombamento é disciplinado pelo Decreto-lei nº25 de 1937, aplicado em âmbito nacional. É considerado o principal instrumento de proteção de bens culturais materiais, móveis e imóveis, conforme prevê o Iphan e o próprio decreto, em seu art. 1º:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Em aula ministrada na Universidade Federal de Ouro Preto, Carlos Magno de Souza Paiva conceitua tombamento como um ato administrativo do Poder Público federal, estadual ou municipal que declara a relevância cultural de um bem material, mediante a sua inscrição no Livro do Tombo correlato e constitui o seu regime jurídico especial, estabelecendo obrigações de fazer e não fazer, a título gratuito, destinados à sua preservação, conservação e valorização.

Por ter surgido em um contexto de criação de símbolos para formação de identidade da nação, o tombamento se volta para os bens materiais, enfatizando monumentos e o patrimônio edificado a ser valorizado e conservado. O instituto estabelece algumas restrições permanentes em relação ao bem cultural, que não poderá ser livremente modificado ou destruído, normalmente relacionado à ideia de manter a “originalidade” e o significado histórico.

Considerando a natureza imaterial do Patrimônio Cultural Digital, além de sua dinamicidade, verificamos que o tombamento não é o instrumento adequado para a salvaguarda do mesmo, já que sua previsão é de aplicação para bens materiais. Além disso, nos moldes atuais, as restrições do tombamento não permitiriam a livre interação da comunidade e eventual ressignificação do patrimônio digital ao longo do tempo, sendo incompatível com sua natureza.

3.1.2 Inventário

O inventário é um instrumento que envolve minuciosa pesquisa de identificação e descrição do bem cultural material ou imaterial, utilizando critérios técnicos, históricos, sociais e artísticos, permitindo a catalogação de suas principais características, tentando abranger toda a diversidade existente. Pode ser utilizado como forma de produção e organização de informações patrimoniais e também como base para o planejamento de políticas de tutela. É expressamente reconhecido como um instrumento jurídico de proteção do patrimônio cultural na Constituição Federal, conforme art. 216, §1º, configurando, portanto, forma autônoma e autoaplicável de salvaguarda. Ainda, de acordo com o Iphan, em seu site:

Os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

Apesar do seu reconhecimento como instrumento de tutela, há diversas dúvidas quanto aos seus efeitos e aplicabilidade, visto que não há legislação reguladora do inventário em âmbito nacional. Ainda assim, é possível afirmar ao menos que o inventário é compatível com a natureza imaterial e dinâmica do Patrimônio Cultural Digital, viabilizando sua identificação e catalogação, mesmo que não seja possível verificar sua eficácia devido à ausência de regulamentação específica do instituto.

3.1.3 Registro

Também previsto na Constituição Federal, o instituto do registro é disciplinado em âmbito nacional pelo Decreto nº 3.551 de 2000. O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial que implica na identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural, documentando o passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões pelos meios técnicos adequados e de forma a garantir acessibilidade ao público.

Ao serem registrados, os bens reconhecidamente relevantes pela comunidade recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com as categorias estabelecidas no Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes. Além disso, o Decreto prevê em seu art. 3º que outros livros de registro podem ser abertos para inscrição de bens culturais imateriais que não se enquadrem nos livros já definidos.

O objetivo do registro não é assegurar integridade física do bem como ocorre no tombamento, mas sim propiciar a continuidade do patrimônio cultural imaterial com base na produção de conhecimento, documentação, valorização e apoio, por isso não produz restrições aos direitos dos envolvidos na manifestação do bem cultural. Há ainda a previsão de reavaliação do bem enquanto patrimônio cultural a cada 10 anos, de acordo com o art. 7º do Decreto, significando que a proteção do bem cultural imaterial se dá no presente, enquanto a experiência está em fluxo, portanto, sua mutabilidade e continuidade são definidas pela própria comunidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o registro por si só não

protege o bem de uma possível extinção, descaracterização ou interrupção da prática, visto que a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial consiste mais em documentação e acompanhamento do que efetiva intervenção, sendo essencial considerar o protagonismo da comunidade na definição e manutenção deste patrimônio.

Tendo como principal finalidade, portanto, manter a memória dos bens culturais e de sua trajetória ao longo do tempo, fomentando sua continuidade e garantindo amplo acesso ao público, o instituto do registro é compatível com a natureza do Patrimônio Cultural Digital, configurando-se tecnicamente adequado para eventual aplicação, ainda sendo necessário estabelecer um plano de ações de salvaguarda e o estudo de sua eficácia neste campo.

Além disso, caso os instrumentos analisados não sejam suficientes, diante da necessidade, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, §1º prevê a possibilidade de se criar outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural, desde que se observem as competências para legislar e demais preceitos constitucionais.

3.2 Tutela Jurídica

Dentre os institutos protetivos do Direito do Patrimônio Cultural, os que se adequam de modo a tutelar os bens culturais digitais são o registro e o inventário. No entanto, é o registro que dispõe de maior aptidão à tutela dos bens culturais digitais, em função de sua legislação possuir abrangência nacional, ditando normas gerais para implementação e funcionalização do mesmo, além de trazer normas abertas que permitem a inclusão de novas formas de patrimônio cultural imaterial, sem a necessidade de alteração legal.

Desta forma, coloca-se o registro como possível instrumento primário de tutela dos bens culturais digitais, sem, contudo, descartar o inventário, que dadas suas características de pesquisa, identificação e catalogação, sempre atravessadas pela interdisciplinaridade, é um instrumento complementar poderoso em conjunto com o registro. Além disso, é sensível a necessidade de outros instrumentos que confirmem efetividade, eficácia e praticabilidade à tutela jurídica dos bens culturais digitais em face de suas especificidades.

A tutela jurídica dos bens culturais digitais perpassa, portanto, por estratégias múltiplas, que envolvem o tripé “*energia, telecomunicações e tecnologia*” (PINHEIRO, 2013), uma vez que sem uma dessas variáveis, torna-se inviável o acesso, usufruto, interação e transmissão dos bens culturais digitais.

A conservação, restauração e manutenção no que tange a bens digitais, já vem sendo amplamente debatida e estudada nas ciências da informação e comunicação, como a biblioteconomia, a arquivologia e nas ciências sociais e aplicadas, pela museologia. Entretanto, devido à relevância e influência constante que o meio virtual tem e continuará exercendo nas relações sociais, comerciais, na produção e reprodução da cultura, faz-se necessário que o Direito também procure debater, estudar e desenvolver meios de tutela das relações jurídicas que se sucedem cada vez mais através desse meio e resultam da própria interação com meio virtual.

Nesse sentido é que se busca neste artigo o meio mais efetivo de tutela dos bens digitais culturalmente considerados e dotados de relevância, visando-se a produção de arcabouço jurídico que propicie segurança jurídica. Ante o exposto até o momento, proceder-se-á a algumas considerações acerca de quais instrumentos de tutela jurídica dos bens digitais enquanto patrimônio cultural se deve desenvolver e como desenvolvê-los.

Nesta linha, percebe-se que o primeiro ponto a viabilizar a efetivação da tutela jurídica dos bens digitais pela via do patrimônio cultural é a garantia do acesso com qualidade à Internet, que hoje já é discutido como direito fundamental. O acesso à Internet é condição *sine qua non* de garantia do Direito do Patrimônio Cultural Digital, cuja forma primaz de exercício é o acesso. Sem acesso, o conjunto de significados expressos através destes bens se perderá rapidamente, tendo em vista a rápida obsolescência dos bens digitais. Não obstante, a garantia do direito à Internet parece compor pressuposto de existência do aqui proposto Direito do Patrimônio Cultural Digital.

Porquanto imateriais por excelência, os bens digitais não se submetem a categoria tempo da mesma forma que os demais bens. O tempo afeta os bens digitais de forma indireta, posto que não ameaça sua existência, mas sua relevância, o que no meio virtual acaba por representar simbolicamente a própria existência do bem. Ou seja, a obsolescência dos bens digitais se dá pela perda de relevância, não pela deterioração ou atraso tecnológico com vias a comprometer a existência e/ou funcionalidade do bem. O tempo afetará diretamente os bens digitais na medida em que atuar sobre o elemento tecnologia, que produz o suporte fático sobre o qual se constituem os bens digitais. É aqui onde se perfaz a obsolescência no seu sentido mais comum, o que inspira a percepção de outro elemento da tutela jurídica aos bens culturais digitais: a Tecnologia da Informação/Informática (TI).

Da mesma maneira como os bens materiais e imateriais já consagrados no direito do patrimônio cultural brasileiro demandam uma inter-

disciplinaridade e atuação conjunta de áreas diversas do conhecimento no que tange a sua tutela, também os bens digitais como novos integrantes desse rol requerem a incorporação de outras áreas do conhecimento que deem o suporte necessário à garantia dessa tutela. A fim de dar esse suporte, se faz imprescindível a integração da TI para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Digital.

Serão os profissionais de TI os responsáveis tanto pela análise técnica dos bens digitais que pleitearem a tutela e reconhecimento do Direito do Patrimônio Cultural, quanto da composição do plano de salvaguarda desses bens. São eles os conhecedores das especificidades de cada bem digital, de sua extensão e originalidade, além da descrição pormenorizada de suas características, individualmente ou em conjunto, das possíveis estratégias de conservação, restauração e manutenção desses bens e de seus respectivos suportes fáticos, podendo inferir o tempo de reavaliação técnica. Posto isso, mostra-se de fundamental importância a presença desses profissionais para a composição do registro, do inventário e demais elementos de tutela.

Contrariamente à tutela dos bens culturais “tradicionais”, que passam certo grau de restrição ao direito de propriedade, a tutela dos bens culturais digitais deve transitar por caminhos outros. Em função do caráter dinâmico, comunitário e complexo dos bens culturais digitais, sua proteção deve se dar em torno de mecanismos que impeçam a descaracterização do significado cultural que estes carreguem, sem, contudo, impedir a interferência com vias a ampliar, atualizar ou mesmo ressignificar culturalmente esses bens. Vedar a reconstrução e reformulação cultural dos bens digitais é decretar a morte de seu valor cultural, tendo em vista que no ambiente virtual, tudo que não se adapta é esquecido, abandonado e acaba perecendo.

No entanto, garantir a acessibilidade e possibilidade de atuar ativamente no bem não implica liberdade irrestrita, pois tendo sido o bem criado por alguém, este deve ter seus direitos enquanto autor resguardados. Neste ponto torna-se crucial a atuação conjunta entre o Direito e a TI, na elaboração de um projeto de segurança que garanta o acesso amplo, contínuo e seguro aos bens culturais digitais, preservando também os direitos autorais, a autenticidade desses bens e sua integridade frente às ameaças e riscos digitais.

Deste modo, afere-se que a interdisciplinaridade do Direito do Patrimônio Cultural Digital se dá internamente, na operacionalização conjunta de vários microssistemas jurídicos, e externamente na atuação combinada com outras áreas do conhecimento. Posto isso, identifica-se que a

tutela jurídica dos bens culturais digitais abrange quatro elementos principais, mas que não eliminam a possibilidade de outros: o registro, como forma primaz de tutela; o inventário como instrumento complementar; o plano de salvaguarda e o projeto de segurança como elementos protetivos indiretos, uma vez que atuam ao redor dos bens culturais digitais, garantindo-lhes acesso seguro, sustentabilidade, definindo os métodos de conservação e restauro, que proporcionarão a continuidade desses bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito do Patrimônio Cultural Digital se apresenta como possibilidade necessária ante os desdobramentos da tecnologia, da informática e da cibernética no ambiente virtual, nas relações sociais, na produção e reprodução da cultura. Garantir a segurança jurídica no ambiente virtual, proteger as relações sociais, comerciais, pessoais, internacionais e tutelar as manifestações culturais, propiciando a perpetuação da cultura, é tarefa árdua e cara ao Direito, que deve se adaptar às novas demandas emergentes, resolvendo os conflitos e assegurando o cumprimento dos direitos e deveres socialmente convencionados.

Partindo dos conceitos de patrimônio cultural e de bens digitais, buscou-se inicialmente estabelecer uma ponte entre ambos, de modo a verificar a possibilidade de significação dos bens digitais como Patrimônio Cultural. Confirmada essa possibilidade, procedeu-se à subsunção do conceito de bens digitais aos institutos constituintes do Direito do Patrimônio Cultural, com o fito de determinar qual destes institutos poderia lhes conferir melhor tutela. Por conseguinte, seguiu-se a identificação dos elementos que devem constituir a tutela jurídica destes bens, de modo que ela se dê de forma efetiva e eficaz.

Com o propósito de contribuir para a evolução do saber jurídico, a partir da problemática de como o Direito do Patrimônio Cultural deve tutelar os bens culturais, cada vez mais atravessados, influenciados e quiçá determinados pelo ambiente virtual, este artigo não se propõe a esgotar a temática, mas a lançar sementes para discussões, estudos e produções no âmbito jurídico, que auxiliem o Direito a dar respostas efetivas e eficazes às novas demandas sociais na Era da Informação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juliana Evangelista de. *A tutela jurídica dos bens digitais após a morte*: Análise da possibilidade de reconhecimento da herança digital. 2017. 180 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_AlmeidaJEv_1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.
- BERTASSO, Bruno de Matos. *Bens Digitais em serviços de computação em nuvem e o direito de sucessão*. 2015. 67 f. Monografia (Graduação em Ciência da Computação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551 de 4 de agosto 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*: Parte Geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- IPHAN. *Patrimônio Cultural*: Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- LACERDA, Bruno Torquato Zampier. *A tutela dos bens tecnodigitais*: possíveis destinos frente à incapacidade e morte do usuário. 2016. 241 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- PAIVA, Carlos Magno de Souza. *Aulas ministradas na disciplina de Direito do Patrimônio Cultural, do curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto*. Ouro Preto: [s.n.], 2018.
- PAIVA, Carlos Magno de Souza. *A autonomia do direito do patrimônio cultural em relação ao direito ambiental*. 2014. 190 f. Tese (Dou-

- torado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_PaivaCMS_1.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- PINHEIRO, Patricia Peck. O Direito Digital como Paradigma de uma Nova Era. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, Jose Rubens Morato (Org.) *Os “Novos” Direitos No Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas*. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PINHEIRO, Patricia Peck. *Direito digital*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- REIS, Marina Gowert dos; SERRES, Juliane Conceição Primon; NUNES, João Fernando Igansi. Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 54-69, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n45p54/31197>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *Patrimônio cultural: a propriedade dos bens culturais no estado democrático de direito*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, 2016. Disponível em: <<http://www.esserenelmondo.com/pt/direito-patrimonio-cultural-a-propriedade-dos-bens-culturais-no-estado-democratico-de-direito-ebook104.php>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e sua Proteção Jurídica*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- UNESCO. *Charter on the Preservation of the Digital Heritage*. 2003a. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.
- UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. 2003b. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

OFICINA DE PERCUSSÃO NO BAIRRO COQUEIRO DA PRAIA: DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES MUSICAIS INSERIDOS NO PATRIMÔNIO NATURAL

PERCUSSION WORKSHOP IN THE COQUEIRO DA PRAIA NEIGHBORHOOD: DIALOGUES AND MUSICAL POSSIBILITIES PLACED INTO THE NATURAL HERITAGE

Sandro David Bezerra do Nascimento¹

RESUMO

Apresentamos a análise de resultados da oficina de percussão realizada entre os dias 24 e 27 de julho de 2018 na cidade de Luís Correia, no bairro chamado Coqueiro da Praia que fica a 10 quilômetros do centro da cidade. A oficina foi inserida dentro de um calendário de atividades que envolve a coordenação acadêmica do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, cuja sede corresponde ao Museu da Vila, núcleo da APA, Área de Proteção do Delta do Parnaíba. A sondagem do trabalho de pesquisa possui ligação direta com a nova museologia que possui suas bases com o surgimento de uma nova categoria de museus, os Ecomuseus. Representantes de uma nova abordagem epistemológica na geração de conhecimento dentro do território, destacando a experiência humana como foco de estudo e interesse nas novas práticas museológicas. A metodologia passa por uma interface multidisciplinar que agrega ensino da arte, etnomusicologia, educação patrimonial, pesquisa participante e salvaguarda do patrimônio. O contato com a percussão despertou na comunidade uma aprendizagem musical e uma imersão no mundo sensível na descoberta de seus sons, ritmos e suas memórias.

Palavras-chave: Percussão. Comunidade. Educação não formal. Patrimônio.

ABSTRACT

We present the result analysis of the percussion workshop held between July 24 and 27, 2018 in the city of Luís Correia, in the neighborhood called Coqueiro da Praia, which is 10 kilometers from the city center. The workshop was part of a calendar of activities that involves the academic coordination of the Masters in Arts, Heritage and Museology of the Federal University of Piauí, whose headquarters corresponds to the Museum of the Village, APA nucleus, Protection Area of the Parnaíba Delta. The survey of research work has a direct link with the new museology that has its bases with the emergence of a new category of museums, the Ecomuseum. Representatives of a new epistemological approach in the generation of knowledge within the territory, highlighting human experience as a focus of study and interest in new museological practices. The methodology goes through a multidisciplinary interface that aggregates art education, ethnomusicology, heritage education, participatory research

1 Mestrando em Arte, Patrimônio e Museologia pela UFPI – Universidade Federal do Piauí, professor EBTB do Instituto Federal do Maranhão – IFMA

and safeguarding of equity. The contact with the percussion awakened in the community a musical learning and an immersion in the sensible world in the discovery of its sounds, rhythms and its memories.

Keywords: Percussion. Community. Non-formal Education. Heritage.

INTRODUÇÃO

1 Um território rico em história, cores e tradições

O presente relato de pesquisa está relacionado a um trabalho de pesquisa em andamento do mestrado em Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí. O projeto está relacionado a um grande projeto mãe do ecomuseu do Delta do Parnaíba, que abrange quatro municípios e cujas ações já estão gerando resultados através da educação patrimonial, levantamento da documentação territorial e movimentos sociais, além de sua relação direta com a comunidade, associação de pescadores, bordadeiras, artistas visuais, artesãos e outros profissionais moradores da região, as atividades tem como principal objetivo a proteção e a salvaguarda do patrimônio cultural através de atividades que desenvolvem a sensibilização e o apreço pelo pertencimento ao lugar:

A Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba foi criada em agosto de 1996, possui uma área de extensão de 307.590,51 hectares e abrange três estados do Nordeste, Piauí, Maranhão e Ceará, percorrendo todo litoral Piauiense. A APA abrange 10 municípios: Tutoia, Paulino Neves, Araisos e Água Doce no Maranhão, Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia no Piauí, Chaval, Barroquinha no Ceará. (ICMBIO, 2019)

O projeto mãe estabelece uma série de atividades culturais e educativas entre seus projetos que são parte de um conjunto de ações de construção coletiva, participativa e que agem de maneira articulada com o objetivo de sensibilizar a população de moradores para gosto pelo pertencimento do lugar e a reconstituição de suas memórias e a proteção do seu território. O projeto matriz, de natureza polivalente, é construído coletivamente pelos saberes, fazeres e habilidades de profissionais de vários campos de conhecimento e por atores sociais do território com os quais interagem para, de forma participativa, construírem estudos, bens e serviços a fim de transformar uma dada realidade.

A sede do mestrado corresponde ao Museu da Vila e constitui um elemento do Ecomuseu Delta do Parnaíba, equipamento cultural e núcleo

central das atividades de pesquisa, que utiliza como documentação um acervo de natureza operacional, bens culturais integrados à APA Delta do Parnaíba, em uso, vivo, que utiliza elementos de sensibilização para construção de autoconhecimento das comunidades locais, o que inclui pesquisa, preservação e comunicação.

A atividade singular dessa oficina propõe confrontar e estabelecer uma proposta de ação e oportunidade de descoberta para a população e o território em que eles habitam, oportunidade essa, possível somente com uma proposta participativa e uma relação horizontal entre pesquisador e população. O contato com a arte, em especial a música, permite sensibilizar crianças, jovens e adultos e suas respectivas famílias para a pesquisa de elementos e materiais sonoros presentes na vila-bairro, um território habitado por populações remanescentes de populações indígenas, pescadores artesanais, cuja importância biológica representa um território de desova de tartarugas marinhas em risco de extinção, além de peixe-boi, cavalo marinho, mangues, um lugar que abriga sons, formas, cores, ritmos.

Importante destacar a intermediação da professora e habitante da região Dr^a Áurea Pinheiro como o elo de comunicação entre os pesquisadores e a comunidade. Além da importante contribuição como membro da comunidade local.

2 A nova proposta dos museus, aspectos históricos da nova museologia

A América Latina, a partir da década de 60, representa um campo fecundo para a produção intelectual de uma nova forma de conhecimento, inspirada em uma nova e revolucionária forma de se produzir conhecimento, na educação é destacado o trabalho de Paulo Freire e movimentos políticos e sociais que discutiam as novas orientações para a prática de proteção e pesquisa do patrimônio: As ideias do educador brasileiro Paulo Freire foram referências na elaboração da Declaração de Santiago em 1972. Exilado político no Chile, Paulo Freire participou de projetos educativos no governo de Allende, implantando seu método de alfabetização a partir de 1965. Conviveu e influenciou Hugues de Varine, presidente do Conselho Internacional de Museus (ICOM) à época da organização e realização do evento, sendo convidado por este a presidi-lo. Apesar de não ter tal intenção, o pensamento de Paulo Freire foi muito importante na Museologia a partir dos anos 1970, sobretudo no que se refere ao conceito “conscientização” da transformação do homem-objeto em homem-sujeito. (ALVES e

REIS, 2013). No mesmo ano, a Conferência Geral² da UNESCO adotou a sua Convenção para a Proteção do Patrimônio Natural e Cultural, também nomeada Convenção do Patrimônio Mundial, ou simplesmente Convenção (UNESCO, 1972). No mesmo ano, também, a mesa redonda de Santiago. A nova museologia possui suas bases com o surgimento de uma nova categoria de museus, durante os anos 70 os ecomuseu despontaram como uma nova abordagem epistemológica na geração de conhecimento dentro do museu, mais humanístico e próximo às comunidades locais, destacando a experiência humana como foco de estudo e interesse nas novas práticas museológicas:

A importância do estudo dos termos e conceitos para a consolidação do campo; a tendência às abordagens multiculturais; a preferência pela aproximação holista à Museologia e ao Patrimônio; a defesa do turismo sustentável; a ênfase no papel dos museus como instâncias vivenciais, que contribuem para a formação de indivíduos na plenitude de seu potencial; o interesse pelos projetos comunitários; a constante chamada das autoridades à ação (Scheiner, 2006).

A proposta de ação no território tem como principal objetivo a permanência e o incremento humano no território patrimonial, como principal elemento transformador, pois segundo Varine (2013) O desenvolvimento local, mesmo considerado em sua dimensão econômica, é antes de tudo um assunto de atores locais, comunidade, trabalhadores, e até mesmo veranistas.

A experiência como professor de música e músico, atuando em várias esferas e gêneros musicais atraiu, particularmente, minha atenção para um olhar etnomusicológico³ do lugar a forma como as pessoas se relacionam com a música, dando assim início ao processo de investigação que articula o rico patrimônio cultural e natural do território com a provocação de diálogos através da música. O Panorama geral, existe uma presença musical na comunidade em seu cotidiano: o rádio à pilha no campo de futebol, nos momentos de lazer ou trabalho dos pescadores, a rádio comunitária, a música das telenovelas e as atividades lúdicas do prazer em se ouvir – existem também pontos negativos, o abuso da poluição sonora dos turistas e

2 Para as Nações Unidas, a consecução desses objetivos estaria obrigatoriamente vinculada à aceitação, por parte de cidadãos e comunidades, empresas e instituições de todo o planeta, de sua responsabilidade comum sobre o meio ambiente; e da necessidade de compartilhamento de esforços para a melhoria das relações com o meio ambiente. (SCHEINER, 2012)

3 LÜHNING, Angela; TUGNY, Rosângela Pereira. *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016

ocasionais veranistas. Há também atividades profissionais relacionadas à prestação de serviço com músicos uma banda de baile moradora da região, com rico potencial para colaboradores e mediadores de projetos de música e projetos turísticos.

3 Metodologia de trabalho, uma atividade em construção

Para que se aplique um plano de ação no território, se faz indispensável uma escolha dos conceitos e métodos confrontados durante o trabalho participativo. O objetivo é sondar as possibilidades de diálogos, procurando assim brechas, fissuras para descobertas e disparos de atividades culturais em torno das práticas de proteção ao patrimônio.

Como princípio metodológico para as oficinas a educação não formal, representa a escolha mais óbvia para atividades educativas em centros culturais, pois segundo Gohn (2005), a educação não formal, até os anos 1980, foi tida como um campo de menor importância tanto entre os educadores quanto para as políticas públicas. Foi a partir dos anos 1990 que ela passou a ter destaque em decorrência das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. A flexibilidade quanto ao tempo e conteúdo, agrupamento por faixa etária, Afonso (1989) representa uma facilidade e novas possibilidades educativas em relação à educação formal, pois inclui todas as experiências de vida. Para Gohn (2005), a educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões: envolve a aprendizagem política dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação para o trabalho, a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitem os envolvidos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados à solução de problemas coletivos cotidianos; aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal em espaços e tempos diferenciados.

Educação patrimonial representa uma forma de trabalho inserida nas atividades da oficina pois segundo orienta o IPHAN:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural [...] (HORTA, 1999; p. 6)

4 Informações importantes sobre a oficina

A realização da oficina só foi possível devido ao fato de haver um projeto matriz na região desde 2014, o projeto tem uma proposta transformadora e está engajado em outras atividades que se comunicam e esse retroalimentam gerando uma rede de conhecimentos e práticas de preservação e salvaguarda.

A oficina de percussão realizada entre os dias 24 e 27 de julho de 2018 na cidade de Luís Correia, no bairro chamado Coqueiro da Praia que fica a 10 quilômetros do centro da cidade. O projeto de ação foi inserido dentro de um calendário de atividades abertas ao público durante o mês de julho que envolve a comunidade acadêmica e a população da região, as atividades acontecem no Museu da Vila, sede do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia e núcleo da APA, Área de Proteção do Delta do Parnaíba. O objetivo dessas atividades, além de movimentar a atividade cultural do museu, é de se produzir conhecimento com a população que representam pontos de partida de trabalhos, sondagens e atividades de pesquisa ação. A valorização das pessoas parte da seguinte afirmação: segundo Varine (2013), o patrimônio pode ser considerado o “capital real” do lugar, pois é herança da comunidade. Nesse sentido, a gestão do patrimônio cultural deve ser partilhada com seus herdeiros e com a gestão pública nos níveis municipal, estadual, federal, para que as decisões sejam tomadas com base em planos estratégicos, construídos com as comunidades locais. A participação do público tem ação direta com o sentimento de pertencimento do lugar.

O resultado das pesquisas retorna à comunidade através de produtos e serviços que compartilha e participa dos projetos, após o término, devolvendo a comunidade o resultado dos conhecimentos ou soluções problematizadas através da ação. O patrimônio cultural representa público alvo das ações – atores que estabelecem uma relação direta com o lugar e que interferem na paisagem cultural, com o intuito de buscarmos soluções sustentáveis para as relações que estabelecem com o meio ambiente. As ações dinâmicas e criativas objetivam a sensibilização para o conhecimento e reconhecimento do valor do patrimônio cultural.

As sondagens no território têm o propósito de estimular uma prática artística musical que desperte os sentidos para descobertas e diálogos relacionados a comunidade dos moradores do coqueiro, reforçando sensação de pertencimento e valorização do território. Outro objetivo é ocupar os espaços do museu com práticas que desenvolvam a cultura e o espírito de participação popular nas atividades recreativas e o exercício da educação patrimonial:

Perceber que a canção popular pode despertar o sentimento de pertencimento a lugares e grupos, o que é inerente ao ser humano, mas que precisa ser lembrado, por isso temos necessidades semelhantes e por isso vivemos juntos em sociedade, comunidades, famílias, tribos, enfim. Tudo isso com a finalidade de continuar “aprendendo e ensinando uma nova lição”, conforme ensinou outro grande poeta paraibano, Geraldo Vandré. Isto é cultura. Caderno de educação patrimonial (IPHAN. 2013)

As dimensões da diversidade cultural só podem ser compreendidas se os estudantes entenderem que não existe cultura superior, percebendo isso, perceberão que nosso país é pluricultural em função das dimensões continentais que possui (Pelegrini, 2009).

“A música tem sido, por ter características de uma linguagem universal e por atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento de programas e projetos da educação não formal”. (GOHN, 2015. p. 17). Esse tipo de fato é facilmente constatado ao se observar a grande quantidade de projetos presentes em escolas públicas em projetos educativos, mas diferente de algumas propostas de famosos grupos percussivos, não há uma pretensão de adestramento técnico dos participantes da oficina mas uma formação humana e um trabalho de sensibilização patrimonial, pois ainda segundo a autora: “O conteúdo apreendido nunca é exatamente o mesmo do transmitido por algum ser ou meio/ instrumento tecnológico porque os indivíduos reelaboram o que recebem segundo sua cultura” (GOHN, 2015. p.18)

A oficina está inserida nas novas propostas de uma museologia interdisciplinar, integradora que possui como principal objetivo a melhoria de qualidade de vida das pessoas e consequentemente do lugar. Os trabalhos desenvolvidos no Museu da Vila buscam um trabalho de sensibilização da população para salvaguarda do patrimônio natural da região. As atividades possuem um objetivo emancipatório através de práticas da educação informal e da participação social no método horizontal de relacionamento entre pesquisadores e comunidade. A mediação tem o objetivo de produzir um ensino ativo dos educandos, estabelecendo a comunidade como sujeito do seu conhecimento como Paulo Freire exemplifica: “Educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos do ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento”. (FREIRE, 1968. p.78). O projeto possui então um forte compromisso com o engajamento social e geração de conhecimento através da arte, especialmente

da linguagem musical.

A música está presente na comunidade de uma forma híbrida, seguindo as tradições do mundo latino-americano, de Canclini (2008), podemos notar em alguns exemplos da comunidade, a presença lúdica da música das novelas, a memória na escolha do repertório, o sertanejo e o forró; alguns clássicos da MPB, rock e outros da atualidade. Assim como músicos que moram no bairro e tocam até profissionalmente. O engajamento social através da música pode representar novas possibilidades profissionais para essa comunidade de músicos.

5 Foco na percussão, método participativo

A opção pelo estudo focado no ritmo está relacionada aos estudos que desenvolvem a coordenação e a linguagem universal para a compreensão da unidade musical, para Jeandot:

Para Wagner, a música é “a linguagem do coração humano”. Esse conceito nos leva a ideia de ritmo, que é o elemento básico das manifestações da vida e também um princípio fundamental na música. Alguns povos podem até desconhecer a melodia e a harmonia, mas nenhum desconhece o ritmo. (JEANDOT, 1993. p. 12)

A música popular e contemporânea oferece uma grande variedade de sons e de instrumentos musicais. O estudo da percussão representa uma oportunidade de contato entre alunos com as possibilidades sonoras de cada instrumento, assim segundo Paiva (2005), abre-se a possibilidade de o aluno ‘transitar em diferentes universos’, podendo estudar bateria, percussão popular e percussão erudita, sem nenhum tipo de barreira ou restrição. Com esse objetivo a metodologia de trabalho utiliza sons corporais, instrumentos convencionais e percussão feita com sucata, o objetivo da ação é analisar as propostas sob possibilidades de ensino e aprendizagem musical.

A oferta da oficina foi aberta ao público geral, com o objetivo da participação de todos. Um público misto demonstrou interesse na participação das atividades, em geral crianças e jovens, mas uma surpreendente participação de adultos e até idosos. De diferentes gostos musicais, experiências e história de vida, o que permitiu estender o leque de possibilidades de ação da oficina.

As turmas foram divididas de acordo com a faixa etária e reservando a reunião noturna para os adultos, em função de seus compromissos

com o trabalho e família. As faixas etárias possuíam peculiaridades em seu planejamento. O plano de ação da oficina tem como objetivo a participação de todos da comunidade, pois o grande objetivo é justamente a inclusão. Para despertar a participação de todos foi estabelecido uma proposta que utiliza metodologias participativas na produção do conhecimento. Como ponto de partida, a explicação básica de elementos básicos da sintaxe sonora⁴, como as propriedades sonoras e musicais e o exercício de audição para sons de várias naturezas diferentes, entre eles os sons da paisagem natural do lugar. A ação educativa foi sendo construída ao longo das aulas, a princípio com foco na coordenação motora como caminho técnico para a expressão musical. Inicialmente, os primeiros exercícios despertavam a percepção corporal, ao som de palmas, sons de pisadas, caminhar, sons produzidos pela própria voz.

Os primeiros exercícios estão direcionados a uma escuta ativa, pois a principal qualidade de um músico é a sua percepção sonora, então as primeiras atividades estavam ligadas à audição e ao reconhecimento de propriedades sonoras como a percepção dos sons naturais (o ruído do vento lá fora, o som das ondas mar próximas ao museu escola, o som na vegetação, o trânsito dos poucos veículos e vozes distantes da comunidade, o primeiro exercício de audição ativa revelou um patrimônio cultural rico em sonoridades e vida. Sobre a escuta ativa:

Temos que aprender a escutar. Pareceria que se trata de um hábito esquecido. Devemos sensibilizar o ouvido ao milagroso mundo sonoro que nos rodeia. Quando tivermos desenvolvido alguma agudeza crítica poderemos idealizar projetos de maior envergadura com implicações sociais de modo que outras pessoas possam ser influenciadas por nossas próprias experiências. O objetivo primordial consistiria em começar a tomar decisões conscientes sobre o próprio desenho do nosso universo sonoro (SCHAFER, 1992 apud BERTOLINI, 2011, p. 12).

O exercício da escuta representa o ponto de partida fundamental para a compreensão significativa musical. O segundo passo, exercícios focados na coordenação motora, trabalhada concomitante com o estudo do ritmo a partir do conceito de pulsação. A escrita musical simplificada foi meio utilizado para explicar as divisões e durações das notas musicais eram cantadas com a sílaba TA.

4 JEANDOT, Nicole. Explorando o Universo da Música. São Paulo: Scipione, 1997.

Uma combinação de linhas metodológicas permeava a atividade (VIEIRA e SILVA, 2015) o fio condutor conduzia aula como uma situação ensino – aprendizagem que se desenvolve dentro de um processo linear e contínuo, possibilitando o acompanhamento e a percepção do professor das diversas fases do aluno. A avaliação dos objetivos alcançados ocorria de forma coletiva, a situação de aprendizagem é administrada em curto período de tempo, de forma mais técnica, enfocando a aplicabilidade destes conhecimentos para a ação diretamente prático-musical.

Seguindo o plano inicial de trabalho, prosseguimos com o ensino de propriedades do som e da música como elementos mínimos para a compreensão do fenômeno sonoro e como alfabetização básica para a atividade plástica da produção sonora, correspondendo aos parâmetros básicos de entendimento da teoria como auxílio da prática. Para que houvesse uma compreensão mínima do estudo rítmico foram criados alguns esquemas gráficos para que fosse representada a execução, adequando sinais para que sejam representadas as acentuações e variações timbrísticas.

As propriedades da música foram dialogadas concomitantemente com a audição de músicas de diversos estilos, através de perguntas e análise dos participantes, o foco inicial era o interesse e envolvimento nas atividades propostas.

Noções de melodia e harmonia foram apresentadas como elementos básicos do estudo da música, mas a atenção central das propriedades musicais estava na escolha pelo estudo do ritmo. Para Jeandot (2002) “Essa noção rítmica instintiva, a que se mesclam elementos sensoriais e afetivos, constitui a base do nosso senso de equilíbrio e harmonia. ”Nosso corpo pulsa um ritmo vital, as batidas do coração, os sons da paisagem praiana, assim a descoberta de ritmos na natureza é a própria descoberta de seu patrimônio cultural.

Os instrumentos de percussão utilizando materiais reciclados foram o primeiro recurso sonoro utilizado como forma de instrumentos externos ao corpo, como as garrafas pet, aos poucos, instrumentos formais, tradicionais da percussão como o *ganzá*, *cowbell*, *jamblock*, e o *Cajon* foram inseridos nos exercícios rítmicos, recursos profissionais que foram utilizados como ferramenta exploratória com o objetivo de identificar os sons percussivos que os alunos possuíam mais afinidade com a textura sonora e as possibilidades de manuseio.

Os exercícios eram focados a princípio na coordenação motora e na descoberta de células básicas como semínimas e colcheias (Jeandot, 2002). Para o desenvolvimento da pulsação em conjunto foi proposto uma atividade com copos plásticos, passando de mão em mão em um círculo seguindo

um ritmo de uma música.

Após os exercícios iniciais, no decorrer dos dias estabelecemos um diálogo sobre os tipos de instrumentos musicais e as preferências pessoais de cada aluno. Foi proposto de forma participativa, um roteiro para apresentação musical (recital), significando, assim, a aprendizagem. Mesmo em um curto espaço de tempo, cada um ficou à vontade para, dentro de suas possibilidades, escolher uma música para que pudesse aprender o seu ritmo. A proposta de apresentação de um recital estimulou os participantes a se dedicarem em suas apresentações, o recital só foi possível devido a colaboração dos demais mestrandos como músicos de apoio e foi o ápice da noite, os alunos e as famílias abraçaram o projeto e as possibilidades a partir dele. A escolha do repertório revelou muito do sentimento em relação à música, memórias e sentimentos diversos: alegria, saudade.

6 Atividade como geração de conhecimento

Diariamente, os resultados e as decisões que marcavam os novos rumos das atividades eram anotados em um diário de bordo, a atividade de reflexão sobre a ação, partituras, observações dos participantes, marcaram o início do trabalho investigativo.

A pesquisa participante e a educação popular partiram do princípio de que assim como não existe vazio de poder, também não existe um vazio de saberes e cultura (STRECK, EGGERT e SOBOTTKA, 2006) A proposta de ação possui relação direta com as novas práticas de pesquisa social e representa um caminho diferente das atividades de pesquisa inspiradas na tradição do positivismo, esta cisão está em consonância com a atual inclusão de novos atores sociais na produção de conhecimento. Atendendo as exigências do mundo científico encontramos em Thiollant (2011) uma preocupação em explicitar a pesquisa ação como atividade que atendes as exigências científicas, considera essa pesquisa como uma experimentação através do qual as pessoas mudam situações de sua vida. Aliada a essa base empírica, tem-se o controle metodológico do processo de pesquisa e, finalmente, o consenso dos pesquisadores sobre o que está sendo observado e interpretado.

A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o nível de conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. O principal objetivo não é o mero ativismo político social, sobretudo é a geração e o compartilhando de saberes através do diálogo em articulação com o desenvolvimento social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina foi uma atividade importante para uma avaliação de sondagem no território para descoberta de possibilidades sonoras através de ações, intervenções e propostas participativas no desenvolvimento de uma aprendizagem significativa no campo sonoro e musical. Na verdade, é um início de um trabalho e não um fim. Pois a atividade representa uma oportunidade de sondar as aptidões da comunidade e as possibilidades de se construir um projeto participativo através do diálogo em que as práticas educativas possibilitem o desenvolvimento de um sentimento sensível ao território e às possibilidades turísticas e territoriais da sua comunidade.

Os moradores do território são guardiões de um importante patrimônio cultural representado por uma natureza exuberante e reféns de uma exploração imobiliária que põem em risco o meio ambiente e as tradições e memórias de uma região cujas origens estão tradicionalmente relacionadas às artes de pesca.

O território é marcado por um acentuado contraste social, marcado pela especulação imobiliária, ausência de políticas públicas que promovam a justiça social e oportunidades para a melhoria de vida das pessoas. A prática museológica não representa uma fórmula salvadora da condição social, mas um disparo para que os usuários se engajem em atividades emancipatórias que podem, por consequência, estimular a proteção patrimonial.

A oficina se mostrou bem sucedida como gatilho, ou trampolim, para delimitar o campo de pesquisa até então. O trabalho não possui o objetivo de se encerrar em si mesmo, necessita de uma continuação para que seja significativo e integrador com as demais atividades musicais como a crítica reflexiva, análise e autonomia nos estudos musicais, a educação informal representa nesse sentido a opção mais adequada aos novos modelos de museus e aos atores que nele desempenham um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento da aprendizagem e na geração de conhecimento.

A incursão investigativa demonstrou por conclusão, um território rico para desenvolver pesquisas sob o cenário da riqueza patrimonial com elementos da memória que possuem. Além disso, através do movimento social e da música, estão dispostos a descobrir sua própria sonoridade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da Educação não-escolar: reatualizar um, objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; S. R. Stöer (Orgs.). *A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento*, biblioteca das ciências do homem. Porto: Afrontamento, 1989.
- ALVES, Maria Siqueira; REIS, Maria Amélia G. Sousa. Tecendo Relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2013.
- BERTOLINI, L. Qualidades do som: Escuta Ativa e a Exploração Musical. In: *Cadernos da Rede – Formação de Professores. Percursos de aprendizagens: A escuta ativa e a exploração musical - A Rede em rede: a formação continuada na Educação Infantil*. São Paulo: SME / DOT, 2011.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 67 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.
- JEANDOT, Nicole. *Explorando o universo da música*. São Paulo: Editora Scipione, 1997.
- LÜHNING, Angela; TUGNY, Rosângela Pereira (Orgs.). *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016.
- PAIVA, Rodrigo Gudin. *Percussão: Uma abordagem integradora nos processos de ensino e aprendizagem desses instrumentos*. In: ANPPOM – DÉCIMO QUINTO CONGRESSO, 15., 2005.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Cultural: Consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>.
- SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-

30, jan. /abr., 2012.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades*. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. (Caderno Temático; 3)

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, 1972. Disponível em: <<https://en.unesco.org/themes/education-sustainable-development>> desenvolvimento sustentável UNESCO>. Acesso em: 28 maio 2019.

UNESCO. *Educar para um desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <<http://en.unesco.org/themes/education-sustainable-development>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro: o Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VIEIRA, Niágara da Cruz. SILVA, Paulo Roberto Teles da. Oficina de construção de instrumentos alternativos: um espaço para a criação de novas estratégias para sala de aula? *Interlúdio*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 32-36, 2015.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

OS IMPACTOS DAS DESCARACTERIZAÇÕES NA APREENSÃO DOS VALORES DE UM BEM PATRIMONIAL: O CASO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DE SÃO LUÍS/MA

DISFIGUREMENTS IMPACTS IN THE PERCEPTION OF CAPITAL ASSET'S VALUES: THE CASE OF SÃO LUÍS ARCHITECTURAL AND LANDSCAPE COMPLEX IN MARANHÃO

Ellis Monteiro dos Santos Pacheco¹
Danielle Faccin²

RESUMO

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís no Maranhão está protegido nas esferas municipal, estadual e federal, além de integrar a lista do Patrimônio Mundial da Unesco. A conservação e a preservação das características arquitetônicas de seus bens edificados são fundamentais para a apreensão dos valores urbanos e paisagísticos pelos quais é reconhecido. A partir de um levantamento de campo realizado em 2014 e 2019, observou-se as características de fachada e volumetria das edificações localizadas nas ruas Santo Antônio, da Palma, Portugal, 14 de julho e Osvaldo Cruz (Rua Grande), selecionadas por representarem a variedade de usos e tipologias arquitetônicas presentes em todo o conjunto protegido. Neste levantamento, identificaram-se as descaracterizações sofridas pelos imóveis e buscou-se compreender os impactos dessas intervenções na apreensão primeira da imagem do conjunto tombado. Constatou-se, também, que tais intervenções descaracterizantes foram, muitas vezes, realizadas no intuito de melhor adaptar-se os imóveis ao uso e às necessidades contemporâneas. Com base nesta análise, por último, procurou-se apontar alguns desafios a serem enfrentados na gestão desse conjunto protegido, de forma a equilibrar as dinâmicas entre o uso e a adaptação dos imóveis, visando garantir a preservação dos valores do Centro Histórico de São Luís.

Palavras-chave: Intervenção. Preservação. Gestão.

ABSTRACT

São Luís Architectural and Landscape Complex, located in Maranhão, is protected at municipal, state and federal levels, and is part of UNESCO's World Heritage List. The conser-

1 Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN-PEP/MP). Arquiteta e Urbanista (UFSC).

2 Técnico I – Arquitetura e Urbanismo (IPHAN/MA). Mestre em Preservação do Patrimônio Arquitetônico (UPV) e Mestre em Ciências Sociais (UFSM). Arquiteta e Urbanista (UFSM).

vation and preservation of the asset's architectural features, built in the complex, are crucial for perceiving the urban and landscape values for which it is known. With a field survey conducted in 2014 and 2019, facade and volumetric features were found in the buildings located on the streets Santo Antônio, Da Palma, Portugal, 14 de Julho and Osvaldo Cruz (mostly known as 'Rua Grande'), which were chosen for depicting the great variety of architectural usages and typologies prevalent in the whole protected complex. This survey identified that the properties underwent disfigurements, and aimed at understanding these interventions impacts in the first image perception of the complex listed as historic site. Likewise, it was possible to determine that these misrepresenting interventions have been often performed in an attempt to better adapt the buildings to present-day needs and usages. Finally, based on this analysis, some challenges that need to be faced in the protected complex management are mentioned in order to balance the activities between the buildings' usage and customization with the intent of assuring the preservation of São Luís Historic Center's values.

Keywords: Intervention. Preservation. Management.

INTRODUÇÃO

Construído sobre um terreno elevado no encontro entre os rios Bacanga e Anil, está o Centro Histórico de São Luís originado da ocupação francesa em 1612. Posteriormente, sob o domínio português, ali tomou forma uma nova cidade colonial sobre um traçado urbano ortogonal, no sentido norte-sul, de acordo com o projeto do primeiro Engenheiro-Mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita. Sobre esta malha, principalmente nos séculos XVIII e XIX, se expandiu a ocupação urbana formada, predominantemente, por edifícios representativos da arquitetura civil, os quais se mesclaram com alguns exemplares de tipologia religiosa e, mais tarde, com imóveis de carácter oficial de estilo neoclássico ou eclético (IPHAN, 2007). Os exemplares arquitetônicos remanescentes do período de ocupação portuguesa que atualmente observamos no Centro Histórico de São Luís são, portanto, resultado do rico período econômico que a cidade atravessou e refletem a forma de ocupação e aproveitamento dos lotes determinados pelo traçado urbano regulador imposto pelo plano de Frias de Mesquita com as adaptações necessárias ao clima e estilo de vida da Colônia (SILVA FILHO, 1998).

Neste assentamento urbano as edificações, principalmente de uso residencial e comercial, foram implantadas sobre a testada e os limites laterais dos lotes com partido retangular, em “L”, “C”, “U” ou “O”. Para cada partido observamos variações de tipologia, sendo a mais simples a porta-e-janela, seguindo-se a meia-morada, a 3/4 de morada, a morada-inteira, a morada-e-meia, a casa térrea de comércio e os sobrados de dois até quatro pavimentos (de uso misto ou não), tendo como variante de todas elas a possibilidade de apresentar parão e/ou mirante (SILVA FILHO, 1998, p. 45).

A todos estes tipos tradicionais presentes no conjunto também se soma a casa de porão alto, resultado da transição para o ecletismo (REIS FILHO, 1978).

Em relação à volumetria dos imóveis é possível perceber a direta correspondência entre as plantas e a distribuição das águas da cobertura, diferenciando-se em edificações de centro de quadra, esquina e isoladas e quadra inteira (Figura 1). Sobre as coberturas, cabe destacar que sua estrutura articulada com robustas peças de madeira e arrematadas com telhas de barro têm suas águas projetadas para o interior do lote ou para a rua, nunca para o lote vizinho, reforçando a uniformidade característica da paisagem do Centro Histórico de São Luís (SILVA, 2010, p. 79).

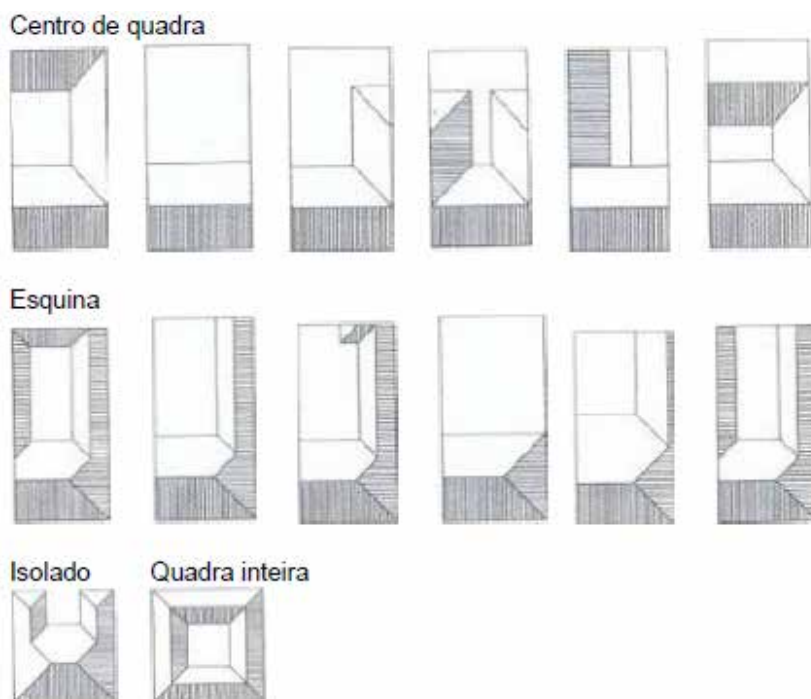


Figura 1 – Esquema geral dos telhados. (Fonte: SILVA, 2010, p. 89).

As fachadas voltadas para a rua são caracterizadas pela predominância de cheios sobre os vazios, apresentando acabamento em argamassa e pintura ou revestimento de painéis de azulejos (o que conferiu um dos apelidos pela qual São Luís é conhecida: “cidade dos azulejos”). Por outro lado, as fachadas voltadas para o interior do lote abrem-se para uma área livre com quintal, jardim ou horta e apresentam-se leves e vazadas. É comum a presença de varandas na transição entre os compartimentos internos e o

espaço não coberto, sendo estas geralmente abertas nos térreos e fechadas com painéis de esquadrias de madeira venezianada e vidro nos pavimentos superiores. Esse contraste entre uma fachada tectônica marcando o ritmo da rua e uma fachada estruturalmente leve voltada para o interior do lote é uma das principais características da arquitetura civil em São Luís, muito bem retratada por Silva Filho (1998, p. 52) quando este expõe que “na frente, as esquadrias estão nas paredes” e “nos fundos, as paredes são as esquadrias”.

Assim, enquanto os fundos apresentam uma composição mais informal e menos rígida, na fachada frontal (Figura 2) os vãos apresentam dimensões regulares, prumada constante e vergas niveladas, salvo em casos em que se dá um destaque especial ao vão de acesso principal do edifício. As frentes não apresentam saliências ou reentrâncias, “excetos os resultantes dos beirais, das sacadas, das portadas e das guarnições dos vãos e das quinas, que se apresentam em cantaria ou em massa” (SILVA FILHO, 1998, p. 51). Os vãos, por sua vez, apresentam geralmente verga reta ou em arco abatido e, posteriormente, com a influência do neoclassicismo no Brasil, passam a apresentar verga em arco pleno (REIS FILHO, 1978). Além desses, observam-se arcos ogivais em menor ocorrência. Nos pavimentos superiores, janelas rasgadas ou de peitoril seguem o mesmo alinhamento dos vãos do térreo, podendo apresentar ou não a mesma composição de cercadura. Quando rasgadas, as janelas abrem-se para balcões sacados com bacia em cantaria, individuais ou corridos, ou apresentam gradis entalados. Ainda podem ser observados óculos nas fachadas, nos pavimentos superiores ou no nível do assoalho, em formatos circulares, retangulares ou ovais, guarnecidos por gradis de ferro.



Figura 2 – Exemplos de composição de fachadas e disposição de vãos em imóveis tradicionais do Centro Histórico de São Luís. (Fonte: acervo de Danielle Faccin, 2019)

A manutenção das características da cidade colonial descrita é resultado, em parte, do período de estagnação econômica pelo qual São Luís passou no início do século XX. Contudo, ainda em meados da mesma centúria as pressões do crescimento e o anseio pela modernidade começam a pôr em risco a preservação deste sítio urbano, chamando a atenção do então nascente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Após alguns tombamentos de edificações isoladas de São Luís entre os anos 1939 e 1950, o SPHAN inicia estudos para o tombamento de conjuntos do Centro Histórico da capital maranhense, tendo como objetivo preservar o conjunto arquitetônico de características singulares da cidade, de acordo com o caráter de excepcionalidade prescrito no Decreto-lei nº 25 (BRASIL, 1937). Assim, foram tombados quatro conjuntos arquitetônicos localizados na área do Centro Histórico de São Luís na década de 1950. Em 1974, as ações de tombamento foram ampliadas, somando aos três conjuntos acautelados anteriormente (Conjunto da Praça João Francisco Lisboa e Largo

do Carmo, da Praça Benedito e do largo fronteiro à Igreja do Desterro) as áreas referentes aos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, em um tombamento de nível federal maior conformando o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 1997 o Centro Histórico de São Luís foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, por apresentar-se como um testemunho excepcional da civilização colonial portuguesa e um modelo notável dessa ocupação adaptada às condições climáticas equatoriais, além de um exemplo relevante de cidade que preservou seu tecido urbano harmoniosamente integrado em seu ambiente natural (UNESCO, 1997). A área urbana considerada pela Unesco como Patrimônio Mundial coincide, integralmente, com o traçado original de Frias de Mesquita ainda preservado, o qual não estava totalmente considerado no tombamento federal. Isto levou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) à elaboração de um processo para rerratificação do perímetro tombado, com o objetivo de igualar a área tutelada em nível federal àquela inscrita pela Unesco (IPHAN, 2007). Neste processo, finalizado em 2013, somou-se o reconhecimento da importância do valor de composição urbanística do assentamento, passando o bem tombado a chamar-se Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís (BRASIL, 2013).

No entanto, ainda que tenham sido atribuídos valores às arquiteturas históricas ludovicenses por meio do seu reconhecimento nacional e internacional como patrimônio, não se inibiu a realização de intervenções descaracterizantes nos elementos que compõem as fachadas, as coberturas e volumetrias das edificações deste conjunto. Tendo esta problemática como pano de fundo, neste artigo retomamos a discussão de um fragmento desenvolvido no estudo de Pacheco (2014), buscando compreender de que forma as intervenções pontuais nas edificações impactam na apreensão de todo o conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís. Como nos lembra Bruno Zevi (2009, p. 25) a experiência do espaço arquitetônico prolonga-se para além dos edifícios, alcançando os espaços da cidade, os quais são conformados e delimitados por diferentes elementos, mas que em essência são os mesmos que distinguem o espaço arquitetônico. Nesse sentido, estudar as fachadas dos edifícios é importante, não só como parte daquilo que conforma cada uma das arquiteturas, mas como parte do que forma o espaço urbanístico, sendo que as alterações naquelas influenciam a qualidade da apreensão deste.

1 Método

O principal motivador da preservação patrimonial é a transmissão dos Bens culturais para as gerações futuras, ideia preconizada no preâmbulo da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964). E para isso, é fundamental identificar, atribuir e difundir os valores essenciais destes Bens, que no caso específico do patrimônio arquitetônico podem incluir as variantes documental, artística e significativa, conforme demonstra González Moreno-Navarro (1999). Segundo este autor, o valor documental está vinculado com a capacidade de um Bem falar de si mesmo ou sobre seu passado, além de testemunhar e evocar episódios deste tempo. Já o valor artístico (ou arquitetônico) consiste nos traços definidores do Bem, como a beleza formal e espacial, a racionalidade construtiva, a inserção na trama urbana, a eficácia em relação ao uso e a transmissão de mensagens. Por último, o valor simbólico está vinculado à significação coletiva do Bem em referência ao passado e ao presente. Portanto, é a leitura clara destes valores que permite a apreensão daquilo que é autêntico ao Bem e que, por consequência, motiva sua preservação e reconhecimento como patrimônio. Assim, intervenções que descaracterizam os imóveis provocam impactos na eficácia da transmissão de suas características, significados e memórias deturpando, em alguma medida, a apreensão dos valores essenciais desses Bens.

Para compreender os impactos dessas intervenções na apreensão do conjunto tombado, tomamos como base o estudo de Pacheco (2014), realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, intitulado *“O papel das normativas na preservação e ocupação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís – MA”*. Neste trabalho, a autora analisa os elementos a serem considerados para a elaboração de novas diretrizes de intervenção no centro antigo de São Luís, visando a construção de uma normativa própria assentada nas características que justificaram o tombamento. Para tal, foi necessário identificar primeiramente as intervenções mais recorrentes produzidas nas edificações do conjunto tombado, o que foi realizado por meio de levantamentos e sistematização das informações coletadas no Arquivo Geral da Superintendência do IPHAN/MA e em campo a fim de, posteriormente, traçar um paralelo entre as solicitações analisadas nos processos e ações identificadas nas ruas.

Como suporte teórico para orientar os levantamentos das ações nas edificações e, posteriormente, analisar as informações coletadas tomamos como definição de ‘intervenção’ e ‘conservação’ os conceitos dispostos no artigo 3º, inciso I e II, respectivamente, da Portaria nº 420 de 22 de dezembro de 2010:

I – Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da área de entorno, tais como serviços de manutenção, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade.

II – Conservação: conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem (IPHAN, 2010)

No levantamento das intervenções descaracterizantes do Centro Histórico de São Luís realizado *in loco* no ano de 2013 foi adotada a delimitação da área em ‘Percursos’ representativos do conjunto definidos a partir das variações tipológicas arquitetônicas associadas aos usos das edificações (Figura 3), onde foram analisadas as faces de quadra. Esse procedimento foi aplicado com a finalidade de viabilizar a leitura e compreensão da rua na condição de pedestre, o que seria impossível se esta investigação ficasse limitada ao perímetro das quadras. Com isso foram definidos quatro percursos:

- a. *Percurso 1 – Rua da Palma*: localizada ao sul do perímetro tombado, esta rua se caracteriza pela presença majoritária de residências unifamiliares, em edificações de tipologia porta-janela e meia morada; em alguns casos, a ocupação no pavimento térreo é feita por pequeno comércio/serviço e no pavimento superior com residência.
- b. *Percurso 2 – Rua Portugal, Rua do Giz e Rua 14 de Julho*: dividido em três partes, com ruas de mesmo tipo de uso predominante – institucional – e de tipologia arquitetônica – sobrado de três pavimentos –, alguns dos quais são revestidos com azulejos portugueses. Este percurso está inserido em uma área considerada como o primeiro núcleo urbano de São Luís.
- c. *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)*: localizada ao leste do perímetro tombado, próximo ao limite da poligonal. Lá é possível verificar maior frequência do uso comercial, estabelecido em edificações com tipologia predominantemente de sobrado de dois pavimentos com suas características arquitetônicas já alteradas, porém.
- d. *Percurso 4 – Rua de Santo Antônio*: localizado à nordeste, próximo à Praça Antônio Lobo, onde está situado o Convento Santo Antônio. O trajeto é marcado pela presença de imóveis com uso residencial unifamiliar em edificações que variam seu gabarito entre um e dois

pavimentos, predominando as tipologias de pequeno porte, como porta e janela, meia morada e morada inteira.



Percurso 1 - Rua da Palma



Percurso 2 - Rua Portugal



Percurso 2 - Rua do Giz



Percurso 2 - Rua 14 de Julho



Percurso 3 - Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)



Percurso 4 - Rua Santo Antônio

Figura 3 – Imagens ilustrativas dos percursos. (Fonte: acervo de Ellis Monteiro dos Santos Pacheco e Danielle Faccin)

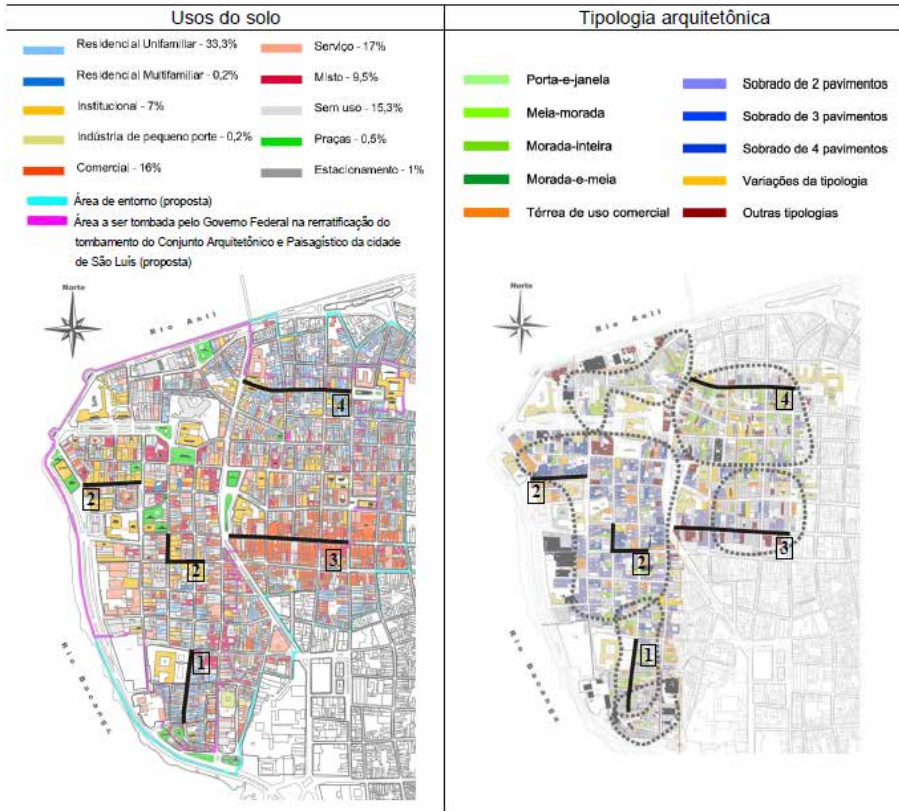


Figura 4 – Mapas representativos dos trajetos estabelecidos para estudo.
(Fonte: IPHAN, 2007 e CARDOSO, 2012, respectivamente)

Este trabalho de levantamento apontou vários impactos produzidos por intervenções descaracterizantes nos imóveis do Centro Histórico da capital maranhense. Contudo, como posteriormente não se deu prosseguimento institucional no trabalho de construção da normativa de preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís, coube a realização de um levantamento atualizado destas intervenções visando a retomada desse propósito maior.

O novo levantamento de campo foi realizado neste ano de 2019 e repetiu a metodologia que gerou a análise empreendida entre 2013 e 2014. Foram, então, realizados os mesmos percursos, abrangendo o levantamento de dados em 185 imóveis, sendo 45 no *Percurso 1*, 48 no *Percurso 2*, 44 no *Percurso 3* e 48 no *Percurso 4*. Trata-se, portanto, de uma amostra de 13,71% do total dos 1.349 imóveis que estão inseridos na poligonal de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís.

Neste último levantamento, buscou-se analisar de maneira mais pormenorizada as descaracterizações presentes em cada imóvel dos quatro percursos, quantificando-as. A coleta de dados foi focada nas intervenções presentes nos imóveis que são facilmente observáveis por qualquer transeunte que se desloque pelos percursos, ou seja, restringiu-se ao que é possível observar numa apreensão primeira da imagem dos imóveis que compõem o conjunto tombado. Portanto, é possível que existam outras descaracterizações que não foram levantadas neste trabalho de campo por não serem visíveis do nível da rua, mas que podem ser perceptíveis a partir de outros pontos de visada, o que exigiria um levantamento mais detalhado para cada imóvel.

Por fim, além de identificar os tipos de descaracterizações presentes nas fachadas e volumetrias dos imóveis, o levantamento de campo também permitiu qualificar as intervenções descaracterizantes segundo os critérios abaixo:

- a. de FÁCIL reversão, naqueles casos em é possível a simples retirada do elemento perturbador ou a realização de pequenos serviços sem alterar a conformação do imóvel, como por exemplo, aplicar uma nova pintura sobre a fachada;
- b. de MODERADA dificuldade de reversão, quando exige a execução de pequenas obras para a retirada de revestimentos de fachada inadequados ou para a colocação de novos elementos e instalações em substituição aos retirados que eram descaracterizantes, como vão emparedados, esquadrias e quadros medidores de energia elétrica;
- c. de DIFÍCIL reversão, quando exigem a realização de obras que intervenham sobre a composição formal e o sistema construtivo do imóvel para atingir a recomposição desejada, como os casos de marquises, vãos alargados e alterações volumétricas. Tratam-se de reversões mais dispendiosas e, muitas vezes, sobre intervenções já consolidadas.

2 Resultados

Com o trabalho de campo realizado na área de tombamento federal do Centro Histórico de São Luís e posterior análise efetuada entre 2013 e 2014, foram identificadas distintas categorias de interferências incidentes sobre as edificações do conjunto situadas nos *Percursos 1, 2, 3 e 4*, as quais foram classificadas conforme demonstrado a seguir:

- a. *Estado de conservação dos imóveis*, considerando a presença de crescimento de vegetação daninha na fachada ou cobertura, vestígios de umidade e infiltrações, presença de vidros quebrados, perda de elementos decorativos e demais aspectos que configurem falta de manutenção no imóvel deturpando sua aparência.
- b. *Alteração dos vãos e esquadrias dos imóveis*, seja com a modificação do material utilizado tradicionalmente, aplicação de pintura ou película nos vidros, alteração do tipo de funcionamento, vedação ou alargamento dos vãos de portas ou janelas, além de mudanças nas configurações das bandeiras existentes.
- c. *Presença de elementos perturbadores no imóvel*, tais como aparelhos condicionadores de ar, grades e telas nos vãos, calhas e dutos de canalização de águas pluviais, toldos e engenhos publicitários em cor, material, quantidade e dimensões inadequadas, cabeamento e dutos de instalações elétricas, telefônicas e de lógica aparentes, antenas, cercas elétricas e demais elementos acoplados nas fachadas ou coberturas que são de fácil remoção.
- d. *Presença de elementos descaracterizantes no imóvel*, entendidos como aqueles que passaram a fazer parte da composição dos imóveis, seja como elementos estruturais, seja como revestimentos, tais como marquises, assentamento de azulejos industriais ou revestimento com pedras ornamentais.
- e. *Pintura descaracterizante*, em relação à aplicação de cores em desacordo com as diretrizes praticadas nas fachadas dos imóveis da área tombada.
- f. *Aparência de desmembramento ou unificação de imóveis*, por meio da aplicação de cores de pintura e revestimentos distintos para subdividir uma mesma fachada, ou então, aplicação de um mesmo tratamento de fachada em imóveis adjacentes, limitando a compreensão de cada unidade imobiliária.
- g. *Acessibilidade*, quanto à presença da inserção de escadas, degraus ou rampas para favorecer o acesso aos imóveis, geralmente construídos sobre o passeio público, o que, por outro lado, dificulta o deslocamento dos pedestres e cadeirantes.
- h. *Acréscimos*, referente à inserção de novas construções no lote ou à ampliação da própria edificação, alterando sua volumetria.
- i. *Elementos perturbadores urbanos*, tais como posteamento, cabeamento, iluminação pública, mobiliário urbano, bancas e tendas, caixas de som e comércio ambulante.

Estas categorias foram identificadas com maior ou menor frequência dependendo do percurso analisado em 2013-2014, sendo o *Percurso 2 – Rua Portugal, Rua do Giz e Rua 14 de Julho* – o que apresentou menos interferências na leitura da arquitetura dos imóveis, assim como, na apreensão das características tradicionais das faces de quadra, incidindo apenas as categorias de estado de conservação, alteração de esquadrias e presença de elementos perturbadores. Por outro lado, o *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)* – foi o que apresentou a incidência de todas as categorias de interferências identificadas neste estudo. Já no *Percurso 1 – Rua da Palma* –, foi constatado que não incidia interferência de elementos perturbadores urbanos, e no *Percurso 4 – Rua de Santo Antônio* –, não se observou a interferência relativa à aparência de desmembramento ou unificação dos imóveis, sendo todas as demais observáveis ao longo destes dois últimos trajetos.

Ao relacionar as categorias de interferências incidentes sobre os imóveis com os usos existentes nos quatro percursos estudados, foi constatado que o uso da edificação favorece seu estado de conservação, pois reflete-se na observância de medidas de manutenção periódica. Entretanto, o uso também leva os ocupantes dos imóveis a fazerem adaptações naquelas arquiteturas históricas para comportar necessidades da vida contemporânea, e estas nem sempre são compatíveis com as características da edificação a serem preservadas. Por exemplo, vãos de porta são alargados para comportar entradas de garagem ou aumentar vitrines de lojas, aparelhos de ar condicionado projetam-se sobre as fachadas, cercas elétricas e antenas elevam-se sobre as coberturas, vidros são acoplados ao exterior dos vãos para garantir entrada de luz e evitar a saída da climatização artificial dos ambientes internos, grades são instaladas externamente nos vãos para aumentar a sensação de segurança nos imóveis, engenhos publicitários ganham grandes dimensões e iluminação para competir pela atenção dos pedestres nas ruas de comércio.

No caso específico do uso institucional, muito frequente no *Percurso 2 – Rua Portugal, Rua do Giz e Rua 14 de Julho* –, a experiência do campo apon- tou uma influência negativa na fruição e vivência do espaço público, na medida em que, costumeiramente, nestas edificações os vãos de porta do pavimento térreo permanecem fechados, obstruídos pela presença de vidros, películas, mobiliário e outras formas de vedação, ficando aberta apenas a porta principal. Trata-se de uma forma de ocupar o imóvel que destoa do que era o funcionamento tradicional da edificação, quando todas as portas ficavam abertas para a rua porque os térreos comportavam espaços de comércio. Na prática, isso atualmente reverbera na limitação da interação entre os que ocupam os imóveis e os que transitam na rua, reduzindo substancialmente a visibilidade entre espaço interior e exterior. Nesta situação

em que se limita a atuação dos “olhos da rua”, como demonstrado por Jane Jacobs (2011), a sensação de insegurança acaba sendo favorecida para aqueles que transitam pela rua.

Já no caso do uso comercial, muito presente no *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)* –, notou-se a subutilização do pavimento superior das edificações, geralmente utilizado como depósito de mercadorias dos comércios estabelecidos no térreo do imóvel. Neste caso, se observou que as janelas do pavimento superior permanecem fechadas, quando não vedadas, impedindo a relação visual com os logradouros públicos e prejudicando a ventilação e iluminação natural dos ambientes, o que cria condições favoráveis para o desenvolvimento de mofo e insetos xilófagos afetando diretamente a conservação dos imóveis.

Ainda sobre o uso comercial, os pavimentos térreos são os que apresentaram maior descaracterização em relação à arquitetura original. Embora esse uso faça parte da composição original de muitos imóveis da área, o modo de expor os produtos e vincular a publicidade de uma loja já não são os mesmos do passado e é perceptível a intenção de levar ao centro histórico o mesmo padrão de estabelecimento comercial existente em outras partes da cidade, com grandes vitrines envidraçadas e painéis publicitários chamativos e luminosos. A alteração de vãos de porta do térreo para a criação das vitrines e largos acessos às lojas é uma realidade cuja tendência já era observada antes mesmo do tombamento do conjunto, conforme está registrado em documentos na metade do século XX (IPHAN, 2007). Outra situação são as demarcações nas fachadas de um mesmo imóvel através de pinturas e aplicação de revestimentos acrílicos ou cerâmicos para diferenciar unidades comerciais, desconsiderando a unidade da edificação.

No uso residencial, predominante no *Percurso 1 – Rua da Palma* e no *Percurso 4 – Rua de Santo Antônio*, é notória a interferência causada pela instalação de grades nos vãos das fachadas, como medida paliativa para conferir maior segurança aos moradores da área. Também é frequente a descaracterização causada pelo alargamento de vãos para comportar garagens nos imóveis e as alterações volumétricas que aumentam a edificação em planta ou em altura.

De maneira geral, pode-se constatar que os elementos arquitetônicos mais afetados pelas intervenções descaracterizantes nos quatro percursos estudados foram os vãos e esquadrias de fachada. Foi possível identificar como intervenções mais recorrentes nestes casos o alargamento dos vãos, abertura de novos vãos, o fechamento/emparedamento de vãos, a substituição de esquadrias, a alteração de função das esquadrias e a alteração de material.

O levantamento de campo realizado nestes mesmos percursos no ano de 2019 demonstrou que a configuração geral da problemática analisada entre 2013 e 2014 não apresentou grandes variações. Ou seja, foi observada a incidência basicamente das mesmas categorias de interferências descaracterizantes sobre os imóveis e, conseqüentemente, sobre a leitura do conjunto tombado. Cabe salientar que no último trabalho de campo a coleta de dados concentrou-se nas intervenções diretamente realizadas sobre as fachadas e volumetrias e que são observáveis do nível da rua, não sendo levantadas questões referentes ao estado de conservação do imóvel, acessibilidade e elementos perturbadores urbanos.

Na categoria “alteração dos vãos e esquadrias” foram identificadas intervenções de vãos vedados, vãos com dimensões alteradas, presença de portas de enrolar, fechamento de vãos com placas de vidro e alteração de modelos de esquadrias. Já como “elementos perturbadores no imóvel”, foram levantadas a presença de grades, calhas e dutos em PVC, quadros medidores de energia elétrica, cercas elétricas, toldos, engenhos publicitários fora do padrão, adesivos e películas em vidros, aparelhos de ar condicionado e câmeras de vigilância. Para “elementos descaracterizantes” foi constatada a presença de revestimentos cerâmicos e em pedra inadequados, além da inserção de marquises. Em “pintura descaracterizante”, observou-se a aplicação de cores em desacordo com as diretrizes estipuladas para a área e a presença de grafites ou pichações. Como categoria de “aparência de desmembramento ou unificação de imóveis” foram constatados casos de pintura irregular e na categoria “acréscimos”, as intervenções foram de alteração de volumetria dos imóveis. Dessa forma, foram identificados 22 tipos de intervenções distintos atuando sobre a leitura da arquitetura dos imóveis do conjunto nestes quatro percursos estudados.

Como pode ser visualizado na Tabela 1, foram contabilizadas 389 intervenções descaracterizantes em um total de 185 imóveis analisados. Apenas 32 imóveis deste universo estudado não apresentaram nenhuma intervenção descaracterizante, levando a um percentual de 82,70% dos imóveis contendo, pelo menos, uma intervenção que interfere pontualmente na apreensão de seus valores patrimoniais. O tipo de interferência com maior incidência é a instalação de grades, com 85 ocorrências que alcançam o considerável percentual de 21,85% das intervenções levantadas. Em sequência, destacam-se 56 casos de revestimento cerâmico industrial em fachadas (14,40%), 53 casos de vãos com dimensões alteradas (13,62%) e 42 casos de inserção de portas de enrolar (10,80%).

Esse somatório de interferências repercute em impactos no conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís, destacando-se como prin-

ciais problemas: a) a descontinuidade da leitura de conjunto – tanto da composição individual de cada edificação, quanto da relação entre os imóveis –; b) os prejuízos na apreensão da harmonia, ritmo, proporção, composição cromática e volumétrica do conjunto; c) a obstrução total ou parcial da visibilidade (interior/exterior); e d) os impactos na preservação e conservação desses bens materiais, perdendo-se parte do registro de técnicas construtivas e materiais empregados nas construções tradicionais.

Muitas vezes realizadas sem o necessário estudo prévio, avaliação e critérios, estas intervenções comprometem a preservação da autenticidade do conjunto, pois interferem na apreensão de seus valores arquitetônicos, documentais e significativos. E por isso mesmo, pensar na reversão das mesmas – mesmo que em alguns casos já exista a perda da matéria original dos elementos a serem recompostos –, se faz necessário para resgatar parte dos valores que motivaram o tombamento e permitir a fruição deste patrimônio às gerações futuras.

Com base neste propósito, foram qualificados os níveis de dificuldade para a reversão das intervenções descaracterizantes levantadas em campo e foi possível concluir que 12 delas podem ser consideradas de fácil reversão, 6 de moderada dificuldade de reversão, e outras 3 de difícil reversão (vide Tabela 01). Em termos de representatividade dos casos levantados, 43,96% das intervenções descaracterizantes podem ser consideradas de fácil reversão, pois poderiam ser executadas com baixo custo e em tempo rápido, sem causar lesões adicionais ao imóvel. Por outro lado, 23,14% das intervenções podem ser consideradas de difícil reversão, pois para isso seria necessária a realização de obras de maior envergadura que, inclusive, poderiam afetar os modos de uso e ocupação atuais destes imóveis. Mesmo que a grande maioria das edificações existentes apresentem mais de uma intervenção descaracterizante, estes percentuais indicam que se produziria um resultado muito positivo na redução dos impactos causados na apreensão do conjunto tombado se fossem realizados os serviços necessários para reverter os casos classificados como de fácil e moderada dificuldade, podendo-se reduzir em até 76,86% as interferências negativas sobre as fachadas e volumetrias.

Tabela 1 – Dados levantados no trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019

Intervenções descaracterizantes da arquitetura dos imóveis		Percorso 1 (Rua da Fama)	Percorso 2 (Ruas Portugal, do 02 e 14 de Julho)	Percorso 3 (Rua Oliveira Cruz)	Percorso 4 (Rua de Santo Antônio)	Total de intervenções
FÁCIL	Presença de grades	24 29,24%	12 14,12%	11 12,94%	35 44,71%	82 21,01%
	Fechamento de vão com placa de vidro	0	1 50,00%	0	1 50,00%	2 0,51%
	Fachada pintada em cor inadequada	7 43,75%	0	5 31,25%	4 25,00%	16 4,11%
	Pintura tipo grafite ou pichação	1 33,33%	2 66,67%	0	0	3 0,77%
	Fachadas divididas ou unificadas por pintura	0	1 16,67%	5 33,33%	0	6 1,54%
	Presença de dutos e calhas de PVC	1 14,29%	4 57,14%	2 28,57%	0	7 1,80%
	Presença de cerca elétrica	0	0	0	1 100%	1 0,26%
	Presença de toldos	0	0	5 100%	0	5 1,29%
	Engenho publicitário fora do padrão	2 8,00%	11 37,33%	13 44,83%	3 10,34%	29 7,49%
	Presença de adesivos e películas em vidros	0	0	1	0	1 0,26%
MODERADA	Presença de aparelhos de ar condicionado na fachada	0	2 14,29%	9 44,29%	3 21,43%	14 3,60%
	Presença de câmeras de vigilância nas fachadas	0	2 100%	0	0	2 0,51%
	Presença de vãos vedados com alvenaria	0	5 50,00%	1 10,00%	4 40,00%	10 2,57%
	Presença de portas de enrolar	4 9,52%	5 11,90%	33 78,57%	0	42 10,80%
	Revestimento decorativo de fachada em cerâmica	14 28,00%	2 3,07%	3 6,38%	37 88,07%	56 14,40%
	Revestimento decorativo de fachada em pedra	1 12,50%	0	3 37,50%	4 50,00%	8 2,08%
	Alteração de modelo de esquadria	2 50,00%	0	0	2 50,00%	4 1,06%
	Presença de quadro medidor de energia elétrica	0	0	0	8 100%	8 2,08%
	Presença de vãos de dimensões alteradas	9 18,00%	2 3,77%	37 88,01%	5 12,50%	53 13,62%
	Alteração de volumetria	5 35,71%	0	2 14,29%	7 50,00%	14 3,60%
DIFÍCIL	Presença de marquises	0 0,00%	0	22 95,65%	1 4,35%	23 5,91%
Total de intervenções descaracterizantes em fachada e volumetria observadas ao nível da rua		70 17,09%	49 12,68%	152 39,07%	118 30,33%	389 100%
Total de intervenções descaracterizantes de FÁCIL, reversão		35 50,00%	35 71,43%	51 33,55%	50 42,37%	171 43,96%
Total de intervenções descaracterizantes de MODERADA, dificuldade de reversão		21 50,00%	12 24,49%	40 26,32%	55 46,61%	128 32,90%
Total de intervenções descaracterizantes de DIFÍCIL, reversão		14 100%	2 100%	81 100%	13 100%	90 23,14%
Total de imóveis analisados		45 24,32%	40 25,35%	44 23,78%	48 25,89%	185 100%
Imóveis sem nenhuma intervenção descaracterizante		11 24,44%	16 35,33%	2 4,55%	3 6,25%	32 17,30%
Imóveis com pelo menos uma intervenção descaracterizante		34 75,56%	32 68,67%	42 89,45%	45 93,75%	153 82,70%

Como já havia sido constatado no primeiro trabalho de campo, as intervenções descaracterizantes não se distribuem de maneira uniforme em todo o conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís. Comprovou-se que alguns percursos apresentam maior índice de alterações negativas, como o *Percorso 3* com 39,07% e o *Percorso 4* com 30,33% das intervenções descaracterizantes levantadas. Nos dois casos, as intervenções observadas estão muito atreladas à dinâmica de uso dos imóveis, sendo o *Percorso 3* componente de uma região de forte comércio popular na cidade que já se encontrava com parte da arquitetura descaracterizada antes mesmo do tombamento (IPHAN, 2007), e o *Percorso 4* é de uma área de considerável ocupação residencial que foi inserida na poligonal de tombamento federal somente com o processo de rerratificação, concluído em 2013 (BRASIL, 2013). Entretanto, nos imóveis do *Percorso 4* a grande maioria das intervenções descaracterizantes são de fácil e moderada dificuldade de reversão, situação oposta ao que ocorre no *Percorso 3*, onde 40,13% das intervenções levantadas são de difícil reversão. Destaca-se, ainda, que no *Percorso 3* apenas três edificações permanecem integralmente com a composição de fachada típica dos imóveis tradicionais do Centro Histórico, com o prejuízo de que uma delas apresenta engenhos publicitários irregulares. Portanto,

acreditamos que dado o nível da descaracterização já consolidada no *Percurso 3 – Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande)* – os esforços preservacionistas poderiam concentrar-se na diminuição da poluição visual das fachadas e na manutenção das características originais que ainda restam nelas.

O *Percurso 1*, assim como o *Percurso 4*, é de uso predominante residencial e a preocupação com a insegurança é notável nestas áreas, pois são as que concentram o maior número de intervenções relativas a aparatos de segurança dos imóveis, como as grades. Como no percurso *Percurso 4*, embora em proporção menor que neste, a maioria das intervenções descaracterizantes do *Percurso 1* podem ser consideradas de fácil e moderada dificuldade de reversão.

Melhor preservado entre todos os percursos levantados, está o *Percurso 2*, onde se destaca o uso institucional e o forte apelo turístico da área onde está concentrado. Neste percurso, é possível reverter com certa facilidade quase a totalidade das intervenções descaracterizantes, já que apenas 4,08% do total de 49 interferências são consideradas de difícil reversão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que, de forma global, exista um entendimento na prática institucional para orientar as atuais intervenções, a apropriação das edificações remanescentes pela população vem ocorrendo de forma a desconsiderar alguns elementos da composição arquitetônica e urbanística, imprescindíveis para a apreensão da autenticidade do conjunto tombado. Entendemos que essas intervenções, que muitas vezes tem a intenção de potencializar a função estipulada à edificação, muitas vezes desconsideram os meios e as formas de execução tradicionais, assim como o resultado dessas interferências dentro do conjunto urbano e seu impacto visual, sobretudo as perdas materiais e memoriais desse patrimônio edificado.

Os dados aqui apresentados referentes aos levantamentos das intervenções descaracterizantes nos percursos determinados são uma amostragem do reflexo de ações e comportamentos que se materializaram, em geral, no Centro Histórico de São Luís. Assim sendo, este trabalho não se encerra aqui. Julgamos necessário um levantamento em toda a área protegida que considere, além dos impactos das descaracterizações, o registro das tipologias, características e estilos arquitetônicos presentes para que, com o tempo, possamos encontrar soluções que viabilizem o uso e ocupação das edificações tradicionais remanescentes sem deixar de respeitar as características e a diversidade arquitetônica que conferem valor ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Luís do Maranhão.

No entanto, já com essa amostragem é possível traçar um perfil dos modelos de intervenções realizados nas edificações, das possibilidades de reversibilidade dessas ações e da possível estratégia de minimizar e reduzir o quadro de descaracterizações desses bens imóveis. Observou-se que mais de 4/5 dos imóveis levantados sofreram, ao menos, um tipo de intervenção descaracterizante, o que é um número bastante significativo. Ademais, os impactos provocados não se limitam apenas à cada edificação, expandindo-se sobre a leitura do conjunto, como temos frisado ao longo do texto.

Destacamos, também, que dentre os níveis de reversibilidade das intervenções classificadas (fácil, moderado e difícil) identificou-se as de fácil reversão como as mais presentes em dois dos quatro dos percursos analisados. Ainda assim, representam a maioria das ações identificadas. Dessa maneira, acreditamos que medidas mais simples articuladas pelo órgão de proteção, como uma fiscalização eficiente e focada em reverter as interferências menos complexas e um programa atuante e permanente de educação patrimonial poderiam resgatar, a curto prazo, parte significativa da imagem e da paisagem cultural do Centro Histórico de São Luís que hoje se encontra negativamente impactada. Tais medidas são de baixo custo, em comparação à implementação de projetos de restauro e recomposição que seriam necessários para reverter os casos mais difíceis, tanto para o serviço público quanto para os proprietários dos imóveis.

Dessa forma, consideramos como principais desafios para redução dos impactos das descaracterizações sobre o conjunto tombado do Centro Histórico de São Luís duas ações diretamente relacionadas à gestão do patrimônio. Uma delas seria uma estratégia eficiente de fiscalização e notificação dos proprietários para reversão de danos, priorizando aqueles de menor impacto financeiro, mas de grande resultado na diminuição da poluição visual das fachadas. A outra é o desenvolvimento de uma maior aproximação dos órgãos de proteção do patrimônio com a população, o que deve ocorrer de forma prioritariamente educativa, procurando desenvolver nos proprietários e usuários desses bens o sentimento de pertencimento e visando a coparticipação desses personagens na proteção, conservação e perpetuação do conjunto tombado ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/delo025.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 93, de 29 de outubro de 2013. Homologa a rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís, Estado do Maranhão. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 out. 2013. Seção 1, p. 6.
- CARDOSO, Paula Paoliello. *A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA*. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Luís, 2012.
- GONZÁLEZ MORENO-NAVARRO, Antoni. *La restauración objetiva (Método SCCM de restauración monumental)*: memoria SPAL 1993-1198. Barcelona: Diputación de Barcelona, 1999.
- ICOMOS. *Carta de Veneza*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- IPHAN. Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Luís. *Processo de Tombamento nº 0454-T-51* (Processão nº 01450.018038/2007-88). Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Arquivo Central do IPHAN, 2007.
- IPHAN. *Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010*. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 3 ed. São Paulo: Editora WTF Martins Fontes, 2011.
- PACHECO, Ellis Monteiro dos Santos. *O papel das normativas na preservação e ocupação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís – MA*. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – PEP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.
- SILVA, Olavo Pereira da. *Varandas de São Luís: gradis e azulejos*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.
- UNESCO. *Historic Centre of São Luís*: World Heritage List. 1997. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/821>>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LAGOA DO BEBEDOURO PARA A COMUNIDADE SÃO VICENTE DE PAULA PARNAÍBA-PIAUI-BRASIL

PATRIMONIAL EDUCATION: REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF THE LAGOA DO BEBEDOURO FOR COMMUNITY OF SÃO VICENTE DE PAULA PARNAÍBA-PIAUI-BRAZIL

Suzana Maria Araújo Veras¹
Áurea da Paz Pinheiro²

RESUMO

O presente artigo traz em seu escopo uma pesquisa de relevância social, ressalta a importância das relações humanas com a natureza, uma visão macroeconômica, sustentabilidade em face das ações com o meio ambiente e suas consequências. Elencando objetivos; conhecer a importância da Lagoa do Bebedouro para a Comunidade São Vicente de Paula, Parnaíba-PI-Brasil. Identificar comportamentos humanos, preservação, deterioração, impactos. Analisar as diversas formas de utilização das águas no sustento da comunidade. Contempla uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, etnográfica, entrevista com 50 (cinquenta) moradores, com aplicação de questionários com jovens do Programa Projovem Adolescente do Centro de Referência da Assistência Social CRAS. Observação direta, com visita *in loco*, e indagar os fatores que contribuem para o abandono do ecossistema, ausência das políticas públicas. Na análise dos resultados, 100% dos entrevistados consideram a lagoa importante para a comunidade, 50% desconhecem os problemas ambientais, história. Nesse contexto o Meio Ambiente consiste nas relações complexas natureza e homem, equilíbrio, convivência harmônica, sobrevivência das espécies, que interligados num pensamento sistêmico, remete ao Patrimônio e particularidades. A Educação Patrimonial proporciona uma reflexão nas relações sociais intrínsecas, conhecimentos, saberes, experiências, valorização, salvaguarda do Patrimônio Cultural, com o advento da globalização.

1 Graduada em Pedagogia-UESPI-PI. Graduada em Ciências Sociais-Sociologia UFPI-PI. Graduada em Direito UNINASSAU-PI. Pós-graduada em Educação e Meio Ambiente-FACET-PI. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil. Mestranda em Artes Patrimônio e Museologia Universidade Federal do Piauí- UFPI. E-mail: suzanaveras@hotmail.com

2 Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Pós-doutorado Ciências da Arte e do Patrimônio, Especialidade Museologia, Universidade de Lisboa, Portugal. Professora da Universidade Federal do Piauí, Brasil. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia Universidade Federal do Piauí, Professora Colaboradora no Mestrado em Museologia e Doutorado em Belas-Artes na Universidade de Lisboa. E-mail: aureapinheiro@ufpi.edu.br

Palavras-Chave: Educação Patrimonial. Meio Ambiente. Sustentabilidade. Globalização.

ABSTRACT

The present paper brings as its scope a search about social relevance, projects on the importance of human relationships with nature, a macroeconomic vision, sustainability in the face of environmental actions and their consequences. Emphasizing goals, to know the importance the Lagoon of the Bebedouro for the Community São Vicente de Paula Parnaíba-PI-Brazil. Identify human behaviours, preservation, decay, impacts. Analyze the various forms of use of the waters in the support of the community. It includes a bibliographical research, qualitative, ethnographic interview with 50 (fifty) residents, with application of questionnaires with teens the Projovem Teenagers Program the Center of reference of Social Assistance CRAS. It brings direct observation, with on-the-spot visit and investigate the factors that contribute to the abandonment of the ecosystem, the absence of public policies. In the analysis of the results, 100% of respondents consider the lagoon important to the community, 50% don't know the environmental problems, history. In this context the environment consists of the complex relationships, balance between man and nature, harmonic coexistence, survival of the species, which are interconnected in systemic contemplation, refers to heritage and particularities. The heritage education provides a reflection on social intrinsic relationships, knowledge, know-how, experience, safeguarding the Cultural Heritage, with the advent of globalization.

Key words: Patrimony Education. Environment. Tenability. Globalization.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Patrimonial é um marco histórico no cenário brasileiro, e avanços no campo do Patrimônio Cultural, Natural, que proporciona novas perspectivas de entendimentos, uma visão holística sobre os bens culturais, para a valorização, preservação, conservação e restauração.

Atualmente a preocupação com o meio ambiente envolve toda sociedade, partindo desse princípio, se amplia os pensamentos nessa temática, e surgem novas possibilidades de conhecimentos, com a Educação Patrimonial (EP) e Educação Ambiental (AE), que caminham em sintonia, no envolvimento com patrimônio cultural e natural, importante em todas as camadas sociais.

Nesse sentido, precisam de uma maior visibilidade quando inseridas nos currículos escolares, como tema transversal, interdisciplinar, multidisciplinar, pois, a escola como instituição social, deve cumprir com responsabilidade o seu papel político, utilizando de forma adequada essas ferramentas de transformação social.

Desta forma na sociedade contemporânea, muitos indivíduos con-

tribuem para a valorização do patrimônio cultural e natural, que envolve cuidados específicos, de responsabilidade, pois, como produtores de culturas estão inseridos no contexto global, que envolve toda a natureza, seus ecossistemas, considerados importantes para a preservação dos seres vivos. Porém, esses patrimônios sofrem constantes degradações, advindas das ações humanas, que interferem diretamente nas formas de manifestações de vida e ciclo de existência. A água, o solo, o ar, são elementos indispensáveis para a vida dos seres vivos, portanto são necessários os devidos cuidados com o Planeta Terra, principalmente com os mananciais de água doce, que são a matriz da vida, fontes primárias que formam os rios e afluentes, lagos, lagoas e a água salgada que compõe os rios e mares.

Nesse contexto, a água está em permanente escassez, devido aos impactos das ações humanas com a degradação ambiental, que causa vários problemas para todos os que contribuem, e os que não contribuem com esse caos. Considerando também em várias partes do mundo, que a água é poluída, imprópria para o consumo humano, sendo necessária uma reflexão profunda, para a preservação, conservação desses mananciais.

Morin (1985) todos estão interligados em redes de vida, tecendo juntos com os elementos da natureza nessa cadeia de sobrevivência, e depende uns dos outros, o que implica essa interação sólida, em face das atitudes de falta de cuidado, respeito com a Mãe Natureza.

Freire (1996) essa problemática recorrente envolve uma reflexão-ação, sobre os problemas que se apresentam e que interferem na dinâmica da vida, para a busca de soluções que envolvem toda a humanidade.

Segundo o autor, é necessário compreendermos a necessidade urgente de uma reflexão na ação, destacando os problemas mais instigantes, que incomodam, porém, direcionando para as ações educativas, que são fundamentais para a melhor assimilação dos conhecimentos e suas práticas. Que a escola é um espaço de produção de culturas, troca de experiências e saberes, socialização, interação, contempla um aprendizado através de estudos e pesquisas. Para o autor é importante perceber que os discentes e docentes, devem compreender que os bens culturais são importantes e pensar em uma socialização não somente humana, mas com patrimônio cultural e natural de forma salutar, com sinergia de pensamentos e ações, a serviço da comunidade.

Segundo Reigota (1994), a educação ambiental deve ser entendida de forma ampla como educação política, pois ela reivindica, politiza os indivíduos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, auto-gestão e Ética nas relações sociais e com a natureza.

O autor nos faz refletir sobre o entendimento da educação ambien-

tal, que envolve os indivíduos num contexto social, a cidadania nacional e do planeta, e que todos possam ser responsáveis pelas suas ações, exercitando a Ética, o respeito ao binômio homem e natureza. Desta forma será primordial reconhecer, que todas as ações positivas são fundamentais e indispensáveis ao equilíbrio para a renovação da vida.

Conforme o autor o problema ambiental não está na quantidade de pessoas que existem no planeta, e que necessita consumir para atender suas necessidades básicas. Porém, nos faz perceber que o problema está no excesso de consumo desses recursos, levando em consideração o desperdício, a produção excessiva que envolve as relações econômicas, sociais, culturais, entre os homens e a natureza. Importante compreender os valores éticos nesse contexto, pois é um grande exercício para que a educação patrimonial e ambiental se fortaleça, pois, envolve os valores necessários para que aos indivíduos tenham consciência de suas ações e responsabilidades.

Também nos convoca pensar que, esses comportamentos humanos causam um distanciamento e estão imbricados nas ações tidas como racionais, mas as suas consequências são impactantes, graves, que exigem dos homens no presente e futuro respostas às práticas filosóficas, o que coloca o homem em uma situação de individualidade, solidão, que é preciso uma reflexão crítica para mudanças de comportamentos.

O trabalho foi realizado envolvendo várias etapas do projeto de pesquisa, com o objetivo de compreender as relações entre sociedade e natureza, direcionadas para a educação patrimonial e ambiental. Permitir reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a Comunidade do Bairro São Vicente de Paula, na cidade de Parnaíba-PI Brasil. Indagar quais as contribuições que este manancial de água doce traz para essa comunidade. E qual a relação entre Sociedade e Meio Ambiente? Como a população se relaciona e utiliza esse patrimônio natural?

A Pesquisa foi desenvolvida através de consulta bibliográfica, etnográfica, com a realização de entrevistas e aplicação de questionários de forma sistemática. Como também observação direta, visita *in loco* com registros fotográficos e anotações no diário de campo. Esse trabalho considera-se de uma relevância social, ao conhecer a realidade dessa comunidade, por meio da interação com alguns moradores e as atividades diversificadas que envolvem a pesca e o lazer praticados pelos indivíduos. Muitos consideram essenciais para a sobrevivência, mesmos que os graves problemas que a lagoa apresenta estão visíveis, devido aos impactos das ações humanas, como a poluição, lixo, desmatamento e outros.

Segundo relatos de moradores ribeirinhos, que foram entrevistados informaram 100% que a lagoa é muito importante para a comunidade,

mas que precisa atenção dos políticos, empresários, e que possa servir para a população de outras formas. E dos entrevistados 50% relatam que não conhecem os problemas e sua história. E acrescentam que a população deve ter cuidado em não jogar lixo na lagoa, pois, as águas ficam poluídas, e os mesmos não podem realizar suas atividades rotineiras, como a pesca e o lazer.

Percebeu-se que a lagoa é um verdadeiro ecossistema com uma diversidade de animais e plantas, que favorece a ampliação do conhecimento através da pesquisa e documentação. Nesse sentido desperta uma consciência patrimonial e ambiental, através da observação de seus problemas e suas potencialidades, formação dos valores éticos e da cidadania. Apesar dos impactos ambientais que a lagoa sofre pela ação do homem, ela resiste às intempéries do tempo, e as ações de degradação constantes desse patrimônio natural.

Portanto, várias atividades podem ser inseridas como a revitalização desse patrimônio como lazer, turismo, na geração de renda da comunidade, com a execução de projetos seja do setor público e privado, que possam viabilizar a cultura, dando um significado para esse território, e uma melhor qualidade de vida para a comunidade. Portanto o bairro é composto com pessoas simples, de pouca escolaridade, mas apresenta diversas vulnerabilidades, como subemprego, violência urbana, drogadição, e outros.

Conforme Morin (1985) o Meio Ambiente são as relações complexas entre sociedade e natureza, que são determinantes para o equilíbrio da vida e a comunhão dos indivíduos. O autor nos faz refletir, sobre as relações humanas que envolvem a Educação Patrimonial e Ambiental, os comportamentos, valorização do patrimônio material, imaterial e natural. Este equilíbrio se manifesta com mudanças de comportamentos na sociedade, através da educação em todos os sentidos, criando mecanismos de empoderamento que fomentem a economia e a sustentabilidade.

Acrescenta ainda que, a Educação Patrimonial/Ambiental (EPA) proporciona essa percepção global sobre a natureza, e do seu importante papel na diversidade na produção de Ciência e Cultura. Permite um momento de introspecção, frente às agressividades, causadas pela modernidade, meios de produção, consumo, desmatamento, e outros comportamentos em face da evolução das tecnologias e o advento da globalização.

1 A educação patrimonial e ambiental uma ação política

No Brasil muitas conquistas foram realizadas através de diversos movimentos, para discussão de propostas e tomada de decisões importan-

tes, para o reconhecimento do patrimônio cultural e natural, através de políticas para o meio ambiente, considerados importantes para a sociedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Arqueologia IAB (2019), a necessidade de valorização do patrimônio cultural se torna uma preocupação e surge fortemente com o movimento Modernista, no Brasil com o início em 1922, e na Europa na última década do século XIX, como “resposta” da sociedade à crescente industrialização e seu repúdio ao antigo, aqui utilizado no sentido de velho, velharia, antiguidade.

Considerando a esses avanços a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, um marco significativo, para a transformação dos pensamentos sobre o patrimônio cultural e posteriormente incorpora-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Natural IPHAN, criado em 13 de janeiro de 1937 através da Lei nº 378, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, com a incumbência de proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

De acordo com o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, outros eventos importantes foram realizados para a consolidação da educação em Museus no Brasil, como elenca a Carta de Petrópolis (2010), que institui os subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal, a Carta de Belém (2014), que elenca os Princípios e Parâmetros para a criação e implementação da Política Nacional de Educação Museal, a Carta de Olinda (2017), que assegura o processo consultivo de construção da Política nacional de Educação em Museus. E a Portaria nº422 de 30 de novembro de 2017 que dispõe da Política Nacional de Educação Museal PNEM, portanto essas conquistas fortaleceram a educação em museus importante para a visibilidade e conscientização do valor desses bens culturais.

A Constituição Federal de 1988 nos artigos 215 e 216 reconhece a existência dos bens de natureza material, imaterial e natural e as formas de preservação desse patrimônio, determina as normativas sobre o Patrimônio Cultural e Meio Ambiente, e penalidades.

Considerando também a criação de outras legislações, instituições e órgãos correlatos, com o objetivo de fortalecer as políticas patrimoniais e de meio ambiente, com orientações e responsabilidades, direcionados para esse campo no âmbito educativo.

Importante também, a criação do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA criado pela Lei Federal nº 6.938/81, que é um órgão colegiado brasileiro responsável pela adoção de medidas de natureza consultiva e deliberativa, acerca do Sistema Nacional

do Meio Ambiente. Desta forma fortalecendo a política para o campo ambiental, que se torna uma preocupação recorrente da sociedade.

Evidenciando outros eventos como a Conferência RIO-92 realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, um momento de discussão e entendimento de novas políticas para o patrimônio, o meio ambiente, desenvolvimento sustentável dos países, que marcou a maneira como a humanidade vê a sua relação com o planeta.

Acrescentando que a legislação brasileira no campo educacional apresenta avanços significativos como assegurar a inclusão da Educação Patrimonial, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a Lei n.º 9.394/96, elenca, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos Fundamental e Médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura. Portanto, abre espaço à construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural em níveis estadual e municipal. O Ministério da Educação elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, incluindo os chamados “temas transversais”. Entre eles, o patrimônio histórico e a Educação Patrimonial, pretendendo que estudantes brasileiros tenham oportunidade de vivenciarem temas referentes ao Patrimônio natural e cultural e possam entender suas diferenças:

A Educação Ambiental consiste, acima de tudo, em um ato político que busca promover uma mudança social, instituindo novos valores e promovendo a conscientização e o desenvolvimento de estudos e técnicas em prol da preservação ambiental, bem estar e melhoria nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente (Carvalho, 2006, apud Cuba, 2010).

Para o autor, a Educação Ambiental, consiste em responsabilidades pelas ações individuais e coletivas, fundamentais para determinar os resultados positivos através das ações educativas na comunidade, assegurando a sustentabilidade para as futuras gerações. Que os indivíduos despertem para uma conscientização ambiental, os modos de relacionamentos, na solução de problemas que vão interferir em suas vidas e na natureza.

Segundo Reigota (1994) os cidadãos do mundo, atuando nas suas comunidades, é a proposta traduzida na fase dos ambientalistas: “Pensamento Global e ação local, ação global e pensamento local”. Para o autor é importante pensar e orientar a comunidade para a participação massiva dos indivíduos na resolução dos problemas, pois todos estão envolvidos nesse processo, pois, a Educação Ambiental crítica está intrínseca na uto-

pia de mudanças radicais, nessas relações homem e natureza.

O autor apresenta uma nova forma de conceber a educação ambiental, que envolve o pensamento crítico, nas relações homem e natureza, nos convida para o enfrentamento dos problemas e as possíveis soluções nas comunidades. Com atuação permanente num compromisso individual e coletivo, que seja passado para as novas gerações, um planeta equilibrado e esses indivíduos possam exercer o direito de viver com dignidade.

Diante dos diálogos dos autores a respeito do patrimônio natural, observa-se a falta de ações para a Lagoa do Bebedouro dos gestores da administração pública local, de ações coletivas. Porém, um espaço ocioso, gerando diversos problemas sociais, atingindo os bairros adjacentes, deixando a população apreensiva com a falta de segurança. Esse patrimônio que poderia ser utilizado a serviço da comunidade e usufruto, se descaracteriza pelas ações de abandono, e se transforma em espaço de ações contra a população. Diante da necessidade do reconhecimento da lagoa como um bem natural e de grande valia, relata com satisfação um dos moradores idosos da comunidade:



Fig.01. Observação direta (Suzana) ano 2018

Aqui no Bairro São Vicente de Paula tem um clima bom, povo é pobre. Tem essa riqueza mais precisa ser cuidada por todos nós e os políticos. A nossa Lagoa do Bebedouro nasce no local chamado Sabiazal e as águas vai descendo o sul até a pista que dá acesso ao bairro Joaz Souza. Ela mede uns de 3.200m e tem 3 km, profundidade de 2 metros no verão e no inverno até 6 metros. Ela sangra no inverno e alimenta o Rio Igarçu. Ela tem 06 (seis) olhos d'água o que dá um volume grande de água. Em 1963 secou, foi um período muito difícil

pra nós que mora aqui, é a única fonte de sobreviver. A canoa a gente usa bastante pra pescar, e aí tem muitos tipos de peixes, que nós come e vende lá na pista que passa na frente dela (pausa). É nossa sobrevivência, é tudo pra nós (pausa). (Relato de um morador. Transcrição de entrevista).

De Varine (2013), nós pertencemos a um patrimônio e a uma comunidade, do mais modesto e notável, tudo o que tem sentido para os indivíduos, o que herdamos, criamos, transformamos, transmitimos, é o patrimônio tecido de nossa vida. O autor nos permite adentrar as memórias para o reconhecimento de todo o trabalho, que se fez em um tempo na construção de uma identidade. Quando alerta para o patrimônio que herdamos, imprime a responsabilidade por esse patrimônio, que foi tecido em toda a existência como registro de vivências, saberes, conhecimento.

Desta forma a responsabilidade é coletiva, pois, sabemos que as ações humanas de degradação da natureza, vão gerar um caos planetário nesse patrimônio herdado. Acrescenta que o patrimônio deve ser utilizado a serviço do desenvolvimento local, na sustentabilidade, proporcionando aos atores sociais uma melhor qualidade de vida, e potencializando a geração de renda, e ações para a valorização, preservação e conservação desse patrimônio natural.

1.1 Os objetivos da educação ambiental

Diversos eventos foram proclamados para fortalecer a política ambiental, citemos a Carta de Belgrado, Iugoslávia (1975), promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura UNESCO, e afirmou textualmente:

Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral (Texto da Carta de Belgrado, 1975).

A referida carta buscou uma estrutura global para a educação ambiental, onde foram reunidos todos os objetivos indicativos de ambiente e educação, mencionados que seguem para confirmar o fortalecimento da

política ambiental:

- a. Conscientização – levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e problemas conexos de se mostrarem sócias, significa que a educação ambiental deve chamar a atenção apenas para visualizar os problemas planetários que afetam a todos, pois a camada de ozônio, desmatamento da Amazônia, desaparecimento de culturas milenares etc. são questões só aparentemente distantes da realidade dos alunos.
- b. Conhecimento – levar os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano.
- c. Comportamento – levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para a sua proteção e qualidade. Não adianta só falar do meio ambiente, mas também mudar os comportamentos individuais e sociais.
- d. Competência – levar os indivíduos e os grupos a adquirir o *savoir-faire* necessário à solução dos problemas. Nem todos têm a capacidade técnica para resolver os problemas ambientais. Reconhecer essa deficiência é um primeiro passo para superá-la. A educação ambiental pode auxiliar na superação, buscando meios técnicos e de especialistas para o entendimento da problemática e tomada de decisão.
- e. Capacidade de Avaliação – levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa. A educação ambiental deve procurar traduzir a linguagem técnico-científica para a compreensão de todos.
- f. Participação – levar os indivíduos e grupos a perceberem suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais. Procurar nas pessoas o desejo de participar na construção de sua cidadania. E que entendam a responsabilidade, os direitos e os deveres que todos devem ter para uma melhor qualidade de vida.

2 Ciências naturais aplicabilidade e cidadania

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, o estudo das Ciências Naturais, durante muitos séculos o ser humano se imaginou no centro do Universo, uma visão etnocêntrica, com a natureza à sua disposição, e apropriou-se de seus processos, alterou seus ciclos, redefiniu seus espaços, mas acabou deparando-se com uma crise ambiental que coloca em risco todas as formas de vida no Planeta Terra.

Fazendo uma análise mais detalhada, é importante, portanto, que se supere a postura que apresenta o ensino de Ciências Naturais como sinônimos da mera descrição de suas teorias e experiências, sem refletir sobre seus aspectos éticos e culturais.

Na educação contemporânea, o ensino de Ciências Naturais com a relevância da ecologia, agroecologia, e afins, que podem reconstruir a relação ser humano/natureza em outros termos, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência social e planetária. Um conhecimento mais amplo sobre a vida e sobre sua condição singular na natureza permite ao aluno se posicionar acerca de questões polêmicas como os desmatamentos, as queimadas, o acúmulo de poluentes o efeito estufa e a manipulação gênica e outros.

Mais do que em qualquer época do passado, seja para o consumo, seja para o trabalho, cresce a necessidade de conhecimento a fim de interpretar e avaliar informações, até mesmo para poder participar e julgar decisões políticas ou divulgações científicas na mídia. A falta de informação científico-tecnológica pode comprometer a própria cidadania, deixada à mercê do mercado e da publicidade outras formas de interpretação e conhecimento.

Mostrar a Ciência como elaboração humana para uma compreensão do mundo é uma meta para o ensino em todas as etapas educacionais. Seus conceitos e procedimentos contribuem para o questionamento do que se vê e se ouve, para interpretar os fenômenos da natureza, para compreender como a sociedade nela intervém, utilizando seus recursos e criando um novo meio social e tecnológico.

É necessário favorecer o desenvolvimento de postura reflexiva e investigativa, de não aceitação, a priori, de ideias, informações, assim como a percepção dos limites das explicações, inclusive dos modelos científicos, corroborando para a construção da autonomia de pensamento na ação.

Considerando a importância da educação patrimonial e ambiental no ensino fundamental no Brasil, não se pode pensar no ensino de Ciências Naturais como um preparatório voltado apenas para o futuro distante, mas

agregando valores ao ser. Conhecer a natureza é ampliar possibilidades de participação social, desenvolvimento mental, viabilizar sua capacidade plena de exercício da cidadania.

3 Conceito de meio ambiente no contexto de educação patrimonial e ambiental

Segundo Reigota (1994) entende-se que todos os elementos que constituem o lugar, o espaço, onde o ser humano vive e forma o seu habitat, fazem parte do meio ambiente: além das paisagens naturais, as habitações das cidades e do campo, as estradas, as avenidas, etc. Percebe-se ao pensamento do autor, que alguns dos elementos formadores do meio ambiente, como a vegetação, os rios, os solos, etc., são produzidos diretamente pela natureza, outros, porém, são resultados da atividade humana, podendo assim, dividir o meio ambiente humano em meio ambiente natural ou paisagem natural e meio social ou cultural.

Segundo Silva (1997) é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as formas.

Para o autor, uma visão analítica muitos acham que a Educação Ambiental restringe-se em trabalhar nas escolas ou outros lugares de aprendizagem, assuntos relacionados à natureza: lixo, preservação, paisagens naturais, animais, etc. Dentro deste enfoque, a Educação Ambiental assume um caráter basicamente naturalista. Atualmente, a Educação Ambiental assume um caráter mais realista, embasado na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido em uma lógica de desenvolvimento e progresso, e envolve a Educação Patrimonial, a Museologia social.

Na visão de Coimbra (2002) é a realidade complexa resultante da interação da sociedade humana com os demais componentes do mundo natural, no ecossistema planetário. Nesse contexto, a Educação Ambiental é ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo em vista ser o próprio “desenvolvimento” o causador de tantos danos sócio-ambientais. Ampliando a maneira de perceber a Educação Ambiental podemos dizer que se trata de uma prática de educação para a sustentabilidade. Para muitos especialistas, uma Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável é severamente criticada pela dicotomia existente entre “desenvolvimento e sustentabilidade”.

Afirma Sachs (1996) o todo ambiental compreende flora, fauna, pro-

cessos físicos naturais, biogeociclos, riscos naturais, utilização do espaço pelo homem, etc. Inclui o natural, e o ambiente social e todas as interações entre os elementos naturais e a sociedade humana.

Para o autor essa visão ampla, o meio ambiente abarca toda a natureza original e os elementos artificiais, incluindo os bens culturais correlatos, ou seja, há o ambiente natural ou físico construído por solo, água, ar, fauna e flora, e o ambiente artificial formado por edificações e equipamentos, representando tanto os assentamentos urbanísticos como as demais intervenções e alterações produzidas pelo homem.

Segundo o autor o estudo das relações entre seres vivos e o ambiente, nasceu da necessidade do homem compreender melhor o seu ambiente, suas particularidades e interações, importantes para a valorização dos animais e plantas, pois, a natureza necessita de boas intenções humanas, dela depende o futuro da humanidade.

4 Complexidade da Educação Ambiental (EA) e Educação Patrimonial (EP)

Segundo Freire (1996) da complexidade se faz necessário conviver com tensões, é preciso que haja ordem e desordem para haver renovação, logo é preciso que se revissem e até mesmo se refaçam os conceitos-chaves da educação ambiental: **transformação, conscientização, emancipação e exercício da cidadania**, para que se renove a partir de um “tecer juntos” Morin (1985). Para os autores a partir do pensamento complexo que é uma forma de perceber que não reduz, nem simplifica, mas une, fazendo uma nova tecedura entre o conhecido e o desconhecido, entre o convencional e o inovador, entre a ordem e a desordem.

[...] o problema não está em que cada uma perca sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para articular com os outros competências (disciplinas e conhecimento) que, ligadas em cadeia, formariam o anel complexo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento (MORIN 1985, p. 33).

Leff (2003) será possível vislumbrar uma dimensão transformadora e emancipatória de ambientalismo e de educação ambiental. Logo, tomando como base este novo paradigma, não é mais possível admitir reducionismos em termos de educação ambiental. Para o autor é importante admitir que os problemas ambientais se originem de práticas sociais equivocadas, que estão a exigir posturas que visem, além da mudança cultural e com-

portamental necessárias, uma transformação social, com vistas a atingir a tão sonhada mudança ambiental, no momento do comprometimento com a sustentabilidade:

A crise ecológica atual pela primeira vez não é uma mudança natural; é uma transformação da natureza induzida pelas concepções metafísicas, filosóficas, ética, científica e tecnológica do mundo. Nesse sentido, a solução da crise ambiental [...] não poderá dar-se somente pela via de uma gestão racional da natureza e do risco da mudança global. A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar esse projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade; esse projeto que anuncia um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade, a outriedade[...] (LEFF 2003, p. 19, 20).

Segundo o autor a crise ecológica advém de uma transformação que a natureza sofre em virtude de comportamentos humanos no contexto econômico, social, cultural, ético, tecnológico, científico. A solução para todos esses problemas não poderá acontecer pela racionalidade e mudanças de forma global, mas através da reflexão sobre o mundo e novos questionamentos, como a diversidade, a diferença, a temporalidade para a transformação social.

A Educação Patrimonial e Ambiental em uma visão humanística proporcionam uma razão simples: a necessidade de sobrevivência. O objetivo definido pelo Referencial Curricular Nacional é observar e explorar o meio ambiente com curiosidade, percebendo-se como ser integrante do meio, independente, transformador e, acima de tudo, que tem atitudes de conservação.

Segundo Horta (1999), a educação patrimonial é um processo sistemático e contínuo de “alfabetização cultural”, que envolve os atores sociais, num sentimento de pertencimento pelos bens culturais. A autora enfatiza sobre a importância da consciência da valorização do Patrimônio Cultural e Natural, que envolve um processo com diversas etapas e sempre em continuidade, possibilitando a leitura de mundo feita pelos indivíduos.

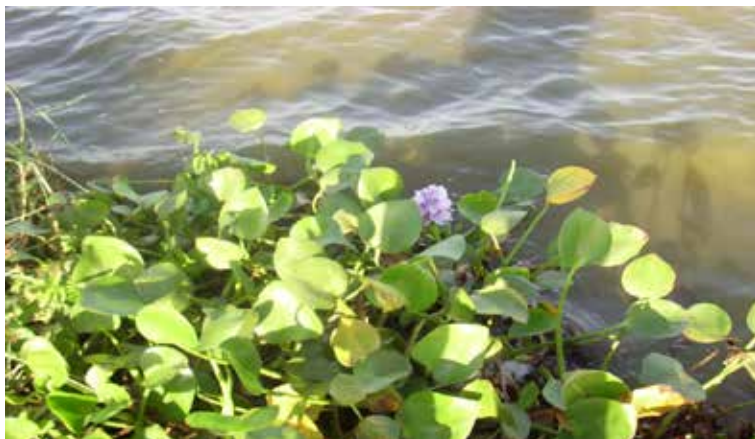


Fig.02 Observação direta –aguapés (Suzana) ano 2018

Portanto essa leitura de forma global que permite visualizar as mudanças presentes na lagoa, como as suas águas turvas, de tanta agressão, a poluição, mas ela se mantém imponente oferecendo para a população o alimento através da pesca, como forma de sobrevivência. É um patrimônio natural que pertence a toda a sociedade, que sobrevive a todo tipo de impactos, mas se mantém na sua imponente, como forma de defesa e sobrevivência. Resistindo a todos os problemas provocados pelas ações humanas, como relata um dos moradores entrevistados, sobre a diversidade de animais que habitam nesse ecossistema, que assim se apresenta:

Aqui sempre a gente vê as pessoas jogando lixo das casas, e carroças também despejam muito lixo aí na lagoa. Mas nós vivemos da lagoa, a gente pesca, existe muitos peixes: tambaquis, piranhas, tilápias, carás, carpas, piaul, traíras, mandis, curimatãs, etc. E também tem muitos passarinhos e aves, a garças branca e azul, teteus, socós, patos d'água, etc. E muitas árvores coqueiros, mangueiras, carnaúbas. E outros animais; jacarés, cobras, caninana, cobra veado, cobra d'água, duas cabeças, sapos, camarão tachinha, grilos, gafanhotos, borboletas. Tem também várias plantas o capim, taboa, junco. Como tem muitas sanguessugas à gente toma muito cuidado na hora que pisar na lama. Outro problema que a gente vê é a fábrica do leite, que fica na as margens da lagoa, também despejam sobras de leite nas águas. E a Agespisa joga também na lagoa as águas de lavagem de seus tanques de tratamento da água da cidade. Tudo isso deixa a lagoa com sujeiras. Essa lagoa é muito importante pra nós, é dela que a gente tira o sustento. (Relato de morador. Transcrição de entrevista)

5 Metodologia

O trabalho foi realizado através uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva, com a utilização de entrevista com 50(cinquenta) moradores ribeirinhos, e aplicação de questionários com estudantes do Programa Projovem Adolescente, que se encontravam em estudos no Centro de Referência da Assistência Social CRAS do bairro, no total de 40(quarenta) alunos. Contemplou um público que reside na comunidade e outros às margens da lagoa, pois, esse trabalho se processou com o objetivo de conhecer e obter as respostas satisfatórias abordadas na pesquisa. Após a coleta de dados foram analisados os mesmos, para a conclusão deste trabalho, objetivando compreender as relações entre comunidade e meio ambiente, observando os comportamentos com visitas *in loco*, com registros fotográficos e anotações no diário de campo. Perceber os diversos fatores que contribuem para abandono do ecossistema e os impactos sofridos das formas mais variadas. Através da observação direta percebeu-se a presença de aguapés em uma quantidade bem expressiva, o que configura o grau de poluição das águas de forma indiscriminada, segundo os moradores.

6 Resultados e discussões

A Lagoa do Bebedouro recebe este nome pelo fato de muitos animais irem beber em suas águas. Observou-se que a mesma se encontra em estado de abandono pelo poder público e privado, em suas águas estão presentes vestígios de poluição, conforme relatado de moradores, pelo descarte do lixo doméstico e outros, desta forma precisa de intervenções urgentes, como fortalecer a educação patrimonial e ambiental na comunidade envolvendo um trabalho coletivo consistente e permanente.

A população que ali reside é uma comunidade simples, de baixa renda e de pouca escolarização, desconhecem a história desse patrimônio natural. Os resultados apresentados apontam que 100% dos entrevistados afirmaram que a lagoa é muito importante para a comunidade, 50% informaram que desconhecem a história da lagoa, 50% afirmam que o espaço deve ser revitalizado para acabar com esses problemas e melhorar a vida de todos. Quanto aos questionários os jovens responderam 50% acham que a lagoa é importante, 10% que lagoa está abandonada, 30% que o espaço deve ser revitalizado, 5% que a lagoa está poluída, 4% que ela precisa de cuidados, e 1% não sabem responder.

Com os resultados percebeu-se que a lagoa tem os seus problemas ambientais que afetam a população por bastante tempo. A pesquisa aponta que uma parcela considerável da população quer a revitalização do espaço,

e que a lagoa é importante para a comunidade. Os mesmos relatam que um trabalho de revitalização se iniciou em outras gestões municipais anteriores, como o calçadão em torno da lagoa, decoração de arte em espaços abertos, parques infantis, e construção de bares, mas não foram concluídos, deixando visível a deterioração do espaço.

Segundo os relatos dos envolvidos, confirmam que a população continua pescando na lagoa e comercializando os peixes às margens da mesma, sem nenhum acompanhamento da vigilância sanitária ou controle dessa prática. As crianças pescam também como forma de diversão e aparentemente verificou-se a presença de micoses na pele das mesmas, o que caracteriza que a água está imprópria para o consumo e para o banho. Animais e carros são constantemente lavados em suas águas o que implica no agravamento da poluição, como também a existência de posto de gasolina nas proximidades da mesma, o que remete uma grave ameaça de contaminação.

É necessário que a Educação Patrimonial e Ambiental sejam implantadas nas escolas da comunidade, através de mobilizações e ações educativas constantes, para que a reflexão-ação aconteça junto a esse público. Como também formar uma consciência coletiva de valorização e responsabilidades, imbuídas nos direitos para juntos reivindicarem aos poderes competentes o pleno exercício da cidadania.



Fig.03 Observação direta- lixo (Suzana) ano 2018

Durante a pesquisa constatou-se a existência de uma legislação municipal, a Lei Municipal nº 1.319 de 14 de dezembro de 1990, que proíbe sob pena de multa quem poluir a lagoa, mas mediante esses resultados, a mes-

ma não é respeitada. Considerando que a população não tem conhecimento da mesma, e também não é cumprida pelas autoridades competentes, o que favorece o agravamento dos problemas que contribuem para o aumento da poluição desse patrimônio natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado possibilitou estudos significativos sobre Educação Patrimonial e Ambiental, em face das reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a comunidade São Vicente de Paula. Envolvendo a relação do homem e a natureza, mediante suas ações, e as formas de utilização desse patrimônio natural pelos moradores do bairro. Diante de todo esforço para a conclusão dessa pesquisa, percebeu-se a necessidade de investimentos nesses campos da educação nas escolas, envolvendo um trabalho coletivo, com ênfase nas políticas públicas e de sustentabilidade.

Nesse sentido, diante dos problemas apresentados, que os gestores responsáveis possam também contribuir de forma significativa com eficácia, na realização dos projetos de revitalização do espaço, que atenda os anseios da população e possa participar de forma efetiva, com responsabilidade para a preservação, conservação da lagoa considerada de suma importância para todos entrevistados, uma fonte de sobrevivência.

Portanto, o sentimento de pertencimento é primordial na conscientização dos atores sociais, no sentido de que esse patrimônio Cultural e Natural, seja respeitado e que possa estar a serviço da comunidade, que juntos vão se apropriando desse bem cultural em defesa da natureza.

A Educação Patrimonial e Ambiental trazem um significado bem amplo para a sociedade, permitindo que os indivíduos reflitam sobre seus comportamentos e ações, como parte integrante desse sistema, e devem contribuir num espírito de coletividade na valorização dos bens culturais e naturais, que são fundamentais para a troca de experiências, saberes, conhecimento, pesquisa e documentação.

Diante de muitos avanços no campo da educação para o meio ambiente, a Base Nacional Comum Curricular BNCC, pouco acrescenta em metodologias e práticas para serem trabalhadas nas escolas envolvendo essas temáticas, que são importantes ferramentas para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. *Carta de Belém-PA – Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal*. Disponível em: <http://fnm.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Carta_Belem_PNEM_6FNM.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. *Carta de Petrópolis. Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal*. Disponível em: <<http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL-PNEM. *Documento Final da Política Nacional de Educação Museal*. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais /Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC /SEF, 1998.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *O que é o CONAMA?* Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- BRASIL. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. *Carta de Belgrado*. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=71>>. Acesso: em 11 jun.2019.
- COIMBRA, J.A.A. *O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas: Millenium, 2002.
- CUBA, Marcos Antonio. *Educação ambiental nas escolas*. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRUNBERG, E. *Educação Patrimonial – Utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. São Paulo: [s.n.], 2000.
- HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico da Educação Patrimonial*. [S.l.]: MINC, IPHAN, 1999.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). O IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 6 de jun. 2019.
- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (IAB). *Educação Patrimonial*. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>>. Acesso em: 28 de maio 2109.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1985.
- ONG ASSOCIAÇÃO O ECO. *O que é o CONAMA*. Disponível em <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27961-o-que-e-o-conama/>>. Acesso em: 6 jun. 2019
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental?* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1996.
- SILVA, J. A. da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1999.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Mediante, 2013.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019